



Conamsf

CONGRESSO NACIONAL MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA



ANAIS DO EVENTO

Conamsf

I Congresso Nacional
Multiprofissional em Saúde da
Família

 Editora
Cognitus

COGNITUS INTERDISCIPLINARY JOURNAL
(ISSN: 3085-6124)

1 EDIÇÃO - 2025



Eline Nogueira Santos Sobreira
(ORGANIZADOR)

ANAIS DO EVENTO

I Congresso Nacional

Multiprofissional em Saúde da

Família (CONAMSF)

1ª EDIÇÃO
2025



DOI: <https://doi.org/10.71248/9786598599409>

Designer da Capa: Editora Cognitus
Imagens da capa: Editora Cognitus
Projeto gráfico: Editora Cognitus
Diagramação: Editora Cognitus
Revisão de Texto: os autores
Editoração: Editora Cognitus

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Nacional Multiprofissional em Saúde da Família (1. :
2024 :Teresinha, PI) Anais do I CONAMSF [livro eletrônico] /
organização Eline Nogueira Santos Sobreira. -- 1. ed. -- Teresina, PI :
Editora Cognitus, 2025. PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-985994-0-9

DOI: <https://doi.org/10.71248/9786598599409>

1. Programa de Saúde da Família (Brasil) 2. Saúde pública 3. Sistema
Único de Saúde (Brasil) 4. Unidade Saúde da Família (USF) I. Sobreira,
Eline Nogueira Santos. II. Título.

25-247881

CDD-362.82

Índices para catálogo sistemático

1. Saúde da família : Saúde pública : Bem-estar social 362.82

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Editora Cognitus - CNPJ: 57.658.906/0001-15

© 2025 - Editora Cognitus - Todos os direitos reservados.

Teresina – PI

E-mail: contato@editoracognitus.com.br

Site: www.editoracognitus.com.br

Publique seu livro com a Editora Cognitus. Para mais informações envie um e-mail para contato@editoracognitus.com.br

**Copyright © 2025 by Editora Cognitus Copyright © 2025 Texto
by Autores**

Todo o conteúdo apresentado nesta obra é de responsabilidade do(s) autor(es), incluindo a correção, revisão ortográfica e gramatical do texto. O(s) mesmo(s) empenha(m-se) para citar adequadamente e dar os devidos créditos a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possibilitar, acerto caso, inadvertidamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo, manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelo(s) autor(es) nesta obra. Comentários dos leitores, bem como correções ou sugestões que possibilitem o aprimoramento de edições futuras podem ser encaminhados à Editora Cognitus pelo e-mail contato@editoracognitus.com.br



Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Esta obra de acesso aberto (Open Access) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional, sendo permitido o download da obra e compartilhamento desde que atribuído o crédito aos autores, sem alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade dos seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

ORGANIZADORES

Adriano Oliveira Amorim

Alan José da Silva

Amanda Calzi Roldi

Ariely Cândida de Lima

Eline Nogueira Santos Sobreira

Flávia Ferreira Souto Maior

Houemakou Rimaud Djidonou

Isabela Fanelli Barreto Biscaia

Janaina de Sousa Gadelha

Lislanny Kedma Aquino

Marcelo Henrique Santos

Rita de Cássia Gomes Costa

Bárbara Monique Alves Desidério

CORPO EDITORIAL

Marcelo Henrique Santos

<http://lattes.cnpq.br/7280380162010813>

Victor de Jesus Ribeiro Rocha

<https://lattes.cnpq.br/1282404608158085>

Drielli Holanda da Silva

<http://lattes.cnpq.br/9950944425093867>

Adriano Oliveira Amorim

<http://lattes.cnpq.br/4582797662927130>

Antonio Alves de Fontes-Junior

<http://lattes.cnpq.br/3152503794328624>

Bianca Mara Cristante

<http://lattes.cnpq.br/2425120704456909>

Iris Fernandes da Cruz

<https://lattes.cnpq.br/1969282301891643>

Kelcione pinheiro Lima Joter

<http://lattes.cnpq.br/5346765451538154>

Lidiane Almeida Moura

<http://lattes.cnpq.br/8660728406410200>

APRESENTAÇÃO DO CONGRESSO



O I Congresso Nacional Multiprofissional em Saúde da Família - CONAMSF é um evento de destaque, que reunirá profissionais de diversas áreas da saúde para compartilhar conhecimentos, experiências e inovações no cuidado integral à saúde das famílias brasileiras. Com um enfoque na integração e atuação multiprofissional, o congresso oferece uma plataforma única para discutir temas essenciais, como a promoção da saúde, prevenção de doenças, cuidado contínuo e as melhores práticas para fortalecer a Estratégia de Saúde da Família (ESF).

APRESENTAÇÃO DA EDITORA COGNITUS



A Editora Cognitus é uma editora científica de acesso aberto, dedicada à publicação em formato digital. Sua principal atividade inclui a edição de livros, e-books e anais de eventos acadêmicos. Além disso, promove eventos como feiras, congressos, exposições e cursos de aprimoramento e extensão. Seu corpo editorial é formado por pesquisadores e professores da comunidade acadêmica, com titulação de mestres, doutores e especialistas em suas respectivas áreas, contribuindo para a expansão e fortalecimento do conhecimento científico.
CNPJ: 57.658.906/0001-15

APRESENTAÇÃO DA REVISTA



A Cognitus Interdisciplinary Journal (ISSN: 3085-6124) é um periódico científico multidisciplinar e interdisciplinar sem fins lucrativos, comprometido com o avanço e a promoção da produção científica no Brasil. Nosso objetivo é estimular a produção de conhecimento geográfico interdisciplinar, publicando estudos que explorem as interações entre população, espaço e ambiente, além de conteúdos de relevância internacional. em suas respectivas áreas, contribuindo para a expansão e fortalecimento do conhecimento científico



A EFICÁCIA DA MACONHA MEDICINAL NA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Edilce Quezia Santos de Souza Vasconcelos; ² Pedro Fechine Honorato; ³ Bruno Rafael Víctor César Martins Felício; ⁴ Carolina Rust Gomes Di Donato; ⁵ Ana Claudia Rodrigues da Silva

¹Farmacêutica Hospitalar e Hemoam - Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas; ²Graduando em Medicina e UNIFSM, ³Graduando em Medicina e Faculdade de Medicina de Campos, ⁴Graduanda em Medicina e Faculdade de Medicina de Campos; ⁵Enfermeira e Mestre em Saúde Pública e ESCS/DF

RESUMO

Introdução: A Doença de Parkinson (DP) é uma condição neurodegenerativa caracterizada por sintomas motores, como tremores e rigidez, e não motores, como ansiedade e distúrbios do sono. O tratamento convencional, incluindo levodopa e agonistas dopaminérgicos, muitas vezes apresenta limitações e efeitos colaterais. Recentemente, a maconha medicinal, rica em tetrahydrocannabinol (THC) e canabidiol (CBD), ganhou destaque como alternativa terapêutica, atuando no sistema endocanabinoide para aliviar sintomas da DP. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial na coordenação do cuidado, educação e suporte aos pacientes que utilizam essa abordagem. **Objetivo:** Avaliar os efeitos da maconha medicinal na qualidade de vida de pacientes com DP, explorando seus benefícios terapêuticos em sintomas motores e não motores. Além disso, busca-se destacar a importância da APS como mediadora no uso responsável da maconha medicinal, na educação de pacientes e cuidadores, e na supervisão contínua para minimizar riscos e maximizar benefícios. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados *PubMed* e *Scopus*, utilizando descritores como "Doença de Parkinson", "Maconha Medicinal", "Atenção Primária à Saúde", "Canabinoides" e "Qualidade de Vida". Foram incluídos 7 estudos publicados nos últimos 5 anos em inglês e português, com foco em ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e meta-análises que abordassem a eficácia da maconha medicinal em pacientes com DP, bem como o papel da APS na gestão desse tratamento. Critérios de exclusão abrangeram estudos com amostras pequenas, metodologia inconsistente ou que não abordassem diretamente os resultados relacionados à qualidade de vida. **Resultados:** Os estudos mostram que a maconha medicinal é eficaz na redução de sintomas motores, como rigidez muscular e tremores, com o THC melhorando a mobilidade em pacientes que não respondem bem à levodopa. O CBD se destaca no alívio de sintomas não motores, incluindo distúrbios do sono, ansiedade e depressão, promovendo melhora na qualidade



de vida. A APS é fundamental na identificação de pacientes elegíveis, no monitoramento de efeitos adversos e na educação sobre o uso adequado da terapia. Contudo, desafios como a falta de regulamentação, protocolos específicos e o alto custo limitam seu acesso, especialmente em populações vulneráveis. Efeitos adversos incluem sonolência, boca seca e, raramente, distorções cognitivas leves associadas ao THC em doses elevadas. **Considerações finais:** A maconha medicinal é uma alternativa promissora para melhorar a qualidade de vida de pacientes com DP aliviando sintomas como ansiedade, distúrbios do sono, rigidez muscular e tremores, especialmente em casos refratários aos tratamentos convencionais. A APS desempenha papel essencial na orientação e monitoramento do uso dessa terapia, mas avanços na regulamentação e acessibilidade são necessários para sua implementação eficaz. Com o suporte adequado, a maconha medicinal pode se integrar ao cuidado integral desses pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Parkinson; Maconha Medicinal; Atenção Primária à Saúde; Canabinoides; Qualidade de Vida.

REFERÊNCIAS

BOUGEA, Anastasia et al. Medical cannabis as an alternative therapeutics for Parkinsons' disease: Systematic review. **Complementary therapies in clinical practice**, v. 39, p. 101154, 2020.

GRIFFITH, Symone T. et al. Cannabis Use in Parkinson's Disease: Patient Access to Medical Cannabis and Physician Perspective on Product Safety. **NeuroToxicology**, 2024.

KANJANARANGSICHAJ, Auempa et al. Cannabidiol-enriched cannabis extraction product in Parkinson's disease: A randomized, double-blind, and placebo-controlled trial in Buriram Hospital. **Journal of Neurosciences in Rural Practice**, v. 13, n. 4, p. 663, 2022.

KHASPEKOV, Leonid G.; ILLARIOSHKIN, Sergey N. Therapeutic application of modulators of endogenous cannabinoid system in Parkinson's disease. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 25, n. 15, p. 8520, 2024.

REYES-RESINA, Irene et al. The Expression and Functionality of CB1R-NMDAR Complexes Are Decreased in A Parkinson's Disease Model. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 25, n. 5, p. 3021, 2024.

THANABALASINGAM, Susan J. et al. Cannabis and its derivatives for the use of motor symptoms in Parkinson's disease: A systematic review and meta-analysis. **Therapeutic Advances in Neurological Disorders**, v. 14, p. 17562864211018561, 2021.

URBI, Berzenn et al. Effects of cannabis in Parkinson's disease: A systematic review and meta-analysis. **Journal of Parkinson's Disease**, v. 12, n. 2, p. 495-508, 2022.

VARSHNEY, Karan et al. Cannabinoids in treating Parkinson's disease symptoms: a systematic review of clinical studies. **Cannabis and Cannabinoid Research**, v. 8, n. 5, p. 716-730, 2023.



DESAFIOS E BENEFÍCIOS DO TRABALHO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE

Eixo Temático: Eixos Transversais

¹ Ana Raquel Bandeira da Silva; ² Annelise Hoffmann Goslar; ³ Geyselaine Flor Santana; ⁴ Luís Augusto Antunes; ⁵ Karine Revert Souto Duraes ; ⁶ Maria Gorete Lotif Lira ; ⁷ Rafaela Albino de Farias; ⁸ Ezequiel Santos Monte; ⁹ Vinicius Santos Piedade ; ¹⁰ Davy Lotif Lira

¹ Psicóloga pela Universidade de Guarulhos e pós-graduanda de Avaliação Psicológica na Unyleya, ² Graduanda de Medicina Veterinária pela UFSC, ³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, ⁴ Licenciado em geografia, Esp. em docência da educação básica e superior, ABA, Educação inclusiva e especial, neuropsicopedagogia. Graduando em fonoaudiologia, bacharelado em biologia, licenciatura em ciências biológicas, pós graduando em MBA gestão em organizações de saúde e psicopedagogia clínica e institucional pela UNIFATECIE, ⁵ Odontóloga Esp. em Atenção Básica em Saúde da Família e Gestão em Saúde pela Unimontes ⁶ Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE; ⁷ Graduanda em Nutrição pela Unifacisa, ⁸ Graduando em Farmácia pela Uniplan, ⁹ Graduando em Enfermagem pela Universidade da Amazônia- UNAMA, ¹⁰ Fisioterapeuta Esp. em Traumatologia e Ortopedia pela Faveni

RESUMO

Introdução: O trabalho multidisciplinar em saúde é essencial para atender às demandas complexas do cuidado integral aos pacientes, promovendo a colaboração entre profissionais de diferentes áreas. Essa abordagem permite uma visão ampliada do cuidado, integrando conhecimentos e práticas que melhoram a qualidade do atendimento. No entanto, existem desafios significativos que impactam a implementação efetiva desse modelo, como dificuldades na comunicação, conflitos entre equipes e falta de definição clara de papéis. Este estudo aborda os principais desafios e benefícios do trabalho multidisciplinar no campo da saúde, destacando estratégias para maximizar seus impactos positivos. **Objetivo:** Identificar os principais desafios enfrentados pelas equipes multidisciplinares na saúde e os benefícios proporcionados por essa abordagem, além de propor estratégias para superar as barreiras existentes e otimizar o trabalho conjunto. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando as bases SciELO, PubMed e Google Scholar, com os descritores "trabalho multidisciplinar", "equipes de saúde", "colaboração interdisciplinar" e "desafios no cuidado integrado", inter cruzados com operadores booleanos (AND e OR). Inicialmente, foram encontrados 220 estudos, dos quais 85 foram selecionados após a aplicação de critérios de inclusão: publicações entre 2018 e 2023, com foco em equipes de saúde e análises de benefícios e desafios da prática multidisciplinar. Estudos com metodologia inadequada ou que não apresentassem dados concretos sobre os temas abordados foram excluídos. A análise de conteúdo foi empregada para organizar os dados e identificar padrões e tendências. **Resultados:** Os resultados indicaram que o trabalho multidisciplinar traz



benefícios significativos, como maior integralidade do cuidado, troca de conhecimentos entre os profissionais e melhora nos desfechos clínicos. No entanto, desafios como a falta de comunicação efetiva, ausência de liderança clara e conflitos de autoridade foram frequentemente relatados. Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de treinamento específico para colaboração interdisciplinar dificultam o pleno funcionamento das equipes. Estratégias como a realização de treinamentos em equipe, definição clara de papéis e objetivos e a utilização de ferramentas tecnológicas para facilitar a comunicação foram destacadas como soluções eficazes para superar esses desafios.

Considerações Finais: O trabalho multidisciplinar é um componente essencial para a melhoria da qualidade do atendimento em saúde, mas requer esforços contínuos para superar os desafios relacionados à comunicação, liderança e integração. A implementação de treinamentos específicos, o uso de tecnologias e a promoção de uma cultura de colaboração são fundamentais para potencializar os benefícios dessa abordagem. Conclui-se que equipes bem estruturadas e coordenadas têm maior capacidade de atender às demandas dos pacientes de forma integral e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Multidisciplinar; Equipes de Saúde; Colaboração Interdisciplinar; Cuidados Integrados; Desafios na Saúde.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, C. G.; HENNINGTON, E. A. Trabalho em equipe e reuniões multiprofissionais de saúde: uma construção à espera pelos sujeitos da mudança. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, supl. 1, p. 121-142, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/YS6JT5hmc8YtsgGhfFYzN5S/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

DIAS, B. M. et al. Desafios e estratégias na integração das equipes multiprofissionais (eMULTI/NASF) na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Revista de Ciências da Saúde**, v. 28, n. 139, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/desafios-e-estrategias-na-integracao-das-equipes-multiprofissionais-emulti-nasf-na-atencao-primaria-a-saude-uma-revisao-integrativa-da-literatura/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

JUNIOR, J. B. et al. Equipes multiprofissionais (eMulti): potencialidades e desafios para a ampliação da atenção primária à saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 10, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Vc9wbm9xLKqTKRScJwBym5d/>. Acesso em: 8 jan. 2025.



ENFRENTANDO A ESTIGMATIZAÇÃO NA SAÚDE MENTAL

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Joel Agostinho Ghiraldi Darte; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Ana Raquel Bandeira da Silva; ⁴ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁵ Flavia Noro ; ⁶ Alessandra Alves Fonseca Vargas ; ⁷ Sthefan Bruno Machado Ribeiro; ⁸ Julia Lorenzetti Frare ; ⁹ Eric Brito Ferraz ; ¹⁰ Layse Ferreira Dos Santos Lucio

¹ Médico Esp. em Psiquiatria E Doutorando Em Psicologia Pela Universidade De Buenos Aires, ² Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira, ³ Psicóloga pela Universidade de Guarulhos e pós-graduanda de Avaliação Psicológica na Unyleya, ⁴ Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira, ⁵ Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira, ⁶ Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira Esp. em Psicologia e Análise de Sistema, ⁷ Graduando em Medicina pela UnB , ⁸ Farmacêutica Esp. em em Saúde Pública, ⁹ Mestrando em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso, ¹⁰ Bacharel em Pedagogia pela UNAMA e em Serviço Social pela UNIP

RESUMO

Introdução: A estigmatização associada à saúde mental permanece como uma barreira significativa para o acesso e a qualidade do atendimento em saúde mental em todo o mundo. Indivíduos que sofrem de transtornos mentais frequentemente enfrentam preconceitos que limitam seu acesso a serviços de saúde, reduzem suas oportunidades de emprego e dificultam sua inclusão social. Esse estigma pode ser tanto social quanto interno (autoestigma), impactando negativamente a autoestima e a busca por tratamento. Além disso, o estigma pode influenciar os profissionais de saúde, reduzindo a qualidade do cuidado oferecido. Este estudo busca analisar estratégias para reduzir a estigmatização e promover maior inclusão e equidade nos cuidados em saúde mental.

Objetivo: Identificar os principais fatores que contribuem para a estigmatização em saúde mental e discutir estratégias baseadas em evidências para sua redução no contexto dos sistemas de saúde pública. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando as bases de dados SciELO, PubMed e Google Scholar. Os descritores "saúde mental", "estigma", "acesso aos serviços de saúde" e "inclusão social" foram utilizados em combinação com operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em 180 artigos inicialmente, sendo 75 selecionados após a aplicação de critérios de inclusão, como estudos publicados entre 2020 e 2024, que abordassem intervenções para a redução do estigma em saúde mental. Estudos que não apresentavam metodologia clara ou não incluíam dados quantitativos ou qualitativos foram excluídos. Os dados foram organizados em categorias temáticas e analisados com base na técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** Os resultados destacaram que a estigmatização em saúde mental está profundamente enraizada em percepções sociais negativas, falta de conhecimento e medo.



ENFRENTANDO A ESTIGMATIZAÇÃO NA SAÚDE MENTAL

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Joel Agostinho Ghiraldi Darte; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Ana Raquel Bandeira da Silva; ⁴ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁵ Flavia Noro ; ⁶ Alessandra Alves Fonseca Vargas ; ⁷ Sthefan Bruno Machado Ribeiro; ⁸ Julia Lorenzetti Frare ; ⁹ Eric Brito Ferraz ; ¹⁰ Layse Ferreira Dos Santos Lucio

¹ Médico Esp. em Psiquiatria E Doutorando Em Psicologia Pela Universidade De Buenos Aires, ² Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira, ³ Psicóloga pela Universidade de Guarulhos e pós-graduanda de Avaliação Psicológica na Unyleya, ⁴ Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira, ⁵ Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira, ⁶ Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira Esp. em Psicologia e Análise de Sistema, ⁷ Graduando em Medicina pela UnB, ⁸ Farmacêutica Esp. em em Saúde Pública, ⁹ Mestrando em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso, ¹⁰ Bacharel em Pedagogia pela UNAMA e em Serviço Social pela UNIP

RESUMO

Introdução: A estigmatização associada à saúde mental permanece como uma barreira significativa para o acesso e a qualidade do atendimento em saúde mental em todo o mundo. Indivíduos que sofrem de transtornos mentais frequentemente enfrentam preconceitos que limitam seu acesso a serviços de saúde, reduzem suas oportunidades de emprego e dificultam sua inclusão social. Esse estigma pode ser tanto social quanto interno (autoestigma), impactando negativamente a autoestima e a busca por tratamento. Além disso, o estigma pode influenciar os profissionais de saúde, reduzindo a qualidade do cuidado oferecido. Este estudo busca analisar estratégias para reduzir a estigmatização e promover maior inclusão e equidade nos cuidados em saúde mental.

Objetivo: Identificar os principais fatores que contribuem para a estigmatização em saúde mental e discutir estratégias baseadas em evidências para sua redução no contexto dos sistemas de saúde pública. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando as bases de dados SciELO, PubMed e Google Scholar. Os descritores "saúde mental", "estigma", "acesso aos serviços de saúde" e "inclusão social" foram utilizados em combinação com operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em 180 artigos inicialmente, sendo 75 selecionados após a aplicação de critérios de inclusão, como estudos publicados entre 2020 e 2024, que abordassem intervenções para a redução do estigma em saúde mental. Estudos que não apresentavam metodologia clara ou não incluíam dados quantitativos ou qualitativos foram excluídos. Os dados foram organizados em categorias temáticas e analisados com base na técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** Os resultados destacaram que a estigmatização em saúde mental está profundamente enraizada em percepções sociais negativas, falta de conhecimento e medo.



SAÚDE DA MULHER E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Eixo Temático: Eixo Transversais

¹ Beatriz Cristina da Silva Araujo; ² Thiago de Freitas França; ³ Nathalia Leticia Dos Santos Gomes; ⁴ Ana Raquel Bandeira da Silva; ⁵ Queila Carvalho de Jesus; ⁶ José de Alencar Lima dos Anjos; ⁷ Ariely Cândida de Lima; ⁸ Lourdes Maria Rodrigues Pereira; ⁹ Thiago Souza Azevedo; ¹⁰ Layse Ferreira Dos Santos Lucio

¹ Graduanda em Medicina pela UFAL, ² Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ, ³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Do Pará, ⁴ Psicóloga pela Universidade de Guarulhos e pós-graduanda de Avaliação Psicológica na Unyleya ⁵ Enfermeira Intensivista pela UniBF, ⁶ Enfermeira pela Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula e Esp em Nefrologia, ⁷ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Mauricio de Nassau - UNINASSAU, ⁸ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo, ⁹ Graduando em Medicina pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - campus mucuri, ¹⁰ Bacharel em Pedagogia pela UNAMA e em Serviço Social pela UNIP

RESUMO

Introdução: A saúde da mulher é uma área prioritária no âmbito da saúde pública, abrangendo cuidados que vão desde a promoção e prevenção até o diagnóstico e tratamento de condições específicas. No entanto, o acesso aos serviços de saúde pública voltados às necessidades das mulheres ainda enfrenta desafios significativos, principalmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica. Aspectos como o planejamento familiar, o acompanhamento pré-natal, o acesso a exames preventivos, como o Papanicolau e a mamografia, e o atendimento integral às mulheres em situações de violência de gênero são frequentemente prejudicados pela desigualdade na distribuição de recursos, infraestrutura insuficiente e barreiras culturais. Diante disso, é essencial compreender os fatores que limitam o acesso e propor soluções que garantam um atendimento mais equitativo e eficaz às mulheres. **Objetivo:** Identificar os principais desafios e barreiras enfrentados pelas mulheres no acesso aos serviços de saúde pública e discutir estratégias que possam promover maior equidade e qualidade no atendimento. **Metodologia:** Este estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em uma revisão bibliográfica. Foram realizadas buscas nas bases SciELO, PubMed e Google Scholar, utilizando os descritores "Saúde da Mulher", "Acesso aos Serviços de Saúde", "Prevenção de Doenças Femininas" e "Desigualdades em Saúde". Os termos foram combinados com operadores booleanos (AND e OR) para maximizar a abrangência das buscas. Foram encontrados inicialmente 220 estudos, sendo 90 selecionados após aplicação de critérios de inclusão, como publicações entre 2020 e 2024, com foco em barreiras de acesso e estratégias de superação. **Resultados:** Os resultados indicam que as barreiras ao acesso incluem a desigualdade na distribuição de recursos entre áreas urbanas e rurais, infraestrutura inadequada, ausência de profissionais qualificados e baixa oferta de programas



voltados às necessidades específicas das mulheres, como planejamento reprodutivo e assistência a vítimas de violência. Outro fator importante é a falta de conscientização da população sobre a importância dos cuidados preventivos, o que reduz a adesão a programas de saúde. Experiências bem-sucedidas em alguns contextos demonstram que estratégias como a ampliação de serviços itinerantes, campanhas de educação em saúde e investimentos em infraestrutura e capacitação de profissionais podem contribuir para a redução dessas barreiras. **Considerações Finais:** Conclui-se que o acesso das mulheres aos serviços de saúde pública ainda enfrenta desafios significativos, mas pode ser ampliado por meio de estratégias que envolvam a descentralização dos serviços, a capacitação profissional e a promoção da educação em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da Mulher; Acesso aos Serviços de Saúde; Equidade em Saúde; Prevenção de Doenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

COBO, B.; CRUZ, C.; DICK, P. C. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4021-4032, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n9/4021-4032/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

DEITOS, A.M. et al. Políticas públicas em saúde da mulher: avanços e desafios no cenário brasileiro. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, v. 29, n. 6, p. 55-59, 2024. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue6/Ser-2/G2906025559.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2025.

DOMINGUES, R. M. S. M.; DIAS, M. A. B.; LEAL, M. C. Fatores associados às desigualdades no acesso ao pré-natal no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/4JncpcMDZ7TQ9Hd7dkMPMpt/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

FERREIRA, V. C. et al. Saúde da mulher, gênero, políticas públicas e educação médica: agravos no contexto de pandemia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 1, p. e044001, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/tWK6pDmBhqJHhKN6F4DVPZL/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

GOMES, K. R. O.; NASCIMENTO, L. C. S.; ARAÚJO, F. C. Desigualdades de acesso aos serviços de saúde da mulher no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 845-856, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n3/845-856/>. Acesso em: 8 jan. 2025.



ESTRESSE E DISFUNÇÃO DA ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE: INTER-RELAÇÃO ENTRE FATORES PSICOSSOCIAIS E MUSCULOESQUELÉTICOS

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Daiane Souza Santos; ² Pedro Fechine Honorato; ³ Daniel Barbosa da Silva; ⁴ Ana Claudia Rodrigues da Silva

¹ Cirurgiã Dentista e Uninter, ² Graduando em Medicina e UNIFSM, ³ Cirurgião Dentista na Estratégia Saúde da Família e Universidade Estadual da Paraíba, ⁴ Enfermeira e Mestre em Saúde Pública e ESCS/DF

RESUMO

Introdução: A disfunção da articulação temporomandibular (DTM) envolve sintomas como dor facial, estalos articulares e dificuldade de movimento, frequentemente associados a fatores psicossociais, como o estresse. Profissionais de saúde, devido à pressão do trabalho, longas jornadas e alta responsabilidade, estão particularmente suscetíveis ao estresse crônico, que pode impactar a saúde musculoesquelética e agravar a disfunção da articulação temporomandibular (ATM). Essa relação destaca a importância de estratégias de prevenção e manejo voltadas para esse grupo. **Objetivo:** Explorar a relação entre estresse e DTM em profissionais de saúde, abordando fatores psicossociais e estratégias terapêuticas eficazes. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2020 e 2024 nas bases *PubMed* e *Scopus*, utilizando os descritores “Articulação Temporomandibular”, “Síndrome da Disfunção da Articulação Temporomandibular” e “Terapêutica”. Os critérios de inclusão consideraram estudos em português e inglês que investigaram a relação entre estresse e DTM em profissionais de saúde, além de abordagens terapêuticas que envolvem aspectos psicossociais e musculoesqueléticos. Foram selecionados 8 estudos, incluindo experimentais, revisões sistemáticas e estudos de coorte, e excluídos os artigos que não abordavam a relação ou não forneciam dados sobre intervenções terapêuticas. **Resultados:** Profissionais de saúde são especialmente vulneráveis ao desenvolvimento de DTM devido ao estresse crônico causado pela rotina de trabalho, que inclui turnos irregulares, pressão constante e a necessidade de lidar com situações de emergência. Esses fatores impactam negativamente a saúde da articulação temporomandibular (ATM), e comportamentos como bruxismo e apertamento da mandíbula agravam ainda mais a condição. Além disso, transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, comuns nesse grupo, aumentam a intensidade da dor e da disfunção na ATM, criando um ciclo vicioso que dificulta a recuperação. O manejo eficaz da DTM exige uma abordagem multidisciplinar, que leve em consideração tanto os aspectos físicos quanto os emocionais da condição. Técnicas de



relaxamento, como mindfulness e respiração profunda, têm se mostrado eficazes na redução do estresse e da tensão muscular, enquanto a fisioterapia, com foco em alongamento e fortalecimento, contribui para a melhora funcional. A terapia cognitivo-comportamental (TCC) é uma ferramenta importante para ajudar os profissionais a lidarem com o estresse e a reduzir a percepção de dor. O uso de talas oclusais tem mostrado bons resultados no controle do bruxismo, especialmente durante o sono, protegendo a articulação. Medicamentos, como relaxantes musculares e anti-inflamatórios, auxiliam no alívio da dor e inflamação, e as intervenções psicoterapêuticas proporcionam um tratamento holístico, abordando ambos os aspectos físicos e emocionais da DTM. **Considerações finais:** O estresse crônico em profissionais de saúde agrava os sintomas da DTM, afetando a qualidade de vida. O tratamento deve ser multidisciplinar, envolvendo manejo do estresse, fisioterapia, dispositivos oclusais e apoio psicoterapêutico. Ambientes de trabalho saudáveis e cuidados integrados são essenciais para prevenção e tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Articulação Temporomandibular; Síndrome da Disfunção da Articulação Temporomandibular; Terapêutica.

REFERÊNCIAS

AL ZAMANAN, Yasser Yahya Saleh et al. Impact of Stress on Physical Health: A TMJ Disorder as an Example. **Advances in Clinical and Experimental Medicine**, v. 10, n. 1, 2023.

ALQURAYSHAH, Hussain Hamad Hussain et al. Stress and musculoskeletal disorders: TMJ disorder as an example. **Advances in Clinical and Experimental Medicine**, v. 10, n. 1, 2023.

ANDRADE, Victória Andrade et al. Prevalência de portadores de DTM em pacientes avaliados no setor de otorrinolaringologia. **Seven Editora**, 2023.

ARANHA, Ricardo Luiz de Barreto et al. Association between stress at work and temporomandibular disorders: a systematic review. **BioMed Research International**, v. 2021, n. 1, p. 2055513, 2021.

BUENO, Carlos Henrique Resplandes; CASTRO, Myrella Lessio. Consequências do estresse na saúde bucal: revisão de literatura. **Facit Business and Technology Journal**, v. 3, n. 19, 2020.

GAŞ, Selin; EKŞİ ÖZSOY, Hilal; CESUR AYDIN, Kader. The association between sleep quality, depression, anxiety and stress levels, and temporomandibular joint disorders among Turkish dental students during the COVID-19 pandemic. **CRANIO®**, v. 41, n. 6, p. 550-555, 2023.

POORNA T, Anish et al. Comparison of the effectiveness of soft and hard splints in the symptomatic management of temporomandibular joint disorders: A randomized control study. **International Journal of Rheumatic Diseases**, v. 25, n. 9, p. 1053-1059, 2022.

QAMAR, Zeeshan et al. Impact of temporomandibular disorders on oral health-related quality of life: a systematic review and meta-analysis. **Journal of Oral Rehabilitation**, v. 50, n. 8, p. 706-714, 2023.



A CONSOLIDAÇÃO DA LAPAROSCOPIA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES RECENTES, IMPACTOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E CAMINHOS PARA O FUTURO DA CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Ana Carla de Oliveira Johnen; ² Pedro Fechine Honorato; ³ Francisca Micaele Almeida Pascoal da Silva; ⁴ Ana Claudia Rodrigues da Silva

¹Graduanda em Medicina e Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), ²Graduando em Medicina e UNIFSM, ³Graduanda em Enfermagem e Centro Universitário do Rio São Francisco (UNIRIOS), ⁴Enfermeira e Mestre em Saúde Pública e ESCS/DF

RESUMO

Introdução: A cirurgia laparoscópica é uma das maiores inovações da medicina moderna, trazendo benefícios como recuperação mais rápida, menores taxas de infecção e redução do tempo de internação. No Brasil, sua consolidação reflete avanços científicos significativos, mas enfrenta desafios, como desigualdade de acesso e falta de recursos em regiões menos favorecidas. Novas aplicações em oncologia, urologia e transplantes têm reforçado sua importância no prognóstico e qualidade de vida dos pacientes. Contudo, apenas 35% dos hospitais públicos possuem infraestrutura adequada, destacando a necessidade de políticas públicas para reduzir desigualdades. Este estudo analisa as contribuições recentes da laparoscopia no Brasil, abordando avanços, desafios estruturais e perspectivas para sua ampliação no Sistema Único de Saúde (SUS). **Objetivo:** Analisar as contribuições da pesquisa brasileira para o avanço da cirurgia laparoscópica no SUS, destacando aplicações clínicas, limitações estruturais e impacto nos desfechos médicos no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, abrangendo artigos publicados entre 2022 e 2024 nas bases de dados *PubMed*, *SciELO* e *LILACS*. Os descritores utilizados incluíram “Cirurgia Laparoscópica”, “Laparoscopia” e “Sistema Único de Saúde”. Foram incluídos estudos que abordaram desfechos clínicos e econômicos, além de trabalhos que analisaram estratégias de treinamento e implementação da técnica em hospitais públicos e privados. Dados atualizados de 2024, fornecidos pelo Ministério da Saúde, foram incorporados no estudo para analisar as laparoscópias realizadas no SUS. A categorização temática dos resultados contemplou aspectos clínicos, econômicos e educacionais. Ao fim, 7 estudos foram selecionados. **Resultados:** O uso da cirurgia laparoscópica no Brasil tem registrado avanços significativos, especialmente em áreas como oncologia e ginecologia, com redução no tempo de recuperação, menores complicações e melhor prognóstico para os pacientes. Apesar disso, há disparidades regionais marcantes: enquanto o Sudeste concentra 70% dos hospitais com infraestrutura



completa, apenas 20% das unidades no Norte e Nordeste estão equipadas para realizar esse tipo de procedimento, evidenciando desigualdades no acesso à tecnologia e na capacitação de profissionais. Do ponto de vista econômico, a técnica promove redução nos custos hospitalares devido ao menor tempo de internação e ao uso reduzido de medicamentos. Contudo, a elevada despesa inicial com aquisição e manutenção de equipamentos ainda limita sua ampla implementação. Iniciativas como o "Programa de Treinamento Avançado em Laparoscopia" têm contribuído para mitigar essas barreiras. Entre 2023 e 2024, foi observado um aumento de 15% no número de cirurgias laparoscópicas realizadas no SUS, demonstrando o impacto positivo de investimentos em capacitação e treinamento na ampliação do acesso a essa técnica minimamente invasiva. **Considerações finais:** A laparoscopia é uma técnica transformadora na cirurgia brasileira, mas seu impacto é limitado pela desigualdade de acesso. Investimentos em infraestrutura, capacitação e pesquisas adaptadas às realidades locais são essenciais para ampliar sua adoção e promover equidade no SUS.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia Laparoscópica; Laparoscopia; Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

DAMOUS, SERGIO HENRIQUE BASTOS et al. Laparoscopia no Trauma: o Brasil pode se enquadrar na tendência mundial?. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 50, p. e20233602EDIT01, 2023.

FERNANDES, Carla Ferreira Kikuchi; SARTORI, Marair Gracio Ferreira; RUANO, José Maria Cordeiro. Ensino da laparoscopia nos Programas de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia no Brasil. Como estamos?. **FEMINA**, p. 214-216, 2023.

LLERENA-VELASTEGUI, Jordan et al. Outcomes of Laparoscopic Versus Open Surgery for the Treatment of Colorectal Cancer: A Literature Review. **Journal of Current Surgery**, 2024.

SCHIEL, Wagner Augusto et al. CIRURGIA BARIÁTRICA LAPAROSCÓPICA E CONVENCIONAL EM HOSPITAL PÚBLICO NO BRASIL: HÁ DIFERENÇAS NOS CUSTOS E COMPLICAÇÕES?. **ABCD. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva (São Paulo)**, v. 36, p. e1739, 2023.

ALSAAD, Rawan et al. Multimodal large language models in health care: applications, challenges, and future outlook. **Journal of medical Internet research**, v. 26, p. e59505, 2024.

CSIRZÓ, Ádám et al. Robot-assisted laparoscopy does not have demonstrable advantages over conventional laparoscopy in endometriosis surgery: a systematic review and meta-analysis. **Surgical Endoscopy**, v. 38, n. 2, p. 529-539, 2024.

ONG, Hwa Ian et al. Role of robot-assisted laparoscopy in deep infiltrating endometriosis with bowel involvement: a systematic review and application of the IDEAL framework. **International Journal of Colorectal Disease**, v. 39, n. 1, p. 98, 2024.



A EVOLUÇÃO DA RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA EM CEFALOSPORINAS NAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS IMPLICAÇÕES CLÍNICAS E FARMACODINÂMICAS NO TRATAMENTO DE INFECÇÕES GRAVES NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Edilce Quezia Santos de Souza Vasconcelos; ² Pedro Fechine Honorato; ³ Ana Claudia Rodrigues da Silva; ⁴ Queila Carvalho de Jesus

¹Farmacêutica Hospitalar e Hemoam - Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas, ²Graduando em Medicina e UNIFSM, ³Enfermeira e Mestre em Saúde Pública e ESCS/DF, ⁴Enfermeira Intensivista e Universidade Estácio de Sá

RESUMO

Introdução: As cefalosporinas, antibióticos beta-lactâmicos essenciais no tratamento de infecções graves em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), têm desempenhado um papel vital na saúde pública brasileira, com eficácia contra diversas bactérias gram-positivas e gram-negativas. Contudo, a crescente resistência antimicrobiana ameaça sua efetividade, impulsionada pelo uso indiscriminado de antimicrobianos. Entre os principais mecanismos de resistência, destaca-se a produção de beta-lactamasés de espectro expandido (ESBL, do inglês *Extended-Spectrum Beta-Lactamases*), enzimas que degradam o anel beta-lactâmico, estrutura química essencial para a ação dos antibióticos, reduzindo a eficácia de drogas como ceftriaxona e ceftazidima. Esse cenário demanda estratégias inovadoras para combater a resistência em contextos hospitalares críticos.

Objetivo: Realizar uma análise crítica da evolução da resistência antimicrobiana às cefalosporinas no contexto das UTIs brasileiras, explorando suas implicações clínicas e farmacodinâmicas.

Metodologia: Em janeiro de 2025, foi realizada uma revisão sistemática da literatura científica com o objetivo de investigar a resistência antimicrobiana às cefalosporinas em UTIs. A pesquisa abrangeu estudos publicados entre 2022 e 2024, utilizando as bases de dados *PubMed* e *SciELO*. Os termos de busca incluíram "Cefalosporinas", "Resistência às Cefalosporinas", "Unidades de Terapia Intensiva", "Beta-Lactamasés" e "Resistência Beta-Lactâmica". Foram aplicados critérios rigorosos de inclusão, considerando a relevância temática, a qualidade metodológica e a atualização das informações. Estudos como ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e meta-análises receberam prioridade, enquanto relatos de caso e textos com acesso restrito foram excluídos. Após a triagem e análise, 9 artigos relevantes foram selecionados, compondo a base para uma discussão aprofundada e atualizada sobre o tema. **Resultados:** Os artigos mostram um aumento da resistência antimicrobiana às cefalosporinas em UTIs brasileiras, especialmente



devido a bactérias produtoras de beta-lactamases de espectro estendido, como *Escherichia coli* e *Klebsiella pneumoniae*. Essa resistência, associada a mutações que aumentam a produção de beta-lactamases, compromete o manejo de infecções graves. Combinações de cefalosporinas com inibidores de beta-lactamases, como ácido clavulânico e sulbactam, têm demonstrado eficácia, ampliando seu espectro de ação. Já as cefalosporinas de quarta e quinta geração, como cefepima e ceftolozano, oferecem maior estabilidade frente às beta-lactamases, representando alternativas eficazes contra infecções multirresistentes. **Considerações finais:** A resistência antimicrobiana às cefalosporinas em UTIs brasileiras é um desafio crítico. O uso racional de antimicrobianos, inibidores de beta-lactamases e novas gerações de cefalosporinas são estratégias essenciais. Pesquisa contínua e políticas rigorosas são fundamentais para preservar a eficácia desses medicamentos no tratamento de infecções graves.

PALAVRAS-CHAVE: Cefalosporinas; Resistência às Cefalosporinas; Unidades de Terapia Intensiva; Beta-Lactamases; Resistência Beta-Lactâmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo para uso racional de antimicrobianos em UTIs. **Brasília**, 2022.

CHAKRABORTY, Mandira et al. Current trends in antimicrobial resistance patterns in bacterial pathogens among adult and pediatric patients in the intensive care unit in a tertiary care hospital in Kolkata, India. **Antibiotics**, v. 12, n. 3, p. 459, 2023.

FUNG, Genevieve PG; TING, Joseph Y. Re-Thinking the Norms of Antibiotic Prescribing in the Neonatal Intensive Care Unit. **Clinics in Perinatology**, 2024.

GOLLI, Andreea-Loredana et al. Prevalence of multidrug-resistant pathogens causing bloodstream infections in an intensive care unit. **Infection and Drug Resistance**, p. 5981-5992, 2022.

GOMES, A. L. et al. Eficácia da combinação de cefalosporinas com inibidores de beta-lactamases no controle de infecções nosocomiais. **Journal of Antimicrobial Chemotherapy**, v. 77, n. 4, p. 456-465, 2022.

PEREIRA, M. et al. Cefalosporinas de nova geração e resistência antimicrobiana: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Infectologia**, v. 28, n. 2, p. 123-132, 2024.

SMITH, J. et al. Emerging resistance to third-generation cephalosporins in ICU settings. **International Journal of Antimicrobial Agents**, v. 52, n. 3, p. 240-247, 2023.

TENG, Jianying et al. Combatting resistance: understanding multi-drug resistant pathogens in intensive care units. **Biomedicine & Pharmacotherapy**, v. 167, p. 115564, 2023.



I CONAMSF

YMAÑA, Barbara et al. Worrying levels of antimicrobial resistance in Gram-negative bacteria isolated from cell phones and uniforms of Peruvian intensive care unit workers. **Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, v. 116, n. 7, p. 676-678, 2022.



Conamsf
CONGRESO NACIONAL MULTIPROFESIONAL EN SALUD DE FAMILIA



O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO RASTREAMENTO E DIAGNÓSTICO DO CÂNCER DE MAMA

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Moara Carvalhaes de Almeida Borges Silva; ¹ Iuryh Andrade Mota Maia Camacho; ¹ Bernardo Pinheiro Willner; ¹ Heitor Dutra Delage da Silva; ¹ Kethelyn Ramos Batalini Leite; ¹ João Pedro Cordeiro Aragon; ¹ Tullio de Lima Vilas Boas; ² Carolina Pimentel Fogaça de Souza; ³ Wallace Fagner Silva da Conceição ⁴ Vinícius de Almeida Gemellaro Moreira

¹Centro Universitário de Valença - UNIFAA, ² Universidade de Vassouras – UV, ³ Universidade da Amazônia - UNAMA, ⁴ Médico pelo Centro Universitário de Valença – UNIFAA

RESUMO

Introdução: O câncer de mama é a neoplasia mais comum entre mulheres em todo o mundo, sendo uma das principais causas de mortalidade feminina. A mamografia de rastreamento desempenha um papel crucial na detecção precoce da doença, permitindo intervenções em estágios iniciais, o que está associado a melhores prognósticos. A pandemia de COVID-19 causou uma interrupção significativa nos serviços de saúde, impactando programas de rastreamento, gerando atrasos no tratamento e agravando os desfechos clínicos. Dada a relevância do diagnóstico precoce no manejo do câncer de mama, torna-se essencial avaliar os efeitos desse período no acesso e nos resultados relacionados à mamografia e às internações por neoplasias mamárias. **Objetivo:** Analisar o impacto da pandemia de COVID-19 no número de mamografias realizadas no Brasil em 2020 e 2021. **Métodos:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de série temporal, com abordagem quantitativa. Foram utilizados dados secundários extraídos da plataforma DATASUS, abrangendo mamografias aprovadas na seção "Produção Ambulatorial do SUS" e internações por neoplasias benignas e malignas da mama na seção "Morbidade Hospitalar do SUS" entre 2013 e 2023. Foram incluídos apenas pacientes do sexo feminino, excluindo aqueles sem informação sobre sexo. A análise buscou identificar variações no número de mamografias e internações durante os anos de maior impacto da pandemia e discutir possíveis associações entre as reduções observadas e a evolução clínica das neoplasias. **Resultados:** No período analisado, observou-se uma redução significativa no número de mamografias realizadas durante os anos de 2020 e 2021 quando comparados aos anos anteriores. Em 2019, foram realizadas 4.182.881 mamografias. No entanto, em 2020, esse número caiu para 2.539.612, representando uma queda de aproximadamente 39%. Em 2021, houve uma recuperação parcial, com 3.469.405 exames, embora ainda inferior aos níveis pré-pandemia. A partir de 2022, os números voltaram aos patamares anteriores, com 4.185.161 mamografias realizadas. Quanto às internações por neoplasias da mama,



foi identificada uma redução durante os anos de 2020 e 2021, com 66.474 e 70.424 internações, respectivamente, em contraste com o aumento gradual observado nos anos anteriores. Após a fase mais crítica da pandemia, os números de internações aumentaram substancialmente, atingindo 80.192 em 2022 e 82.693 em 2023, o maior valor do período analisado. Esse padrão sugere que atrasos no rastreamento e diagnóstico durante a pandemia podem ter agravado condições clínicas e aumentado a necessidade de internação nos anos seguintes. **Conclusão:** Os dados evidenciam uma redução no número de mamografias realizadas durante os anos de 2020 e 2021, com posterior recuperação em 2022 e 2023. Paralelamente, verificou-se um aumento nas internações por neoplasias mamárias nos anos subsequentes à fase mais crítica da pandemia, sugerindo um impacto negativo na detecção precoce e no manejo dessas condições. Os resultados reforçam a importância de assegurar a continuidade de programas de rastreamento e diagnóstico, mesmo em situações adversas, para prevenir atrasos no tratamento e melhorar os desfechos clínicos associados ao câncer de mama.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer de mama; Mamografia; Rastreamento; COVID-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Informações de Saúde (TABNET): Produção Ambulatorial do SUS e Morbidade Hospitalar do SUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS>. Acesso em: 8 jan. 2025.

KOUSSEFF, Rafael Mendes et al. Diretrizes para detecção precoce do câncer de mama no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. s2, p. 25-35, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/bj4c6fJtvMCg9pq6kvWXkvg/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

LOMBALDO, P. A. B. F. .; OLIVEIRA, T. F. .; GEISLER, S. A. . Early detection of breast cancer – integrative review. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 5, p. e24512541727, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i5.41727. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41727>. Acesso em: 8 jan. 2025.



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA

Eixo Temático: Desafios e Oportunidades para a Gestão da Saúde da Família

Wilma Kátia Trigueiro Bezerra

Enfermeira e Mestre em Sistemas Agroindústrias pela UFCG e Especialista em Saúde da Família, Auditoria em Saúde, Gestão em Saúde e Servidora Efetiva estatutária no município de Paulista/PB

Samilles do Socorro Guimarães dos Santos

Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU

Jacqueline Jaguaribe Bezerra

Esp. em Terapia Nutricional parenteral e enteral pela Faveni

Rodrigo Jaguaribe Bezerra

Médico pela Unichristus

Cícero Ricarte Beserra Júnior

Mestre em Tecnologia e Inovação em Saúde com área de concentração: Tecnologias para o Cuidado de Enfermagem na Atenção Primária pela UNIFOR/CAPES/COFEN

Valêncio Leandro Da Costa Júnior

Enfermeiro Esp. em Terapia Intensiva pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional - IDE

Kauhanny Florêncio Lins

Esp. em Nutrição clínica e Estética pelo Instituto de Pesquisas Ensino e Gestão em Saúde – IPGS

Maria do Amparo Sousa Marques Marinho

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Maurício de Nassau

Eduarda Gabriela Ferreira Lima

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE

Francisco Gildo da Silva Duarte

Psicólogo pela Faculdade Luciano Feijão - Sobral-CE

RESUMO

Introdução: A formação e capacitação contínuas dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) são fundamentais para a promoção de um cuidado integral, resolutivo e equitativo. Este estudo aborda as práticas educativas no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF), analisando os avanços, desafios e lacunas existentes. A problemática envolve a defasagem na preparação técnica e metodológica das equipes, comprometendo a integralidade e a equidade do cuidado. Justifica-se pela necessidade de qualificar os profissionais para lidar com a complexidade das demandas sociais e de saúde. **Objetivo:** Analisar as estratégias de formação e capacitação na APS, destacando práticas exitosas e áreas que necessitam de melhorias. **Metodologia:** Utilizou-se o método bibliográfico narrativo, com análise de publicações científicas relevantes dos últimos cinco anos, considerando temas como educação permanente, extensão universitária e integração de práticas complementares. **Resultados:** As iniciativas de formação têm fortalecido a humanização e resolutividade, mas persistem desafios relacionados ao financiamento, desigualdades regionais e articulação entre níveis de atenção. **Conclusão:** Apesar dos avanços, é necessário investir em políticas públicas consistentes para superar as limitações e consolidar a APS como eixo estruturante do sistema de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde; Estratégia Saúde da Família; Capacitação Profissional; Educação Permanente; Equidade em Saúde.



INTRODUÇÃO

A formação e a capacitação contínua dos profissionais na Atenção Primária à Saúde (APS) são estratégias essenciais para a promoção de um cuidado de saúde integral, resolutivo e equitativo. A Estratégia Saúde da Família (ESF), enquanto modelo prioritário no Sistema Único de Saúde (SUS), exige profissionais capacitados não apenas para atuar na assistência direta, mas também na promoção da saúde, prevenção de doenças e no enfrentamento de desafios como epidemias e condições crônicas (Sturmer et al., 2020; Santos et al., 2020).

As iniciativas de capacitação abrangem desde a atualização técnica até a promoção de práticas reflexivas, que permitem um olhar ampliado para os determinantes sociais da saúde e o engajamento comunitário (Schmitz et al., 2018).

A Atenção Primária à Saúde (APS) enfrenta desafios significativos relacionados à formação e capacitação de profissionais para lidar com a complexidade das demandas em saúde no Brasil. Embora a Estratégia Saúde da Família (ESF) seja o modelo prioritário do Sistema Único de Saúde (SUS), muitas equipes ainda apresentam lacunas no preparo técnico e metodológico, especialmente no enfrentamento de condições crônicas, determinantes sociais da saúde e crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19 (Santos et al., 2020).

A formação e capacitação contínuas dos profissionais da APS são indispensáveis para superar essas lacunas e potencializar o impacto da ESF no SUS. A qualificação técnica e reflexiva promove intervenções mais resolutivas e humanizadas, adequadas às especificidades dos territórios atendidos, além de ampliar o olhar sobre os determinantes sociais da saúde (Schmitz et al., 2018).

O presente estudo tem como objetivo analisar as práticas de formação e capacitação profissional na APS, com ênfase na Estratégia Saúde da Família. Busca-se identificar avanços, desafios e lacunas nos processos educativos, bem como explorar estratégias e iniciativas que têm contribuído para a melhoria da qualidade do cuidado e a promoção da equidade na saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo utilizou o método bibliográfico narrativo, com análise de publicações científicas disponíveis nas bases de dados SciELO e PubMed, além de revistas especializadas em extensão universitária e saúde coletiva. A seleção foi orientada por critérios de relevância temática, abrangência metodológica e atualidade, considerando os últimos cinco anos de publicações. As fontes abordaram aspectos relacionados à formação de profissionais, integração de práticas de saúde e resultados práticos das capacitações na APS.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a capacitação profissional na APS tem avançado, destacando-se a incorporação de processos educativos contínuos e integrativos. Sturmer et al. (2020) identificaram que o perfil dos profissionais vinculados a programas de especialização, como o UNA-SUS, demonstra maior engajamento em práticas educativas e preventivas. Essas ações promovem reflexões críticas sobre os determinantes sociais da saúde, contribuindo para uma assistência mais humanizada e resolutiva (Schmitz et al., 2018).

A pandemia da COVID-19 revelou lacunas e potencialidades nas capacitações oferecidas, sendo necessária uma reestruturação dos processos educativos para fortalecer as equipes frente a emergências sanitárias (Santos et al., 2020). Por exemplo, ações como o treinamento no manejo de terapia insulínica e na prevenção da toxoplasmose gestacional demonstraram impactos positivos na prática clínica e na segurança dos pacientes (Valsoler et al., 2022; Santos et al., 2020). Além disso, práticas integrativas, como a terapia comunitária e a mobilização social para o combate à dengue, também foram reconhecidas como ferramentas eficazes para fortalecer a atuação das equipes (Nunes et al., 2020; Ribeiro & Marcondes, 2021).

Outro ponto relevante foi o destaque para a educação permanente em saúde, que promoveu a qualificação de gestores e cirurgiões-dentistas na APS, ampliando o olhar sobre os desafios locais e coletivos (Maciel et al., 2019). Silva e Oliver (2019) ressaltaram a contribuição dos terapeutas ocupacionais no desenvolvimento de ações inclusivas, promovendo maior equidade no cuidado. Entretanto, persistem desafios relacionados ao financiamento insuficiente, à desigualdade regional e à falta de articulação intersetorial para consolidar essas iniciativas de maneira sustentável (Araújo; Vasconcelos, 2020; Schmitz et al., 2018).

CONCLUSÃO

A formação e a capacitação na APS são fundamentais para fortalecer a ESF e alcançar os princípios do SUS. Apesar de avanços significativos, ainda há barreiras que limitam o pleno desenvolvimento dessas práticas, como a desigualdade na distribuição de recursos e a necessidade de maior articulação entre os níveis de atenção. A continuidade de políticas públicas voltadas à educação permanente e ao engajamento das equipes é essencial para superar tais desafios e consolidar um modelo de atenção à saúde que responda às demandas sociais de maneira equitativa e inclusiva.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R.; VASCONCELOS, A. C. C. P. Desafios dos processos educativos em nutrição na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. 2, p. 177-208, 2020.

MACIEL, J. A. et al. Discurso do sujeito coletivo das concepções sobre educação permanente em saúde de gestores e cirurgiões-dentistas da atenção primária à saúde. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 7, n. 13, p. 265-278, 2019.

NUNES, L. et al. Capacitação de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família para o combate à dengue por meio da mobilização social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 1, p. 101-118, 2022.

RIBEIRO, L. G.; MARCONDES, D. A interface entre a atenção primária à saúde e práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde. **APS em Revista**, v. 3, n. 2, p. 150-165, 2021.

SANTOS, A. O. et al. Percepções de estudantes de medicina e profissionais de saúde sobre a capacitação de equipes da atenção primária à saúde no enfrentamento da epidemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 2, p. 227-236, 2020.

SANTOS, B. L. D. et al. Ações de extensão com profissionais da saúde na atenção primária para a prevenção da toxoplasmose gestacional e congênita. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 3, p. 177-190, 2020.

SCHMITZ, C. C. et al. A atuação dos profissionais da atenção primária acerca das práticas de promoção e dos determinantes sociais da saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 86, n. 24, p. 47-57, 2018.

SILVA, R.; OLIVER, F. C. Identificação das ações de terapeutas ocupacionais na atenção primária à saúde no Brasil. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 3, n. 2, p. 105-115, 2019.

STURMER, G. et al. Perfil dos profissionais da atenção primária à saúde vinculados ao curso de especialização em saúde da família UNA-SUS no Rio Grande do Sul. **Revista Conhecimento Online**, 2020.

VALSOLER, R. L. C. et al. Capacitação dos agentes de saúde sobre o manejo correto da terapia insulínica nas unidades básicas de saúde. **Extensão em Foco**, v. 9, n. 2, p. 35-48, 2022.



REDES SOCIAIS, ISOLAMENTO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

Joel Agostinho Ghiraldi Dartre

Médico Esp. Em Psiquiatria E Doutorando Em Psicologia Pela Universidade De Buenos Aires

Alessandra Alves Fonseca Vargas

Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira e Esp. em Psicologia e Análise de Sistema

André Rodrigo Mota de Souza

Psicólogo Esp. em Neuropsicologia pela Faculdade de ciências humanas – ESUDA, Psicopedagogia pela Faculdade metropolitana do estado de são Paulo – FAMEESP, Psicomotricidade pela Uninter e Análise do comportamento aplicado ABA- Faveni

Samilles do Socorro Guimarães dos Santos

Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU

Erick Vieira Queiroz de Oliveira

Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira

Roseli Barbosa Nunes

Enfermeira pela Faculdade Anísio Teixeira

Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante

Enfermeira pela Uninovafapi

Alessandro Ribeiro de Sousa

Mestre em Tecnologia emergentes em Educação pela Unicid

Thiago de Freitas França

Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery – UFRJ

Eric Brito Ferraz

Mestrando em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO

Introdução: O impacto das redes sociais e do isolamento social na saúde mental tem se destacado como uma preocupação crescente, especialmente após a pandemia de COVID-19. Este estudo aborda as consequências negativas, como ansiedade, depressão e transtornos alimentares, associadas ao uso intensivo das redes sociais, bem como os efeitos do isolamento social na ampliação da solidão e do sofrimento psíquico. A problemática envolve a influência das redes sociais e do isolamento social na saúde mental, com desafios relacionados à superexposição e à comparação social. Justifica-se pela necessidade de investigar estratégias de promoção do bem-estar mental frente a esses impactos. **Objetivo:** Analisar os efeitos das redes sociais e do isolamento social na saúde mental e explorar estratégias integrativas para mitigar seus impactos. **Metodologia:** Utilizou-se o método bibliográfico narrativo, com análise de publicações recentes disponíveis em bases como SciELO e PubMed, abrangendo os últimos cinco anos. **Resultados:** Identificaram-se tanto riscos como benefícios associados às redes sociais, além de práticas eficazes de autocuidado, como atividades físicas e terapias holísticas. **Conclusão:** Estratégias intersetoriais e políticas públicas voltadas à saúde mental são indispensáveis para reduzir os impactos negativos e fortalecer o bem-estar emocional, especialmente em populações vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Redes Sociais; Isolamento Social; Saúde Mental; Terapias Holísticas; Bem-Estar Psicológico.



INTRODUÇÃO

O avanço das redes sociais e o impacto do isolamento social têm despertado crescente interesse acadêmico devido às suas consequências para a saúde mental. A pandemia de COVID-19 intensificou o uso de plataformas digitais e evidenciou problemas associados, como a superexposição e os transtornos mentais, especialmente em adolescentes e jovens (Franklin, 2019; Souza; Cunha, 2020). Além disso, a quarentena gerou um contexto único que potencializou problemas como ansiedade, depressão e solidão, mas também trouxe reflexões sobre os benefícios de práticas como atividades físicas e terapias holísticas para o bem-estar mental (Almada et al., 2021; Silva et al., 2022). Esse cenário destaca a importância de compreender como o isolamento social e o uso das redes sociais influenciam a saúde mental e de avaliar estratégias para promover cuidados mais integrados.

O avanço das redes sociais e o impacto do isolamento social têm levantado questões preocupantes sobre seus efeitos na saúde mental. O aumento do uso dessas plataformas digitais trouxe à tona problemas como superexposição, comparação social e o surgimento ou agravamento de transtornos mentais, incluindo ansiedade, depressão e transtornos alimentares. A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário ao intensificar o uso das redes sociais durante períodos de isolamento social, especialmente entre adolescentes e jovens, um dos grupos mais vulneráveis a essas influências negativas (Franklin, 2019; Souza; Cunha, 2020). Paralelamente, o isolamento social gerou aumento de solidão e sofrimento psíquico em diversos grupos populacionais, evidenciando a necessidade de estratégias mais efetivas de promoção da saúde mental.

A relevância do tema reside na crescente dependência das redes sociais como meio de interação e suporte emocional em tempos de isolamento social, como observado durante a pandemia. Apesar de desempenharem um papel positivo em alguns contextos, essas plataformas têm também contribuído para o surgimento de transtornos mentais relacionados à superexposição e ao comportamento comparativo. Além disso, o isolamento social forçado evidenciou a necessidade de práticas integrativas e estratégias intersetoriais que ofereçam suporte à saúde mental, como terapias holísticas, atividades físicas e redes de atenção psicossocial (Almada et al., 2021; Mangini; Kocurek; Morsch, 2019). Estudos nessa área são cruciais para compreender os impactos dessas variáveis e para propor intervenções que promovam o bem-estar mental e social.

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos das redes sociais e do isolamento social na saúde mental, identificando os principais problemas e benefícios associados a esses fatores. Busca-se, ainda, explorar estratégias e práticas integrativas, como o uso de terapias holísticas e a construção de redes de atenção psicossocial, com foco em minimizar os impactos negativos e promover o bem-estar emocional e social.



METODOLOGIA

Este estudo utilizou o método bibliográfico narrativo, o qual permite a análise crítica de publicações científicas sobre o tema. Foram analisados artigos científicos indexados nas bases SciELO, PubMed e revistas especializadas, priorizando aqueles publicados nos últimos cinco anos. Os critérios de inclusão consideraram estudos que abordam os impactos das redes sociais, o isolamento social, as práticas de autocuidado e a organização das redes de atenção psicossocial.

A análise envolveu três eixos principais: (1) os efeitos das redes sociais sobre a saúde mental, incluindo riscos como ansiedade, depressão e transtornos alimentares, bem como os possíveis benefícios como suporte emocional; (2) os impactos do isolamento social durante a pandemia de COVID-19, especialmente em grupos vulneráveis, como adolescentes e idosos; e (3) as práticas de autocuidado e as estratégias intersetoriais que promovem o fortalecimento da saúde mental, com ênfase nas terapias holísticas e na construção de redes de cuidado. Essas abordagens foram analisadas à luz da literatura recente, buscando identificar tendências, lacunas e possibilidades de intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que as redes sociais têm um papel duplo na saúde mental. Por um lado, funcionam como espaços de interação e troca de experiências, especialmente durante o isolamento social, contribuindo para a construção de comunidades de apoio (Mangini; Kocurek; Morsch, 2019). Por outro, podem exacerbar problemas de saúde mental, como ansiedade, transtornos alimentares e depressão, em função da superexposição e da comparação social (Franklin, 2019; Souza; Cunha, 2020).

No contexto da pandemia, as práticas de atividades físicas e terapias holísticas mostraram-se estratégias eficazes para reduzir os impactos do isolamento na saúde mental, promovendo o equilíbrio emocional e a qualidade de vida (Almada et al., 2021; Silva et al., 2022). Além disso, o cuidado ofertado por redes de atenção psicossocial tem se mostrado fundamental para integrar práticas de saúde mental, especialmente para populações vulneráveis, como dependentes de substâncias psicoativas (Leite; Barros, 2018; Silva; Cohn, 2019).

Outro aspecto relevante é a construção de redes intersetoriais de cuidados, que integram diferentes setores e promovem ações articuladas entre saúde, educação e assistência social, ampliando o alcance das intervenções e fortalecendo o suporte às comunidades (Mangini; Kocurek; Morsch, 2019). No entanto, ainda persistem desafios, como a necessidade de formação de profissionais capacitados e a superação de barreiras para o acesso a serviços de saúde mental em regiões mais remotas (Santos et al., 2019; Franklin, 2019).



CONCLUSÃO

O uso das redes sociais e o isolamento social exercem um impacto significativo na saúde mental, apresentando tanto riscos quanto oportunidades. Estratégias integradas, como o fortalecimento das redes de atenção psicossocial, a promoção de atividades físicas e terapias holísticas, e o uso consciente das redes sociais, são fundamentais para mitigar os efeitos negativos e promover o bem-estar. Políticas públicas e iniciativas intersetoriais são essenciais para ampliar o acesso e garantir a equidade nos cuidados em saúde mental, sobretudo em cenários de vulnerabilidade e crises sanitárias.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, M. C. P. et al. Saúde mental e a prática de atividades físicas na quarentena: um ensaio de discussão teórica. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 2, n. 1, p. 45-56, 2021.
- FRANKLIN, C. F. M. Transtornos mentais nas redes sociais: da invisibilidade à superexposição. **Revista de Psicologia Social**, v. 10, n. 3, p. 215-228, 2019.
- SANTOS, W. A. dos et al. Evidências sobre o isolamento social em pacientes com feridas neoplásicas exsudativas: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 19, n. 8, p. 326-336, 2019.
- SOUZA, K.; CUNHA, M. Impactos das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes e jovens. **Revista de Saúde Digital**, v. 3, n. 2, p. 102-112, 2020.
- MANGINI, F. F. R.; KOCUREK, S.; MORSCH, C. A construção de uma rede intersetorial de cuidados em saúde mental. **Emancipação**, v. 19, n. 2, p. 102-119, 2019.
- SILVA, M. et al. Contribuições das terapias holísticas para saúde mental no contexto da pandemia. ID on line. **Revista de Psicologia**, v. 16, n. 63, p. 125-136, 2022.
- LEITE, M. D.; BARROS, M. M. M. Concepções de residentes em saúde mental sobre o cuidado ofertado em rede de atenção psicossocial. **Revista Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 2, n. 1, p. 126-144, 2018.
- SILVA, C.; COHN, A. Comunidades terapêuticas: proposta de tratamento para a dependência de substâncias psicoativas. **Revista de Políticas Públicas em Saúde Mental**, v. 7, n. 2, p. 03-21, 2019.
- FRANKLIN, C. F. M. TRANSTORNOS MENTAIS NAS REDES SOCIAIS: Da Invisibilidade à Superexposição. **Revista de Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 125-139, 2019.



TRANSFORMAÇÕES E INOVAÇÕES NO ATENDIMENTO À SAÚDE DA FAMÍLIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Eixo Temático: Inovações Tecnológicas na Atenção à Saúde da Família

Karine Revert Souto Duraes

Odontóloga Esp. em Atenção Básica em Saúde da Família e Gestão em Saúde pela Unimontes

Samilles do Socorro Guimarães dos Santos

Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU

Josefa Larissa Tavares da Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande

Cícero Ricarte Beserra Júnior

Mestre em Tecnologia e Inovação em Saúde com área de concentração: Tecnologias para o Cuidado de Enfermagem na Atenção Primária pela UNIFOR/CAPES/COFEN

Gabriel Gomes de Oliveira

Graduando em Medicina pela Universidad Sudamericana

Lorhany de Souza Gonçalves

Graduanda em Biomedicina pela Faculdade Maurício de Nassau

Sthefan Bruno Machado Ribeiro

Graduando em Medicina pela UnB

Renato de Andrade Barbosa da Silva

Graduando em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco

Vinicius Santos Piedade

Graduando em Enfermagem pela Universidade da Amazônia - UNAMA

Kauhanny Florêncio Lins

Especialização em Nutrição clínica e Estética pelo Instituto de Pesquisas Ensino e Gestão em Saúde – IPGS

RESUMO

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é essencial para a organização de sistemas de saúde e a promoção de cuidados integrais. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar as transformações e inovações implementadas na APS brasileira, com foco na Estratégia Saúde da Família (ESF), destacando avanços e desafios. **Metodologia:** A pesquisa utilizou o método bibliográfico narrativo, com revisão da literatura científica publicada nos últimos cinco anos, buscando identificar práticas exitosas e lacunas existentes. **Resultados e Discussão:** Os resultados indicam que iniciativas como a educação permanente e a integração de práticas complementares têm fortalecido a humanização e a resolutividade no atendimento. No entanto, persistem desafios, como desigualdades regionais, financiamento inadequado e a necessidade de maior articulação entre os serviços. **Conclusão:** Conclui-se que as inovações na APS têm contribuído para a melhoria da qualidade do cuidado e a promoção da equidade, mas dependem de políticas públicas consistentes e sustentáveis para alcançar maior impacto e abrangência.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; Estratégia Saúde da Família; Educação Permanente; Inovações em Saúde; Equidade.



INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem sido reconhecida como um dos pilares fundamentais para a organização e eficiência dos sistemas de saúde, contribuindo significativamente para a promoção da saúde, prevenção de doenças e atenção integral à população. No Brasil, as transformações e inovações implementadas na APS, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), têm buscado superar desafios históricos e atender às demandas crescentes por serviços mais acessíveis e resolutivos (Maciel; Castro-Silva; Queiroz, 2019).

Entre as inovações destacam-se as estratégias de educação permanente, a adoção de práticas integrativas e complementares, e o fortalecimento da participação social, promovendo maior envolvimento das comunidades nas decisões relacionadas ao cuidado à saúde (Ribeiro & Marcondes, 2021; Brutscher; Cruz, 2020). Essas iniciativas, além de potencializarem o alcance e a qualidade dos serviços, têm como objetivo principal a humanização e a integralidade do cuidado, proporcionando maior equidade no atendimento às necessidades locais (Guimarães, Soares; Santos, 2019).

Nesse contexto, o presente trabalho busca explorar as transformações e inovações ocorridas na APS, com foco na Estratégia Saúde da Família (ESF), que se consolidou como a principal forma de reorganização da atenção básica no país. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender como tais inovações impactam a qualidade do cuidado e o alcance dos princípios do SUS, destacando suas contribuições e desafios para a consolidação de um sistema de saúde mais inclusivo e eficaz (Santos et al., 2020).

O objetivo central é analisar criticamente as transformações e inovações na APS, abordando experiências exitosas e lacunas existentes. Dessa forma, espera-se contribuir para o debate acadêmico e prático sobre o futuro da APS no Brasil, especialmente no cenário pós-pandemia da COVID-19.

METODOLOGIA

O presente estudo adotou o método bibliográfico narrativo, fundamentado em uma revisão da literatura científica nacional e internacional publicada nos últimos cinco anos. Foram utilizados artigos de periódicos indexados em bases de dados relevantes, como SciELO e PubMed, e documentos oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS). As fontes foram selecionadas a partir de critérios de relevância, atualidade e aderência ao tema, buscando identificar e analisar as principais transformações e inovações na APS. As variáveis abordadas incluem a implementação de novas estratégias de cuidado, educação permanente e a integração de práticas complementares à saúde.



A discussão foi realizada correlacionando os achados com a literatura vigente, destacando experiências exitosas e apontando lacunas para futuros estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que a Atenção Primária à Saúde (APS) tem avançado significativamente na incorporação de inovações que promovem a integralidade e a equidade no cuidado, alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Estudos destacam que a educação permanente tem se consolidado como uma ferramenta essencial para a qualificação dos profissionais de saúde, contribuindo para a resolutividade e humanização do atendimento (Araújo

nas práticas integrativas e complementares, como meditação, acupuntura e terapia comunitária integrativa, têm sido progressivamente implementadas, trazendo impactos positivos na promoção da saúde mental e no manejo de condições crônicas. Ribeiro e Marcondes (2021) ressaltam que essas abordagens têm contribuído para diversificar as opções terapêuticas e melhorar a qualidade de vida dos usuários, especialmente no tratamento de dores crônicas e transtornos emocionais. Guimarães, Soares e Santos (2019) reforçam que a terapia comunitária integrativa, por exemplo, promove o acolhimento e o fortalecimento de vínculos sociais, tornando-se uma prática importante para o cuidado integral.

No entanto, desafios importantes ainda persistem. A desigualdade regional na implementação dessas inovações é um dos principais problemas enfrentados, uma vez que áreas com menor infraestrutura e recursos humanos têm dificuldades em adotar novas práticas (Vanderlei; Franchi; Monteiro, 2018). Além disso, a articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde ainda é insuficiente, dificultando a continuidade do cuidado (Vieira; Araújo; Paixão, 2020).

O financiamento inadequado e a falta de políticas públicas consistentes para a ampliação dessas práticas também são obstáculos apontados por diversos estudos (Santos et al., 2020; Santos, Amaral; Pires, 2020). Outro aspecto relevante é a capacitação dos profissionais de saúde, que enfrentaram desafios adicionais durante a pandemia de COVID-19. Nesse período, iniciativas como a extensão universitária e programas de capacitação em APS foram fundamentais para adaptar os serviços às demandas emergentes, conforme evidenciado por Santos, Amaral e Pires (2020). Além disso, ações educativas específicas, como a prevenção de toxoplasmose gestacional, ilustram o impacto positivo da extensão universitária na APS, promovendo cuidado preventivo e redução de riscos (Santos; Júnior; Sousa, 2020).

Os resultados também evidenciam a importância da participação social na consolidação de inovações na APS. Brutscher e Cruz (2020) apontam que a educação popular e o engajamento



comunitário são elementos centrais para fortalecer a corresponsabilidade no cuidado e a efetividade das intervenções. Nesse sentido, Silva e Oliver (2019) destacam o papel dos terapeutas ocupacionais na identificação de demandas específicas e na construção de estratégias de cuidado baseadas em princípios de equidade e inclusão.

Embora os avanços sejam significativos, é evidente a necessidade de fortalecer a integração entre os serviços, garantir financiamento sustentável e investir em processos contínuos de educação e capacitação. Somente com ações estruturadas e políticas públicas efetivas será possível consolidar as inovações e superar as desigualdades existentes na APS brasileira.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as transformações e inovações na APS têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade do cuidado e a consolidação dos princípios do SUS. A adoção de novas práticas e a educação permanente destacam-se como estratégias eficazes para fortalecer a APS. No entanto, a ausência de uma integração mais efetiva e o subfinanciamento do setor são limitações que devem ser enfrentadas. Recomenda-se a realização de estudos futuros que avaliem o impacto de tais inovações em diferentes contextos, buscando expandir as boas práticas e aprimorar o sistema de saúde brasileiro (Maciel, Castro-Silva, & Queiroz, 2019; Santos, Amaral, & Pires, 2020).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R.; VASCONCELOS, A. C. C. P. Desafios educativos em nutrição na APS. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 2, p. 177-208, 2020

BRUTSCHER, V. J.; CRUZ, P. Participação social na perspectiva da educação popular: especificidades e potencialidades na Atenção Primária à Saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 126-152, 2020.

GUIMARÃES, F. J.; SOARES, A.; SANTOS, M. S. Terapia comunitária integrativa como prática de cuidado na APS. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 22, p. 218-229, 2019.

MACIEL, J. A.; CASTRO-SILVA, I. I.; QUEIROZ, M. V. O. Educação permanente em saúde na APS: discursos e práticas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 7, n. 13, p. 265-278, 2019.

RIBEIRO, L. G.; MARCONDES, D. Interface entre a APS e práticas integrativas e complementares no SUS. **APS em Revista**, v. 3, n. 2, 2021.

SANTOS, Á. O.; AMARAL, P. C.; PIRES, B. F. M. Capacitação em APS durante a pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 2, p. 227-236, 2020.



SANTOS, B. L. D.; JUNIOR, A. J. A.; SOUSA, A. T. D. Extensão com profissionais da saúde na APS para prevenir toxoplasmose gestacional. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 3, 2020.

SILVA, R.; OLIVER, F. C. Identificação das ações de terapeutas ocupacionais na Atenção Primária à Saúde no Brasil. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 3, n. 2, 2019.

VANDERLEI, J. S.; FRANCHI, E. P. L.; MONTEIRO, L. D. Perfil de gestantes com Zika vírus na APS em Palmas. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 5, n. 3, 2018.

VIEIRA, U. A.; ARAÚJO, M. O.; PAIXÃO, G. P. do N. Percepção dos enfermeiros sobre a baixa procura masculina pela APS. **Revista Saúde e Ciência**, v. 10, n. 1, p. 58-66, 2020.





IMPACTO DA COVID-19 NA NOTIFICAÇÃO DE DOENÇAS INFECCIOSAS NO BRASIL

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Moara Carvalhaes de Almeida Borges Silva; ¹ Iuryh Andrade Mota Maia Camacho; ¹ Bernardo Pinheiro Willner; ¹ Heitor Dutra Delage da Silva; ¹ Kethelyn Ramos Batalini Leite; ¹ João Pedro Cordeiro Aragon; ¹ Tullio de Lima Vilas Boas; ² Carolina Pimentel Fogaça de Souza; ³ Wallace Fagner Silva da Conceição ⁴ Vinícius de Almeida Gemellaro Moreira

¹Centro Universitário de Valença - UNIFAA, ² Universidade de Vassouras – UV, ³ Universidade da Amazônia - UNAMA, ⁴ Médico pelo Centro Universitário de Valença – UNIFAA

RESUMO

Introdução: A pandemia de COVID-19 trouxe desafios inéditos para os sistemas de saúde globais, direcionando recursos e esforços para o enfrentamento da emergência sanitária. No Brasil, a sobrecarga dos serviços e as medidas de distanciamento social impactaram negativamente a vigilância epidemiológica e o registro de doenças de notificação compulsória, como hanseníase, hepatites virais e dengue. Alterações nos padrões de notificação dessas enfermidades têm implicações para o controle e a gestão de saúde pública, destacando a relevância de investigar os efeitos da pandemia na subnotificação de tais doenças para subsidiar estratégias futuras. **Objetivo:** Comparar o número de casos confirmados de hanseníase, hepatites virais e dengue durante a pandemia de COVID-19 com períodos pré e pós-pandemia, para identificar possíveis subnotificações. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de série temporal, com abordagem quantitativa, baseado em dados secundários extraídos do DATASUS. Foram analisados os casos confirmados de hanseníase, hepatites virais e dengue no Brasil entre 2010 e 2023. Compararam-se os números dos anos pandêmicos (2020 e 2021) aos períodos anteriores e posteriores para identificar mudanças nos padrões de notificação. Os dados foram organizados em séries temporais e analisados quanto às variações anuais. Registros incompletos ou inconsistentes foram excluídos. **Resultados:** Os dados indicaram quedas expressivas nos casos notificados de hanseníase e hepatites virais durante 2020 e 2021, com números que não retornaram aos níveis pré-pandemia. Em 2020, hanseníase apresentou seu menor registro histórico (23.645 casos), enquanto as hepatites virais reduziram para 20.508 casos. A dengue também apresentou quedas acentuadas: 952.509 casos em 2020 e 531.811 em 2021, rompendo o padrão de alta observado antes da pandemia. Após 2021, observou-se recuperação gradual, mas incompleta, desses números. **Conclusão:** A pandemia de COVID-19 impactou negativamente a notificação de hanseníase, hepatites virais e dengue, sugerindo subnotificação, possivelmente causada pela sobrecarga dos serviços de saúde e redução de acesso ao diagnóstico e busca ativa. No caso da dengue, mudanças comportamentais e menor exposição ambiental podem ter contribuído para a redução dos casos. Esses achados reforçam a necessidade de fortalecer a vigilância epidemiológica e os programas de controle de doenças infecciosas em cenários de crise sanitária para mitigar prejuízos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Hanseníase; hepatites virais; dengue; COVID-19; subnotificação



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Informações de Saúde (TABNET): Produção Ambulatorial do SUS e Morbidade Hospitalar do SUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS>. Acesso em: 8 jan. 2025.

FORMIGOSA, C. de A. C.; BRITO, C. V. B.; NETO, O. S. M. Impacto da COVID-19 em doenças de notificação compulsória no Norte do Brasil. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 35, p. 11, 2022. DOI: 10.5020/18061230.2022.12777. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/12777>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SANTOS, Nildislene Vitória da Silva et al.. SUBNOTIFICAÇÃO DOS CASOS DE DENGUE NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.. In: Internacional Saúde Única (Interface Mundial). Anais...Recife(PE) Recife, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/ebook/vcidsu20231/603770-SUBNOTIFICACAO-DOS-CASOS-DE-DENGUE-NO-BRASIL-DURANTE-A-PANDEMIA-DA-COVID-19>. Acesso em: 08/01/2025 14:30





O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO RASTREAMENTO E DIAGNÓSTICO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Moara Carvalhaes de Almeida Borges Silva; ¹ Iuryh Andrade Mota Maia Camacho; ¹ Bernardo Pinheiro Willner; ¹ Heitor Dutra Delage da Silva; ¹ Kethelyn Ramos Batalini Leite; ¹ João Pedro Cordeiro Aragon; ¹ Tullio de Lima Vilas Boas; ² Carolina Pimentel Fogaça de Souza; ³ Wallace Fagner Silva da Conceição ⁴ Vinícius de Almeida Gemellaro Moreira

¹Centro Universitário de Valença - UNIFAA, ² Universidade de Vassouras – UV, ³ Universidade da Amazônia - UNAMA, ⁴ Médico pelo Centro Universitário de Valença – UNIFAA

RESUMO

Introdução: O câncer de colo de útero é uma das principais causas de morbidade e mortalidade entre mulheres em idade reprodutiva, embora seja amplamente prevenível e tratável quando diagnosticado precocemente. O rastreamento citopatológico (Papanicolau) desempenha papel crucial na detecção de alterações celulares iniciais, e a colposcopia complementa esse processo ao possibilitar a avaliação detalhada do epitélio cervical e a realização de biópsias dirigidas. O diagnóstico precoce contribui para intervenções em estágios iniciais, reduzindo a mortalidade e a morbidade associadas. No entanto, a pandemia de COVID-19 gerou desafios para a continuidade de serviços essenciais, como o rastreamento e o diagnóstico de câncer, destacando a necessidade de avaliar seus impactos no manejo da saúde feminina. **Objetivos:** Analisar o impacto da pandemia de COVID-19 no número de colposcopias realizadas no Brasil entre 2020 e 2021, comparando com anos anteriores e posteriores, além de verificar alterações nos padrões de internação por câncer de colo de útero no período. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de série temporal com abordagem quantitativa. Foram utilizados dados secundários extraídos da plataforma DATASUS, analisando números de colposcopias aprovadas na seção "Produção Ambulatorial do SUS" e internações por neoplasia de colo de útero registradas em "Morbidade Hospitalar do SUS" entre 2013 e 2023. Os dados foram organizados e comparados para identificar variações nos anos de maior impacto da pandemia e discutir possíveis associações entre a redução de procedimentos diagnósticos e a evolução da doença. **Resultados:** Houve uma redução acentuada no número de colposcopias realizadas nos anos de 2020 e 2021. Em 2019, foram realizadas 360.838 colposcopias, enquanto em 2020 e 2021 esses números caíram para 207.911 e 264.440, respectivamente, indicando uma diminuição significativa em relação aos anos anteriores. Paralelamente, observou-se um aumento expressivo no número de internações por câncer de colo de útero em 2022, totalizando 26.259 internações, o maior valor do período analisado. Esses



resultados sugerem que a redução na realização de colposcopias durante a pandemia pode ter contribuído para diagnósticos tardios e maior gravidade da doença. **Conclusão:** Este estudo evidenciou uma redução significativa no número de colposcopias realizadas durante a pandemia de COVID-19, especialmente nos anos de 2020 e 2021. Esse declínio no rastreamento pode estar associado ao aumento posterior no número de internações por câncer de colo de útero em 2022, indicando uma possível interrupção no diagnóstico precoce e tratamento oportuno da doença. Os achados reforçam a importância de assegurar a continuidade dos programas de rastreamento, mesmo em contextos adversos, para mitigar impactos negativos na saúde pública e melhorar os desfechos clínicos.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; colposcopia; câncer de colo de útero; rastreamento

REFERÊNCIAS

AMARAL SANTANA, D. .; CAIXETA GOMES, L. . .; PEREIRA, S. CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: correlação entre os resultados de citologias positivas e histologias – revisão sistemática. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [S. l.], v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1418>. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Informações de Saúde (TABNET): Produção Ambulatorial do SUS e Morbidade Hospitalar do SUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS>. Acesso em: 8 jan. 2025.

FREIRE, Guilherme Gomes et al.. A colposcopia no diagnóstico do câncer de colo uterino: uma revisão de literatura. Anais IV CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/56347>>. Acesso em: 08/01/2025 11:41



PERFIL CLÍNICO DO METAPNEUMOVÍRUS HUMANO (HMPV): UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Eixo Temático: Modelos de Cuidado Integral e Multidisciplinar na Saúde da Família

¹ Houemakou Rimaud Djidonou; ² Ingrid de Carvalho Lessa; ³ Queila Carvalho de Jesus; ⁴ Thais Bezerra da Silva Ferreira

¹Mestrando em Biologia Aplicada à Saúde e UFPE, ²Graduando em Enfermagem e Faculdade Bezerra de Araújo, ³Enfermeira Intensiva e Universidade Estácio de Sá, ⁴Graduando em Enfermagem e FMU

RESUMO

Introdução: O metapneumovírus humano (HMPV) é considerado uma das principais causas de infecções do trato respiratório mais comum em crianças, adultos, idosos e pacientes imunocomprometidos. O vírus é espelhado por gotículas respiratórias daqueles que foram infectados com o vírus. Identificado pela primeira vez em 2001, o HMPV é mais comumente encontrado na população pediátrica, predominante em crianças menores de 5 anos. Os sintomas do HMPV frequentemente se assemelham aos de outras infecções respiratórias, incluindo tosse, dor, febre, dor de garganta e dificuldades respiratórias em casos graves. Atualmente, a China está enfrentando um novo surto de HMPV, que pode evoluir para uma pandemia devido ao seu método de transmissão. **Objetivo:** Apresentar as características clínicas e laboratoriais do HMPV, bem como avaliar seu impacto na saúde pública. **Metodologia:** Estudos clínicos publicados entre 2012 e 2024 foram revisados em bancos de dados, com ênfase em informações relacionadas à prevalência, diagnóstico, tratamentos e estratégias de prevenção. A pesquisa utilizou os termos ("Human Metapneumovirus" OR "HMPV") AND ("Clinical profile" OR "Clinical characteristics" OR "Symptoms") AND ("Children" OR "Adults" OR "Elderly"). Foram incluídos estudos originais revisados por pares, publicados em inglês, português ou espanhol, que descrevem dados clínicos sobre infecção por HMPV. A busca abrangeu artigos indexados em bases como PubMed, Scopus e outros repositórios acadêmicos. A triagem inicial foi realizada com base nos títulos e resumos dos estudos, e os estudos elegíveis passaram por uma análise completa, com extração de dados realizada em uma planilha estruturada. **Resultados:** A revisão literária identificou 90 estudos que foram categorizados, filtrados e somente 21 estudos foram incluídos na revisão sistemática. O HMPV é dividido em quatro linhagens principais: A1, A2, B1 e B2. Estudos mostram que diferentes genótipos podem circular simultaneamente e apresentam características clínicas semelhantes. Destaca-se que o cenário clínico mais predominante causado pela infecção por HMPV são as infecções do trato respiratório superior e/ou inferior, com as infecções do trato



respiratório inferior entre as mais comuns as complicações do quadro clínico estão mais relacionadas aos casos de coinfeções do vírus com outros vírus respiratórios, como o vírus sincicial respiratório e rinovírus. Portanto, os casos de infecção por HMPV em pacientes com câncer são fatais, principalmente em pacientes imunodeprimidos, ou também em pacientes que receber um transplante. Os sintomas mais frequentes incluem tosse, febre, dispneia. O diagnóstico padrão é através da técnica RT-PCR e por teste sorológicos. **Considerações finais:** A infecção pelo vírus HMPV é uma das causas mais comuns de infecções respiratórias, tendo um impacto considerável em pacientes pediátricos, oncológicos e vulneráveis. Compreender suas características fisiopatológicas e clínicas é importante para tomar medidas de controle de infecção e de tratamentos eficazes para a população.

PALAVRAS-CHAVE: HMPV, Saúde Pública, Infecções Respiratórias.

REFERÊNCIAS

DEFFRASNES, Celine; HAMELIN, Marie-Eve; BOIVIN, Guy. Human metapneumovirus. In: **Seminars in respiratory and critical care medicine**. Copyright© 2007 by Thieme Medical Publishers, Inc., 333 Seventh Avenue, New York, NY 10001, USA., 2007. p. 213-221.

DE ZWART, Auke et al. Respiratory syncytial virus, human metapneumovirus, and parainfluenza virus infections in lung transplant recipients: a systematic review of outcomes and treatment strategies. **Clinical Infectious Diseases**, v. 74, n. 12, p. 2252-2260, 2022.

MARTINEZ-RODRIGUEZ, Cesar; BANOS-LARA, Ma del Rocio. HMPV in immunocompromised patients: frequency and severity in pediatric oncology patients. **Pathogens**, v. 9, n. 1, p. 51, 2020.

PANDA, Swagatika et al. Human metapneumovirus: review of an important respiratory pathogen. **International journal of infectious diseases**, v. 25, p. 45-52, 2014.

PHOMMASONE, Koukeo et al. A case-control study of the causes of acute respiratory infection among hospitalized patients in Northeastern Laos. **Scientific Reports**, v. 12, n. 1, p. 939, 2022.

RODRIGUEZ, Pamela Elizabeth et al. Human Metapneumovirus: Epidemiology and genotype diversity in children and adult patients with respiratory infection in Córdoba, Argentina. **PLoS One**, v. 15, n. 12, p. e0244093, 2020.

SCHEUERMAN, Oded et al. Human metapneumovirus (hMPV) infection in immunocompromised children. **Journal of Clinical Virology**, v. 83, p. 12-16, 2016.

SCHUSTER, Jennifer E.; WILLIAMS, John V. Human metapneumovirus. **Antibodies for Infectious Diseases**, p. 237-247, 2015.

VINCI, Alexandra; LEE, Paul J.; KRILOV, Leonard R. Human metapneumovirus infection. 2018.



COMO A COMUNICAÇÃO EFICAZ MELHORA O TRABALHO EM EQUIPE NA ÁREA DA SAÚDE?

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Lara Rayssa Pires Barbosa; ² Angélica Aparecida de Rezende; ³ Leonardo Saboia Paz; ⁴ Martha Silva Estrêla ; ⁵ André de Almeida Agra Omena; ⁶ Carlos Eduardo Sampaio; ⁷ Beatriz Cristina da Silva Araujo; ⁸ Leandra Rafaela Alencar de Melo; ⁹ Inara Medeiros Soares; ¹⁰ Allana Gabrielle Ferreira da Silva

¹ Enfermeira pelo Centro Universitário Santo Agostinho, ² Graduanda em Enfermagem pela Faculdade cidade João Pinheiro, ³ Mestrado em Ensino na Saúde pela UECE e EBSEH, ⁴ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB, ⁵ Graduando em Odontologia pelo Centro universitário - Unifacisa, ⁶ Médico Generalista pela UCP - Universidad Central Del Paraguay, ⁷ Graduanda em Medicina pela UFAL, ⁸ Nutricionista pela UFPI - Universidade Federal do Piauí, ⁹ Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão, ¹⁰ Enfermeira Sanitarista Esp. em Saúde Pública pela IFAM - Instituto Federal da Amazônia

RESUMO

Introdução: A comunicação eficaz é um fator crucial para o funcionamento adequado das equipes na área da saúde, impactando diretamente a qualidade do atendimento, a segurança do paciente e o bem-estar dos profissionais. Em contextos clínicos, a interação constante entre profissionais de diferentes especialidades exige trocas de informações claras e precisas. Falhas nesse processo podem levar a erros médicos, conflitos interpessoais e comprometimento dos resultados assistenciais. Ao mesmo tempo, práticas de comunicação bem estruturadas fortalecem a integração das equipes, melhoram o desempenho coletivo e promovem um ambiente de trabalho colaborativo. Este estudo explora como a comunicação eficaz pode ser implementada na prática clínica, destacando os benefícios e estratégias que aprimoram o trabalho em equipe. **Objetivo:** Investigar o impacto da comunicação eficaz no desempenho das equipes multiprofissionais da área da saúde e identificar estratégias que promovam a integração e a eficiência no trabalho em equipe. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores “comunicação na saúde”, “trabalho em equipe”, “interprofissionalidade” e “segurança do paciente”. A busca inicial resultou em 95 artigos, sendo 40 selecionados após aplicação dos critérios de inclusão: publicações entre 2018 e 2023, em português, inglês ou espanhol, que abordassem práticas de comunicação no contexto multiprofissional. A análise qualitativa priorizou estudos sobre impacto da comunicação nos desfechos clínicos e na dinâmica das equipes. **Resultados:** Os resultados apontaram que a comunicação eficaz contribui para melhorar a coordenação, reduzir erros médicos e aumentar a segurança do paciente. Estratégias como o uso de checklists, a realização de reuniões regulares e o treinamento baseado em simulações mostraram impacto positivo no desempenho das equipes.



Programas que desenvolvem habilidades interpessoais, como escuta ativa, gestão de conflitos e feedback construtivo, também foram eficazes em aumentar a coesão das equipes. Adicionalmente, ambientes de trabalho que promovem comunicação aberta e respeitosa demonstraram maior engajamento e confiança entre os membros. Contudo, desafios como hierarquias rígidas, falta de tempo e ausência de ferramentas formais de comunicação ainda comprometem a implementação de boas práticas. **Considerações Finais:** A comunicação eficaz é um elemento essencial para o trabalho em equipe na área da saúde, contribuindo para resultados assistenciais mais seguros e eficientes. O desenvolvimento de treinamentos contínuos, a adoção de ferramentas estruturadas e a promoção de uma cultura de diálogo aberto são estratégias fundamentais para superar as barreiras existentes. O fortalecimento da comunicação interpessoal deve ser prioridade para a construção de equipes coesas, colaborativas e eficazes.

Palavras-chave: Comunicação na saúde; Trabalho em equipe; Segurança do paciente; Comunicação eficaz; Interprofissionalidade.

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, Jane Walkiria da Silva; RODRIGUES, Maria Cristina Soares. Comunicação efetiva no trabalho em equipe em saúde: desafio para a segurança do paciente. **Cogitare Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 636-640, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/40016>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PEDUZZI, Marina. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 14, n. 3, p. 599-621, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/RLtz36Ng9sNLHknn6hLBQvr/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SILVA, Danielle Sandra da; JESUS, Danielle Sandra da Silva de. **Comunicação no trabalho em equipe: perspectivas de profissionais do Programa Saúde da Família**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/GCPA-6VYPWA/1/danielle_sandra_da_silva_de_jesus.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.



POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL: DESAFIOS E AVANÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Matheus Luis Leite Coca; ² Thiago Souza Azevedo; ³ Lara Rayssa Pires Barbosa; ⁴ Maria Fernanda Brunetta Sant'Ana Almeida; ⁵ Rayssa Toga Cambriai Nascimento ; ⁶ Jackson Bruno Guimarães Nascimento ; ⁷ Douglas Manoel Pereira Ferreira; ⁸ Virna Vitoria Saraiva Silva; ⁹ Angélica Aparecida de Rezende; ¹⁰ Ayala Mutim Ferro Rodrigues

¹ Mestrando em Ensino em Saúde. (Saúde Pública/ Fisioterapia) pela Faculdade de Medicina de Marília, ² Graduando em Medicina pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - campus mucuri, ³ Enfermeira pelo Centro Universitário Santo Agostinho, ⁴ Graduanda em Enfermagem pela UNIESAMAZ, ⁵ Enfermeira Esp. em Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva pela Faculdade UniBF - União Brasileira de Faculdades, ⁶ Enfermeiro pelo ICEC - Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura, ⁷ Fisioterapeuta pela Universidade do Estado do Pará , ⁸ Técnica em Enfermagem e Graduanda em Enfermagem pela UNINASSAU, ⁹ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade cidade João Pinheiro, ¹⁰ Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Esp. em Vigilância e Cuidado em Saúde no enfrentamento da COVID-19 e outras doenças virais pela Fiocruz e Mestranda em ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO

Introdução: O Sistema Único de Saúde (SUS) é considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, garantindo o direito universal à saúde conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Apesar de sua relevância, enfrenta desafios significativos, como o subfinanciamento crônico, desigualdades regionais no acesso aos serviços, insuficiência de infraestrutura e carência de profissionais de saúde em áreas remotas. No entanto, o SUS também é marcado por avanços notáveis, como o sucesso das campanhas de imunização, a ampliação da Atenção Primária à Saúde (APS) e a implementação de programas que buscam reduzir desigualdades sociais. Este trabalho analisa os desafios estruturais e financeiros do SUS, bem como os avanços que consolidam sua importância na saúde pública brasileira. **Objetivo:** Investigar os principais desafios enfrentados pelo SUS e destacar os avanços obtidos ao longo dos anos, especialmente na última década, com foco na promoção da equidade e universalidade dos serviços. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura com busca nas bases SciELO, PubMed e LILACS. Utilizaram-se os descritores “SUS”, “políticas públicas de saúde”, “Atenção Primária à Saúde” e “desigualdade em saúde”. A busca inicial resultou em 130 artigos. Após análise dos títulos e resumos, foram selecionados 45 artigos que atendiam aos critérios de inclusão: publicações entre 2018 e 2023, em português, inglês ou espanhol, abordando desafios, avanços e inovações no SUS. A análise qualitativa priorizou os aspectos relacionados à cobertura, financiamento e impacto das políticas de saúde. **Resultados:** Os avanços mais expressivos do SUS



incluem a ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF), que cobre mais de 60% da população, e o êxito em campanhas de vacinação que controlaram doenças como o sarampo e a poliomielite. A criação do programa Mais Médicos melhorou o acesso em regiões carentes, enquanto a APS reduziu taxas de internação hospitalar por condições sensíveis a cuidados primários. No entanto, o sistema ainda enfrenta barreiras estruturais, como o subfinanciamento, que limita a qualidade e a oferta dos serviços; a desigualdade regional, que resulta em diferenças significativas na infraestrutura e na disponibilidade de profissionais; e a gestão ineficiente em alguns estados e municípios. A pandemia da COVID-19 evidenciou tanto a resiliência quanto as fragilidades do sistema, reforçando a necessidade de investimentos em tecnologia, gestão e recursos humanos.

Considerações Finais: Embora o SUS enfrente desafios complexos, seus avanços reforçam sua relevância na promoção da saúde pública. A superação das barreiras existentes exige maior financiamento, investimentos estratégicos e a valorização de profissionais, garantindo a continuidade de suas conquistas e a universalidade no acesso à saúde.

Palavras-chave: SUS; Políticas públicas de saúde; Atenção Primária à Saúde; Desigualdade em saúde; Financiamento da saúde.

REFERÊNCIAS

GIOVANELLA, Ligia; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de; ESCOVAR, Alvaro Morales; SENNA, Maria Cristina Monteiro. Atenção Primária à Saúde na coordenação do cuidado em regiões de saúde: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1675-1687, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/LIZKvVRfF7GJvFzLm6KPcJs/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

LIMA, Luciana Dias de; CARVALHO, Marília Sá; COELI, Cláudia Medina. Sistema Único de Saúde: 30 anos de avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 7, p. e00117118, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n7/e00117118/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

VIEIRA, Fabíola Sulpino; BENEVIDES, Rodrigo Pereira de Campos. O financiamento da saúde no Brasil e a efetivação do direito à saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 122-135, jan./mar. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/j5PJQfFZSY7JrpqFgL59jGN/>. Acesso em: 13 jan. 2025.



CUIDADOS INTENSIVOS: DESAFIOS E AVANÇOS NO ATENDIMENTO DE PACIENTES CRÍTICOS

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Thiago Souza Azevedo; ² Sthefan Bruno Machado Ribeiro; ³ Suzane Viana Veiga ; ⁴ Milena Pinheiro dos Santos; ⁵ Rayssa Toga Cambriai Nascimento; ⁶ Lavinia Alves Sales; ⁷ Lourdes Maria Rodrigues Pereira; ⁸ Queila Carvalho de Jesus; ⁹ Angélica Aparecida de Rezende; ¹⁰ Leonardo Saboia Paz

¹ Graduando em Medicina pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - campus mucuri, ² Graduando em Medicina pela UnB, ³ Enfermeira pela Universidade Federal do Pará, Esp. em Enfermagem Neonatal, ⁴ Fisioterapeuta Esp. em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, ⁵ Enfermeira Esp. em Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva pela Faculdade UniBF - União Brasileira de Faculdades, ⁶ Enfermeira pela Estácio fic Ceará, ⁷ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo, ⁸ Enfermeira Intensivista pela UniBF, ⁹ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade cidade João Pinheiro, ¹⁰ Mestrado em Ensino na Saúde pela UECE e EBSEH

RESUMO

Introdução: Os cuidados intensivos têm papel fundamental na assistência a pacientes críticos, oferecendo suporte avançado para funções vitais comprometidas. No entanto, essa área enfrenta desafios crescentes relacionados à sobrecarga de trabalho, limitação de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, além da necessidade de práticas humanizadas. As lacunas no manejo de pacientes críticos incluem a insuficiência de protocolos padronizados, disparidades regionais na qualidade do atendimento e a alta rotatividade de profissionais em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Este estudo explora as dificuldades e os avanços que moldam os cuidados intensivos, propondo estratégias para aprimorar os resultados clínicos e a experiência do paciente. **Objetivo:** Investigar os principais desafios enfrentados no atendimento em UTIs e identificar avanços em terapias, tecnologias e abordagens que contribuam para a melhoria na assistência a pacientes críticos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases PubMed, SciELO e LILACS, abrangendo publicações dos últimos cinco anos. Os descritores utilizados foram “cuidados intensivos”, “pacientes críticos”, “tecnologia em saúde” e “humanização”. Os critérios de inclusão foram estudos em português, inglês ou espanhol que abordassem inovações, desafios e estratégias de melhoria na terapia intensiva. Os dados foram analisados de forma qualitativa, buscando relacionar avanços tecnológicos e práticas assistenciais com os desfechos dos pacientes. **Resultados:** Os avanços mais significativos incluem o uso de inteligência artificial para predição de complicações, monitoramento contínuo por dispositivos de alta precisão e terapias farmacológicas mais seguras, como sedativos de curta duração e



antimicrobianos direcionados. A implementação de protocolos clínicos para sepse e manejo da ventilação mecânica tem reduzido significativamente a mortalidade e as complicações. No entanto, foram identificados desafios relevantes, como a insuficiência de leitos, a desigualdade na distribuição de recursos entre regiões e a sobrecarga emocional e física dos profissionais. A humanização dos cuidados e a capacitação contínua foram apontadas como essenciais para melhorar tanto a experiência do paciente quanto o desempenho das equipes de saúde. **Considerações Finais:** Apesar dos avanços tecnológicos e terapêuticos, os cuidados intensivos continuam a enfrentar desafios estruturais e organizacionais. A solução dessas barreiras requer investimentos em formação de profissionais, adequação de infraestrutura e ampliação do acesso a recursos tecnológicos. A humanização do atendimento e a integração de tecnologias inovadoras são estratégias-chave para melhorar os desfechos clínicos e promover uma assistência de qualidade e equitativa.

Palavras-chave: Cuidados intensivos; Pacientes críticos; Terapia intensiva; Humanização; Tecnologia em saúde.



REFERÊNCIAS

MARGARIT, Adriano et al. Qualidade de vida pós-unidades de terapia intensiva: protocolo de estudo de coorte multicêntrico para avaliação de desfechos em longo prazo em sobreviventes de internação em unidades de terapia intensiva brasileiras. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 49-56, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/5qLQPVmrL7hsS9tgXShtqRJ/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PADILHA, Kátia Gomes et al. Perfil de unidades de terapia intensiva adulto no Brasil: revisão sistemática de estudos observacionais. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 509-518, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/sDnLGny8cZgQtVVfX5q3X7G/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

RABELO, Elisangela Regina. **Marcos históricos da Unidade de Terapia Intensiva no Brasil**. São Paulo: Universidade de Santo Amaro, 2021. Disponível em: <https://dspace.unisa.br/bitstreams/0d4433ef-c13d-4376-a5ce-077130d5e250/download>. Acesso em: 13 jan. 2025.



SAÚDE MENTAL NA SAÚDE PÚBLICA: ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR O IMPACTO SOCIAL

Eixo Temático: Eixo Transversal

Alessandra Alves Fonseca

Mestra e doutoranda em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira e Esp. em em Psicologia e Análise de Sistema.

Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante

Enfermeira pela Uninovafapi

Julia Lorenzetti Frare

Farmacêutica Esp. em Saúde Pública pela Anhanguera Educacional

Lucimar da Silva Pereira Junior

Mestrando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University

Rafaela Correia dos Passos Urbano

Psicóloga Esp. em Avaliação Psicológica pelo IPOG - Instituto de Pós-Graduação e Graduação

Leandro Rodrigues de Sena

Doutorando em Ciências da Saúde pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo – FCMSCSP

Alexandre Raimundo Reis Pereira

Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI

Antonio Adelson Beserra Soares

Enfermeiro Esp. em Saúde Mental pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo - FAMEESP

Jaqueline Neri Da Silva

Graduanda em Saúde Coletiva pela Universidade De Brasília

Élida Lúcia Ferreira Assunção

Mestre em Clínicas Odontológicas pela Puc Minas e Doutorando em Clínicas Odontológicas Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e m Mucuri - UFVJM

RESUMO

Introdução: A saúde mental é um dos principais desafios da saúde pública devido ao impacto social e econômico dos transtornos mentais. Políticas públicas, como a Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), têm promovido avanços significativos, priorizando o cuidado comunitário e a inclusão. **Objetivo:** Analisar estratégias implementadas na saúde pública para a promoção da saúde mental e sua eficácia na redução do impacto social dos transtornos mentais. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases PubMed, SciELO e Lilacs, utilizando descritores como "saúde mental", "políticas públicas" e "impacto social". Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2025, analisados qualitativamente e organizados em três categorias principais. **Resultados:** Foram identificadas estratégias eficazes, como a articulação entre os níveis de atenção, programas de capacitação e intervenções psicopedagógicas. Essas estratégias demonstraram impacto positivo na redução da estigmatização e na melhoria da qualidade de vida. Contudo, barreiras como a falta de recursos, sobrecarga dos serviços e estigmatização ainda limitam a efetividade das políticas públicas. **Conclusão:** Apesar dos avanços, a saúde mental na saúde pública enfrenta desafios que requerem maior investimento, planejamento estratégico e integração das políticas para ampliar a eficácia das intervenções e promover a inclusão social.



Palavras-chave: Saúde mental; Políticas públicas; Impacto social; Atenção psicossocial.

INTRODUÇÃO

A saúde mental ocupa um papel central na agenda da saúde pública, sendo fundamental para o bem-estar individual e coletivo. Os transtornos mentais representam uma das principais causas de incapacitação global, resultando em impactos negativos sobre as relações sociais, a produtividade econômica e a qualidade de vida. Nesse contexto, políticas públicas que integrem estratégias de prevenção, tratamento e reintegração social são essenciais para mitigar os impactos sociais e econômicos dos transtornos mentais (Lacerda et al., 2019).

No Brasil, a Reforma Psiquiátrica foi um marco na transformação do modelo de atenção em saúde mental, promovendo o deslocamento de práticas hospitalocêntricas para um cuidado baseado na inclusão e na comunidade. De acordo com Lacerda et al. (2019), o Estado desempenha um papel essencial na consolidação de políticas públicas que integram saúde mental e saúde coletiva, com destaque para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Iniciativas como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), descrito por Campos et al. (2012), têm contribuído significativamente para a formação de profissionais capacitados e para a articulação entre diferentes níveis de cuidado.

A atenção à saúde mental de populações vulneráveis também é destacada na literatura. Battistelli e Cruz (2017) enfatizam que a infância é uma etapa crítica para intervenções preventivas, enquanto Neto (2004) evidencia os benefícios de estratégias psicopedagógicas para jovens com distúrbios emocionais severos. Essas abordagens ampliam as possibilidades de cuidado e reforçam a importância de intervenções precoces e integrativas.

Apesar dos avanços, desafios como a estigmatização, a falta de recursos e a sobrecarga dos serviços de saúde mental continuam a comprometer a efetividade das políticas públicas. Garcia et al. (2015) destacam que as percepções e representações sociais dos profissionais de saúde influenciam diretamente a qualidade do cuidado, evidenciando a necessidade de capacitação contínua e de estratégias que promovam a inclusão e a acessibilidade.

Dessa forma, este estudo busca analisar as estratégias implementadas no âmbito da saúde mental na saúde pública, discutindo sua eficácia e impacto na redução do impacto social dos transtornos mentais, à luz da literatura recente.



METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido como uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de analisar estratégias implementadas na saúde pública para promover a saúde mental e avaliar sua eficácia na redução do impacto social dos transtornos mentais. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e Lilacs, utilizando descritores extraídos do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), como "saúde mental", "políticas públicas", "impacto social" e "atenção psicossocial". Para ampliar a abrangência dos resultados, os descritores foram combinados com operadores booleanos (AND e OR).

Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2025, em português, inglês e espanhol, que abordassem políticas públicas e estratégias relacionadas à saúde mental em populações gerais ou específicas. Foram excluídos estudos duplicados, artigos sem metodologia clara ou que não abordassem diretamente a relação entre saúde mental e políticas públicas. Após a triagem de títulos e resumos, 30 artigos foram selecionados para análise integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em três categorias principais. A primeira, políticas públicas e programas de saúde mental, revelou que iniciativas como a Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) proporcionaram avanços significativos na descentralização do cuidado em saúde mental no Brasil. Lacerda et al. (2019) enfatizam que a articulação entre diferentes níveis de atenção é essencial para promover inclusão e continuidade no cuidado. Além disso, programas como o PET-Saúde foram identificados como ferramentas eficazes para a capacitação de profissionais e para a integração de práticas de saúde coletiva e saúde mental (Campos et al., 2012).

A segunda categoria, impacto social das intervenções, apontou que as estratégias implementadas no campo da saúde mental geraram benefícios importantes, como a redução da estigmatização e a melhoria da qualidade de vida de indivíduos com transtornos mentais. Battistelli e Cruz (2017) destacaram que intervenções precoces na infância resultam em efeitos duradouros, diminuindo a prevalência de transtornos mentais na vida adulta. Da mesma forma, Neto (2004) demonstrou que abordagens psicopedagógicas voltadas para jovens contribuíram para o fortalecimento de vínculos sociais e familiares, além de favorecerem a reinserção escolar e social. Por fim, a terceira categoria, barreiras e desafios na implementação das estratégias, evidenciou limitações significativas, como a estigmatização, a insuficiência de recursos financeiros e humanos e a sobrecarga dos serviços de saúde mental. Garcia et al. (2015) destacaram que as representações sociais dos profissionais de saúde sobre a saúde mental influenciam diretamente o cuidado



oferecido, apontando para a necessidade de capacitação contínua e de mudanças culturais dentro das equipes de saúde. Além disso, a escassez de recursos compromete a expansão e sustentabilidade dos programas, evidenciando a necessidade de maior investimento e planejamento estratégico.

CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que as políticas públicas e estratégias implementadas no campo da saúde mental têm promovido avanços significativos na inclusão e na qualidade do cuidado, com impacto positivo na redução do impacto social dos transtornos mentais. No entanto, desafios estruturais e organizacionais, como a estigmatização e a insuficiência de recursos, ainda representam barreiras para a plena eficácia dessas iniciativas.

Recomenda-se que as políticas públicas sejam continuamente aprimoradas, com maior investimento em capacitação profissional, ampliação da rede de atenção psicossocial e desenvolvimento de estratégias de sensibilização para combater a estigmatização. Estudos futuros devem explorar a percepção de usuários e familiares, bem como avaliar a aplicação prática dessas políticas em diferentes contextos regionais.

REFERÊNCIAS

BATTISTELLI, B. M.; CRUZ, L. R. da. Saúde Mental na Infância: cuidado e cotidiano nas políticas públicas. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 6, p: 187-205, 2017. DOI: 10.22456/2238-152X.69780.

CAMPOS, R. T. O.; TRAPE, T.; BELO, K. de O.; KORES, R. C.; DORIGATTI, A. E. O PET-saúde como instrumento para a articulação da saúde mental e coletiva: narrativas da formação e do trabalho em saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 4, p. 176-185, 2012.

GARCIA, B. N.; OLIVEIRA, P.; QUINDERÉ, P. H. D.; PEQUENO, M. L. As representações sociais de profissionais da atenção primária sobre o cuidado em saúde mental. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 194-213, 2015. DOI: 10.12819/2016.13.1.11.

LACERDA, F. S.; ALMEIDA, A.; ÁVILA, S.; ALBIERO, C. E. O Estado e a política pública de saúde mental. **Revista de Saúde Pública**, v. 5, 2019.

NETO, J. Z. Alternativas para o tratamento em saúde mental: estratégias psicopedagógicas no atendimento a jovens portadores de distúrbios emocionais severos. **Educar em Revista**, v. 20, p. 105-124, 2004. DOI: 10.1590/0104-4060.334.



FLUXOS DE ATENDIMENTO NAS EMERGÊNCIAS: EFICIÊNCIA E QUALIDADE NO CUIDADO

Eixo Temático: Eixo Transversal

Ingrid Araújo Carvalho

Enfermeira Esp. Em Unidade De Terapia Intensiva pelo Instituto Educacional Lider

Karina Lima Barbosa Da Silva

Graduanda em Enfermagem pela UNINASSAU

Carlos Eduardo Sampaio

Médico Generalista pela UCP - Universidad Central Del Paraguay

Milena Pinheiro dos Santos

Fisioterapeuta Esp. em em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto pela Universidade Estadual do Piauí

– UESPI

André Luiz Batista Galvão

Doutorado em Nefrologia de cães e gatos pela Unesp Jaboticabal-SP

Leandro Rodrigues de Sena

Doutorando em Ciências da Saúde pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo -

FCMSCSP

Stefany Lourana de Sousa e Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI

Antonio Adelson Beserra Soares

Enfermeiro Esp. em Saúde Mental pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo - FAMEESP

Júlia de Sousa Ribeiro

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Thatiana Ramos Cavalcante

Nutricionista Residente em Transplante de Órgãos pelo Hospital Universitário Walter Cantídio - UFC

RESUMO

Introdução: A eficiência dos fluxos de atendimento é crucial para garantir a qualidade e segurança no cuidado prestado em serviços de urgência e emergência. Estratégias como auditorias clínicas e diagnósticos situacionais têm se mostrado fundamentais para otimizar recursos e promover melhorias contínuas. **Objetivo:** Analisar estratégias, desafios e impactos relacionados à organização dos fluxos de atendimento em serviços de urgência e emergência, com base na literatura recente. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, abrangendo artigos publicados entre 2018 e 2023 nas bases PubMed, SciELO e Lilacs. Utilizaram-se descritores como "fluxos de atendimento", "urgência", "emergência" e "qualidade do cuidado". **Resultados:** Auditorias clínicas e diagnósticos situacionais foram identificados como estratégias eficazes para melhorar a eficiência dos fluxos. As principais barreiras incluíram a falta de recursos humanos e a sobrecarga de trabalho. Por outro lado, práticas baseadas em evidências mostraram impactos positivos nos desfechos clínicos, como redução de complicações e maior satisfação dos pacientes. **Conclusão:** A eficiência dos fluxos de atendimento em emergências depende de estratégias bem implementadas, mas enfrenta desafios estruturais. Recomenda-se o fortalecimento de equipes, auditorias regulares e maior integração entre os serviços de saúde para garantir qualidade e segurança no cuidado.

Palavras-chave: Fluxos de atendimento; Emergência; Qualidade do cuidado; Eficiência; Auditoria clínica.



INTRODUÇÃO

O atendimento em serviços de urgência e emergência desempenha um papel central nos sistemas de saúde, exigindo a implementação de fluxos eficientes para assegurar agilidade e qualidade no cuidado prestado aos pacientes. A organização desses fluxos é essencial para otimizar recursos, reduzir o tempo de resposta e melhorar os desfechos clínicos, especialmente em contextos de alta demanda e complexidade. Estratégias como auditorias clínicas e diagnósticos situacionais têm sido amplamente utilizadas para avaliar e aprimorar a qualidade dos serviços emergenciais (Cavalcante et al., 2021; Becker, Silva, & Kaneko, 2018).

Auditorias clínicas contribuem para a avaliação contínua dos protocolos assistenciais, permitindo a identificação de pontos críticos e promovendo a integração das equipes por meio de práticas baseadas em evidências científicas. Segundo Cavalcante et al. (2021), o uso de instrumentos norteadores na auditoria clínica facilita a padronização das práticas e melhora a eficácia e a segurança do atendimento. Além disso, o diagnóstico situacional possibilita a análise detalhada da qualidade do serviço, identificando gargalos e propondo estratégias de melhoria, como evidenciado no estudo de Becker, Silva e Kaneko (2018) sobre uma unidade de emergência cardiológica.

A percepção dos profissionais de saúde é outro elemento essencial na análise dos fluxos de atendimento. Hermida et al. (2016) destacam a importância das equipes de saúde da família na integração entre atenção primária e a rede de urgência. Silva e Invenção (2018), por sua vez, ressaltam o papel dos enfermeiros no gerenciamento do cuidado em situações de urgência e emergência. Apesar disso, a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos humanos e a complexidade dos casos atendidos permanecem como barreiras à eficiência dos fluxos.

Este estudo tem como objetivo explorar as estratégias e os desafios relacionados à organização dos fluxos de atendimento em emergências, com ênfase em sua influência na eficiência e qualidade do cuidado, com base em evidências recentes e práticas consolidadas.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado como uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de identificar estratégias, desafios e impactos relacionados aos fluxos de atendimento em serviços de urgência e emergência. A pesquisa foi conduzida em bases de dados reconhecidas, incluindo PubMed, SciELO e Lilacs, abrangendo publicações dos últimos cinco anos (2018-2023). Os descritores utilizados foram selecionados com base no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), incluindo termos como "fluxos de atendimento", "urgência", "emergência", "qualidade do



cuidado" e "eficiência", combinados com operadores booleanos AND e OR.

Critérios de inclusão e exclusão: Foram incluídos artigos originais, revisões sistemáticas e estudos qualitativos publicados em português, inglês ou espanhol, que abordassem fluxos de atendimento em serviços de urgência e emergência, com foco em estratégias e resultados relacionados à eficiência e qualidade. Excluíram-se trabalhos duplicados, estudos em pediatria ou neonatologia e aqueles sem metodologia clara.

Coleta e análise de dados: A seleção dos artigos ocorreu em três etapas: leitura de títulos, triagem de resumos e análise integral dos textos. Ao todo, 35 estudos foram selecionados para análise temática, sendo organizados em categorias que abordam auditorias clínicas, diagnósticos situacionais e a percepção dos profissionais de saúde. As informações coletadas foram analisadas qualitativamente, com suporte do software NVivo, que facilitou a categorização e síntese dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão narrativa foram organizados em três categorias principais. A primeira categoria, estratégias de eficiência no atendimento emergencial, destacou o papel das auditorias clínicas como ferramentas fundamentais para monitorar e padronizar os protocolos assistenciais. Estudos como os de Cavalcante et al. (2021) mostraram que essas auditorias facilitam a identificação de gargalos nos fluxos de atendimento e promovem melhorias contínuas na qualidade do cuidado. Além disso, diagnósticos situacionais, como os realizados por Becker, Silva e Kaneko (2018), demonstraram ser eficazes na análise das dinâmicas operacionais de unidades de emergência, permitindo o desenvolvimento de soluções específicas para problemas como atrasos no atendimento e falta de integração entre setores.

Na segunda categoria, percepção e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde, os estudos evidenciaram o papel crucial dos profissionais, especialmente os enfermeiros, na manutenção da eficiência dos fluxos de atendimento. Hermida et al. (2016) ressaltaram a importância de fortalecer a integração entre a atenção primária e os serviços de emergência para

evitar sobrecarga no sistema. Contudo, Silva e Invenção (2018) destacaram que a falta de recursos humanos, a sobrecarga de trabalho e a complexidade dos casos atendidos representam barreiras frequentes, comprometendo a segurança do paciente e a qualidade do cuidado.

Por fim, na terceira categoria, impactos das estratégias no cuidado ao paciente, as evidências indicaram que a organização dos fluxos resulta em melhorias significativas nos desfechos clínicos e na experiência dos pacientes. Becker, Silva e Kaneko (2018) observaram que intervenções baseadas em evidências, como ajustes nos fluxos internos e a capacitação das equipes,



resultaram em maior resolutividade e menor taxa de complicações. Além disso, Cavalcante et al. (2021) destacaram que auditorias regulares aumentam a adesão das equipes aos protocolos, promovendo um ambiente mais seguro e eficaz.

Os resultados desta revisão indicam que a eficiência dos fluxos de atendimento em emergências está diretamente relacionada à implementação de estratégias baseadas em evidências. Entretanto, desafios estruturais e organizacionais, como a sobrecarga de trabalho e a insuficiência de recursos, continuam a exigir atenção para que essas estratégias sejam plenamente efetivas.

CONCLUSÃO

A revisão evidenciou que a organização e a padronização dos fluxos de atendimento em serviços de urgência e emergência são fundamentais para garantir eficiência, qualidade e segurança no cuidado. Estratégias como auditorias clínicas e diagnósticos situacionais mostraram-se eficazes na identificação e resolução de gargalos, enquanto a percepção dos profissionais de saúde revelou os principais desafios enfrentados, incluindo sobrecarga de trabalho, escassez de recursos e alta complexidade dos casos.

Apesar dos avanços, persistem barreiras que limitam a plena implementação dessas estratégias, indicando a necessidade de investimentos em infraestrutura, formação profissional e suporte institucional. A integração entre diferentes níveis de atenção, alinhada a práticas baseadas em evidências, é crucial para otimizar os fluxos e melhorar os desfechos clínicos e organizacionais.

Como limitação, a revisão restringiu-se a estudos publicados nos últimos cinco anos, podendo excluir contribuições relevantes em contextos históricos mais amplos. Recomenda-se que pesquisas futuras explorem a percepção de pacientes e familiares, além de avaliar a aplicação prática dessas estratégias em diferentes cenários de atendimento emergencial.

Este estudo reforça a importância de abordagens sistemáticas para a melhoria contínua dos fluxos de atendimento, contribuindo para um sistema de saúde mais eficiente, acessível e seguro.

REFERÊNCIAS

BECKER, A.; SILVA, R. K.; KANEKO, R. T. Diagnóstico situacional de uma unidade de emergência cardiológica para avaliação da qualidade do serviço e da assistência ao paciente. **Revista de Administração em Saúde**, v. 73, p. 110-120, 2018.

CAVALCANTE, V. R. D. S.; SILVA, T. S.; ALVESTOR, P. G. S.; AZEVEDO, S. D. R.; SOUZA, C. A. A.; SANTOS, E. C.; HANGAI, R. K. Instrumento norteador para auditoria clínica de protocolos. **Revista de Administração em Saúde**, v. 21, n. 82, p. 267-278, 2021.



I CONAMSF

FARIAS, M. S.; PONTE, K. M. de A.; MORAES, M. V. A.; SABÓIA, E. C. M. Qualidade de vida de enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência com dupla jornada de trabalho. **Journal of Health Science**, v. 19, n. 2, p. 103-108, 2017.

HERMIDA, P. M. V.; NASCIMENTO, E.; BELAVER, G. M.; DANCZUK, R. F. T.; ALVES, D. L. F.; JUNG, W. **Perception of family health teams regarding primary care provided in the urgency network. Journal of Nursing Ufpe Online**, v. 10, n. 4, p. 1170-1178, 2016.

SILVA, A. M.; INVENÇÃO, A. A atuação do enfermeiro no atendimento de urgência e emergência. **UNILUS Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 1, p. 5-13, 2018.



Conamsf
CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMEIROS EM SERVIÇO DE SAÚDE



CUIDADO CENTRADO NO PACIENTE EM UTIS: TRANSFORMANDO O MODELO DE ASSISTÊNCIA

Eixo Temático: Eixo Transversal

Rebecca Bergamelli Nemitz

Graduanda em Medicina pela Universidade Nove De Julho -UNINOVE

Milena Pinheiro dos Santos

Fisioterapeuta Esp. em em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Amanda Cristina Rodrigues Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí

Leandro Rodrigues de Sena

Doutorando em Ciências da Saúde pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo - FCMSCSP

Tatiana da Silva Costa Lima

Enfermeira pela UFPE e Esp. em Saúde da Família pela Faveni

Francisca Erica Santos Andrade

Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

Nadja Socorro Almeida Prata

Especialista em Saúde da Família pela Universidade Vale do Acaraú - UVA

Alana Rabelo Silva da Rocha

Psicóloga pelo Centro Universitário do Estado do Pará

Adriel Nunes Sena

Bacharel em em Farmácia pela UNINASSAU

Daniel Tineu Leite Maia

Doutor em Ciências (Medicina Transacional) pela UNIFESP

RESUMO

Introdução: O cuidado centrado no paciente (CCP) em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) tem se destacado como uma abordagem essencial para promover a humanização e melhorar desfechos clínicos e emocionais. Contudo, sua implementação enfrenta desafios relacionados a recursos e resistência cultural. **Objetivo:** Explorar práticas, barreiras e facilitadores do CCP em UTIs, além de identificar seus impactos clínicos e psicológicos à luz da literatura recente. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada em bases de dados como PubMed, SciELO e Lilacs. Foram incluídos artigos publicados entre 2018 e 2023, utilizando descritores relacionados ao CCP, mobilização precoce e prevenção de infecções. Os dados foram analisados por categorização temática. **Resultados:** Três categorias principais foram identificadas: (1) práticas humanizadas, como mobilização precoce e prevenção de pneumonia nosocomial; (2) barreiras, como sobrecarga de trabalho e falta de capacitação; (3) impactos positivos, incluindo redução da mortalidade e maior satisfação dos pacientes. **Conclusão:** O CCP promove benefícios clínicos e emocionais significativos, mas requer suporte institucional e treinamento contínuo para superar desafios e ampliar sua implementação em UTIs.

Palavras-Chave: Cuidado centrado no paciente; Unidades de terapia intensiva; Humanização da assistência.



INTRODUÇÃO

As Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) são ambientes de alta complexidade destinados ao atendimento de pacientes críticos, onde a tecnologia e a expertise clínica desempenham papéis centrais na recuperação e manutenção da vida. No entanto, à medida que a ciência avança, torna-se evidente que a excelência no cuidado intensivo não depende apenas de avanços tecnológicos e protocolos técnicos. O conceito de cuidado centrado no paciente (CCP) surge como uma abordagem essencial, com foco em atender às necessidades individuais de forma holística, abrangendo não apenas os aspectos físicos, mas também os emocionais, psicológicos e sociais (Freitas et al., 2018).

A importância do CCP em UTIs é respaldada por estudos que evidenciam seu impacto positivo na recuperação do paciente e na experiência de internação. Estratégias como a mobilização precoce, descrita por Dias et al. (2020), mostram resultados promissores na redução de complicações associadas à hospitalização prolongada, como a atrofia muscular e o tempo de dependência de ventilação mecânica. Da mesma forma, intervenções voltadas à prevenção de infecções, como a higiene bucal com clorexidina, têm se mostrado eficazes na redução da incidência de pneumonia nosocomial, segundo Rezende et al. (2020). Essas práticas não apenas melhoram os desfechos clínicos, mas também demonstram o potencial de uma abordagem integrada e centrada nas necessidades específicas do paciente.

Apesar dos avanços teóricos e práticos, a implementação do CCP ainda enfrenta desafios consideráveis. Ferreira et al. (2018) apontam que a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos humanos e a resistência cultural dentro das equipes de saúde são barreiras frequentes à adoção de práticas humanizadas. Além disso, a falta de capacitação contínua e de protocolos específicos contribui para a inconsistência na aplicação do cuidado centrado no paciente, limitando seus benefícios no ambiente intensivo.

Nesse cenário, torna-se imprescindível investigar e discutir as práticas e os desafios associados ao CCP, uma vez que ele se apresenta como um pilar essencial para a promoção da qualidade no atendimento intensivo. Freitas et al. (2018) destacam que, ao integrar tecnologias avançadas com uma abordagem humanizada, é possível não apenas melhorar os resultados clínicos, mas também reduzir o sofrimento do paciente e de seus familiares, promovendo uma experiência mais digna e respeitosa durante o período de internação.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo explorar o conceito e a aplicação do cuidado centrado no paciente em UTIs, analisando as evidências disponíveis na literatura recente, com foco em práticas humanizadas, barreiras enfrentadas pelos profissionais de saúde e os impactos dessa abordagem na recuperação e qualidade de vida dos pacientes. Além disso, busca



se contribuir para o desenvolvimento de estratégias e recomendações que possam ampliar a adoção do CCP nos serviços de terapia intensiva, promovendo uma assistência mais eficaz e compassiva.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de identificar e analisar práticas relacionadas ao cuidado centrado no paciente (CCP) em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), bem como seus desafios e contribuições. A pesquisa foi realizada entre setembro e dezembro de 2024, abrangendo publicações científicas dos últimos cinco anos (2018–2023). As fontes de dados foram as bases PubMed, SciELO e Lilacs, utilizando os seguintes descritores em português e inglês: "cuidado centrado no paciente", "humanização", "UTI", "mobilização precoce", "prevenção de infecções hospitalares" e "estratégias humanizadas", combinados com operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos originais, revisões sistemáticas e estudos qualitativos publicados em português, inglês ou espanhol, que abordassem práticas e desafios do CCP em UTIs de adultos. Excluíram-se estudos que tratassem exclusivamente de cuidados neonatais ou pediátricos, bem como artigos duplicados ou que não apresentassem metodologias claras.

Após a leitura dos títulos e resumos, 45 artigos foram selecionados para análise integral. Destes, 25 cumpriram os critérios de inclusão e foram analisados qualitativamente por meio de categorização temática. As categorias principais incluíram: (1) estratégias humanizadas no cuidado intensivo, (2) barreiras e facilitadores do CCP e (3) impactos das práticas no desfecho clínico e psicológico dos pacientes. Os dados foram analisados e organizados com suporte do software NVivo, para identificar padrões e tendências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise da literatura foram organizados em três categorias principais. A primeira categoria, estratégias humanizadas no cuidado intensivo, identificou diversas práticas como elementos centrais do cuidado centrado no paciente (CCP) em UTIs. Estudos como os de Dias, Rodrigues e Pinto (2020) destacaram a mobilização precoce como uma das intervenções mais eficazes para melhorar a funcionalidade dos pacientes e reduzir o tempo de dependência de ventilação mecânica. Essa prática também foi associada à redução de complicações secundárias, como atrofia muscular e disfunções motoras. Adicionalmente, Rezende et al. (2020) apontaram que a higiene bucal com clorexidina contribuiu significativamente para a redução da incidência de pneumonia nosocomial, uma das complicações mais comuns e graves em pacientes críticos. Freitas



et al. (2018) enfatizaram que a implementação de práticas humanizadas, como a escuta ativa e o suporte emocional ao paciente e aos familiares, é essencial para garantir a dignidade e o conforto durante a internação em UTIs.

A segunda categoria abordou as barreiras e facilitadores do CCP, conforme relatado em diversos estudos. Ferreira, Cunha e Formiga (2018) destacaram que as principais barreiras para a implementação do CCP incluem a sobrecarga de trabalho das equipes de saúde, a escassez de recursos humanos e tecnológicos e a falta de capacitação contínua. Além disso, dificuldades organizacionais, como ausência de protocolos claros e resistência cultural, também foram identificadas como entraves significativos. Por outro lado, o mesmo estudo apontou que o fortalecimento de equipes multiprofissionais, a implementação de protocolos específicos baseados em evidências e o suporte institucional são fatores cruciais que facilitam a adoção e consolidação do CCP. Santana (2008) ressaltou a importância de ações educativas para os profissionais de saúde, reforçando que o treinamento contínuo é uma estratégia eficiente para reduzir a resistência e melhorar a aplicação de práticas humanizadas.

Na terceira categoria, os impactos das práticas no desfecho clínico e psicológico foram amplamente discutidos na literatura. Freitas et al. (2018) demonstraram que a humanização do cuidado em UTIs está associada à redução do sofrimento emocional dos pacientes e de seus familiares, o que também contribui para um ambiente de trabalho mais positivo para os profissionais de saúde. A combinação de intervenções clínicas baseadas em evidências e estratégias humanizadas, como a mobilização precoce e a prevenção de infecções, mostrou-se eficaz na promoção de desfechos clínicos superiores, incluindo a redução da mortalidade, menor tempo de internação e maior satisfação dos pacientes. Ferreira, Cunha e Formiga (2018) complementaram que a adoção de uma abordagem humanizada beneficia não apenas o paciente, mas também a equipe de saúde, promovendo um ambiente mais colaborativo e integrado.

CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que o cuidado centrado no paciente é um componente essencial no contexto das UTIs, contribuindo para melhores desfechos clínicos e psicológicos. Estratégias como a mobilização precoce, a prevenção de infecções e a escuta ativa destacam-se como práticas eficazes, porém sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, incluindo sobrecarga de trabalho e resistência cultural.

Como limitação, a revisão baseou-se exclusivamente em artigos disponíveis em bases de dados digitais, podendo excluir estudos relevantes não indexados. Recomenda-se que pesquisas futuras incluam perspectivas de pacientes e familiares para uma análise mais abrangente do



impacto do CCP.

Por fim, o estudo reforça a importância de integrar tecnologias avançadas a práticas humanizadas, promovendo uma abordagem equilibrada e efetiva no cuidado intensivo. Investimentos em capacitação profissional e suporte institucional são indispensáveis para a consolidação do CCP como padrão de cuidado nas UTIs.

REFERÊNCIAS

DIAS, J. R.; RODRIGUES, T. C. N.; PINTO, T. F. **Mobilização precoce de pacientes críticos na unidade de terapia intensiva adulto: uma revisão de literatura.** 2020.

FERREIRA, A. V. C.; CUNHA, G. de S. D.; FORMIGA, M. N. do R. Os cuidados intensivos sob a perspectiva dos profissionais de saúde da unidade de terapia intensiva. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, v. 7, n. 2, p. 140-155, 2018.

FREITAS, K. G. de et al. A importância do trabalho humanizado ao paciente internado em unidade de terapia intensiva. **UNILUS Ensino e Pesquisa**, v. 15, p. 99-108, 2018.

REZENDE, R. P. et al. **Uso da clorexidina na prevenção da pneumonia nosocomial em pacientes internados em UTI: revisão sistemática.** Revista da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia, 2020

SANTANA, J. C. B. **Meaning of the care at units of intensive therapy: perception of a group of nursing students.** Belo Horizonte, MG, Brasil, 2008.





ANÁLISE EXPLORATÓRIA DAS REPERCUSSÕES ACOMETIDAS QUANTO A SAÚDE MENTAL EM PACIENTES COM CÂNCER

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Ícaro Viterbre Debique Sousa; ² Antonio Mendes Magalhães Júnior; ³ Renato Ribeiro de Lima

¹ Doutorando em Estatística e Experimentação Agropecuária – Universidade Federal de Lavras, ² Doutorando em Estatística e Experimentação Agropecuária – Universidade Federal de Lavras, ³ Doutorado em Estatística e Experimentação Agronômica – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

RESUMO

Introdução: O câncer é uma doença que pode causar a morte, por isso é de suma relevância a assistência profissional, desde o início da doença, visto que ela, compromete a vida do acometido lhe acarretando diversos efeitos adversos, tanto físicos quanto psíquicos, além disso o paciente também passa a lidar com um alto empreendimento financeiro. **Objetivos:** O objetivo principal deste trabalho foi descrever as principais repercussões acometidas pelo câncer, sendo elas psíquicas, acarretadas pelo tratamento. **Métodos:** O método baseia-se numa revisão integrativa, realizada com base na pergunta: Quais as repercussões quanto a saúde mental que acometem pacientes com câncer? através de artigos em língua portuguesa e inglesa, publicados no período de 2018 a 2023, originados das bases de dados MEDLINE, BDNF- Enfermagem, LILACS. **Resultados:** A amostra foi constituída por 10 artigos, que denotaram dois núcleos: Percepção dos profissionais de saúde no tratamento e saúde mental de pacientes acometidos com câncer; Dificuldades financeiras e psicológicas relacionadas ao tratamento oncológico. Entende-se que a assistência ao paciente acometido com câncer acaba cando um atendimento programado, visto que esses profissionais buscam naturalizar a morte na tentativa de diminuir o desconforto relacionado a ela, tendo isto em vista, muitos profissionais de saúde resultam se afastando dos seus pacientes com o propósito de reduzir seu próprio processo de luto. **Conclusão:** Diante das repercussões acometidas quanto à saúde mental em pacientes com câncer, notou-se que os profissionais de saúde percebem o sofrimento psíquico do paciente e da sua família e os causadores dele. Por isso, é de suma importância o acolhimento, empatia e escuta do profissional de saúde, para que o paciente se sinta confortável, seguro e calmo. Faz-se necessário maior conhecimento em relação aos profissionais quanto aos cuidados relacionados aos pacientes, e a promoção da saúde mental, visando também levar em consideração a dor do paciente e a toxicidade nanceira. Analisando o contexto da pesquisa, percebe-se a importância do estudo da toxicidade nanceira, tendo em vista que os estudos sobre o assunto aumentaram bastante ao longo dos anos, além do mais, quando se trata de uma doença como câncer, é de suma relevância pesquisas sobre o assuntos, pois o paciente sofre



dificuldades físicas e psicológicas mas também tem preocupações com gastos, por isso o assistente social e a equipe multiprofissional em saúde deve dar todo apoio e suporte ao paciente e família.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer; Pacientes; Psíquicas.

REFERÊNCIAS

- CORBO, L.N. et al. **O impacto do câncer na saúde mental: uma revisão da literatura brasileira em enfermagem.** Revista brasileira multidisciplinar, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 179-187, set. 2019.
- CUNHA, J.H.S. et al. **Significados atribuídos à morte segundo a perspectiva de profissionais de saúde da área de oncologia.** Revista de Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 29, e52717, 2021.
- GUIMARÃES, T.M. et al. **Perceptions of adolescents with cancer undergoing palliative care about their illness process.** Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 41, e20190223, 2020.
- HUENIKEN, K. et al. **Measuring financial toxicity incurred after treatment of head and neck cancer: Development and validation of the Financial Index of Toxicity questionnaire.** American Cancer Society, USA, v. 126, n. 17, p. 4042-4050, jun. 2020.
- LADEIRA, T. et al. **Relação entre a saúde mental de pacientes com câncer avançado em quimioterapia paliativa e seus familiares cuidadores.** Revista CES psicologia, Brasil, v. 13, n. 2, p. 1-17, jan. 2020.
- LIMA, L.E.S. et al. **Juntos resistimos, separados caímos: vivências de familiares cuidadores de pacientes oncológicos em cuidados paliativos.** Revista Online de Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 931-936, set. 2019.
- PEREIRA, T.B. et al. **As Estratégias de Coping na Promoção à Saúde Mental de Pacientes Oncológicos: Uma Revisão Bibliográfica.** Revista psicologia e saúde, Santarém, PA, v. 8, n. 1, p. 24-31, jun. 2016.
- SILVA, D.K.V. et al. **Dificuldades financeiras e seus impactos no tratamento de pacientes com câncer: Uma realidade vivenciada no projeto ero.** Revista saúde e ciência online, Paraíba, v. 7, n. 2, p. 157-169, maio. 2018.
- SILVA, P.L.N. Da. Et al. **O significado do câncer: Percepção dos pacientes.** Revista de Enfermagem UFPE On Line, Recife, v. 7, n. 12, p. 6828-6833, dez.2013.
- SOUZA, M.V De. et al. **Quality of life and functional capacity during the treatment of hematologic neoplasms.** Fisioterapia em movimento, Curitiba, v. 31, e003137, 2018.



Mapeamento dos Registros de Casos de Violência Doméstica Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Antonio Mendes Magalhães Júnior; ² Ícaro Viterbre Debique Sousa; ³ Iuri dos Santos Manoel; ⁴ Bárbara Almeida Oliveira; ⁵ Thelma Sáfyadi.

¹Doutorando em Estatística e Experimentação Agropecuária – Universidade Federal de Lavras, ²Doutorando em Estatística e Experimentação Agropecuária – Universidade Federal de Lavras, ³Doutorando em Estatística e Experimentação Agropecuária – Universidade Federal de Lavras, ⁴Mestra em Processos Psicossociais e Socioeducativos – Universidade Federal de São João del Rei, ⁵Doutora em Estatística – Universidade Federal de Lavras.

RESUMO

Introdução: A violência doméstica é uma grave violação dos direitos humanos, afetando profundamente a saúde física e mental das vítimas e demandando medidas eficazes de prevenção e proteção. Este estudo foca na análise de registros de violência doméstica contra mulher no estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2014 até julho de 2023, buscando fornecer uma compreensão sobre a incidência, distribuição geográfica e temporal dos casos registrados. A investigação destaca a relevância de intervenções para enfrentar esse problema persistente, considerando as particularidades socioeconômicas e culturais do estado. **Objetivo:** Apresentar uma análise dos registros de violência doméstica em Minas Gerais, identificando disparidades regionais e tendências temporais. O estudo inclui gráficos e mapas que ilustram, para cada ano, a taxa de violência doméstica por mil habitantes e a distribuição diária dos registros, proporcionando uma visualização clara das variações espaciais e temporais e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes de enfrentamento. **Metodologia:** Utilizou-se uma abordagem quantitativa com análise estatística descritiva dos dados obtidos no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais, abrangendo o período de janeiro de 2014 a julho de 2023. Foram construídos diagramas calendários e mapas temáticos utilizando o software R, permitindo a visualização da frequência diária e da distribuição espacial dos registros de violência doméstica. A coleta abrangeu diferentes tipos de ocorrências, tentadas e consumadas, desde ameaças até feminicídios, considerando variáveis como contexto temporal (datas festivas, finais de semana) e espacial (distribuição por municípios e microrregiões). **Resultados:** A análise identificou que os municípios das mesorregiões do Triângulo Mineiro, Central, Jequitinhonha e Vale do Rio Doce apresentaram os maiores acúmulos de registros durante o período analisado. Foi constatado um padrão de maior número de registros durante finais de semana e feriados. Essa tendência pode estar relacionada ao aumento do convívio entre vítimas e agressores, geralmente membros do mesmo núcleo familiar, durante esses períodos. Observou-se uma redução de 5% no número de registros ao comparar os primeiros semestres de 2019 e 2020, período coincidente com o início da pandemia de Covid-19, possivelmente refletindo dificuldades nas denúncias. **Considerações finais:** A análise de violência doméstica em Minas Gerais destaca a necessidade de fortalecer delegacias especializadas, campanhas educativas e redes de apoio para denúncias precoces e atendimento eficaz às vítimas. Estratégias regionais são fundamentais para enfrentar causas estruturais como desigualdade de gênero, machismo, pobreza e normas culturais que perpetuam comportamentos abusivos, adaptando políticas à realidade local. A promoção contínua de campanhas educativas, o aprimoramento de medidas protetivas e a análise constante dos dados são essenciais para tornar o ambiente doméstico seguro, garantindo segurança e dignidade às mulheres.



PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica; Análise Geográfica; Violência Contra Mulher.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha.** Revista Direito GV, v. 11, p. 407-428, 2015.

R Core Team (2024). R: A Language and Environment for Statistical Computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos pagu, p. 115-136, 2001.

SARDENBERG, Cecilia; TAVARES, Márcia S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento.** EDUFBA, 2016.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. **Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde.** Revista de Saúde Pública, v. 36, p. 470-477, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Report on Violence and Health.** Geneva: World Health Organization, 2002.





A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA SAÚDE COLETIVA: O PAPEL DAS REDES DE APOIO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Eixo Temático:Eixo Transversal

Mateus Henrique Dias Guimarães

Doutorando em Saúde pela Christian Business School - CBS Education

Meirilany Rozeno Costa

Mestrado em Ciência e Tecnologia em Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba

Maria Vitória Soares Santana

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba- UFDPAr

Ana Paula Viana Lopes

Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará– UECE

Lara Patrícia de Lima Cavalcante

Enfermeira pela pela Faculdade Santo Agostinho - FSA e Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde pela Universidade de Brasília - Unb

Beatriz Vitória Marques de Lima

Graduanda em Nutrição pela UNIFASE

Victor Thiago Moura Gomes

Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA

Felipe Eduardo Ramos de Carvalho

Esp. em Saúde Mental pelo Centro Universitário de Caratinga

Maiza Karina Oliveira da Silva

Graduanda em Psicologia pela UNINASSAU

Ingrid beatriz costa beckman

Biomédica Esp. em-Biomedicina estética Pela Faculdade Inspirar

RESUMO

Resumo: A pesquisa explora a influência da participação comunitária na efetividade das políticas públicas de saúde, com foco na Estratégia Saúde da Família (ESF). **Introdução:** A participação comunitária é fundamental para promover equidade e fortalecer o controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, desafios estruturais e culturais limitam o engajamento efetivo das comunidades, impactando os resultados esperados. **Objetivo:** Investigar os desafios, facilitadores e impactos da participação comunitária no âmbito da ESF, identificando sua relação com a melhoria dos indicadores de saúde coletiva. **Metodologia:** Adotou-se uma abordagem qualitativa descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, abrangendo estudos e documentos publicados entre 2015 e 2023. Os dados foram coletados em bases de dados como SciELO, PubMed e LILACS, e analisados qualitativamente, com categorização de temas emergentes. **Resultados:** A análise revelou que o engajamento comunitário se faz essencial na promoção da saúde coletiva, pois aumenta a adesão da população a ações preventivas e iniciativas de promoção da saúde, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde. O fortalecimento das redes de apoio social também foi identificado como um resultado significativo, criando um ambiente mais favorável à mobilização e à sensibilização da comunidade para questões de saúde.. **Conclusão:** O fortalecimento da participação comunitária na ESF é essencial para promover um SUS mais inclusivo e eficiente, sendo necessário investir em estratégias que superem os desafios identificados.

Palavras-chave: Participação comunitária; Estratégia Saúde da Família; Políticas públicas de saúde; Saúde coletiva; Controle social.



INTRODUÇÃO

A participação comunitária faz-se central na formulação e implementação de políticas públicas de saúde, especialmente em sistemas que adotam o princípio da universalidade, como o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ao promover a inclusão da população nos processos de tomada de decisão, a participação fortalece o controle social e potencializa a eficácia das ações de saúde coletiva, contribuindo para a redução das desigualdades e o fortalecimento da cidadania (Mendes; Tavares, 2019). No entanto, diversos desafios permanecem, especialmente no contexto de comunidades vulneráveis, onde barreiras socioeconômicas, culturais e estruturais dificultam a mobilização social e o engajamento efetivo dos cidadãos.

No âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), principal modelo de atenção primária no Brasil, a participação comunitária não é apenas desejável, mas essencial. A ESF se baseia na proximidade entre as equipes de saúde e as comunidades atendidas, favorecendo um cuidado centrado nas necessidades locais e na promoção da saúde integral. Estudos indicam que o envolvimento da comunidade nas atividades da ESF contribui significativamente para o sucesso das intervenções, uma vez que amplia a adesão às iniciativas preventivas, fortalece as redes de apoio e facilita o diálogo entre os diferentes atores do sistema de saúde (Starfield, 2002). Contudo, a implementação dessas práticas participativas encontra obstáculos relacionados à falta de recursos, a dificuldades de comunicação e a desconfianças históricas entre gestores, profissionais de saúde e usuários.

Além disso, as transformações sociais e tecnológicas recentes têm alterado significativamente o panorama das políticas públicas de saúde. Ferramentas de comunicação, como rádios comunitárias e redes sociais digitais, têm sido utilizadas como estratégias para mobilizar e sensibilizar a população, aumentando o alcance e a efetividade das campanhas de saúde pública (Silva et al., 2020). No entanto, a eficácia dessas estratégias depende de um planejamento que considere as particularidades culturais e sociais das comunidades atendidas, bem como de esforços intersetoriais que promovam a articulação entre diferentes políticas públicas (Mendes; Tavares, 2019).

Dada a relevância do tema, este trabalho tem como objetivo principal investigar como a participação comunitária influencia a efetividade das políticas públicas de saúde, com ênfase na ESF. Busca-se identificar os principais desafios enfrentados pelas comunidades e pelos profissionais de saúde na promoção do engajamento social, bem como os facilitadores que contribuem para a integração entre os diferentes atores. Este estudo também analisa o impacto dessas dinâmicas na melhoria dos indicadores de saúde coletiva e no fortalecimento do SUS como sistema universal e equitativo.



METODOLOGIA

A pesquisa apresentada adota uma abordagem qualitativa descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica narrativa e análise documental, com o objetivo de investigar a influência da participação comunitária na efetividade das políticas públicas de saúde, especialmente na Estratégia Saúde da Família (ESF) no Brasil. O estudo concentrou-se em documentos e estudos publicados entre 2015 e 2023, disponíveis em bases como SciELO, PubMed e LILACS, além de relatórios de órgãos governamentais e organizações não governamentais. A amostra incluiu artigos, teses, dissertações, livros e documentos legais que discutem a participação comunitária e suas implicações na saúde coletiva.

Foram incluídos materiais que abordassem a participação comunitária e as redes de apoio no contexto das políticas públicas de saúde, com foco na ESF, apresentassem evidências empíricas e análises qualitativas e estivessem disponíveis em português, inglês ou espanhol. Estudos que tratassem exclusivamente de contextos hospitalares ou níveis de atenção fora da ESF, bem como os que não apresentassem metodologia clara ou dados empíricos relevantes, foram excluídos.

Os dados foram coletados por meio de buscas sistemáticas nas bases de dados, utilizando palavras-chave como “participação comunitária”, “Estratégia Saúde da Família”, “controle social em saúde” e “iniciativas intersetoriais”. Os materiais selecionados foram organizados em um software de gerenciamento de referências para sistematização e categorização dos dados extraídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação comunitária na saúde coletiva constitui um elemento central para a efetividade das políticas públicas, especialmente no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF) no Brasil. Esse engajamento não se limita à presença física dos cidadãos, mas envolve uma participação ativa e consciente na tomada de decisões, na avaliação de serviços e na proposição de melhorias, contribuindo para a construção de um sistema de saúde verdadeiramente participativo. A criação de redes de apoio e a mobilização social permitem identificar demandas específicas de cada território, possibilitando a implementação de ações de saúde mais adequadas, eficazes e alinhadas às realidades locais. Esse movimento de empoderamento da comunidade fortalece o controle social, ampliando o acesso aos serviços e melhorando a qualidade do atendimento (Sabino, 2024).

Com comunidades ativamente envolvidas na gestão de suas próprias condições de saúde, há uma tendência de se alcançar índices mais elevados de adesão aos cuidados, de prevenção e controle de doenças crônicas, e de adesão a campanhas de promoção da saúde. Estudos indicam



que a gestão comunitária, ao integrar saberes e práticas locais, pode provocar transformações significativas nas esferas individual, social e política, contribuindo para a redução das desigualdades em saúde (Melo et al., 2018; Neto, 2024).

A utilização de canais de comunicação alternativos, como a rádio comunitária, é outro fator determinante para expandir o alcance das mensagens de saúde e reforçar a participação cidadã. Ao facilitar o acesso à informação, esses meios de comunicação despertam o interesse da população, estimulando o engajamento nas discussões e na mobilização para ações que promovam melhorias nas condições de saúde da comunidade (Gallo et al., 2011). Além disso, a integração de estratégias pedagógicas inovadoras – exemplificadas por oficinas de teatro e outras atividades culturais – tem se mostrado eficaz na sensibilização e conscientização sobre temas relevantes de saúde pública, promovendo uma abordagem interdisciplinar que valoriza tanto o conteúdo técnico quanto a vivência coletiva (Oliveira et al., 2012).

Entretanto, desafios significativos ainda persistem. A desconexão entre as equipes de saúde e as dinâmicas próprias das comunidades, aliada à carência de espaços institucionais que facilitem o diálogo e a participação social, tem limitado o potencial transformador dessas iniciativas (André et al., 2021; Lara; Guareschi, 2016). A ausência de conselhos de saúde efetivos e de mecanismos de articulação contínua entre gestores e cidadãos dificulta o estabelecimento de uma comunicação fluida, essencial para a identificação de necessidades e para a implementação de soluções sustentáveis. A criação e o fortalecimento de tais espaços, portanto, são medidas fundamentais para superar esses entraves e garantir que a voz da comunidade esteja presente em todas as etapas da formulação e execução das políticas de saúde (Rolim et al., 2013).

Experiências inovadoras, como hortas comunitárias e iniciativas de terapia comunitária, reforçam a importância do engajamento social para a promoção da segurança alimentar, da saúde mental e da coesão social. Tais iniciativas não apenas proporcionam benefícios diretos – como a oferta de alimentos frescos e a diminuição dos índices de depressão e ansiedade –, mas também fomentam o sentimento de pertencimento e solidariedade entre os membros da comunidade, elementos essenciais para um sistema de saúde mais integrado, equitativo e resiliente (Silva, 2023; Araújo et al., 2018).

Em suma, a ampliação da participação comunitária na saúde coletiva demanda esforços contínuos para superar desafios estruturais e promover a integração efetiva entre os setores de saúde, educação e comunicação. Uma abordagem que combine empoderamento social, uso estratégico de tecnologias de informação e criação de espaços de diálogo garantirá a construção de políticas públicas mais eficientes e a melhoria dos índices de saúde, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e participativa.



CONCLUSÃO

A participação comunitária emerge como um elemento central para a efetividade das políticas públicas de saúde, especialmente no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF). A proximidade entre as equipes de saúde e as comunidades atendidas possibilita um cuidado mais humanizado e alinhado às demandas locais, enquanto o envolvimento da população fortalece o controle social e a sustentabilidade das ações implementadas.

A análise também evidenciou a importância de uma abordagem integrada, que considere as especificidades de cada território e envolva gestores, profissionais de saúde e a população em processos participativos contínuos. Essas práticas não apenas fortalecem a confiança entre os atores envolvidos, mas também ampliam a capacidade do SUS de responder às necessidades de saúde de forma efetiva e sustentável.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento da participação comunitária no SUS, particularmente na ESF, é essencial para o avanço das políticas públicas de saúde no Brasil. Recomenda-se que novos estudos aprofundem a análise dos facilitadores e barreiras dessa interação, considerando contextos específicos e ampliando as possibilidades de intervenção prática. Esse esforço contribuirá para consolidar um sistema de saúde mais justo, inclusivo e eficiente.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, A.; RAMOS, J.; CRUZ, P.; VASCONCELOS, A. Dificuldades da participação social na atenção primária à saúde: uma revisão sistemática qualitativa. **Saúde em Redes**, v. 7, n. 2, p. 217-237, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2021v7n2p217-237>.
- ARAUJO, M.; GIRÃO, J.; SOUZA, K.; ESMERALDO, G.; FARIA, F.; SOUZA, Â. A terapia comunitária – criando redes solidárias em um centro de saúde da família. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 19, 2018. DOI: <https://doi.org/10.19131/rpesm.0204>.
- BARRETO, J.; NERY, I.; COSTA, M. Estratégia saúde da família e internações hospitalares em menores de 5 anos no Piauí, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 3, p. 515-526, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2012000300012>.
- CARDOSO, J.; OLIVEIRA, G.; FURLAN, P. Gestão democrática e práticas de apoio institucional na atenção primária à saúde no Distrito Federal, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 3, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00009315>.
- FLORES, L.; TRINDADE, A.; LORETO, D.; UNFER, B.; DALL'AGNOL, M. Avaliação do programa de educação pelo trabalho para saúde - PET-Saúde/Vigilância em Saúde pelos seus atores. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, supl. 1, p. 923-930, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1060>.



participação social no contexto da gestão descentralizada dos serviços de saúde. **Journal of Human Growth and Development**, v. 21, n. 3, p. 841, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7322/jhgd.20036>.

JUNIOR, A.; FRAZÃO, J.; SILVA, A.; TRINDADE, L.; CONTENTE, T.; MACHADO, T.; ...; AGUIAR, A. A importância do processo de educação em saúde entre estudantes da área da saúde: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 11, p. e3003, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25248/reac.e3003.2020>.

LARA, L.; GUARESCHI, N. A institucionalização da participação comunitária no SUS e a função imunitária do direito. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2016.52.1.13>.

MELO, P.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, M. Attention foci in community health nursing and community empowerment: a qualitative study. **Revista de Enfermagem Referência**, IV Série, n. 19, p. 81-90, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12707/riv18045>.

MENDEZ, W.; FERREIRA, M.; FARIA, E.; ABRANTES, L. Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. **Latin American Research Review**, v. 55, n. 4, p. 742-758, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.555>.

MENEZES, K.; CARDOSO, J.; QUINES, C. Políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, p. 178-186, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51161/rem/3661>.

NETO, P. **Aplicação da estimativa rápida participativa com população rural: experiência extensionista de territorialização**. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51161/conasf2024/33832>.

OLIVEIRA, D.; BEREZERA, F.; MENEZES, V. Agenda de pesquisa em programas de pós-graduação (stricto sensu) na temática educação em saúde no período 2015-2019. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280012>.

OLIVEIRA, D.; MENDONÇA, C.; MEIRELLES, R.; COUTINHO, C.; ARAÚJO-JORGE, T.; LUZ, M. Construção de espaços de escuta, diagnóstico e análise coletiva de problemas de saúde pública com a linguagem teatral: o caso das oficinas de jogos teatrais sobre a dengue. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 43, p. 929-942, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-32832012005000052>.

PAULINO, D.; NETO, J.; DINIZ, L.; ROSA, G.; LIMIRIO, V.; OLIVEIRA, L.; ...; LEONARDI, C. Intersetorialidade e educação popular em saúde: no SUS com as escolas e nas escolas com o SUS. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 2, p. 73-78, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n2rb20170043>.

PINO, L.; CALDAS, A. Atenção primária à saúde infantil: a maior avaliação de base populacional da história do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3153-3156, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.06092022>.

ROLIM, L.; CRUZ, R.; SAMPAIO, K. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 96, p. 139-147, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-11042013000100016>.

SABINO, A. **A importância da participação comunitária na efetividade da Estratégia Saúde da Família**. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51161/conasf2024/33039>.



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A PREVENÇÃO E GESTÃO DE DOENÇAS NA SAÚDE COLETIVA

Eixo Temático: Prevenção, Promoção e Educação em Saúde: O Papel da Família no Cuidado

Daiane Souza Santos

Cirurgiã Dentista pela UNP, Especialista em Implantodontia pela UVA e Especialista em Pesquisa Clínica pela UNINTER

Elisa Freitas Dreviski de Oliveira

Biomédica pelo Centro Universitário Campo Real e Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real - Guarapuava, Paraná

Meirilany Rozeno Costa

Mestrado em Ciência e Tecnologia em Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba

Nara Aparecida da Silva Jesus

Graduanda em Fisioterapia pela UNA Divinópolis MG

Wagner Ruan da Silva Neto

Biomédico pela Universidade Tiradentes, Alagoas e Pós-graduando em Saúde Pública pela UFAL

Deise Oliveira da silva

Graduanda em Biomedicina pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Ana Paula Viana Lopes

Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará- UECE

Hellen Hercilia Vilhena Fonseca

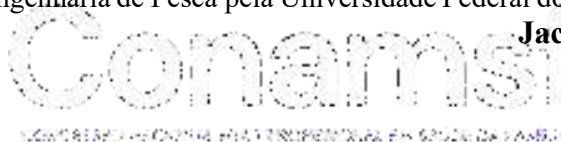
Fisioterapeuta Esp. em Fisioterapia Hospitalar pela Cesupa

Mayara Braga Franco

Graduanda em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAR

Jacqueline Jaguaribe Bezerra

Mestranda Cbs Education



RESUMO

Introdução: A Educação em Saúde vem se consolidando como estratégia essencial na promoção do bem-estar e na prevenção de doenças, capacitando a população e fortalecendo o controle social em saúde. **Objetivo:** Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições dos programas de Educação em Saúde, com ênfase em ações escolares e na formação de profissionais, para a construção de uma cultura de prevenção e promoção da saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica narrativa, com a seleção de estudos e documentos legais publicados entre 2015 e 2023. Foram utilizadas bases de dados como SciELO, PubMed e LILACS, empregando palavras-chave relacionadas à Educação em Saúde, prevenção de doenças e políticas públicas de saúde. **Resultados:** Os achados indicam que a integração entre os setores de educação e saúde, aliada à adoção de metodologias pedagógicas inovadoras e à participação ativa da comunidade, contribui significativamente para a efetividade das ações educativas. Além disso, a aplicação dos princípios da abordagem freireana promove a reflexão crítica e a emancipação dos indivíduos, possibilitando o desenvolvimento de práticas preventivas e o aprimoramento do atendimento no SUS. **Conclusão:** A Educação em Saúde emerge como instrumento transformador, essencial para a promoção de um sistema de saúde mais equitativo e para o fortalecimento do controle social.

Palavras-Chave: Educação em Saúde; Prevenção; Sistema Único de Saúde; Participação Social; Políticas Públicas.



INTRODUÇÃO

A Educação em Saúde tem se afirmado como uma estratégia indispensável para a promoção do bem-estar e a prevenção de doenças, constituindo um instrumento poderoso na transformação dos hábitos e na construção de uma cultura de saúde sustentável. Nos últimos anos, a intensificação de programas educativos – especialmente aqueles implementados em ambientes escolares – tem demonstrado seu potencial de capacitar e conscientizar a população, contribuindo para a redução da incidência de enfermidades e para a melhoria dos indicadores de saúde pública (Santos; Filho; Garbín, 2016).

No contexto brasileiro, a abordagem freireana tem proporcionado um marco teórico essencial para a Educação em Saúde ao privilegiar o diálogo e a reflexão crítica. Essa perspectiva não só incentiva a participação ativa da comunidade na definição de prioridades e estratégias, mas também promove a integração entre saberes técnicos e experiências vivenciais, tornando o processo educativo mais democrático e transformador (Oliveira, Bezerra & Menezes, 2023). Além disso, as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) enfatizam a intersetorialidade – a colaboração entre os setores de educação e saúde – como condição sine qua non para que as ações educativas sejam efetivas e adaptadas às especificidades regionais (Menezes, Cardoso & Quines, 2022; Paulino et al., 2018).

A relevância dessa temática é também respaldada pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.080/1990 não apenas estabelecem a saúde como um direito universal, mas também reforçam o papel do Estado na promoção de ações educativas e na implementação de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo aos serviços de saúde (Brasil, 1988; Brasil, 1990). Dessa forma, a Educação em Saúde desponta como um mecanismo de transformação social, capacitando cidadãos e profissionais a atuarem de forma crítica e autônoma na melhoria contínua do sistema de saúde.

Este artigo tem como objetivo analisar como os programas de Educação em Saúde, com ênfase nas práticas escolares e na formação de profissionais, contribuem para a construção de uma cultura de prevenção e promoção da saúde. Para tanto, será abordada a aplicação de métodos pedagógicos inovadores, a importância do diálogo comunitário e os desafios enfrentados na implementação de ações intersetoriais, destacando a relevância do controle social e da participação cidadã no aprimoramento das políticas públicas de saúde.



METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em uma revisão bibliográfica narrativa. Foram consultadas bases de dados como SciELO, PubMed e LILACS, utilizando palavras-chave relacionadas à “Educação em Saúde”, “Prevenção de Doenças” e “Saúde Coletiva”. A seleção dos artigos considerou o período de publicação entre 2015 e 2023, priorizando estudos revisados por pares que abordassem a implementação e os impactos de programas educativos em contextos escolares e comunitários.

Os critérios de inclusão englobaram artigos que discutissem a integração entre educação e saúde, a abordagem freireana aplicada à educação em saúde, e a participação da comunidade no controle social e na definição de políticas públicas. Foram excluídos trabalhos que não apresentassem evidências empíricas ou que se restringissem a contextos hospitalares.

Os dados extraídos das publicações selecionadas foram organizados em categorias temáticas, permitindo identificar aspectos como a eficácia dos programas, os desafios enfrentados para a implementação das ações educativas e as contribuições para a formação profissional e cidadã. Este método possibilitou uma análise crítica das práticas e políticas em Educação em Saúde, fornecendo subsídios para a discussão sobre sua relevância na promoção de um sistema de saúde mais participativo e preventivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação em Saúde configura-se como uma estratégia fundamental para a prevenção e a gestão de doenças na saúde coletiva, ao capacitar e conscientizar a população sobre os cuidados com a saúde, promovendo o desenvolvimento de comportamentos preventivos e de uma cultura voltada para o bem-estar. Programas de Educação em Saúde, especialmente aqueles implementados em ambientes escolares, demonstram eficácia não apenas na promoção de hábitos saudáveis, mas também na redução da incidência e gravidade de enfermidades que acometem crianças e adolescentes. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta o papel das escolas como ambientes privilegiados para ações educativas contínuas, onde a sistematização e a periodicidade das intervenções permitem alcançar um grande número de beneficiários, consolidando uma base sólida para a formação de uma cultura de saúde desde a infância (Santos et al., 2016).

A abordagem freireana da Educação em Saúde, fundamentada no diálogo e na reflexão crítica, destaca a importância da participação ativa da comunidade na definição de prioridades e estratégias de saúde. Essa metodologia promove a integração do conhecimento teórico e prático, estimulando a autonomia dos indivíduos na gestão de sua própria saúde e na construção coletiva



de soluções para os desafios enfrentados pelo sistema de saúde. Assim, o processo educativo torna-se um instrumento de transformação social e de empoderamento dos cidadãos, fortalecendo a relação entre o saber e a prática no campo da saúde (Oliveira et al., 2023).

Além do impacto direto na promoção de hábitos preventivos, a Educação em Saúde exerce papel relevante na formação de profissionais aptos a atuar em comunidade. A vivência em estágios e programas como o PET-Saúde permite que os estudantes da área da saúde desenvolvam competências práticas e reflexivas essenciais para um atendimento humanizado e integrado. Essa experiência formativa, ao combinar teoria e prática, contribui para que os futuros profissionais incorporem valores como a cidadania e a responsabilidade social, elementos indispensáveis para o aprimoramento dos serviços de saúde coletiva (Júnior et al., 2020; Flores et al., 2015).

Ademais, a participação popular, consagrada pela Constituição de 1988, fortalece as iniciativas de controle social em saúde, transformando a comunidade em protagonista na promoção de seu próprio bem-estar. A articulação entre os setores de educação e saúde, evidenciada nas políticas públicas brasileiras, destaca a intersetorialidade como elemento central para a adaptação das ações educativas às necessidades específicas de cada região. Essa colaboração entre diferentes setores potencializa os resultados das intervenções, garantindo que os programas de Educação em Saúde sejam sensíveis às realidades locais e contribuam para a efetividade do Sistema Único de Saúde (Menezes et al., 2022; Paulino et al., 2018). Além disso, a integração de práticas educativas e a participação ativa da população são essenciais para a consolidação de um sistema de saúde mais equitativo, que valorize não somente a prevenção, mas também a promoção de um ambiente propício à melhoria da qualidade de vida.

CONCLUSÃO

A Educação em Saúde demonstra-se como uma estratégia central para a prevenção e a gestão de doenças na saúde coletiva, evidenciando sua importância tanto na capacitação da população quanto na formação de profissionais aptos a atuar de maneira integrada e humanizada. Ao promover hábitos saudáveis e fomentar o conhecimento crítico, especialmente em ambientes escolares, a Educação em Saúde consolida uma cultura de cuidado que se estende para além do âmbito individual, fortalecendo também o controle social e a participação cidadã. A abordagem freireana, com seu enfoque no diálogo e na reflexão crítica, reforça a necessidade de envolver a comunidade na construção e avaliação das políticas públicas, possibilitando a adaptação das ações educativas às especificidades regionais e às demandas locais.

A integração entre os setores de educação e saúde, conforme evidenciado nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), potencializa os resultados das intervenções, garantindo que o



processo educativo não apenas contribua para a redução da incidência de enfermidades, mas também promova a responsabilidade social e a cidadania. Dessa forma, programas como o PET-Saúde e experiências de estágio demonstram a relevância prática da Educação em Saúde na formação de profissionais mais engajados e comprometidos com a melhoria contínua do atendimento à população.

Em síntese, a Educação em Saúde se revela indispensável para a promoção de um sistema de saúde mais equitativo e eficaz, sendo fundamental a continuidade do investimento em estratégias educativas que permitam a construção de uma sociedade mais informada, participativa e resiliente frente aos desafios da saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

FLORES, L.; TRINDADE, A.; LORETO, D.; UNFER, B.; DALL'AGNOL, M. Avaliação do programa de educação pelo trabalho para saúde - PET-Saúde/Vigilância em Saúde pelos seus atores. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, supl. 1, p. 923-930, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1060>

JUNGLOS, C.; AMADIGI, F.; MACHADO, R.; SORATTO, J. Motivações, importância, desafios e perspectivas do controle social em saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5380/ce.v24i0.66874>

JÚNIOR, A.; FRAZÃO, J.; SILVA, A.; TRINDADE, L.; CONTENTE, T.; MACHADO, T.; ...; AGUIAR, A. A importância do processo de educação em saúde entre estudantes da área da saúde: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 11, p. e3003, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25248/reac.e3003:2020>

MENEZES, K.; CARDOSO, J.; QUINES, C. Políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, p. 178-186, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51161/rem/3661>

OLIVEIRA, D.; BEZERRA, F.; MENEZES, V. Agenda de pesquisa em programas de pós-graduação (stricto sensu) na temática educação em saúde no período 2015-2019. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280012>

PAULINO, D.; NETO, J.; DINIZ, L.; ROSA, G.; LIMIRIO, V.; OLIVEIRA, L.; ...; LEONARDI, C. Intersetorialidade e educação popular em saúde: no SUS com as escolas e nas escolas com o SUS. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 2, p. 73-78, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n2rb20170043>

SANTOS, K.; FILHO, A.; GARBÍN, C. Educação em saúde bucal na visão de acadêmicos de odontologia. **Arquivos em Odontologia**, v. 48, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7308/aodontol/2012.48.2.06>



A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL

Eixo Temático: Eixo Transversal

Thais Garcia Raymond Franco

Enfermeira pela Universidade do Estado do Pará, Esp. em Saúde da Família e Mestranda em Ciências da Saúde pela Unoeste

Romeu Machado Custodio

Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Lavras - UFLA

Meirilany Rozeno Costa

Mestrado em Ciência e Tecnologia em Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba

Glenda Isadora Messias Rolim

Graduanda em Educação Física pela Faculdade Católica da Paraíba (Fafic)

Lara Rayssa Pires Barbosa

Enfermeira pelo Centro Universitário Santo Agostinho

Isac Breno Rodrigues Cardeal

Graduando em Farmácia pela Associação de Ensino Superior do Piauí

Valeska Lima de Sá Santos

Graduanda em Odontologia pela UNINASSAU

Higor José Damasceno Guimarães

Graduando em Medicina pela Faculdade de Ciências da Saúde Pitágoras de Codó

Carlos Eduardo Cardoso Silva

Graduando em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí

José Souza Barbosa Junior

Graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - Medicina, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

Introdução: A pesquisa investiga o impacto das políticas públicas de saúde no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, enfatizando sua importância para a promoção do acesso universal e equitativo no Sistema Único de Saúde (SUS). **Objetivo:** Analisar criticamente as estratégias implementadas na APS, com foco na integração dos serviços, humanização do atendimento e eficácia das intervenções voltadas à redução de internações hospitalares. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa em bases de dados como SciELO, PubMed e LILACS, utilizando palavras-chave relacionadas à “Atenção Primária à Saúde”, “Estratégia Saúde da Família” e “humanização do cuidado”. Foram selecionados estudos publicados entre 2015 e 2023, que analisaram evidências empíricas e impactaram a prática assistencial. **Resultados:** Os achados indicam que a consolidação da APS, por meio da implementação da Estratégia Saúde da Família e da Política Nacional de Humanização, reduz significativamente as internações hospitalares e melhora a qualidade do atendimento. Além disso, a capacitação dos profissionais de saúde e a adaptação às especificidades regionais são apontadas como fatores determinantes para o sucesso das intervenções. **Conclusão:** Conclui-se que políticas públicas integradas e orientadas para a humanização e a prevenção são essenciais para o fortalecimento da APS, proporcionando um cuidado mais resolutivo e equitativo.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; Estratégia Saúde da Família; Humanização; Políticas Públicas; Sistema Único de Saúde



INTRODUÇÃO

A saúde pública no Brasil tem evoluído significativamente nas últimas décadas, destacando-se pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) como um modelo de acesso universal e equitativo. Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume um papel estratégico, funcionando como a porta de entrada para o sistema e promovendo ações preventivas, educativas e de promoção do bem-estar da população (Barreto, Nery, & Costa, 2012; Martin, Castro, Paula, & Abrantes, 2020). A implementação de programas como a Estratégia Saúde da Família (ESF) tem permitido a ampliação do acesso aos serviços de saúde, contribuindo para a redução das internações hospitalares por condições sensíveis à APS (Malvezzi, 2019).

Além disso, a Política Nacional de Humanização, que enfatiza a construção de relações éticas e empáticas entre profissionais de saúde e usuários, vem sendo apontada como um elemento inovador na transformação das práticas assistenciais, promovendo a coordenação do cuidado e a continuidade do atendimento (Souza et al., 2015; Cardoso; Oliveira; Furlan, 2016). Tal abordagem ressalta a importância de uma atenção integral que considere as especificidades regionais, contribuindo para a redução das desigualdades em saúde (Mendes et al., 2020).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias implementadas para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no Brasil, destacando os impactos das políticas públicas e a relevância da humanização no cuidado. A investigação busca identificar os principais desafios e oportunidades decorrentes da adoção de práticas inovadoras na ESF, com base em evidências da literatura recente. Espera-se, assim, oferecer subsídios que possibilitem o aprimoramento das práticas de gestão e integração das ações de saúde, promovendo um modelo assistencial mais resolutivo e centrado no paciente.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo de abordagem qualitativa, realizado por meio de revisão bibliográfica narrativa. Para tanto, foram consultadas bases de dados como SciELO, PubMed e LILACS, utilizando palavras-chave relacionadas à Atenção Primária à Saúde, Estratégia Saúde da Família e humanização do cuidado.

A amostra consistiu de artigos científicos publicados entre 2012 e 2023, selecionados com base em critérios de relevância temática e qualidade metodológica. Foram incluídos estudos revisados por pares que abordassem a implementação e os impactos das políticas públicas na APS, enquanto trabalhos que tratassem exclusivamente de níveis secundários ou terciários de atenção foram excluídos.



Para a extração e análise dos dados, utilizou-se uma ficha de coleta estruturada que contemplou informações sobre o objetivo do estudo, metodologia empregada, principais resultados e conclusões dos autores. As variáveis selecionadas englobaram a eficácia dos programas de saúde, o grau de humanização do atendimento, a adesão dos profissionais e as mudanças nos indicadores de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas de saúde no Brasil têm se configurado como pilares essenciais para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecida não apenas como a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), mas também como a base estrutural para a promoção da saúde e prevenção de doenças em nível populacional. Essa articulação política e administrativa permite a consolidação de um modelo de cuidado que privilegia a integralidade e a equidade, atendendo, de maneira diferenciada, as demandas das populações mais vulneráveis e aquelas situadas em contextos de desigualdades socioeconômicas e regionais (Pinto; Caldas, 2022).

Um exemplo paradigmático deste cenário é o Programa Saúde da Família (PSF), atualmente denominado Estratégia Saúde da Família (ESF), que demonstra, por meio de evidências empíricas, como a implementação de políticas integradas pode gerar impactos significativos na saúde comunitária. Estudos apontam que a ampliação e o aprimoramento da ESF estão associados a uma expressiva redução nas internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária, reforçando a importância de um sistema que invista na prevenção e na promoção da saúde (Malvezzi, 2019). Tal redução reflete não só a eficácia dos serviços prestados, mas também a capacidade do sistema de se antecipar a situações de risco, promovendo ações contínuas e integradas ao longo dos diferentes níveis de atenção ((Pinto; Caldas, 2022)..

A Política Nacional de Humanização, outro marco importante, enfatiza a construção de relações mais éticas e empáticas entre profissionais de saúde e usuários. Essa política visa transformar as práticas assistenciais ao incentivar a coordenação do cuidado, a participação ativa dos pacientes e a continuidade do atendimento, aspectos fundamentais para a consolidação de um sistema de saúde verdadeiramente resolutivo e acessível (Souza et al., 2015; Cardoso et al., 2016).

A formação e a capacitação dos profissionais de saúde constituem, por sua vez, elementos-chave para a implementação de políticas públicas eficazes na APS. A residência em medicina de família e comunidade tem se destacado como uma estratégia inovadora para a qualificação técnica e a integração dos profissionais ao contexto do SUS, promovendo uma abordagem holística que



valoriza não apenas o tratamento de doenças, mas também a promoção de bem-estar e prevenção de agravos (Soares et al., 2018). A continuidade dos programas de educação permanente e a valorização dos profissionais de saúde são determinantes para a evolução do modelo assistencial, garantido que as políticas públicas acompanhem as demandas emergentes e se adaptem às transformações sociais e epidemiológicas (Moysés et al., 2020).

Adicionalmente, a análise das condições sociais e das desigualdades regionais revela a necessidade de um planejamento estratégico que respeite as especificidades de cada território. A adaptação da atenção primária às realidades locais, levando em consideração a geografia, cultura, tradições e as condições socioeconômicas, é fundamental para que as intervenções sejam realmente eficazes e atinjam os públicos-alvo de forma justa e equitativa (Mendes et al., 2020; Moysés et al., 2020). A pesquisa constante e a avaliação periódica das políticas implementadas permitem identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento, garantindo que as ações sejam fundamentadas em dados e evidências robustas, o que, por sua vez, contribui para a construção de um sistema de saúde mais resiliente e preparado para enfrentar desafios futuros (Pinto & Caldas, 2022).

CONCLUSÃO

A análise das políticas públicas de saúde e seu impacto na Atenção Primária à Saúde (APS) evidencia que a integração de ações como a Estratégia Saúde da Família, a Política Nacional de Humanização e os programas de capacitação profissional são fundamentais para a consolidação de um sistema de saúde mais equitativo e resolutivo. Os resultados demonstram que a ênfase na prevenção, na promoção da saúde e na adaptação às especificidades locais contribui significativamente para a redução de internações por condições sensíveis à APS e para a melhoria da qualidade do cuidado prestado pelo SUS. Assim, a questão de pesquisa foi respondida ao evidenciar que a implementação de políticas públicas integradas e a constante avaliação destas iniciativas são determinantes para o fortalecimento da APS e para a promoção do acesso universal à saúde.

Entretanto, o estudo possui limitações, como a dependência de dados secundários e a escassez de pesquisas longitudinais que permitam avaliar os impactos de forma mais aprofundada ao longo do tempo. Essas restrições indicam a necessidade de futuras pesquisas que explorem a eficácia das intervenções implementadas em diferentes contextos regionais e que incorporem metodologias mistas para uma análise mais abrangente.



REFERÊNCIAS

CARDOSO, J.; OLIVEIRA, G.; FURLAN, P. Gestão democrática e práticas de apoio institucional na atenção primária à saúde no Distrito Federal, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 3, 2016. DOI: 10.1590/0102-311x00009315.

IZAIAS, É.; DALRI, R.; ROBAZZI, M.; TERRA, F.; SAMPAIO, E. Burnout syndrome in primary health care. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 21, n. 04, p. 01-09, 2023. DOI: 10.47626/1679-4435-2021-938.

MALVEZZI, E. Internações por condições sensíveis à atenção primária: revisão qualitativa da literatura científica brasileira. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 4, p. 119-134, 2019. DOI: 10.18310/2446-4813.2018v4n4p119-134.

MARTIN, D.; CASTRO, S.; PAULA, C.; ABRANTES, L. Programa Mais Médicos e indicadores da atenção primária à saúde em Minas Gerais (2013-2015). **Read Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 26, n. 2, p. 352-380, 2020. DOI: 10.1590/1413-2311.287.96302.

MENDES, W.; FERREIRA, M.; FARIA, E.; ABRANTES, L. Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. **Latin American Research Review**, v. 55, n. 4, p. 742-758, 2020. DOI: 10.25222/larr.555.

MOYSES, R.; TEIXEIRA, V.; MARTINS, R.; SOUZA, C.; ABENSUR, T.; PEREIRA, M. Integralidade e longitudinalidade da atenção primária à saúde da mulher: uma análise de três municípios amazônicos. **Revista de APS**, v. 22, n. 1, 2020. DOI: 10.34019/1809-8363.2019.v22.16740.

PINTO, L.; CALDAS, A. Atenção primária à saúde infantil: a maior avaliação de base populacional da história do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3153-3156, 2022. DOI: 10.1590/1413-8123202278.06092022.

SOARES, R.; OLIVEIRA, F.; NETO, A.; BARRÊTO, D.; CARVALHO, A.; SAMPAIO, J.; ...; FIGUEIREDO, A. Residência em medicina de família e comunidade: construindo redes de aprendizagens no SUS. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 13, n. 40, p. 1-8, 2018. DOI: 10.5712/rbmf13(40)1629.

SOUZA, G.; ALVES, B.; TACLA, M.; COLLET, N.; TOSO, B. Avaliação do princípio da coordenação na atenção primária à saúde da criança em Londrina-PR. **Semina Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 36, n. 1, p. 39-46, 2015. DOI: 10.5433/1679-0367.2015v36n1p39.



ANEMIA FALCIFORME: ASPECTOS CLÍNICOS, AMBIENTAIS E A IMPORTÂNCIA DO ACONSELHAMENTO GENÉTICO

Eixo Temático: Modelo de Cuidado Integral e Multidisciplinar na Saúde da Família

¹ Mariana Millena Pereira Ananias; ² Emilly Eduarda Vagmaker Monteiro; ³ Isabella Ferreira Santana; ⁴ Isabella Nascimento Jorge; ⁵ Julio Gabriel Ferreira Neto; ⁶ Leonardo Bernardes Ribeiro; ⁷ Danilo Figueiredo Soave.

¹ Discente do curso de medicina da Universidade de Rio Verde (UniRV), Goianésia-GO, Brasil, ² Discente do curso de medicina da Universidade de Rio Verde (UniRV), Goianésia-GO, Brasil, ³ Discente do curso de medicina da Universidade de Rio Verde (UniRV), Goianésia-GO, Brasil, ⁴ Discente do curso de medicina da Universidade de Rio Verde (UniRV), Goianésia-GO, Brasil, ⁵ Discente do curso de medicina da Universidade de Rio Verde (UniRV), Goianésia-GO, Brasil, ⁶ Discente do curso de medicina da Universidade de Rio Verde (UniRV), Goianésia-GO, Brasil, ⁷ Docente do curso de medicina da Universidade de Rio Verde (UniRV).

RESUMO

Introdução: A anemia falciforme é uma doença genética hereditária, caracterizada pela produção anormal de hemoglobina, que causa a deformação de glóbulos vermelhos em formato de folha. Essa condição está associada a diversas complicações clínicas, incluindo crises de dor, infecções e danos aos órgãos, os quais podem ser intensificados por fatores ambientais, como desidratação, infecções e estresse físico. O aconselhamento genético tem um papel fundamental no manejo da anemia falciforme, oferecendo informações sobre a transmissão hereditária da doença, orientações para o cuidado clínico e suporte emocional para pacientes e suas famílias. **Objetivo:** Analisar os fatores clínicos e ambientais que influenciam a anemia falciforme, bem como destacar a importância do aconselhamento genético na gestão da doença e na prevenção de suas complicações. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão narrativa com busca de artigos científicos completos na base de dados PubMed, Scielo e Google Acadêmico, utilizando o operador booleano "AND" e os descritores: "anemia falciforme", "fatores clínicos", "fatores ambientais" e "aconselhamento genético". Foram incluídas meta-análises, ensaios clínicos e randomizados de acesso completo e gratuito, entre 2018 e 2022, disponíveis em inglês, português e espanhol. Excluíram-se estudos que não tratam diretamente da anemia falciforme, focando em outras hemoglobinopatias ou abordando somente aspectos terapêuticos. No total, 5 artigos foram selecionados para leitura na íntegra. **Resultados:** A anemia falciforme (FA) é uma condição genética causada por uma mutação no gene HBB, resultando na produção de hemoglobina S (HbS). Logo, essa variante compromete a funcionalidade dos glóbulos vermelhos, levando à polimerização da HbS sob condições de baixa oxigenação. Isso resulta na deformação das hemácias em um formato de foice, reduzindo sua flexibilidade e aumentando o risco de oclusão



vascular, desencadeando crises álgicas. Logo, fatores como desidratação, infecção e estresse podem agravar essas crises, que por sua vez causam anemia hemolítica crônica e complicações graves, como síndrome torácica aguda, infecções recorrentes e maior risco de AVC, afetando significativamente a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, condições ambientais, como climas quentes e secos, aliadas à dificuldade de acesso a cuidados médicos, podem agravar o quadro clínico. No entanto, a manutenção de boa hidratação e a prática de exercícios físicos moderados podem ajudar a mitigar essas complicações. Ademais, o aconselhamento psicológico desempenha um papel fundamental na identificação de portadores da mutação, na educação sobre a hereditariedade da doença e no auxílio ao planejamento familiar. Por outro lado, a triagem neonatal também é crucial para realizar o diagnóstico precoce e possibilitar intervenções oportunas para reduzir a morbidade associada. **Conclusão:** A anemia falciforme, uma condição monogênica, requer uma abordagem multidisciplinar que inclua aconselhamento genético devido às complexas interações entre fatores clínicos e ambientais. Esta abordagem não só aprimora o manejo clínico da doença, mas também capacita tanto os pacientes quanto suas famílias ao promover uma compreensão mais ampla das opções disponíveis e ajudar a mitigar o impacto da doença no dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia falciforme; aconselhamento genético; fatores ambientais.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, TS; MELO, LP; SOUZA, AC Aconselhamento genético em hemoglobinopatias.

Revista Brasileira de Hematologia e Genética Médica, v. 102-115, 2018.

MARTINS, FJ et al. Complicações da anemia falciforme em diferentes regiões climáticas.

Revista Brasileira de Hematologia Clínica, v. 220-228, 2021.

MEDEIROS, PR; BARBOSA, LC Impacto de fatores climáticos na anemia falciforme. **Jornal de Saúde Pública e Ambiental**, v. 5, p. 45-52, 2019.

MELO, CL; ANDRADE, VF Aspectos clínicos e ambientais na anemia falciforme. **Revista Brasileira de Hemoglobinopatias**, v. 10, p. 66-74, 2020.

OLIVEIRA, FR; COSTA, MC O papel do aconselhamento genético em meio ambiente de risco para anemia falciforme. **Revista de Saúde Genética**, v. 123-130, 2021.



CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O FORTALECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Eixo temático: Eixo Transversal

¹ Valeska Lima de Sá Santos; ² Lara Patrícia de Lima Cavalcante; ³ Danielly Teixeira Rodrigues da Silva; ⁴ Ellen Caroline Gomes de Carvalho; ⁵ Helton Zheus Azevedo Mota; ⁶ Wibyanna Araújo da Silva ; ⁷ Alexia Uriadenik Dobroski Bastos; ⁸ Matheus Pinheiro Santos; ⁹ Danilo Nobre de Assis; ¹⁰ Caroline da Conceição Lima Cardoso

¹ Graduanda em Odontologia pela Uninassau-garanhuns, ² Enfermeira pela Faculdade Santo Agostinho (FSA) Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde pela Universidade de Brasília (Unb), ³ Graduanda em Medicina pela Fametro Manaus, ⁴ MÉDICA – FACID, Médica de Família e Comunidade SBMFC/ Pediatra SBP, ⁵ Graduando em Medicina pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, ⁶ Enfermeira pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Esp. em Enfermagem em Saúde da Criança pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ⁷ Graduanda em Medicina pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, ⁸ Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba, ⁹ Bacharel em Odontologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Esp. em Saúde da Família com ênfase em Alimentação Materno Infantil pela Escola de Saúde Pública do Estado da Paraíba-ESP. PB, ¹⁰ Fisioterapeuta e Esp. em Fisioterapia Hospitalar, Geriatria e Otorrinatologia pela Faculdade Adventista da Bahia

RESUMO

Introdução: As Unidades Básicas de Saúde (UBS) faz-se central no Sistema Único de Saúde (SUS) ao fornecer cuidados primários de saúde, que são essenciais para a promoção, prevenção e tratamento de doenças. A eficácia dessas unidades está diretamente relacionada à capacitação dos profissionais que atuam nelas, como médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem. Contudo, desafios como a falta de treinamento contínuo, a rotatividade de profissionais e a escassez de recursos comprometem a qualidade do atendimento e dificultam a integralidade dos cuidados. Este estudo discute como a capacitação contínua dos profissionais pode contribuir para o fortalecimento das UBS, aumentando a resolutividade e garantindo o cumprimento dos princípios do SUS, como equidade e universalidade. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é avaliar o impacto da capacitação contínua na melhoria dos serviços prestados pelas UBS, analisando os benefícios para a qualidade do atendimento, a integração das equipes e a satisfação dos usuários, além de identificar barreiras e propor soluções para a implementação de programas de educação permanente em saúde. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com busca nas bases de dados PubMed, SciELO e Lilacs, abrangendo publicações de 2020 a 2024. Foram utilizados os descritores “capacitação profissional”, “atenção primária à saúde”, “educação permanente” e “unidades básicas de saúde” em português e inglês, com operadores booleanos para refinar os resultados. Após a seleção inicial de 183 artigos, aplicaram-se critérios de inclusão, como relevância para o tema, qualidade



metodológica e enfoque no contexto brasileiro, resultando em 42 estudos analisados. As categorias temáticas abordadas incluíram impacto da capacitação no desempenho clínico, gestão de equipes multiprofissionais, satisfação dos usuários e barreiras organizacionais. **Resultados:** Os estudos analisados demonstraram que a capacitação contínua contribui significativamente para o fortalecimento das UBS. Profissionais que participaram de programas de educação permanente relataram maior segurança técnica, melhora na comunicação com os usuários e capacidade ampliada para lidar com problemas de saúde complexos. Além disso, a formação em temas específicos, como manejo de doenças crônicas, saúde mental e práticas de acolhimento, promoveu um atendimento mais resolutivo e humanizado. Estratégias que envolveram metodologias ativas, como oficinas participativas e simulações práticas, foram consideradas mais eficazes por facilitarem a aplicação do aprendizado no cotidiano profissional. Apesar disso, a implementação de políticas públicas voltadas à valorização do trabalhador, aliada à criação de redes de apoio pedagógico, foi apontada como uma solução viável e sustentável. **Considerações finais:** A capacitação contínua dos profissionais de saúde é uma estratégia fundamental para o fortalecimento das UBS, sendo indispensável para garantir a qualidade dos serviços prestados e promover a integração das equipes multiprofissionais. Programas regulares de educação permanente devem ser uma prioridade das políticas públicas em saúde, com foco na valorização dos trabalhadores, na ampliação do acesso à formação e na melhoria da infraestrutura das unidades. Além disso, o fortalecimento das UBS é essencial para consolidar a Atenção Primária à Saúde como eixo central do SUS, contribuindo para a promoção da saúde e a redução das desigualdades no acesso aos serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação profissional; Atenção primária à saúde; Educação permanente; Qualidade de atendimento; Fortalecimento das UBS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CELESTE, Lorena Esmeralda Nascimento; MAIA, Maiara Rodrigues; ANDRADE, Viviane Almeida. Capacitação dos profissionais de enfermagem frente às situações de urgência e emergência na atenção primária a saúde: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e443101220521-e443101220521, 2021.

SCARPELLINO, Maria Moreira et al. Capacitação dos agentes comunitários de saúde para o acolhimento com classificação de risco na unidade básica de saúde Training of community health agents for welcome with risk classification in the basic health unit. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 94985-94992, 2021.



O IMPACTO DO ESTRESSE E DA EXAUSTÃO NOS PROFISSIONAIS DA UTI

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Aparecida Larícia Barros Viana; ² Laysa Grazielly Gomes Paz; ³ Romaryo Mareco Alves de Sá; ⁴ Francisca Erica Santos Andrade; ⁵ Lizandra Quirino Ramos Leite; ⁶ Diego Petersen Delgado da Silva; ⁷ Thais Garcia Raymond Franco; ⁸ Liliane Ferreira de Lima; ⁹ Aline Caldas Melo; ¹⁰ Elisangela Sandra de Araújo

¹ Graduanda em Enfermagem pela UNIFAMETRO, ² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho - Unifsa, ³ Médico pela UniFsm-Cajazeiras PB, ⁴ Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Brasileiro UNIBRA, ⁵ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Christus, ⁶ Graduando em Medicina pela Multivix, ⁷ Enfermeira pela Universidade do Estado do Pará Esp. em Enfermagem em UTI e Mestranda em Ciências da Saúde pela Unoeste, ⁸ Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, ⁹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, ¹⁰ Enfermeira pela UNINTA e Esp. em Enfermagem Perioperatória pela Unyleya e Esp. em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família pela FATAP

RESUMO

Introdução: O ambiente de trabalho em unidades de terapia intensiva (UTI) é caracterizado por alta complexidade, pressão constante e intensa demanda emocional, o que expõe os profissionais de saúde a níveis elevados de estresse e exaustão. Esses fatores podem desencadear a Síndrome de Burnout, prejudicando a qualidade de vida, a saúde mental e a qualidade do cuidado prestado. Apesar da relevância do tema, ainda existem lacunas no entendimento dos fatores específicos que afetam esses profissionais e nas estratégias para mitigá-los. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar os impactos do estresse e da exaustão em profissionais que atuam em UTIs, com foco nos fatores desencadeantes, nas consequências para a saúde mental e nas possíveis intervenções preventivas. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados PubMed, Scielo e Lilacs, entre agosto e dezembro de 2024. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2018 e 2023, em português, inglês ou espanhol, que abordassem o impacto do estresse e exaustão nos profissionais de saúde em UTIs. Foram utilizados os descritores “estresse ocupacional”, “exaustão profissional”, “UTI” e “saúde mental” com operadores booleanos. Dos 289 artigos inicialmente identificados, 37 foram selecionados após análise criteriosa de relevância e qualidade metodológica. Os estudos incluíram abordagens quantitativas e qualitativas, com amostras de enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem. **Resultados:** Os estudos analisados destacaram que a carga horária extensa, a pressão por decisões rápidas e a alta mortalidade dos pacientes são fatores-chave para o estresse e a exaustão nas UTIs. A prevalência da Síndrome de Burnout foi estimada em 25% a 45%, variando conforme a região e as condições laborais. Consequências relatadas incluíram aumento do absenteísmo, prejuízo à saúde mental



(ansiedade e depressão) e menor eficácia no atendimento ao paciente. Estratégias de intervenção, como programas de suporte psicológico, redução de carga horária e treinamentos voltados à resiliência, foram mencionadas como eficazes, mas com baixa implementação prática devido a limitações organizacionais e financeiras. **Considerações finais:** O impacto do estresse e da exaustão nos profissionais de UTIs demanda uma atenção prioritária, considerando seus efeitos diretos na saúde mental dos trabalhadores e na qualidade do cuidado prestado aos pacientes. Investimentos em políticas de suporte organizacional e programas de saúde ocupacional são indispensáveis para prevenir e mitigar esses impactos, promovendo ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Estresse ocupacional; Exaustão profissional; UTI; Saúde mental; Burnout.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anne Gabriela Menezes Maia de; PINHEIRO-CAROZZO, Nádya Prazeres. Estresse e Habilidades Sociais de Profissionais de Saúde de uma Unidade de Terapia Intensiva. **Psicologia em Pesquisa**, v. 15, n. 1, p. 202-212, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v15i1.2424>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SANTOS, W. J. et al. Transtornos Mentais Comuns em Trabalhadores de uma Unidade de Terapia Intensiva Durante Pandemia de COVID-19. **Id on Line. Revista de Psicologia**, v. 15, n. 57, p. 149-162, 2021. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1721>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FARIA, Eduardo Bueno et al. O impacto da Pandemia na saúde mental de profissionais da UTI: Uma revisão da literatura brasileira. **Ensaio e Pioneirismo em Ciência**, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/rep.v8i1.344>. Acesso em: 27 jan. 2025.



ONCOLOGIA PEDIÁTRICA: ENFRENTANDO DESAFIOS ÚNICOS NO CUIDADO INFANTIL

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Ranielle Freitas Silva; ² Giuliane Pereira da Costa; ³ Romaryo Mareco Alves de Sá; ⁴ Thais Garcia Raymond Franco; ⁵ Aline Caldas Melo; ⁶ Bruno Pelinson Fogaça Duarte; ⁷ Maria Fernanda Marques Pereira Zolabarrieta; ⁸ Renata Luz Kremer; ⁹ Silveste Coelho dos Santos Costa; ¹⁰ Ingrid Araújo Carvalho

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade de Montes Claros – Centro Universitário UNIFIPMOC, ² Graduanda em Enfermagem pela Universidade de Brasília, ³ Médico pela UniFsm-Cajazeiras PB, ⁴ Enfermeira pela Universidade do Estado do Pará Esp. em Oncologia Pediátrica e Mestranda em Ciências da Saúde pela Unoeste, ⁵ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, ⁶ Graduando em Medicina pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, ⁷ Graduanda em Medicina pela Unicesumar Corumba, ⁸ Graduanda em Medicina pela UNITAU, ⁹ Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Ceará ¹⁰ Enfermeira Esp. em Unidade de Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico/Neonatal pelo Instituto Educacional Lider

RESUMO

Introdução: A oncologia pediátrica representa um campo desafiador e essencial dentro da saúde global, considerando que o câncer infantil, embora menos prevalente do que em adultos, continua sendo uma das principais causas de mortalidade em crianças e adolescentes. A complexidade do diagnóstico, o impacto emocional nas crianças e suas famílias e as dificuldades no acesso a tratamentos especializados tornam esse cenário particularmente exigente. Além disso, os avanços na tecnologia e na medicina têm promovido maior sobrevida em muitos tipos de câncer, mas também geram a necessidade de cuidados a longo prazo para lidar com sequelas físicas e psicológicas. **Objetivo:** O estudo tem como objetivo analisar os desafios específicos enfrentados na oncologia pediátrica, identificar barreiras no acesso ao tratamento e discutir abordagens terapêuticas e de suporte psicossocial que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de pacientes e familiares. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura utilizando as bases de dados PubMed, Scielo e Lilacs, abrangendo publicações entre 2019 e 2024. Utilizaram-se os descritores “oncologia pediátrica”, “cuidado infantil”, “qualidade de vida”, “suporte psicossocial” e “tratamento de câncer infantil”, aplicando operadores booleanos para refinar os resultados. Dos 214 estudos inicialmente encontrados, 38 foram selecionados com base na qualidade metodológica, relevância para o tema e alinhamento com os objetivos do estudo. Entre os artigos incluídos, destacam-se estudos de abordagem quantitativa e qualitativa que analisaram o impacto emocional, as barreiras no acesso ao tratamento e as estratégias para melhorar o cuidado integral. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciaram que o diagnóstico tardio continua sendo uma



barreira significativa, principalmente em países de baixa e média renda, devido a falta de conhecimento sobre os sinais precoces do câncer infantil e à limitada infraestrutura médica. Além disso, a distância até os centros especializados e os custos associados ao tratamento foram identificados como desafios críticos. Em termos emocionais, crianças diagnosticadas com câncer apresentam altos níveis de ansiedade, medo e alterações comportamentais, enquanto suas famílias sofrem com sobrecarga emocional, financeira e física. Estratégias de intervenção baseadas em equipes multidisciplinares, programas de suporte psicológico, terapias complementares e cuidados paliativos têm mostrado resultados positivos, proporcionando maior conforto e resiliência tanto para os pacientes quanto para seus cuidadores. Além disso, avanços tecnológicos, como a medicina de precisão e a terapia genética, abriram novas possibilidades no tratamento de cânceres pediátricos, como leucemias e tumores sólidos, elevando as taxas de sobrevivência em muitos casos. Entretanto, os efeitos colaterais de longo prazo, como cardiotoxicidade, neurotoxicidade e dificuldades de reintegração social, destacam a necessidade de estratégias de cuidado a longo prazo, focadas na reabilitação e acompanhamento contínuo. **Considerações finais:** O cuidado na oncologia pediátrica exige uma abordagem holística que inclua não apenas intervenções terapêuticas avançadas, mas também suporte psicossocial robusto e políticas públicas que garantam equidade no acesso ao tratamento. O fortalecimento de redes de apoio, capacitação de profissionais e investimentos em infraestrutura são fundamentais para enfrentar os desafios identificados. A combinação de avanços tecnológicos com práticas humanizadas será essencial para promover melhores desfechos e qualidade de vida para pacientes pediátricos e suas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Oncologia pediátrica; Cuidado infantil; Qualidade de vida; Suporte psicossocial; Tratamento oncológico.

REFERÊNCIAS

- FERNÁNDEZ-DELGADO, Rafael. La oncología pediátrica: pasado, presente y futuro. **Anales de Pediatría**, v. 85, n. 6, p. 323-325, 2016.
- MARTÍNEZ, Antonio Pérez. Hacia la Oncología de precisión en Pediatría, iniciando el camino. **Revista Española de Salud Pública**, v. 95, n. 2, e202103034, 2021.
- INSTITUTOS NACIONAIS DE SAÚDE (NIH). **Avances en el cáncer infantil. NIH Noticias de Salud**, 2021.



SAÚDE MENTAL E TRABALHO: OS DESAFIOS DO BURNOUT NA ATUALIDADE

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandro Ribeiro de Sousa; ² Lucimar da Silva Pereira Junior; ³ Nicolli Pereira de Oliveira; ⁴ Romaryo Mareco Alves de Sá; ⁵ Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior ; ⁶ Alessandra Alves Fonseca; ⁷ Flavia Noro; ⁸ Roger Ribeiro Santos ; ⁹ Isabela Cristina de Brito; ¹⁰ Jackson Bruno Guimarães Nascimento

¹Graduando em Psicologia pela Faculdade FAMEP e Mestre em Tecnologia Emergente em Educação - Instituição Must/Unicid, ² Mestrando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Ivy Enber Christian University, ³ Graduanda em Gestão Hospitalar pelo Centro Universitário Facest - Unifacvest, ⁴ Médico pela UniFsm-Cajazeiras PB, ⁵ Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira, ⁶ Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira Esp. em Psicologia e Análise de Sistema e Docente na Faculdade de Vassouras e na Universidade Salgado de Oliveira, ⁷ Mestra em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira, ⁸ Esp. em em Psicomotricidade pela UECE ⁹ Médica pela Universidad Internacional Tres Fronteras - UNINTER - Paraguai revalidada pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ¹⁰ Enfermeiro pelo ICEC - Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura

RESUMO

Introdução: A Síndrome de Burnout, classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um fenômeno ocupacional, tem se tornado um dos maiores desafios de saúde mental no trabalho na contemporaneidade. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para o desenvolvimento do Burnout. **Metodologia:** Foi realizado um estudo descritivo com abordagem qualitativa, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, Scielo e Lilacs, entre setembro e dezembro de 2024, utilizando os descritores “Síndrome de Burnout”, “Saúde Mental” e “Trabalho” com operadores booleanos para refinamento (AND e OR). O recorte temporal considerou artigos publicados entre 2018 e 2023, em português, inglês e espanhol, que discutissem o impacto do Burnout em diferentes contextos laborais, estratégias de enfrentamento e intervenções preventivas. Foram encontrados 327 artigos inicialmente. Após a aplicação de critérios de inclusão – estudos originais, revisões sistemáticas e metanálises que abordassem a prevalência, fatores associados e intervenções para Burnout – e de exclusão – estudos com amostras inferiores a 30 participantes, publicações duplicadas e artigos fora do escopo do tema –, foram selecionados 42 estudos para análise. Estes artigos foram organizados em categorias temáticas: fatores de risco associados ao Burnout (18 estudos), prevalência em diferentes populações laborais (12 estudos), e estratégias preventivas e de manejo (12 estudos). Os estudos selecionados incluíram amostras de profissionais de saúde (enfermeiros, médicos e psicólogos), professores, e trabalhadores de outros setores de alta demanda, como tecnologia da informação e comércio. **Resultados:** Os resultados indicaram que fatores como jornadas exaustivas, pressão por metas e ausência de suporte organizacional são os principais



desencadeantes do Burnout. Profissionais da saúde e educação figuraram entre os mais afetados, com taxas superiores a 30% em alguns estudos. As consequências identificadas incluem aumento do absenteísmo, comprometimento da qualidade do trabalho e maior risco de transtornos psiquiátricos como ansiedade e depressão. Estratégias preventivas, como programas de promoção de saúde mental, flexibilização das condições de trabalho e ações de capacitação, mostraram-se eficazes na redução dos índices da síndrome. Contudo, ainda há barreiras na implementação dessas iniciativas, especialmente em organizações com recursos limitados. **Considerações finais:** O enfrentamento do Burnout requer esforços conjuntos entre trabalhadores, empregadores e gestores de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Síndrome de Burnout; Trabalho; Promoção da saúde; Prevenção.

REFERÊNCIAS

JARRUCHE, L. T.; MUCCI, S.. Síndrome de *burnout* em profissionais da saúde: revisão integrativa. **Revista Bioética**, v. 29, n. 1, p. 162–173, jan. 2021.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. Understanding the burnout experience: recent research and its implications for psychiatry. **World Psychiatry**, v. 15, n. 2, p. 103-111, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wps.20311>.

SOARES, Juliana Pontes et al. Fatores associados ao burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19: revisão integrativa. **Saúde em Debate** [online], v. 46, n. spe1, p. 385-398, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E126>. Acesso em: 27 jan. 2025. ISSN 2358-2898.



A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA SAÚDE COLETIVA

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Mariana Rocha Fonseca Teixeira; ² Tamires Almeida Bezerra; ³ Jacqueline Jaguaribe Bezerra; ⁴ Roger Ribeiro Santos; ⁵ Carlos Eduardo Cardoso Silva; ⁶ Ana Aparecida Adeodato de Souza; ⁷ Bruna Rodrigues Martins de Jesus; ⁸ Iris Fernandes da Cruz; ⁹ Mayara Braga Franco; ¹⁰ Fábio Silva e Silva

¹ Enfermeira pela Faculdade dos Carajás Esp. em Enfermagem em Saúde da Mulher pela FACULDADE HOLÍSTICA – FaHol, ² Bacharel em Serviço Social pela Anhanguera Esp. em Saúde da Mulher pela UFPI, ³ Esp. em Terapia Nutricional parenteral e enteral pela Faveni, ⁴ Esp. em Psicomotricidade pela UECE, ⁵ Graduando em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí, ⁶ Enfermeira pelo Centro Universitário Inta-UNINTA, ⁷ Especialista em Centro cirúrgico pela Faveni, ⁸ Enfermeira Residente em Saúde Coletiva pelo Instituto Aggeu Magalhães Fiocruz/Pe, ⁹ Graduanda em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR, ¹⁰ Licenciado em Educação Física pelo Ceuls/Ulbra e Bacharel em Educação Física pelo Claretiano - Centro Universitário Esp. em Psicomotricidade pela Unifael e Esp. em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade IMES

RESUMO

Introdução: A transformação digital tem redesenhado os processos na saúde coletiva, oferecendo avanços significativos na qualidade e no acesso aos serviços de saúde. Apesar desses benefícios, lacunas como desigualdade no acesso à tecnologia e desafios na capacitação de profissionais ainda limitam a eficácia de sua implementação. Este trabalho destaca as principais lacunas e oportunidades da transformação digital na saúde coletiva, com foco no contexto brasileiro.

Objetivo: O objetivo deste estudo é avaliar o impacto da transformação digital na saúde coletiva, com ênfase na acessibilidade, equidade e eficiência dos serviços de saúde. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, baseado em revisão de literatura. Foram analisados artigos científicos publicados entre 2018 e 2023 nas bases de dados PubMed e Scielo, utilizando os descritores "transformação digital", "telemedicina", "inteligência artificial" e "saúde coletiva com descritor booleano "AND". Os critérios de inclusão envolveram publicações que abordassem os impactos de tecnologias digitais na saúde no Brasil. A princípio foram achados 2500 estudos, mas após a aplicação dos critérios apenas 3 foram selecionados **Resultados:** As análises indicaram que a transformação digital, por meio de tecnologias como telemedicina, inteligência artificial (IA) e sistemas de informação em saúde, proporcionou avanços significativos na melhoria do diagnóstico precoce, na otimização de recursos e na ampliação da cobertura dos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas ou de difícil acesso. A telemedicina, por exemplo, permitiu que pacientes fossem atendidos à distância, reduzindo filas e aumentando a eficiência no atendimento primário e especializado. A utilização de IA trouxe benefícios ao identificar padrões em grandes volumes de dados clínicos, auxiliando no diagnóstico de doenças crônicas e na personalização de



tratamentos. Apesar dos avanços, foram identificados desafios importantes. A desigualdade no acesso à internet e dispositivos tecnológicos, particularmente em regiões periféricas e rurais, ainda limita a plena integração dessas ferramentas. Além disso, a resistência de parte dos profissionais de saúde, muitas vezes causada pela falta de capacitação adequada ou desconhecimento das vantagens das tecnologias digitais, representa uma barreira à sua adoção. Questões éticas relacionadas à privacidade e segurança de dados também emergiram como um ponto crítico, evidenciando a necessidade de regulamentações claras e robustas. A pandemia de COVID-19 desempenhou um papel transformador ao acelerar a implementação dessas tecnologias, especialmente no contexto de urgência em manter o funcionamento dos sistemas de saúde e atender pacientes em isolamento social. No entanto, a crise também revelou lacunas significativas, como a insuficiência de infraestrutura tecnológica em muitas unidades de saúde e a carência de treinamento de profissionais para operar os novos sistemas. **Considerações finais:** A transformação digital tem o potencial de fortalecer a saúde coletiva no Brasil, desde que acompanhada de políticas públicas inclusivas, investimentos em infraestrutura tecnológica e capacitação contínua de profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde coletiva; Transformação digital; Tecnologias em saúde; Telemedicina; Inteligência artificial.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_brasil_2020_2028.pdf.

Acesso em: 27 jan. 2025.

MURPHY, K.; DI RENZO, L.; COOPER, D.; et al. Artificial intelligence in health care: Applications and challenges. *European Journal of Clinical Investigation*, v. 51, n. 5, e13414, 2021. DOI: 10.1111/eci.13414.

MELO, Eduardo Alves et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. *Saúde em debate*, v. 42, p. 38-51, 2018.



ATENÇÃO PRIMÁRIA E A SAÚDE DA MULHER: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO

Eixo Temático: Eixo Transversal

Edilene Márcia de Sousa

Mestrado em Biociências pela Universidade Federal de Juiz de Fora- campus/GV

Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante

Enfermeira pela Uninovafapi

Alex Duarte de Araújo

Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília -UnB

Fernando da Silva Oliveira

Enfermeiro e Fisioterapeuta, Mestrando em Saúde e Tecnologia pela Universidade Federal do Maranhão

– UFMA

Alexssandry Lamarques Sousa

Administrador e Mestrando em Ecodesenvolvimento e Gestão Ambiental pela Universidade de Taubaté –

UNITAU

Lara Patrícia de Lima Cavalcante

Enfermeira pela Faculdade Santo Agostinho (FSA) e Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde pela

Universidade de Brasília (Unb)

Thiago de Freitas França

Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ

Maria Kleyssiane de Melo Alexandre

Enfermeira e Esp. em Obstetria e Ginecologia pela Faculdade Novoeste

Maria Eduarda Barros Maciel

Graduanda em Fisioterapia pela UNIDERP

Mariana Rocha Fonseca Teixeira

Enfermeira pela Faculdade dos Carajás Esp. em Enfermagem em Saúde da Mulher pela FACULDADE

HOLÍSTICA – FaHol.

RESUMO

Introdução: As Unidades Básicas de Saúde (UBS) desempenham um papel crucial na Atenção Primária à Saúde (APS), sendo a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, desafios relacionados à capacitação profissional impactam a qualidade do atendimento prestado. **Objetivo:** O estudo objetiva analisar como programas de capacitação contínua contribuem para o fortalecimento das UBS, identificando barreiras e propondo estratégias para a qualificação das equipes multiprofissionais. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases PubMed, SciELO e Lilacs, considerando artigos publicados entre 2019 e 2024. Os descritores utilizados foram “capacitação profissional”, “atenção primária à saúde” e “educação permanente”. Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, 42 estudos foram selecionados e analisados tematicamente. **Resultados:** Os resultados evidenciaram que a capacitação contínua promove melhorias na qualidade do atendimento, aumento da resolutividade e fortalecimento da atuação multiprofissional. Barreiras como a alta rotatividade de profissionais e limitações financeiras foram identificadas como entraves à implementação de programas eficazes. **Conclusão:** A educação permanente é uma ferramenta essencial para o fortalecimento das UBS, sendo necessário o desenvolvimento de políticas públicas que valorizem os profissionais e priorizem a qualificação contínua para promover a equidade no acesso à saúde.



Palavras-Chave: Capacitação profissional; Atenção primária à saúde; Educação permanente; Saúde pública; Qualidade de atendimento.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é de suma importância na promoção e na prevenção da saúde da mulher, consolidando-se como a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Por meio da APS, é possível oferecer um cuidado integral e humanizado, abrangendo não apenas os aspectos físicos, mas também emocionais e sociais que impactam diretamente a saúde feminina. Essa abordagem é particularmente importante em contextos de vulnerabilidade social, onde a APS pode atuar como mediadora de acesso e suporte às mulheres (Brasil, 2020; Mendes, 2024).

A Estratégia Saúde da Família (ESF), como componente vital da APS, busca adaptar suas ações às particularidades de diferentes populações, sejam urbanas ou rurais. Estudos revelam que fatores como a distância geográfica e a baixa densidade populacional, especialmente em regiões como o Amazonas, impactam negativamente a eficácia do programa, destacando a necessidade de estratégias específicas que considerem as realidades locais (Oliveira et al., 2011). Nesse cenário, os profissionais de saúde, particularmente os enfermeiros, desempenham um papel essencial na promoção de consultas regulares e exames preventivos, como o Papanicolau, fundamental para a detecção precoce de câncer cervical (Coelho, 2024).

Além disso, a integração de serviços de saúde mental e assistência psicossocial é indispensável para atender às demandas emocionais das mulheres, especialmente em situações de luto, estresse e violência. A terapia comunitária, por exemplo, tem se mostrado uma abordagem eficaz para fortalecer laços de solidariedade e suporte emocional entre mulheres, promovendo benefícios não apenas na saúde mental, mas também na prevenção de doenças (Chicarino, 2022).

Portanto, este estudo tem como objetivo analisar as estratégias de promoção e prevenção da saúde da mulher implementadas na APS, com foco na integração de serviços, na superação de barreiras regionais e na implementação de ações educativas e informativas. Busca-se contribuir para a construção de um sistema de saúde mais equitativo e acessível, que atenda às especificidades das mulheres em diferentes contextos.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, fundamentada em uma revisão integrativa da literatura científica. A coleta de dados foi realizada em janeiro de 2025, utilizando



as bases de dados PubMed, SciELO e Lilacs. Para a busca, empregaram-se os descritores “saúde da mulher”, “atenção primária à saúde”, “promoção da saúde” e “prevenção de doenças”, combinados com operadores booleanos (“AND” e “OR”) para refinar os resultados.

Foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2024, disponíveis em português, inglês ou espanhol, que abordassem práticas de promoção e prevenção voltadas à saúde da mulher na atenção primária. Estudos que analisaram estratégias implementadas por equipes multiprofissionais, programas de educação em saúde e intervenções de saúde mental foram priorizados. Excluíram-se trabalhos duplicados, artigos de opinião, relatos de casos isolados e estudos que não apresentassem dados empíricos relevantes para o tema.

A seleção dos artigos seguiu critérios de qualidade metodológica, sendo os dados organizados em categorias temáticas: (1) estratégias de promoção da saúde da mulher, (2) ações de prevenção na atenção primária, (3) integração de saúde mental e suporte psicossocial, e (4) barreiras ao acesso aos serviços.

A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, permitindo identificar padrões e lacunas nos serviços oferecidos à saúde da mulher na atenção primária. Os achados foram organizados em tabelas e gráficos para facilitar a interpretação e comparação dos resultados.

Este estudo não envolveu seres humanos diretamente, sendo dispensada a submissão a um comitê de ética em pesquisa. No entanto, as fontes de dados secundários foram devidamente citadas para assegurar a transparência e a integridade científica do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) se faz essencial na promoção e na prevenção da saúde da mulher, sendo a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. A APS é responsável por coordenar um cuidado integral e humanizado, abrangendo não apenas aspectos físicos, mas também emocionais e sociais que impactam a saúde feminina. Estudos apontam que a integração entre serviços de saúde mental e assistência psicossocial é crucial para atender às demandas das mulheres, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Mendes, 2024). Pesquisas realizadas em regiões do Amazonas evidenciam a relevância da APS na articulação entre redes de saúde mental e atenção primária, destacando a necessidade de um suporte mais robusto para mulheres em situações de luto e estresse emocional (Mendes, 2024).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é um componente vital da APS, adaptando suas ações às particularidades das populações urbanas e rurais. No entanto, a análise de sua implementação no Amazonas revela que fatores como distância geográfica e baixa densidade populacional



impactam negativamente a eficácia do programa, sobretudo em áreas rurais (Oliveira et al., 2011). Essa realidade reforça a necessidade de estratégias específicas que considerem as características de cada contexto, garantindo que todas as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde adequados. Nesse cenário, os profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, desempenham um papel central ao incentivar a adesão a consultas regulares e exames de rastreamento, como o Papanicolau, essencial para a detecção precoce do câncer cervical (Coelho, 2024). Ainda assim, a falta de informações sobre métodos contraceptivos e saúde sexual e reprodutiva permanece como uma barreira significativa que precisa ser superada (Teodoro et al., 2020).

A promoção de ações educativas e informativas emerge como uma estratégia vital para capacitar as mulheres a tomarem decisões conscientes sobre sua saúde. Nesse contexto, a terapia comunitária tem se mostrado uma abordagem eficaz ao fortalecer o cuidado entre mulheres, promovendo laços de solidariedade e apoio mútuo (Chicarino, 2022). Essa estratégia não apenas contribui para a prevenção de doenças, mas também constrói uma rede de suporte emocional indispensável para a saúde mental das mulheres. Além disso, a APS deve se consolidar como um espaço acolhedor para mulheres em situação de violência, onde profissionais de saúde possam identificar e oferecer suporte adequado (Carneiro et al., 2022; Freitas et al., 2023). A atuação integrada de equipes multidisciplinares é essencial para garantir um atendimento humanizado e eficaz, respeitando as especificidades de cada caso (Dias et al., 2020).

Por fim, a APS precisa priorizar a saúde reprodutiva e a prevenção de doenças, como o câncer de mama, que afeta de forma significativa a população feminina. A detecção precoce e a educação em saúde são fundamentais para melhorar os desfechos de saúde das mulheres (Schuler, 2024). Sendo assim, a APS constitui um espaço privilegiado para a implementação de políticas de saúde que promovam a equidade e a integralidade no cuidado (Vasconcellos, 2024). Assim, o fortalecimento da APS representa um passo essencial para avançar na promoção da saúde e na redução das desigualdades de acesso aos serviços de saúde para as mulheres.

CONCLUSÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) faz-se fundamental na promoção e prevenção da saúde da mulher, consolidando-se como a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo evidencia que a APS tem o potencial de promover um cuidado integral e humanizado, abrangendo dimensões físicas, emocionais e sociais que impactam diretamente a saúde feminina, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

A integração entre a APS e serviços de saúde mental, aliada a estratégias como a terapia



comunitária e a atuação de equipes multiprofissionais, demonstrou ser essencial para atender às necessidades de mulheres em situações de estresse, luto e violência. Ainda assim, barreiras como desigualdades regionais, falta de informações sobre saúde sexual e reprodutiva e dificuldades no acesso a exames preventivos persistem como desafios a serem superados.

O fortalecimento da APS deve priorizar ações educativas e informativas, promover a saúde reprodutiva e investir na prevenção de doenças como o câncer de mama e o câncer cervical. Além disso, é indispensável a implementação de políticas públicas que garantam equidade e integralidade no cuidado, considerando as especificidades de cada território.

Portanto, a APS representa um espaço privilegiado para avançar na promoção da saúde das mulheres, reduzindo desigualdades e consolidando um sistema de saúde mais inclusivo e eficiente. Recomenda-se que futuras pesquisas abordem estratégias de capacitação para os profissionais de saúde e análises empíricas que mensurem o impacto das ações implementadas na saúde das mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. **Brasília**: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CARNEIRO, C.; BEZERRA, M.; ROCHA, R.; BRITO, M.; MENEGHETTI, F. Fluxos de atendimento às mulheres em situação de violência na atenção primária à saúde. **Revista Ciência Plural**, v. 8, n. 3, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2022v8n3id26089>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CHICARINO, S. Terapia comunitária entre mulheres: fortalecendo e compartilhando o cuidado em saúde na APS. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 5, p. 20707-20723, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n5-233>. Acesso em: 27 jan. 2025.

COELHO, G. Infográfico animado: orientação sobre o citopatológico do colo do útero na atenção primária à saúde. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 4, e3847, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/rcv4n4-002>. Acesso em: 27 jan. 2025.

DIAS, G.; MACHADO, J.; SIMÕES, A.; FILHO, B.; RODRIGUES, V. Representações sociais dos profissionais da atenção primária à saúde sobre as práticas de cuidado nas situações de violência doméstica contra a mulher. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, e139996703, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6703>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FREITAS, S.; MARINHO, A.; OLIVEIRA, F.; NUNES, V.; SILVA, S. **Trabalho em equipe na atenção primária a mulheres em situação de violência**. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51161/conasc/20300>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MENDES, R. **Integração de saúde mental e assistência psicossocial: uma avaliação do**



suporte a familiares enlutados na atenção básica no interior do Amazonas. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51161/conbrasau2024/29780>. Acesso em: 27 jan. 2025.

OLIVEIRA, H.; GONÇALVES, M.; MORETTI-PIRES, R. Caracterização da estratégia saúde da família no estado do Amazonas, Brasil: análise da implantação e impacto. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 1, p. 35-45, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2011000100004>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SCHULER, M. A importância da atenção primária na prevenção e detecção precoce do câncer de mama. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 1, p. 544-554, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n1p544-554>. Acesso em: 27 jan. 2025.

TEODORO, L. et al. Percepções de usuárias sobre as ações de enfermagem para saúde sexual e reprodutiva. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, e1891210409, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10409>. Acesso em: 27 jan. 2025.

VASCONCELLOS, M. Violência contra mulher: o que dizem os profissionais da atenção primária à saúde. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 1, p. 9107-9124, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-550>. Acesso em: 27 jan. 2025.



Conamsf
CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM E PSICÓLOGIA DA FAMÍLIA



ACOMPANHAMENTO PEDIÁTRICO: COMO GARANTIR UM DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ **Thaís Prado Souza da Cruz;** ² **Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante;** ³ **Liana Mayra Melo de Andrade;** ⁴ **Julia Fernanda Gouveia Costa;** ⁵ **Mariana Nasser Arouca;** ⁶ **Wilhames Rodrigues da Silva Lima;** ⁷ **Renato Sarnaglia Proença;** ⁸ **Ana Luiza Café Lopes;** ⁹ **Leonardo da Mata Camargos;** ¹⁰ **Danilo Ornelas de Souza**

¹ Graduanda em Enfermagem pela FASM - Faculdade Santa Marcelina, ² Enfermeira pela Uninovafapi, ³ Graduanda em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁴ Graduanda em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁵ Graduanda em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁶ Graduando em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁷ Graduando em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, ⁸ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, ⁹ Médico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Betim - PUC MINAS, BETIM, ¹⁰ Mestre em Educação e Docência pela Faculdade de Educação FaE - UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Introdução: O acompanhamento pediátrico é essencial para garantir o crescimento e o desenvolvimento saudável das crianças, prevenindo doenças e promovendo o bem-estar físico, emocional e social. Durante os primeiros anos de vida, as consultas pediátricas regulares permitem a identificação precoce de possíveis problemas de saúde, como deficiências nutricionais, distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor e doenças crônicas. No entanto, barreiras como a falta de acesso a serviços de saúde, a desinformação dos cuidadores e a desigualdade socioeconômica ainda representam desafios na garantia de um acompanhamento pediátrico eficiente e acessível para todas as crianças. **Objetivo:** Analisar a importância do acompanhamento pediátrico na promoção da saúde infantil e identificar estratégias para garantir um desenvolvimento adequado desde os primeiros anos de vida. **Metodologia:** O estudo foi realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura, com busca em bases de dados como PubMed, SciELO e Lilacs. Foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2024, utilizando os descritores "acompanhamento pediátrico", "crescimento infantil", "desenvolvimento infantil" e "saúde da criança". Os critérios de inclusão envolveram estudos revisados por pares que abordam a importância do acompanhamento pediátrico e suas estratégias de implementação. Foram excluídos artigos sem acesso ao texto completo, duplicados ou que não abordassem diretamente o tema. Após a triagem, dez estudos foram analisados criticamente. **Resultados:** A revisão da literatura demonstrou que o acompanhamento pediátrico contínuo tem impacto direto na redução da mortalidade infantil e na promoção de um desenvolvimento saudável. Estudos indicam que crianças que realizam consultas regulares com pediatras apresentam menor risco de desnutrição, obesidade infantil e atraso no desenvolvimento motor e cognitivo. Além disso, a detecção precoce de transtornos do neurodesenvolvimento, como autismo e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), possibilita intervenções mais eficazes e melhora a qualidade de vida da criança e da família. A literatura também destaca que a orientação adequada aos pais e cuidadores durante as consultas pediátricas contribui para o fortalecimento de práticas saudáveis no ambiente familiar, como a amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de vida, a introdução alimentar equilibrada e a adoção de hábitos preventivos, como a vacinação e o acompanhamento odontológico precoce. No entanto, desafios como a carência de pediatras em áreas remotas, a baixa adesão de algumas famílias ao calendário de consultas e a desinformação sobre a importância do acompanhamento contínuo dificultam a implementação efetiva desses cuidados.



Considerações finais: O acompanhamento pediátrico é um pilar fundamental para garantir o crescimento saudável e prevenir doenças na infância. Além da realização de consultas regulares, a disseminação de informações sobre a importância desse acompanhamento e a ampliação do acesso a serviços de saúde infantil são medidas essenciais para reduzir desigualdades e melhorar os indicadores de saúde infantil. Estratégias como o fortalecimento da atenção primária, a capacitação de profissionais para identificação precoce de problemas e o incentivo a políticas públicas voltadas para a primeira infância são fundamentais para garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de crescer de forma saudável e segura.

Palavras-chave: Acompanhamento pediátrico; Desenvolvimento infantil; Saúde da criança; Crescimento infantil; Prevenção em saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. et al. Uso de instrumento de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança no Brasil: revisão sistemática de literatura. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 122-131, 2016. Disponível em: <https://www.elsevier.es/pt-revista-revista-paulista-pediatria-209-articulo-uso-instrumento-acompanhamento-do-crescimento-S0103058215001173>. Acesso em: 4 fev. 2025.

GAIVA, C. S. et al. Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil na consulta de enfermagem: revisão integrativa. **Investigación y Educación en Enfermería, Medellín**, v. 36, n. 1, p. 9-20, 2018. Disponível em: https://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-45002018000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 4 fev. 2025.

SOUZA, T. V. et al. Saúde da criança no Brasil: orientação da rede básica à Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1427-1438, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9y97dqhzbFyhcvvYprvrbVx/>. Acesso em: 4 fev. 2025.



A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE CUIDADOS PALIATIVOS

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Daniella Borges Machado; ² Luana Morena dos Santos de Santana; ³ Leonardo Carlos Silva; ⁴ Mateus Henrique Dias; ⁵ Sheron Tannara Vargas; ⁶ Natália Marmitt ; ⁷ Guilherme Dalla Chiesa; ⁸ Natielly Alves Bernardes ; ⁹ Ana Luiza Café Lopes; ¹⁰ Leonardo de Almeida Santos

¹ Bacharel em Odontologia pela PUC Minas e Mestrado Saúde Coletiva pela UFMG, ² Graduanda em Farmácia pela Universidade do Estado da Bahia, ³ Licenciatura em Pedagogia pela ISEPRO, Tecnólogo em Radiologia pela UNINASSAU e Graduando em Fisioterapia pela UNIFAPI, Esp. em em Cuidados paliativos pela Faculdade Focus, Esp. em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade de Educação São Luís, ⁴ Doutorando em Saúde Pública pela Christian Business School - CBS Education, ⁵ Enfermeira Oncopaliativista e Mestrado em Tecnologias da Informação e Gestão em Saúde pela UFCSPA, ⁶ Enfermeira Oncopaliativista e Mestrado em Tecnologias da Informação e Gestão em Saúde pela UFCSPA, ⁷ Graduando em Medicina pela Universidade de Caxias do Sul - UCS, ⁸ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Brasília - UnB, ⁹ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, ¹⁰ Enfermeiro pela UniAges e Mestrado em Ciências Naturais pela UFS

RESUMO

Introdução: Os cuidados paliativos são uma abordagem essencial na assistência a pacientes com doenças crônicas e terminais, visando à melhoria da qualidade de vida por meio do alívio do sofrimento físico, emocional e espiritual. A comunicação eficaz entre profissionais de saúde, pacientes e familiares desempenha um papel central nesse processo, pois facilita a tomada de decisões informadas, fortalece o vínculo entre equipe e paciente e contribui para um atendimento mais humanizado. No entanto, a falta de preparo dos profissionais para lidar com temas sensíveis, como prognósticos desfavoráveis e planejamento do fim de vida, pode comprometer a assistência e gerar sofrimento adicional para o paciente e seus familiares. **Objetivo:** Analisar a relevância da comunicação no contexto dos cuidados paliativos, destacando seus impactos na qualidade do atendimento e na experiência dos pacientes e familiares. **Metodologia:** O estudo foi realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases de dados PubMed, SciELO e Lilacs. Foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2024, utilizando os descritores "cuidados paliativos", "comunicação em saúde", "humanização do cuidado" e "decisão compartilhada". Os critérios de inclusão envolveram estudos revisados por pares que abordam a influência da comunicação na assistência paliativa. Foram excluídos artigos sem acesso ao texto completo, duplicados ou que não se relacionassem diretamente com o tema. Após a triagem, dez estudos foram incluídos na análise. **Resultados:** A comunicação em cuidados paliativos deve ser clara, empática e adaptada às necessidades individuais dos pacientes e de suas famílias. Estudos indicam que a abordagem centrada no paciente, com diálogos abertos e honestos sobre prognóstico, expectativas e opções terapêuticas, melhora a adesão ao tratamento e reduz a ansiedade e o sofrimento emocional. Além disso, a comunicação eficaz favorece a autonomia dos pacientes, permitindo-lhes participar ativamente das decisões sobre seus cuidados, inclusive na escolha de tratamentos que priorizem o conforto e a dignidade. A revisão da literatura também revelou que a falta de capacitação dos profissionais de saúde pode levar a dificuldades na condução de conversas difíceis, resultando em informações vagas, subestimação do sofrimento do paciente e desentendimentos entre equipe e familiares. Para mitigar esses desafios, diversas estratégias têm sido recomendadas, como treinamentos específicos em comunicação empática, simulações clínicas e uso de ferramentas padronizadas para guiar diálogos sobre prognóstico e preferências de



cuidado. Além do impacto na relação médico-paciente, a comunicação eficaz dentro das equipes multiprofissionais também é fundamental. A troca de informações precisa e contínua entre médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais melhora a coordenação do cuidado, evitando condutas conflitantes e garantindo que as decisões respeitem os desejos do paciente. **Considerações finais:** A comunicação é um pilar essencial nos cuidados paliativos, influenciando diretamente a experiência dos pacientes e de seus familiares. O desenvolvimento de habilidades comunicacionais entre os profissionais de saúde deve ser uma prioridade, por meio de capacitação contínua e estratégias que promovam uma abordagem mais empática e humanizada.

Palavras-chave: Cuidados paliativos; Comunicação em saúde; Humanização do cuidado; Decisão compartilhada; Qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristiani Garrido de; COSTA, Solange Fátima Geraldo da; LOPES, Maria Emília Limeira. Cuidados paliativos: a comunicação como estratégia de cuidado para o paciente em fase terminal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 2523-2530, 2013.

SILVA, R. S. et al. Comunicação em cuidados paliativos: equipe, paciente e família. *Revista Bioética*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 31-40, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/v9HwSfW8gLGNZHWqfmtcZKf/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

VIDA, A. C. **Comunicação e importância da verdade em cuidados paliativos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/30517/1/AnaCGVida.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.



O ESTIGMA EM TORNO DA SAÚDE MENTAL: COMO SUPERÁ-LO E PROMOVER A INCLUSÃO

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Erica Letícia da Rosa; ² Lucimar da Silva Pereira Junior; ³ Renato Sarnaglia Proença; ⁴ Liana Mayra Melo De Andrade; ⁵ Julia Fernanda Gouveia Costa; ⁶ Mariana Nasser Arouca; ⁷ Wilhames Rodrigues da Silva Lima; ⁸ Natielly Alves Bernardes; ⁹ Guilherme Dalla Chiesa; ¹⁰ Felipe Eduardo Ramos de Carvalho

¹ Psicóloga Esp. em Avaliação psicológica e psicodiagnóstico pela Faculdade Iguaçu, ² Mestrando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Ivy Enber Christian University, ³ Graduando em Medicina pelo Centro Universitário do Panalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, ⁴ Graduanda em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁵ Graduanda em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁶ Graduanda em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁷ Graduando em Medicina pela UNIFAMAZ, ⁸ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Brasília - UnB, ⁹ Graduando em Medicina pela Universidade de Caxias do Sul - UCS, ¹⁰ Psicólogo Esp. em Saúde Mental pelo Centro Universitário de Caratinga - Unec

Introdução: O estigma associado à saúde mental é um dos principais obstáculos para o acesso adequado ao tratamento e para a aceitação social das pessoas que enfrentam transtornos psicológicos. Apesar dos avanços na compreensão científica sobre doenças mentais, a discriminação e os preconceitos ainda persistem, levando ao isolamento, à negligência e ao agravamento dos quadros clínicos. Muitos indivíduos que sofrem com transtornos como depressão, ansiedade e esquizofrenia relutam em buscar ajuda por medo de julgamentos, o que pode comprometer sua qualidade de vida e dificultar a recuperação. **Objetivo:** Analisar os impactos do estigma na saúde mental dos indivíduos e discutir estratégias eficazes para reduzir a discriminação e promover a inclusão social. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com buscas realizadas nas bases de dados PubMed, SciELO e Lilacs. Foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2024, utilizando os descritores "saúde mental", "estigma", "inclusão social" e "transtornos mentais". Os critérios de inclusão envolveram estudos revisados por pares que abordam o impacto do estigma na saúde mental e estratégias de enfrentamento. Foram excluídos artigos sem acesso ao texto completo, duplicados ou que não abordassem diretamente o tema. Após a triagem, nove estudos foram incluídos na análise. **Resultados:** Os estudos indicam que o estigma relacionado à saúde mental ocorre em diferentes níveis: individual, social e estrutural. O estigma individual refere-se à internalização de crenças negativas sobre a própria condição, levando à vergonha e ao medo de buscar ajuda. Já o estigma social manifesta-se na forma de discriminação e preconceito por parte da sociedade, dificultando a aceitação e a inclusão das pessoas com transtornos mentais. O estigma estrutural, por sua vez, está relacionado à falta de políticas públicas eficazes e à carência de investimentos em serviços de saúde mental, resultando em dificuldades de acesso ao tratamento e suporte adequado. Entre as principais estratégias identificadas para combater o estigma estão campanhas de conscientização sobre saúde mental, capacitação de profissionais de saúde para um atendimento mais humanizado e inclusivo, e a ampliação do acesso a serviços de atendimento psicológico e psiquiátrico. A implementação de programas educacionais nas escolas e no ambiente de trabalho também tem se mostrado uma abordagem eficaz para reduzir o preconceito desde a infância e garantir que as futuras gerações tenham uma visão mais empática e informada sobre o tema. **Considerações finais:** O estigma em torno da saúde mental é um problema complexo que impacta diretamente a qualidade de vida e o acesso ao tratamento de milhões de pessoas em todo o mundo. Superá-lo



requer esforços coletivos que envolvam educação, políticas públicas inclusivas e o fortalecimento de redes de apoio. A promoção de campanhas de conscientização, a ampliação do acesso a serviços de saúde mental e a valorização do protagonismo das pessoas que convivem com transtornos psicológicos são estratégias fundamentais para a construção de uma sociedade mais acolhedora e inclusiva.

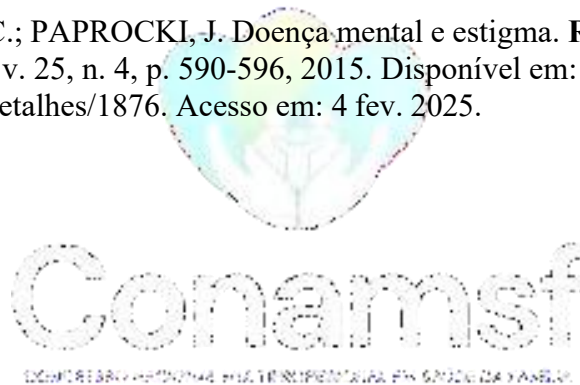
Palavras-chave: Saúde mental; Estigma; Inclusão social; Transtornos mentais; Conscientização.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, A. A. et al. Estigma dirigido a pessoas com transtornos mentais: uma proposta para a formação médica do século XXI. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 383-406, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/N9p3BC4gH3WkgMFbrbzzLwJ/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

PIRES, Ronaldo Rodrigues et al. O cuidado em saúde mental ea participação política de usuários e familiares na ressignificação do estigma sobre os transtornos mentais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33038, 2023.

ROCHA, F. L.; HARA, C.; PAPROCKI, J. Doença mental e estigma. **Revista Médica de Minas Gerais, Belo Horizonte**, v. 25, n. 4, p. 590-596, 2015. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/1876>. Acesso em: 4 fev. 2025.





VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: IMPACTOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DAS MULHERES

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Mariana Rocha Fonseca Teixeira; ² Wemilly Karoline Anjos Ferreira; ³ Aline Caldas Melo; ⁴ Pedro Tiago Oliveira da Silva; ⁵ Clarice Oliveira da Silva; ⁶ Lêda Carla Silva Mendes; ⁷ Beatriz Stefanny Araújo Costa; ⁸ Vanessa Maria Bezerra da Costa; ⁹ Júlia Muraro Marchetti; ¹⁰ Thiago de Freitas França

¹ Enfermeira pela Faculdade dos Carajás e Esp. em Enfermagem em Saúde da Mulher pela FACULDADE HOLÍSTICA – FaHol., ² Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Sergipe, ³ Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, ⁴ Graduando em Enfermagem pela Unopar, ⁵ Graduada em Enfermagem pela UNAMA, ⁶ Enfermeira pela Faculdade Pitágoras São Luís -Ma Pós-graduanda em Auditoria, planejamento e gestão em saúde, Saúde coletiva e ESF pela Faculeste, ⁷ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, ⁸ Bacharel em Ciências Biológicas e Graduada Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Esp. em Anatomia e Fisiologia Humana; Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Especial e Inclusiva; Ensino de Ciências e Biologia, ⁹ Graduanda em Medicina pela PUCRS, ¹⁰ Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ

Introdução: A violência obstétrica é uma forma de violência institucional que ocorre no contexto da assistência à gestação, parto e puerpério, manifestando-se por meio de condutas abusivas, desrespeitosas, negligentes e coercitivas praticadas por profissionais de saúde. Essas ações podem incluir intervenções médicas desnecessárias, falta de consentimento informado, restrições no direito à escolha sobre o próprio corpo e tratamento desumanizado. Esse fenômeno afeta a saúde da mulher de maneira ampla, gerando consequências físicas, emocionais e psicológicas que podem perdurar por toda a vida. **Objetivo:** Analisar os impactos da violência obstétrica na saúde física e mental das mulheres, identificando suas principais formas de manifestação e destacando estratégias de prevenção e combate. **Metodologia:** O estudo foi conduzido por meio de uma revisão integrativa da literatura, utilizando artigos científicos publicados entre 2019 e 2024, disponíveis nas bases de dados PubMed, SciELO e Lilacs. Os descritores utilizados na busca foram “violência obstétrica”, “humanização do parto”, “saúde da mulher” e “assistência obstétrica”. Foram adotados critérios de inclusão como artigos revisados por pares, estudos que abordam as consequências da violência obstétrica e estratégias de prevenção, além de publicações em português, inglês ou espanhol. Após a triagem, nove estudos foram selecionados para a análise crítica, garantindo a diversidade de perspectivas sobre o tema. **Resultados:** A revisão revelou que a violência obstétrica pode causar impactos físicos severos, como lacerações perineais, hemorragias, infecções, cesarianas desnecessárias e complicações decorrentes do uso excessivo de intervenções médicas, como a episiotomia sem indicação clínica. Além dos danos físicos, as consequências psicológicas são profundas e incluem depressão pós-parto, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade, medo de futuras gestações e dificuldades no vínculo mãe-bebê. O estigma social em torno do parto e a normalização de práticas autoritárias no ambiente hospitalar reforçam a perpetuação da violência obstétrica, dificultando o reconhecimento e a denúncia dessas práticas por parte das mulheres. Os estudos também apontaram que a falta de autonomia da gestante durante o trabalho de parto e a ausência de informações sobre seus direitos contribuem para a ocorrência da violência obstétrica. Entre os fatores estruturais que favorecem essa realidade estão a sobrecarga dos serviços de saúde, a falta de capacitação específica para os profissionais e a carência de fiscalização eficiente. **Considerações finais:** A violência obstétrica representa uma grave violação dos direitos humanos das mulheres, impactando sua saúde física e mental de forma



duradoura. Apesar dos esforços para a humanização do parto, ainda há barreiras institucionais e culturais que perpetuam essas práticas. Para enfrentar esse problema, é necessário um compromisso contínuo dos profissionais de saúde, gestores e da sociedade civil, garantindo um atendimento baseado no respeito, na autonomia e na dignidade da mulher. Políticas públicas eficazes, fiscalização rigorosa e educação em saúde são essenciais para transformar a assistência obstétrica e assegurar um parto respeitoso e seguro para todas as mulheres.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Saúde da mulher; Humanização do parto; Direitos reprodutivos; Assistência obstétrica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. C. et al. Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas.

Avances en Enfermería, Bogotá, v. 35, n. 2, p. 188-205, 2017. Disponível em:

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/09/888412/violencia-obstetrica-revisao-integrativa-de-pesquisas.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.

DAMACENO, N. S.; MARCIANO, R. P.; ORSINI, M. R. C. A. O imaginário materno sobre os partos cesáreo e vaginal. **Revista Brasileira de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 5-19, 2021. Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/jw7bj>. Acesso em: 4 fev. 2025.

DINIZ, Simone Grilo et al. Abuso e desrespeito na assistência ao parto como problema de saúde pública no Brasil: origens, definições, impactos na saúde materna e propostas para sua prevenção. **J. Hum. Growth Dev.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822015000300019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 fev. 2025. <https://doi.org/10.7322/jhgd.106080>.

LEITE, T. H. et al. Epidemiologia da violência obstétrica: uma revisão narrativa do contexto brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LbMdhqnGHfRRhNfJWJgpPjd>. Acesso em: 4 fev. 2025.



PREVENÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES EM UTIS: DESAFIOS E SOLUÇÕES

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Ingrid Araújo Carvalho; ² Ezequiel Santos Monte; ³ Guilherme Rufatto Schmidt; ⁴ Jessica Bruna Gomes Soares; ⁵ Melina Ferreira Marinho; ⁶ Renato Sarnaglia Proença; ⁷ Bruna de Holanda Loss; ⁸ Henrique Bento Pagel; ⁹ Ana Luiza Vargas Espadim ; ¹⁰ Leonardo de Almeida Santos

¹ Enfermeira Esp. em Unidade De Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico/Neonatal pelo Instituto Educacional Lider ² Graduando em Farmácia pela UNIPLAN, ³ Graduando em Medicina pela Unisinos, ⁴ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz, ⁵ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz, ⁶ Graduando em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, ⁷ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB, ⁸ Graduando em Medicina pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB, ⁹ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, ¹⁰ Enfermeiro pela UniAges e Mestrado em Ciências Naturais pela UFS

Introdução: As infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) são um dos principais desafios enfrentados pelas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em todo o mundo. Caracterizadas pelo desenvolvimento de infecções adquiridas durante a hospitalização, essas complicações aumentam a morbimortalidade dos pacientes, prolongam o tempo de internação e elevam os custos hospitalares. Entre as infecções mais prevalentes nas UTIs estão a pneumonia associada à ventilação mecânica (PAV), infecções da corrente sanguínea associadas a cateter venoso central (ICS-CVC) e infecções do trato urinário relacionadas ao uso de sondas vesicais. **Objetivo:** Analisar os principais desafios na prevenção de infecções hospitalares em UTIs e discutir estratégias eficazes para minimizar sua incidência, garantindo maior segurança aos pacientes críticos. **Metodologia:** O estudo foi conduzido por meio de uma revisão integrativa da literatura, utilizando bases de dados como PubMed, SciELO e Lilacs. Foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2024, utilizando os descritores "Infecção hospitalar", "UTI", "Controle de infecções", "Higienização das mãos" e "Segurança do paciente". Os critérios de inclusão envolveram estudos revisados por pares que abordam estratégias de prevenção de IRAS, enquanto artigos sem acesso ao texto completo, duplicados ou fora do escopo foram excluídos. Após a triagem, dez artigos foram selecionados para análise crítica. **Resultados:** A revisão evidenciou que a implementação de pacotes de medidas preventivas, conhecidos como *bundles*, tem sido uma das estratégias mais eficazes na redução das IRAS em UTIs. A adoção rigorosa de protocolos para a inserção e manutenção de dispositivos invasivos, como cateteres e ventiladores, pode reduzir significativamente as taxas de infecção. Além disso, a higienização das mãos por parte de profissionais de saúde, considerada uma das medidas mais simples e eficazes, ainda apresenta baixa adesão em muitas instituições, destacando a necessidade de campanhas contínuas de conscientização e treinamentos. O uso indiscriminado de antibióticos é outro fator crítico, contribuindo para a resistência bacteriana e dificultando o tratamento de infecções hospitalares. Programas de gerenciamento do uso racional de antimicrobianos, conhecidos como *stewardship antimicrobiano*, têm demonstrado eficácia na redução da resistência microbiana e na melhora dos desfechos clínicos dos pacientes. Além disso, medidas como a descolonização seletiva dos pacientes de risco e o isolamento de casos confirmados de infecções resistentes têm sido recomendadas para o controle da disseminação de patógenos multirresistentes. Entre os desafios apontados pelos estudos, a escassez de recursos humanos e materiais nas UTIs, o alto índice de ocupação hospitalar e a sobrecarga dos profissionais de saúde dificultam a adesão às diretrizes de



controle de infecções. Barreiras como a falta de treinamentos regulares e de monitoramento contínuo dos indicadores de infecção também foram identificadas como fatores que comprometem a efetividade das medidas preventivas. **Considerações finais:** A prevenção das infecções hospitalares em UTIs exige um conjunto de estratégias baseadas em evidências, incluindo a adesão rigorosa aos protocolos de controle, a capacitação contínua das equipes de saúde e o monitoramento sistemático dos indicadores de infecção.

Palavras-chave: Infecção hospitalar; UTI; Controle de infecções; Higienização das mãos; Segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. R. S. et al. Medidas de prevenção e controle das infecções hospitalares em Unidade de Terapia Intensiva. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, n. 1, p. 2255-2265, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5298205.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Controle de infecção hospitalar: balanço e reflexões**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2019/controle-de-infeccao-hospitalar-balanco-e-reflexoes>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SILVA, A. M. et al. Prevenção e controle de infecção em unidade de terapia intensiva neonatal: percepção da equipe de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, p. e2017-0174, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/CwD3b5N5gvvZqynwmctKwpd/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2025.





SAÚDE DA COLETIVIDADE: BRASIL E ESTADOS UNIDOS EM PERSPECTIVA

¹Mateus Henrique Dias Guimarães

¹Doctoral Student in Public Health at Christian Business School – CBS Education, Orlando, FL, USA.

Eixo Temático: Eixo Transversal

RESUMO

Introdução: A saúde pública é um dos pilares fundamentais para o bem-estar da população e o desenvolvimento socioeconômico de um país. No entanto, os modelos de saúde adotados no Brasil e nos Estados Unidos apresentam diferenças marcantes em termos de acesso, financiamento e eficiência, impactando diretamente os indicadores de saúde e a qualidade dos serviços oferecidos. Enquanto o Brasil adota um sistema universal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo atendimento gratuito a toda a população, os Estados Unidos possuem um modelo predominantemente privado, onde o acesso à saúde é condicionado à capacidade financeira dos indivíduos ou à cobertura de seguros de saúde. **Objetivo:** Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo comparar os impactos desses modelos na saúde coletiva, destacando as vantagens e desafios de cada sistema. **Metodologia:** Trata-se de um estudo comparativo, de natureza descritiva, baseado na revisão de literatura e análise de dados secundários provenientes de relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde do Brasil e Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos Estados Unidos. Foram considerados indicadores de mortalidade infantil, expectativa de vida, cobertura vacinal e acesso a serviços de atenção primária. Os dados foram analisados qualitativamente, enfatizando as principais tendências e desafios enfrentados pelos dois sistemas de saúde. **Resultados:** Os resultados indicam que o SUS, apesar de suas limitações orçamentárias e dificuldades na gestão, promove maior equidade no acesso à saúde. O modelo norte-americano, por outro lado, apresenta alta qualidade em serviços especializados e inovações tecnológicas, mas enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade de acesso, com milhões de cidadãos sem cobertura adequada. A atenção primária no Brasil, através da Estratégia de Saúde da Família (ESF), tem sido um fator determinante para a melhoria dos indicadores de saúde, enquanto nos Estados Unidos, a dependência de planos de saúde privados torna o acesso a esses serviços restrito a determinados grupos populacionais. **Conclusão:** Conclui-se que, apesar dos desafios enfrentados por ambos os países, o modelo brasileiro de saúde pública se destaca por sua proposta de universalização e acesso gratuito,



enquanto o sistema norte-americano, baseado no mercado, gera desigualdades significativas no atendimento à população. A análise comparativa reforça a importância de investimentos sustentáveis na saúde pública e da adoção de políticas que garantam a equidade e a eficiência na prestação de serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Coletiva. Atenção à Saúde. Práticas de Saúde.

REFERÊNCIAS

COSTA, Danielle Conte Alves Riani; BAHIA, Ligia. Crise econômica e sanitária e desempenho dos planos e seguros de saúde: similaridades e singularidades entre Brasil e Estados Unidos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 8, p. e00000122, 2022.

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo da saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e a política sanitária no governo Vargas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 1429-1434, 2007.

ARAÚJO, Edna Maria de et al. Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. **Saúde em debate**, v. 44, p. 191-205, 2021.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; GARCIA, M. S. M. P.; GONÇALVES, Alessandro Marcus da Silva. O sistema de saúde americano e seus aspectos jurídicos. **Intr@ ciência. Edição**, 2020.

SOUSA, Camila; FENANDES, Violeta Campolina. Aspectos históricos da saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 12, p. 1-17, 2020.



SAÚDE MENTAL NO TRABALHO: ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS PARA PROMOVER BEM-ESTAR E PRODUTIVIDADE

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: A saúde mental no ambiente de trabalho tem se tornado uma das principais preocupações para organizações em todo o mundo, especialmente no contexto do século XXI. Além disso, o estigma em torno das questões psicológicas e a cultura de alto desempenho dificultam a busca por apoio e de um ambiente saudável. **Objetivo:** explorar a relação entre saúde mental e produtividade no ambiente de trabalho, investigando como a promoção do bem-estar psicológico pode contribuir para o sucesso organizacional. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed. Os descritores adotados foram "saúde mental", "trabalho", "estratégias organizacionais", "promoção", "bem-estar" e "produtividade", foram utilizados os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em um número inicial de 215 artigos, após a aplicação dos critérios de exclusão foram selecionados 46, os critérios adotados foram, estudos publicados que abordassem a saúde mental no trabalho e as estratégias organizacionais para promover bem-estar e produtividade. Estudos duplicados, ou que não apresentavam metodologia e resultados quantitativos ou qualitativos foram excluídos. Os dados foram analisados seguindo a técnica de análise de conteúdo por possibilitar uma organização dos artigos em categorias temáticas. **Resultados:** O ambiente de trabalho se apresenta como um espaço crítico para o desenvolvimento da saúde mental, sendo que a forma como as organizações estruturam suas práticas, políticas e cultura corporativa influencia diretamente a saúde psicológica de seus colaboradores. Estudos demonstram que colaboradores com condições psicológicas adversas, como estresse excessivo, ansiedade ou depressão, têm um desempenho abaixo do seu potencial, são mais propensos ao absenteísmo, presenteísmo e apresentam níveis elevados de insatisfação e desengajamento. Essas condições não só afetam o



indivíduo, mas reverberam nas equipes e nas organizações, prejudicando a qualidade do trabalho, a inovação, e a eficiência. Embora muitas organizações tenham investido em práticas de apoio psicológico, como suporte online, programas de mindfulness e incentivos à flexibilidade, os resultados demonstram a necessidade do desenvolvimento de uma maior capacidade de adaptação e resiliência diante das adversidades. Entre os desafios para integrar a saúde mental à sustentabilidade organizacional, destaca-se o estigma em torno de questões psicológicas, que ainda persiste em muitas culturas corporativas. Além disso, políticas inadequadas, cargas excessivas de trabalho e falta de flexibilidade são barreiras comuns para o bem-estar no ambiente corporativo. **Considerações finais:** A promoção da saúde mental no ambiente laboral é uma responsabilidade compartilhada que requer esforços coordenados e contínuos. Portanto, investir na saúde mental dos colaboradores não é apenas uma questão de bem-estar individual, mas uma estratégia organizacional indispensável para a longevidade e o sucesso das organizações no panorama contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; bem-estar; produtividade; trabalho; psicologia organizacional.

REFERÊNCIAS

KABAT-ZINN, J. Mindfulness-Based Interventions in Context: Past, Present, and Future. **Clin Psychol**, v. 10, n. 2, p.144-1156, 2003.

COOPER, C. L.; CARTWRIGHT, S. (2019). Healthy Mind; Healthy Organization— A Proactive Approach to Occupational Stress. **Saje Journals**, v. 47, n. 4, p. 455-471, 1994.



CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO MULTIDIMENSIONAL COM ABORDAGEM PSICOSSOCIAL

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: A saúde mental pode ser compreendida como uma rede de fatores que favorecem o bem-estar e o desenvolvimento de habilidades pessoais. E não se configura apenas à ausência de doenças. Por ser um tema multifatorial, a saúde mental envolve não apenas as questões psicológicas e emocionais, mas se relaciona com a saúde física, apoio social, condições de vida e também pelas questões sociais, ambientais e econômicas. Os transtornos mentais são um grande desafio para o Sistema Único de Saúde (SUS). Visto que os cuidados em saúde mental tornam-se cada vez mais algo essencial, no ano de 2020 cerca de 30% da população adulta sofria com algum tipo de transtorno mental. A fim de enfrentar tal problema, o (SUS) conta com a Atenção Básica para oferecer um atendimento multidimensional visando a promoção da saúde mental. O presente estudo, buscou compreender o papel da Atenção Básica nos cuidados multidimensionais da saúde mental, sob o enfoque psicossocial, que engloba a humanização do atendimento, o respeito aos direitos humanos, equidade, combate ao preconceito, serviços de qualidade por meio de uma assistência multiprofissional e interdisciplinar, redução de danos e educação permanente ampliando o atendimento na rede de atenção psicossocial. **Objetivo:** Desta forma, tem-se como objetivo analisar os cuidados da saúde mental, na Atenção Básica, sob o enfoque a abordagem psicossocial. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica à literatura utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed. Adotou-se como descritores “cuidado em saúde”, “saúde mental”, “atenção básica”, “multidimensional” e “abordagem psicossocial”, foram utilizados nesta pesquisa os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em um número inicial de 166 artigos, após a aplicação dos critérios de exclusão foram selecionados 52, os critérios adotados foram, estudos publicados que abordassem o cuidado em saúde mental na atenção básica partindo de uma perspectiva multidimensional com a abordagem psicossocial. Estudos duplicados e que não apresentavam metodologia e resultados adequados foram excluídos. Os dados foram



analisados por meio da técnica de análise de conteúdo por possibilitar uma organização em categorias temáticas. **Resultados:** Os serviços da Atenção Básica desempenham papel fundamental nos cuidados com a saúde mental, envolvendo tanto a rede, quanto a equipe multidisciplinar, as terapias, a clínica ampliada e a reabilitação psicossocial a partir de um atendimento humanizado. **Considerações finais:** Assim, a atenção básica tem um papel de grande importância na assistência psicossocial, oferecendo apoio, atendimento e acompanhamento para a saúde mental, sendo responsável por proporcionar a seus usuários uma rede de cuidados humanizados visando a exclusão de estigmas e preconceito e buscando a reinserção social dos mesmos. As intervenções da Atenção Básica devem compreender uma escuta qualificada, acolhimento, instituição de vínculos a fim de assegurar a autonomia do usuário e a sua reabilitação psicossocial.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Básica; Psicossocial; Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

LOPES, C. de S. Como está a saúde mental dos brasileiros? A importância das coortes de nascimento para melhor compreensão do problema. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 1-4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00005020>.

MARINHO, L. de F. P. L. et al. Redefinindo o cuidado psiquiátrico: inovações, desafios e o caminho para um futuro mais humanizado na saúde mental. **Revista Cedigma**, São Luís, v. 2, n. 3, p. 180-191, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13693592>.

SUGAHARA, K. L.; BORGES, R. F. Adesão ao cuidado em saúde mental: reflexões críticas a partir de um estudo de caso. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 01-22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n2-119>.



DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR PSICOLÓGICO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: Os profissionais da saúde estão sujeitos a condições de trabalho muitas vezes inadequadas para o exercício de sua atividade laboral com qualidade. Fatores como sobrecarga no trabalho, falta de equipamentos e suporte, políticas organizacionais inapropriadas, elevadas cargas horárias, baixa remuneração, vínculos empregatícios duplicados, responsabilidade elevada e o fato de lidar constantemente com o sofrimento do outro são fatores que afetam o bem-estar destes profissionais. Com isso, é possível o surgimento de inúmeros problemas de saúde mental. O impacto do trabalho tanto na saúde física quanto mental dos trabalhadores da saúde pode gerar a insatisfação e a exaustão influenciando a qualidade dos serviços que são ofertados na Atenção Primária. As doenças mentais são atualmente uma das maiores causas de incapacidade laboral e, poderá se tornar a maior causa no ano de 2030. No Brasil, o sofrimento psíquico é elevado entre os profissionais do setor de saúde e, portanto, é necessário ações que possam reduzir esse quadro. Atualmente é um desafio promover o bem-estar psicológico destes profissionais no contexto do seu ambiente de trabalho, para tanto ações intervencionistas de promoção do bem-estar psicológico são fundamentais para redução de danos e para proporcionar saúde para os trabalhadores da Atenção Primária. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é compreender como promover o bem-estar psicológico dos profissionais da Atenção Primária. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica à literatura utilizando as bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e Google Scholar. Utilizando como descritores "Promoção do bem-estar", "desafios", "bem-estar psicológico" "profissionais de saúde" e "atenção primária". Foram utilizados em combinação os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou inicialmente em 120 artigos, após a aplicação de critérios de inclusão foram selecionados 39, os critérios utilizados foram estudos publicados entre 2019 e 2024, que abordassem os desafios na promoção do bem-estar psicológico em profissionais de saúde que atuassem na atenção primária. Estudos duplicados e que não



apresentavam metodologia adequada com resultados claros ou não possuíam dados quantitativos ou qualitativos foram excluídos. Foi adotado a técnica de análise de conteúdo para a organização dos artigos em categorias e temáticas. **Resultados:** Foi possível observar que há a necessidade de assegurar que os profissionais de saúde tenham condições físicas e mentais para exercer a sua atividade profissional prestando um serviço de qualidade na Atenção Primária. **Considerações finais:** Assim, promover o bem-estar psicológico na Atenção Primária é um desafio nesse cenário de adoecimento mental que é presenciado no mundo hoje. Desta forma, a instituição de ações voltadas ao bem-estar é uma estratégia de cuidado com a saúde mental destes trabalhadores, que pode aliviar sintomas de dor, ansiedade, estresse e outros e favorecer um melhor desempenho nas atividades profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária; Bem-estar; Profissionais da saúde; Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

- ESPIRIDIANO, E.; SAIDEL, M.G.B.; RODRIGUES, J. Saúde mental: foco nos profissionais de saúde. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 73, n. 1, p. 1–2, 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.202073supl01>.
- DEPRET, O. R. et al. Saúde e bem-estar: a arteterapia para profissionais da saúde atuantes em cenários de cuidado ambulatorial. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-9, 2019. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0177>.
- QUIRINO, T. R. L. et al. Estratégias de cuidado à saúde mental do trabalhador durante a pandemia da Covid-19: uma experiência na atenção primária à saúde. **Estudos Universitários: Revista de Cultura**, Recife, v. 37, n. 1-2 , p. 172-191, 2020. <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2020.247692>.
- TALARICO BRUNO, V. H.; et al. Fatores associados ao bem-estar em profissionais da atenção primária. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 34, 2021. <https://doi.org/10.5020/18061230.2021.11878>.



SAÚDE MENTAL DO IDOSO EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E NO BEM-ESTAR

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: Diante da atualidade, os idosos passam por inúmeras situações de descaso e até mesmo desprezo por serem considerados improdutivos, sendo particularmente abandonados pela sociedade e familiares (REIS, 2011). **Objetivo:** identificar o processo da saúde mental do idoso e outras patologias físicas, influenciadas pela má qualidade psicoafetiva (emocional), buscando uma interação maior da família junto ao processo de envelhecimento, uma integração com seu grupo social, criando-se movimentos de prevenção do mesmo. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica à literatura utilizando as bases Scielo, LILACS e PUBMED, com os descritores "saúde mental", "idoso", "ILPI", "instituições de longa permanência" "impactos psicológicos" e "bem-estar", utilizando os operadores booleanos (AND e OR). Inicialmente, foram encontrados 107 estudos, dos quais 52 foram selecionados após a aplicação de critérios de inclusão: publicações que abordassem a saúde mental do idoso em instituições de longa permanência (ILPI) e os impactos psicológicos no bem-estar. Os estudos com metodologia, duplicados ou que não apresentassem dados a cerca da tematica abordada foram excluídos. A análise de conteúdo foi utilizada para a organização dos dados e identificação de tendencias e padrões **Resultados:** A Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), possui denominações diversas como asilo, abrigo, lar, casa de repouso, clínica geriátrica e ancionato e devem prestar serviços nas mais diversas áreas conforme as demandas do segmento etário. Além disso, essas instituições devem minimizar os prejuízos da institucionalização aos idosos, tais como as perdas da autonomia e identidade e a segregação social, além de promover a qualidade de vida e as oportunidades de crescimento pessoal de seus residentes (MORAIS; ARAÚJO; FREITAS; TOLEDO, 2012). O abandono se constitui quando se deixa um idoso em uma Instituição de Longa Permanência sem suporte familiar, não se preocupando nem com a qualidade da instituição, nem com o bem estar



do ente idoso. Segundo Kamiya *et al* (2014), os problemas de saúde, a baixa autoestima e a rejeição social podem estar na base do surgimento de sentimentos de solidão. Para que o idoso não tenha a sensação de abandono, e que ele continue integrado à sociedade, faz-se necessário um planejamento de assistência de familiares e amigos à instituição (BESSA; SILVA, 2008).

Considerações finais: Deste modo, considerou-se este estudo importante na medida em que o problema do envelhecimento arrasta consigo a solidão, isolamento e imobilidade. No entanto, é possível encontrar suporte, atenção, cuidado e afeto mesmo estando asilado se a instituição responsável, juntamente com os familiares responsáveis forem capazes de atender as necessidades destas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Asilo; Instituição de Longa Permanência; Abandono; Cuidado; Idoso.

REFERÊNCIAS

BESSA, M. E. P; SILVA, M. J. Motivações para o ingresso dos idosos em instituições de longa permanência e processos adaptativos: um estudo de caso. **Rev Enferm**, v. 17, Florianópolis, abril junho, 2008. Acesso em Abril de 2012.

KAMIYA, Y.; DOYLE M.; HENRETTA, J.C.; VIRMONEN V.; EARL, Y. Solidão na perspectiva do idoso. **Revista Bras Geriatr Gerontolo**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v19n2/1809-9823-rbgg-19-02-00313.pdf>. Acesso em: 21 Jan. 2025.

MORAIS, E. C; ARAÚJO, R.R.S; FREITAS, V. G; TOLEDO, J.-O. Abandono do idoso: instituição de longa permanência. **Acta de Ciência e Saúde**, v.2, n. 1, p. 26-38. 2012. Disponível em: chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://intranet.mprj.mp.br/documents/112957/19364082/artigo_abandono_do_idoso.pdf. Acesso em: 21 Jan. 2025.

REIS, L.M.A. Novos velhos: Viver e envelhecer bem. Rio de Janeiro: **Record**, 2011.



MODELOS DE CUIDADO MULTIDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA PARA SAÚDE MENTAL NA ATUALIDADE

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: O presente estudo trata da utilização de modelos de cuidados multidisciplinares para a saúde mental. A adoção de tais modelos deve compreender uma abordagem que precisa ser tanto colaborativa quanto abrangente, pois o seu objetivo é proporcionar ao indivíduo cuidados personalizados e completos proporcionando a sua recuperação e o seu bem-estar geral não só o bem-estar mental, a partir de uma visão ampla e holística da saúde mental. Considerando que a saúde mental tem imenso valor na vida de cada pessoa, pois afeta não só a forma de pensar e de sentir, mas influencia a maneira como cada pessoa se relaciona com o mundo. A equipe multidisciplinar para a saúde mental deve ser composta por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e enfermeiros atua em conjunto para o diagnóstico, atendimento e tratamento de distúrbios mentais, auxiliando o indivíduo a lidar com suas questões psicológicas e emocionais, pois a saúde mental cada vez mais tem se tornando uma questão de saúde pública, já que até 25% das pessoas ao longo da vida podem apresentar algum tipo de transtorno mental.

Objetivo: Assim, é importante analisar qual é o papel do modelo de cuidados multidisciplinares na saúde mental na contemporaneidade. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica à literatura utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed. Os descritores adotados foram "modelos de cuidados", "cuidado multidisciplinar", "saúde mental" e "atualidade", foram utilizados os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em um número inicial de 193 artigos, após a aplicação dos critérios de exclusão foram selecionados 61, os critérios adotados foram, estudos publicados entre 2020 e 2024, que abordassem modelos de cuidado multidisciplinar para saúde mental na atualidade. Estudos duplicados, ou que não apresentavam metodologia e resultados claros sendo de natureza quantitativa ou qualitativa foram excluídos. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo por possibilitar uma organização em categorias temáticas. **Resultados:** A equipe multidisciplinar é responsável por elaborar planos de



tratamento personalizados, que atendam as necessidades de cada indivíduo com a aplicação de variados métodos de intervenção, como a terapia ocupacional, utilização de medicamentos, terapia cognitivo-comportamental e o aconselhamento visando tratar os distúrbios psicológicos, mas preocupa-se também com a prevenção e a educação em saúde mental de modo a promover a conscientização para reduzir o preconceito. **Considerações finais:** A atuação da equipe multidisciplinar, portanto, se dá em um sistema de cooperação em que todos os profissionais em conjunto proporcionando um olhar múltiplo sobre o indivíduo e suas necessidades, por meio de práticas multidisciplinares visando oferecer um atendimento correto e efetivo para a restauração de sua saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Equipe multidisciplinar; Distúrbios psicológicos. Saúde mental.

REFERÊNCIAS

DIAS, R. I. R. et al. Saúde mental: intervenções multidisciplinares no tratamento e diagnóstico. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 2329–2337, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n5p2329-2337.

NASCIMENTO, D. Z. do; MARQUES, G.M. Saúde mental e as práticas multidisciplinares: avanços, desafios e novas perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, s.p., 2020. DOI: 10.1590/1413-81232018249.15002019.

SARAIVA, S. A. L.; ZEPEDA, J.; LIRIA, A. F. Componentes do apoio matricial e cuidados colaborativos em saúde mental: uma revisão narrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 553-565, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.10092018>.



ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA: PROPOSTAS BASEADAS NA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: A saúde é um direito de todos que está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada no ano de 1988, especificamente no artigo 6º, onde a saúde é considerada um direito social fundamental, que se concretiza a partir do Sistema Único de Saúde (SUS). E, por isso, é dever do Estado efetivar esse direito oferecendo um serviço público de saúde com variados tipos de serviços em qualquer nível de complexidade, mas que seja capaz de atender as demandas sociais a fim de proporcionar bem-estar físico e mental para todos. Nesse sentido, a oferta de terapias cognitivo-comportamentais (TCC) no âmbito da saúde pública tem se apresentado como uma alternativa eficaz para a saúde pública tendo em vista que contam com programas e intervenções psicossociais favoráveis aos tratamentos de saúde mental. As terapias cognitivo-comportamentais contém técnicas que são fundamentais para a psicoeducação, resolução e prevenção de problemas e ainda possibilitam que o assistido adquira autonomia.

Objetivo: O objetivo deste estudo é discutir como os espaços de acolhimento na saúde pública possibilitam a aplicação de TCC de maneira eficaz enquanto instrumento de cuidados para a saúde mental. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica à literatura utilizando as bases Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde, LILACS e PUBMED, com os descritores "espaços de acolhimento", "saúde pública", "propostas terapêuticas" e "terapia cognitivo-comportamental", intercruzados com operadores booleanos (AND e OR). Inicialmente, foram encontrados 178 estudos, dos quais 49 foram selecionados após a aplicação de critérios de inclusão: publicações entre 2018 a 2023, que abordassem espaços de acolhimentos na saúde pública com foco na terapia cognitivo-comportamental. Estudos com metodologia inadequada, duplicados ou que não apresentassem dados a cerca da temática abordada foram excluídos. A análise de conteúdo foi utilizada para a organização dos dados e identificação de tendências e padrões. **Resultados:** Os espaços destinados ao acolhimento para a implementação de serviços de terapia cognitivo-



comportamental são um meio para proporcionar ao paciente um acolhimento humanizado, por meio do qual pode-se construir uma relação de confiança e segurança, demonstre-se empatia e compreensão e se motive o paciente para alcançar mudanças, autoconhecimento e melhoria na sua qualidade de vida. **Considerações finais:** A aplicação da TCC no contexto da saúde pública proporcionando assistência à saúde mental na atenção primária se configura como um caminho para o antedimento psicossocial visando um atendimento humanizado que está diretamente relacionado com a dignidade do indivíduo, visando reduzir o sofrimento humano e compreender as experiências dolorosas com empatia. As TCCs são altamente eficazes para variados tipos de transtornos e sua psicoterapia é eficaz para a intervenção psicossocial em grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento, Saúde Pública; Terapia Cognitivo-Comportamental.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, É. A. S. de; SARTES, L. M. A. A terapia cognitivo-comportamental aplicada ao CAPS ad: uma revisão de escopo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro**, v. 21, n. 2, p. 674-692, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- CORREA, M.; DIAS, A. C. G.; ZIMMER, M. Terapia cognitivo-comportamental focada no trauma no contexto de acolhimento institucional. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, Rio de Janeiro**, v. 14, n. 2, p. 130-140, 2018. Disponível em: <http://rbtc.org.br> Acesso em: 15 dez. 2024.
- SOUZA, D. C. de, et al. Terapia cognitivo-comportamental em grupo: estratégia de psicoeducação com estudantes de enfermagem. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro**, v. 23, n. 1, p. 226-249, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi>. Acesso em: 15 dez. 2024.



HIPERCONNECTIVIDADE E SAÚDE MENTAL: CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E COMPORTAMENTAIS NA SOCIEDADE

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires; ⁹ Sandra Ricardo Silva Carneiro

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: O século XXI está sendo marcado por transformações digitais e com isto a sociedade atual se encontra cada vez mais conectada a seus dispositivos tecnológicos para realização de diversas atividades. Em consequência a esse avanço, percebe-se um aumento da ansiedade em seus usuários. **Objetivo:** analisar as possíveis relações da ansiedade com a hiperconectividade. Levando em consideração a importância da realidade tecnológica atual no cotidiano, identificando seus impactos na sociedade diante dos estímulos recebidos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed. Os descritores adotados foram "hiperconectividade", "saúde mental", "consequências psicológicas", "consequências comportamentais" e "sociedade", foram utilizados os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em um número inicial de 226 artigos, após a aplicação dos critérios de exclusão foram selecionados 58, os critérios adotados foram, estudos publicados que abordassem a hiperconectividade e a saúde mental, bem como suas consequências psicológicas e comportamentais na sociedade. Estudos duplicados, ou que não apresentavam metodologia e resultados quantitativos ou qualitativos adequados foram excluídos. Os dados foram analisados seguindo a técnica de análise de conteúdo objetivando a organização dos artigos em categorias temáticas. **Resultados:** Existem diversas definições atribuídas ao conceito de tecnologia, ela pode ser compreendida como um sistema que permite que a sociedade e seus indivíduos satisfaçam suas necessidades e desejos, sendo composta por equipamentos, programas, processos e finalidade de propósito. O aumento do uso de recursos tecnológicos é uma realidade e o alto fluxo de informações e dados que o indivíduo recebe por vezes é incalculável. O mesmo se torna um dos



principais fatores que contribuem para prejuízos à saúde mental do sujeito, ocasionando estresse e ansiedade. Além da hiperconectividade, outro fenômeno que se torna cada vez mais frequente na população é o technostress, que pode ser caracterizado por sintomas físicos e psicológicos, este se diferencia do estresse geral, ansiedade, vício em tecnologia ou depressão. E pode ser percebido tanto no contexto organizacional levando o profissional a exaustão, insatisfação, diminuição da inovação e do seu comprometimento. Bem como, na individualidade do sujeito, tendo como suas causas a hiperconectividade social, gerando problemas de concentração, distúrbios do sono, e insatisfação com a própria identidade e nas relações sociais. **Considerações finais:** Diante do exposto, o estudo mostrou que a hiperconectividade presente na vida do sujeito e na sociedade está diretamente relacionado à ocorrência da ansiedade. Seus prejuízos não afetam somente a saúde mental, mas seus relacionamentos e sua saúde física.

PALAVRAS-CHAVE: Hiperconectividade; Tecnologia; Ansiedade.

REFERÊNCIAS

MAGRANI, E. Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade. Porto Alegre: **Arquipélago Editorial**, 2019. Versão Kindle

MULULO, S. C. C. Eficácia do tratamento cognitivo e/ou comportamental para o transtorno de ansiedade social. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul** [online]. 2009, v. 31, n. 3 [acessado 4 junho 2022], pp. 177-186. Disponível em: .Epub24 maio 2010.ISSN 0101 8108.



SAÚDE MENTAL E A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DE FOBIAS ESPECÍFICAS

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires; ⁹ Sandra Ricardo Silva Carneiro

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: As transformações sociais presentes nas últimas décadas, vêm contribuindo para o aumento do nível de ansiedade em toda população, e com isto, a manifestação de diversos transtornos de ansiedade como as fobias específicas. Compreendidas como um medo desproporcional em relação à um objeto ou situação específica, as fobias específicas são responsáveis pelo prejuízo ou comprometimento da qualidade de vida e do bem-estar do indivíduo, uma vez que, a rotina diária do indivíduo pode ser impactada e prejudicada. **Objetivo:** Analisar por meio de uma revisão de literatura científica a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no tratamento das fobias específicas. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica à literatura utilizando as bases Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde, LILACS e PUBMED, com os descritores "saúde mental", "terapia cognitivo-comportamental", "tratamento" e "fobias específicas", utilizando operadores booleanos (AND e OR). Inicialmente, foram encontrados 211 estudos, dos quais 87 foram selecionados após a aplicação de critérios de inclusão: publicações entre 2019 a 2024, que abordassem a saúde mental e a terapia cognitivo-comportamental no tratamento de fobias específicas. Estudos com metodologia inadequada, duplicados ou que não apresentassem dados a cerca da temática abordada foram excluídos. A análise de conteúdo foi utilizada para a organização dos dados e identificação de tendências e padrões. **Resultados:** As fobias específicas são compreendidas como um medo excessivo diante de uma situação, objeto ou animal vivenciado pelo indivíduo. Este responde à tais "estímulos" com uma ansiedade intensa e sensação de mal-estar como um meio de fuga para lidar com o pavor e medo extremo que a exposição a tal situação gatilho lhe causa. A TCC se apresenta como uma intervenção eficaz para o tratamento de fobias específicas devido a forma em que o processo terapêutico é elaborado, sendo bem fundamentado e capaz de se adequar às especialidades dos pacientes. Uma vez que a



TCC, se baseia no modelo cognitivo que prevê que uma situação é capaz de gerar pensamentos que levam a emoções, comportamentos e reações fisiológicas. As intervenções cognitivo-comportamentais buscam promover a reestruturação cognitiva, auxiliando o paciente a identificar seus pensamentos distorcidos, avaliá-los e modificá-los por pensamentos mais flexíveis e funcionais, promovendo uma melhora significativa bem-estar. Desta forma a TCC orienta o processo terapêutico a um caminho a ser seguido para a melhora do quadro de fobias específicas.

Considerações finais: A TCC vem se consolidando como a abordagem psicológica de referência no tratamento das fobias específicas e uma série de outros transtornos psicológicos. Suas intervenções vêm demonstrando ser eficazes para a melhoria de diversos casos por meio do uso das técnicas cognitivas e comportamentais e a reestruturação cognitiva do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Fobias Específicas; Terapia Cognitivo Comportamental; Processo Terapêutico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. Tradução de Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mallmann da Rosa. Revisão técnica de José Alexandre de Souza Crippa, Flavia de Lima Osório, José Diogo Ribeiro de Souza. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: **Artmed**, 2023.

GOMES, N. A. S.; FERREIRA, L. M. P.; QUESADA, A. A. Psicodução: proposta de intervenção para a redução da ansiedade em universitários. In: GONÇALVES, J. (Ed.). *Perspectivas em Psicologia*. Editora **Lógica Psicológica**, 2024. p. 37-43. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10396377>. Acesso em: 20 dez. 2024.



SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR NO CONTEXTO GERAL

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires; ⁹ Sandra Ricardo Silva Carneiro

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: A saúde mental pode ser compreendida como um estado de bem-estar físico mental e social. Nos últimos anos, assegurar o bem-estar tem se tornado uma importante temática para que a população apresente bons níveis de qualidade de vida. Assim, a saúde mental faz parte da condição humana sendo refletida pela capacidade de cada pessoa de lidar com seus desafios, de gerenciar suas emoções, de estabelecimento de relacionamentos e de enfrentamento do mundo e suas inúmeras dificuldades. **Objetivo:** Analisar e descrever a relação entre a saúde mental e o bem-estar identificando seus impactos na saúde pública. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed. Os descritores adotados foram "saúde mental", "bem-estar" e "contexto geral", foram adotados os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em um número inicial de 202 artigos, após a aplicação dos critérios de exclusão foram selecionados 61, os critérios adotados foram, estudos publicados que discorressem sobre a saúde mental e o bem-estar no contexto geral. artigos duplicados, ou que não apresentavam metodologia e resultados adequados sendo eles quantitativos ou qualitativos foram excluídos. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo visto que permite uma organização dos artigos por categorias temáticas. **Resultados:** Problemas relacionados à saúde mental podem afetar gravemente a vida do indivíduo. Além disso, atualmente os transtornos mentais são considerados como uma grande questão e desafio para o sistema público de saúde considerando tendo em vista que a tendência é que o número este número aumente gradativamente. E por isso se faz necessário intervenções psicológicas com intuito de diagnosticar, tratar e prevenir o comprometimento da saúde mental, deste modo pode-se buscar a reabilitação emocional dos indivíduos, devolvendo a melhora de sua qualidade de vida e a promoção da saúde mental. A atuação do sistema público de saúde no diagnóstico, tratamento e promoção da saúde mental é



essencial, pois a partir de serviços multidimensionais pode-se obter resultados positivos na promoção da saúde mental e bem-estar geral, assegurando que o indivíduo possa adquirir autonomia e liberdade. **Considerações finais:** Os cuidados na saúde pública, mais precisamente na Atenção Primária à Saúde (APS) revelam a preocupação do Estado com a promoção da saúde mental e se apresentam como uma efetiva estratégia no enfrentamento deste mal, pois a APS é a principal porta de entrada no sistema único de saúde, o SUS, que deve contar com ações e estratégias de intervenção efetivas para promover a saúde mental e o bem-estar geral.

PALAVRAS- CHAVE: Saúde Mental, Bem-Estar, Atenção Primária à Saúde.

REFERÊNCIAS

AGTEREN, J. V. *et al.* A systematic review and meta-analysis of psychological interventions to improve mental wellbeing” **Nature Human Behaviour**, v. 5, n. 5, p. 631-652, 2021.

CAMPOS, D. B; BEZERRA, I. C; JORGE, M. S. B. Tecnologias do cuidado em saúde mental: práticas e processos da Atenção Primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**; v. 71, n. 5, p. 2101-2108, 2018.

GAINO, Loraine Vivian *et. al.* O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, v.14, n. 2, p. 108-116, 2018

NABUCO, G.; OLIVEIRA, M. H. P. P.; AFONSO, M. P. D. O impacto da pandemia pela OVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? **Rev. Brasileira de Medicina, de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, p. 1-11, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health: strengthening our response**. Fact sheet 220; 2014 [cited 2014 Mar 25]. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs220/en/>. Acesso em: 17 jan. 2025.



BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires; ⁹ Sandra Ricardo Silva Carneiro

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: A Síndrome de Burnout caracteriza-se por um tipo de exaustão emocional, fadiga, sensação de baixa realização pessoal, resultante de estresse psicológico, sendo predominante entre profissionais que mantêm contato direto com pessoas, especialmente na área da saúde. Acomete principalmente trabalhadores que atuam em profissões que exigem contato contínuo com pessoas, como é o caso de trabalhadores da área da saúde. **Objetivo:** Investigar os fatores que contribuem para o burnout entre profissionais da saúde que atuam na Atenção Primária (APS), bem como as estratégias de enfrentamento e intervenção para melhora e bem-estar desses profissionais. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed. Os descritores adotados foram "burnout", "profissionais de saúde", "atenção primária em saúde", "prevenção", "intervenção" e "estratégias", foram utilizados os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou inicialmente em 111 artigos, após a aplicação dos critérios de exclusão foram selecionados 49, os critérios adotados foram, estudos publicados que abordassem o burnout em profissionais de saúde na atenção básica, bem como as estratégias de prevenção e intervenção. Os estudos duplicados, ou que não apresentavam metodologia e adequados como resultados quantitativos ou qualitativos foram excluídos. Os dados foram analisados seguindo a técnica de análise de conteúdo visando uma organização dos artigos em categorias e temáticas. **Resultados:** Os resultados indicam que médicos, enfermeiros e agentes comunitários estão especialmente vulneráveis, apresentando altos níveis de exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal. Com base nestas considerações, estudos mostraram que uma das formas de reduzir o impacto desse tipo de exaustão emocional é investir em práticas como suporte psicológico institucional, promoção de ambientes de trabalho



colaborativos e programas de autocuidado. **Considerações finais:** Contudo, torna-se importante ressaltar a necessidade de considerar a saúde do trabalhador, por parte das instituições e do Estado, sendo importante investir em políticas preventivas, como treinamentos, atividade de cunho informativo sobre saúde mental, redução de carga horária excessiva e maior investimento em recursos e infraestrutura. Reforça-se também a importância de criar espaços de escuta ativa, a fim de fortalecer a cultura organizacional voltada ao cuidado com o trabalhador. Essas estratégias podem promover um ambiente mais saudável e sustentável aos trabalhadores da APS, beneficiando tanto os profissionais quanto a qualidade do cuidado prestado aos pacientes e à comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Burnout; Saúde Mental; Atenção Primária; Estresse Ocupacional.

REFERÊNCIAS

MIRANDA, T. C *et al.* Síndrome de Burnout em Profissionais de Saúde Primária: Fatores de Risco, Impactos Psicossociais e Implicações Organizacionais. **Revista CPAQV**, v. 16, n. 3, 2024. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2485>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MORELLI, S. G *et al.* Burnout em médicos da atenção primária: uma revisão sistemática. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, v. 10, n. 34, p. 1-9, 2015. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/958>. Acesso em: 29 Jan. 2025.

SILVA, J. A. R. A síndrome de burnout: a doença do trabalho, suas características e riscos à saúde do trabalhador. **Rev Tribun Sup Trabal**, v. 1, pág. 52-78, 2024. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.5010:12178/234694>, Acesso em: 29 Jan. 2025.



SAÚDE MENTAL DE MULHERES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Alessandra Alves Fonseca; ² Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ³ Lays Peixoto de Menezes Paulino; ⁴ Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵ Erick Vieira Queiroz de Oliveira; ⁶ Hayumy Lima Rocha; ⁷ Flávia Noro de Lima; ⁸ Catiucia Raposo Pires; ⁹ Sandra Ricardo Silva Carneiro

¹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ² Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ³ Graduanda em Medicina, Universidade de Vassouras; ⁴ Graduanda em Medicina, Universidade Paranaense; ⁵ Mestrando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁶ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁷ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁸ Mestranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ⁹ Doutoranda em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Introdução: A Reforma Psiquiátrica no Brasil foi resultado de um movimento sanitário que visou promover novas práticas terapêuticas, a fim de incluir os usuários de saúde mental na cultura e na sociedade. No entanto, as políticas de saúde mental enfrentam lacunas devido a muitos estigmas. Tal fato acarreta negativamente informações, pesquisas, plano de governo e as práticas de políticas públicas em serviços e recursos. Assim, a saúde mental frequentemente fica em segundo plano em relação a outras condições de saúde, sendo os recursos financeiros considerados muitas vezes ineficiente. **Objetivo:** Investigar como as interseções entre gênero, raça e classe social influenciam a saúde mental das mulheres e como essas questões podem moldar as abordagens terapêuticas na Atenção Primária à Saúde (APS). **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed. Os descritores adotados foram "saúde mental", "mulheres", "atenção primária à saúde" e "perspectivas interseccionais", foram utilizados os operadores booleanos (AND e OR). A busca resultou em um número inicial de 144 artigos, após a aplicação dos critérios de exclusão foram selecionados 58, os critérios adotados foram, estudos publicados que abordassem a saúde mental de mulheres no contexto da atenção primária à saúde e apresentassem perspectivas interseccionais. Os estudos duplicados, ou que não apresentavam metodologia e resultados adequados foram excluídos. Os dados foram analisados seguindo a técnica de análise de conteúdo para uma organização eficiente dos artigos em categorias temáticas. **Resultados:** Foi identificado que as desigualdades estruturais afetam diretamente o acesso, a qualidade e a efetividade do cuidado à saúde mental de mulheres, pelos estereótipos e estigmas. Os resultados demonstram que as mulheres negras e de classes sociais baixa são as que mais enfrentam barreiras adicionais, como



discriminação, sobrecarga de trabalho e menor acesso a recursos de saúde mental. Isso porque a perspectiva interseccional revela que a sobreposição de opressões intensifica a vulnerabilidade psicológica, aumentando casos de depressão, ansiedade e outros transtornos, além do impacto ao bem-estar emocional. Apesar de avanços no atendimento humanizado, a persistência da falta de infraestrutura culmina em lacunas no reconhecimento dessas especificidades nos protocolos de cuidado. **Considerações finais:** Dessa forma, faz-se necessário pensar e propor políticas cujo objetivo é promover soluções, a capacitação de profissionais para práticas culturalmente sensíveis, a inclusão de abordagens comunitárias e participativas, além do fortalecimento de redes de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade social e emocional. Com base no exposto, o estudo ressalta a importância de integrar a interseccionalidade como eixo central na formulação de políticas públicas e práticas na APS, promovendo um cuidado mais equitativo e efetivo ao considerar, gênero, raça e classe.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Mulheres; Interseccionalidade; Atenção Primária; Gênero;

REFERÊNCIAS

CAROBENSE, I. S *et al.* Necessidades em saúde das mulheres pardas e pretas assistidas na Atenção Primária à Saúde de um município do Recôncavo da Bahia: relato de experiência. **Rev Saúde Redes**, v. 10, n.3, 2024. ISSN: 2446-4813. DOI: 10.18310/2446-4813.2024v10n3.4449.

Disponível em: file:///C:/Users/letic/Downloads/Necessidades_em_saude_das_mulheres_pardas_e_pretas.pdf. Acesso em: 29 Jan. 2025.

DIMENSTEIN, M *et al.* Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: marcadores sociais em análise. **Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam**, v. 25, n. 1, p. 162-186, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p162.9>. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rlpf/a/gsJswBHWz7FXYwLhwNxcPjh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 Jan. 2025.

JESUS, M. A. C; ACIOLI, S; SILVA, M. F. B; SANTOS, R. G. S. A interseccionalidade como categoria análítica na saúde com foco na enfermagem na Atenção Primária em Saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. Contrib. Cienc. Soc**, v. 16, n. 10, p. 18773-18793, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.10-004. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1830>. Acesso em: 29 jan. 2025.

ZORZI, V. N; MARTINS, S. S; MACEDO, D. A; SANGIONI, L. A. Promoção de saúde mental na Atenção Primária: o papel dos grupos de saúde na perspectiva de usuários e profissionais. **Interface (Botucatu)**, v. 28, e230447, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230447>. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/icse/a/frwSGcmjy4WQQNSSFshMytb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024



ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹Claudio Eduardo dos Santos Costa Junior; ²Daniel Barbosa da Silva; ³Isabela Cristina Alves Teixeira; ⁴Gabrielle Caroline Brugim Ramos; ⁵Vitória Gomes Rodrigues; ⁶Luana Varela Stürmer; ⁷Maiza Karina Oliveira da Silva

¹ Doutorando em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira; ²Graduado em Odontologia UEPB, Especialista em Atendimento Odontológico à pessoas com Necessidades Especiais; ³Graduanda Enfermagem - Unibr Faculdade de Botucatu; ⁴ Graduanda Medicina Umipar; ⁵Graduanda de enfermagem- Faculdade Viasapiens; ⁶Graduanda de Enfermagem- Universidade do Oeste de Santa Catarina; ⁷Graduanda em Psicologia – Uninassau.

RESUMO

Introdução: Nos últimos anos, a ansiedade vem se tornando uma importante problema de saúde pública para toda população, sendo atualmente uma das principais queixa dos atendidos na Atenção Primária à Saúde (APS). Ela pode ser entendida como um estado emocional multifatorial caracterizado por sintomas físicos e psicológicos, em que o indivíduo apresenta ao se deparar com uma situação futura que considera como imprevisível e incontrolável. Desta forma, se faz necessário o desenvolvimento de uma protocolo alicerçado em abordagem multidisciplinar a fim de manejar de forma eficaz o tratamento ofertado, uma vez que, as intervenções psicológicas quando realizadas em conjunto com outros profissionais apresentam melhores resultados.

Objetivo: Investigar como as abordagens interdisciplinares podem ser eficazes no tratamento da ansiedade e seus sintomas na APS. **Metodologia:** Como metodologia aplicada a este trabalho, desenvolvemos uma pesquisa exploratória e descritiva a partir de uso de procedimentos técnicos da revisão bibliográfica. A coleta de dados foi realizada através do levantamento de publicações no *Scientific Electronic library Online* (SCIELO), Google Scholar e PubMed. Os descritores adotados foram "abordagem multidisciplinar", "tratamento", "ansiedade", "estratégias integradas" e "atenção primária à saúde", foram utilizados os operadores booleanos (AND e OR). Os critérios utilizados para seleção dos artigos foram: publicações entre 2020 e 2025, com foco na abordagem multidisciplinar no tratamento da ansiedade na APS e estudos que tratassem sobre as estratégias integradas para ansiedade. A busca resultou em 203 artigos, que após a aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados 37. Os estudos duplicados, ou que não apresentavam metodologia e resultados consistentes, sendo de natureza quantitativa ou qualitativa foram excluídos. **Resultados:** Os resultados apontaram que a abordagem multidisciplinar pode apresentar

benefícios significativos ao tratamento da ansiedade na APS. Os estudos demonstraram que a atuação conjunta de uma equipe multidisciplinar composta por médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais pode apresentar uma melhora na adesão ao tratamento proposto e reduzir os sintomas apresentados pelo paciente. Outrossim, a abordagem multidisciplinar pode favorecer o atendimento personalizado e humanizado favorecendo o alcance de bons resultados.

Considerações finais: A ansiedade atualmente vêm acometendo cada vez mais indivíduos, corroborando para caracterização de um problema de saúde pública. Alguns estudos evidenciam que a abordagem multidisciplinar no manejo da ansiedade apresenta bons resultados, sendo primordial a atuação multiprofissional com objetivo de alcançar abordagens terapêuticas mais completas e individualizadas, com enfoque nos resultados esperados, reintegrando esses indivíduos ao cotidiano com a cura completa ou controle dos sintomas da ansiedade. Para que isso ocorra, a implementação de estratégias interdisciplinares são fundamentais, visando entre outros, a promoção da saúde mental e bem-estar, resultando no desenvolvimento e ampliação de práticas integradas na APS, melhorando a qualidade do atendimento e aperfeiçoando o diálogo existente entre os profissionais envolvidos nos atendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Abordagem Multidisciplinar; Ansiedade; Atenção Primária à Saúde.

REFERÊNCIAS

SILVA, I. B. L.; VERONEZ, F. D. S. Estratégias da Atenção Básica sobre os casos de Transtorno de Ansiedade em adultos e idosos / Primary Care Strategies on cases of Anxiety Disorder in adults and the elderly. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 8020–8029, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-334. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/28023>. Acesso em: 31 jan. 2025.

RAMOS, P. A.; BARBOSA, R. V.; SILVA, G. F. .; LEITE, R. V. . Transtornos de ansiedade na Atenção Primária à Saúde: um panorama das publicações científicas a partir da revisão integrativa. **Brazilian Medical Students**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 12, 2023. DOI: 10.53843/bms.v8i12.414. Disponível em: <https://bms.ifmsabrazil.org/index.php/bms/article/view/414>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRITO, L. M.; NAVES, M. B. C.; MATRINS, M. V.; MEDEIROS, T.; TORRICO, G. R.; KITAHARA, F. R.; ROZALEM, L. D.; MEIRELLES, V. O. ; ALLEDI, A. B.; MENDANHA, T. S.; JESUS, I. F.; EL RIFAI, M.; PAULA, G. C. de; FONTINELE, M. B. Prevenção de Doenças Crônicas no Contexto da Atenção Primária à Saúde. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 3888–3910, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n9p3888-3910. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/3565>. Acesso em: 31 jan. 2025



O IMPACTO DAS TERAPIAS DE SUPORTE AVANÇADO NO PROGNÓSTICO DE PACIENTES EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA

Eixo Temático: Eixo Transversal

Martha Lany Ferreira Evangelista Roberte

Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Virna Soares Macedo

Enfermeira Esp. em Auditoria em Saúde e Estratégia Saúde da Família pela Uninovafapi

Lucas Lopes da Silva

Graduando em Enfermagem pela Universidade do Grande Rio - Unigranrio Afya

Maria Gabriela da Paz Miranda

Enfermeira pela Universidade Estadual do Piauí

Beatriz Vilela Palazzo

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Stephanie Santana Azevedo

Enfermeira pelo Unex - Centro Universitário de Excelência

Ingrid Araújo Carvalho

Enfermeira Especialista Em Unidade De Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico/Neonatal Pelo Instituto Educacional Lider

Diego da Silva Macedo Tavernard

Licenciatura em Educação Física Unopar e Graduando em Medicina pela IDOMED CANINDÉ

Flávia Ferreira Souto Maior

Enfermeira pela FUNESO e Residência em Terapia Intensiva pela UNIFASE

Marinara de Nazaré Araújo Lobato

Enfermeira Esp. Em Unidade de Terapia Intensiva pela Universidade do Estado do Pará

RESUMO

Introdução: As terapias de suporte avançado são fundamentais no tratamento de pacientes críticos internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). O avanço tecnológico permitiu a implementação de intervenções como ventilação mecânica, suporte hemodinâmico e dispositivos de assistência circulatória, impactando significativamente a sobrevida dos pacientes. **Objetivo:** Analisar o impacto das terapias de suporte avançado na sobrevida e no prognóstico de pacientes críticos internados em UTIs, considerando sua aplicabilidade clínica, critérios de indicação e implicações éticas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2021 e 2024 em bases de dados como SciELO, LILACS e PubMed. **Resultados:** Os achados indicam que, enquanto o suporte avançado de vida é essencial para aumentar a sobrevida em determinados cenários, como parada cardíaca traumática, em pacientes terminais e oncológicos graves sua aplicação pode não gerar benefícios clínicos significativos. **Conclusão:** O impacto das terapias de suporte avançado na UTI deve ser avaliado de forma criteriosa, considerando prognóstico, qualidade de vida e efetividade clínica. Estratégias de triagem e planejamento terapêutico baseadas em evidências são essenciais para otimizar os resultados, garantindo um cuidado mais humanizado e eficiente.

Palavras-chave: Terapia intensiva; suporte avançado de vida; prognóstico; mortalidade; cuidados paliativos.



INTRODUÇÃO

As terapias de suporte avançado desempenham um papel essencial na assistência a pacientes críticos internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), proporcionando maior capacidade de resposta a quadros graves, como insuficiência respiratória, choque séptico e falência de múltiplos órgãos (Serafim et al., 2023). O avanço tecnológico permitiu o desenvolvimento de intervenções como ventilação mecânica, suporte hemodinâmico e dispositivos de assistência circulatória, que têm contribuído para a melhoria da sobrevida em determinados grupos de pacientes (Silva et al., 2024).

Embora o suporte avançado de vida seja fundamental em diversos cenários, sua efetividade depende de fatores como o perfil clínico do paciente e a patologia subjacente. Estudos indicam que, em pacientes com câncer crítico, a aplicação dessas terapias não resulta necessariamente em melhores desfechos, visto que a mortalidade permanece elevada independentemente da intervenção intensiva (Shah et al., 2023). Por outro lado, em pacientes com parada cardíaca traumática, o suporte avançado de vida está associado a melhores taxas de sobrevida, demonstrando benefícios concretos em situações emergenciais (Lawton et al., 2023).

Além da efetividade clínica, a indicação dessas terapias levanta questões éticas e de qualidade de vida. Em pacientes terminais, o uso indiscriminado de suporte avançado pode prolongar o sofrimento sem proporcionar ganhos reais, evidenciando a necessidade de critérios mais precisos para a sua indicação e a importância dos cuidados paliativos nesse contexto (Hsiao et al., 2021). Nesse sentido, a triagem e o prognóstico adequados são fundamentais para garantir que as intervenções sejam aplicadas de maneira eficaz e humanizada, priorizando a qualidade de vida e a individualização do tratamento (Reddy et al., 2021).

Diante desse cenário, este estudo busca analisar o impacto das terapias de suporte avançado na sobrevida e no prognóstico de pacientes críticos internados em UTIs, destacando os desafios na sua aplicação, os critérios de indicação e as implicações clínicas e éticas associadas ao seu uso.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica de publicações científicas recentes. O objetivo foi analisar o impacto das terapias de suporte avançado no prognóstico de pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), considerando diferentes perfis clínicos e patologias associadas.

A coleta de dados foi realizada a partir de artigos publicados entre 2021 e 2024, selecionados em bases de dados reconhecidas, como SciELO, LILACS e PubMed. Foram incluídos estudos que abordam a efetividade do suporte avançado de vida em pacientes críticos,



com enfoque em mortalidade, qualidade de vida pós-internação e implicações éticas do uso dessas terapias.

Os critérios de inclusão adotados foram: (i) artigos publicados nos últimos cinco anos; (ii) estudos que avaliam os impactos das terapias de suporte avançado na UTI; e (iii) pesquisas que apresentam dados sobre prognóstico, mortalidade e qualidade de vida dos pacientes internados.

Como critérios de exclusão, foram descartados estudos que não abordam diretamente a relação entre suporte avançado de vida e prognóstico, revisões sem base empírica e publicações duplicadas.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, organizando as informações em categorias temáticas, como impacto clínico, prognóstico, desafios éticos e uso racional dos recursos na UTI. Os dados extraídos foram comparados com a literatura existente para identificar padrões e tendências na aplicação das terapias de suporte avançado.

Por se tratar de um estudo baseado em revisão de literatura, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não envolveu coleta de dados com seres humanos ou experimentação com animais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa demonstram que a efetividade das terapias de suporte avançado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) depende de diversos fatores, incluindo o perfil clínico do paciente e a patologia subjacente. Em pacientes oncológicos críticos, o uso de suporte avançado de vida não apresentou diferença estatisticamente significativa na mortalidade em comparação a pacientes sem câncer, sugerindo que a gravidade do quadro clínico tem um peso maior nos desfechos do que a terapia intensiva em si (Shah et al., 2023). Por outro lado, pacientes com parada cardíaca traumática submetidos ao suporte avançado de vida demonstraram melhores taxas de sobrevivência, reforçando a importância dessa abordagem para emergências graves (Lawton et al., 2023).

A análise do impacto do suporte avançado de vida em pacientes terminais indicou que intervenções como ventilação mecânica e nutrição parenteral aumentaram significativamente as taxas de mortalidade na UTI entre pacientes com câncer avançado, levantando discussões sobre a adequação desses tratamentos para essa população (Hsiao et al., 2021). Nesse sentido, a triagem rigorosa e o prognóstico detalhado são fundamentais para evitar intervenções desproporcionais, permitindo que terapias direcionadas e cuidados paliativos sejam melhor aplicados (Reddy et al., 2021).



A administração precoce e a seleção adequada de antibióticos mostraram-se fatores determinantes para a sobrevivência de pacientes críticos com infecções graves na UTI, evidenciando que a abordagem terapêutica oportuna pode modificar significativamente os desfechos clínicos (Kollef et al., 2021). Da mesma forma, estudos comparativos entre suporte avançado e suporte básico de vida em ambientes pré-hospitalares indicaram que, em pacientes traumatizados, o suporte avançado não apresentou vantagens significativas nos desfechos clínicos em relação ao suporte básico, sugerindo que intervenções mais complexas nem sempre são a melhor abordagem inicial (Kondo et al., 2021).

Pacientes com linfoma difuso de grandes células B demonstraram que a gravidade clínica na admissão à UTI tem maior impacto prognóstico do que fatores relacionados à doença oncológica, reforçando a importância da avaliação criteriosa antes da internação em terapia intensiva (Zduniak et al., 2021). Em pacientes com doenças hematológicas graves, a taxa de mortalidade na UTI foi significativamente maior, sendo fatores como idade, sexo e comorbidades determinantes na sobrevida (Dias et al., 2022).

No contexto do câncer de pulmão, houve redução nas taxas de mortalidade após 2015, possivelmente devido a avanços terapêuticos e melhor manejo clínico desses pacientes internados em UTIs (Al-Dorzi et al., 2024). Além disso, a limitação da terapia de suporte à vida demonstrou impacto significativo na mortalidade em pacientes idosos e multimórbidos, indicando que decisões relacionadas a cuidados de fim de vida precisam ser baseadas em prognósticos individualizados e protocolos bem estabelecidos (Flaatten et al., 2021).

Esses achados reforçam a necessidade de uma abordagem personalizada na terapia intensiva, considerando o equilíbrio entre a aplicação de medidas avançadas de suporte e a adequação do cuidado ao prognóstico do paciente. O planejamento terapêutico deve envolver critérios claros de admissão e intervenções que maximizem a qualidade de vida, evitando a adoção de estratégias que possam prolongar o sofrimento sem benefícios clínicos evidentes.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a efetividade das terapias de suporte avançado na Unidade de Terapia Intensiva está diretamente relacionada ao perfil clínico do paciente e à adequação das intervenções ao seu prognóstico. Embora algumas abordagens intensivas possam melhorar a sobrevida em casos específicos, como paradas cardíacas traumáticas, em outras situações, como em pacientes terminais, o uso indiscriminado dessas terapias pode resultar em maior sofrimento sem benefícios clínicos significativos.



Diante disso, reforça-se a importância de um planejamento terapêutico baseado em evidências e em protocolos bem estruturados, assegurando que as intervenções na UTI sejam guiadas por princípios de efetividade, ética e humanização. O aprimoramento dos critérios de admissão, o fortalecimento da equipe multiprofissional e o uso de tecnologias para monitoramento contínuo são medidas essenciais para otimizar os resultados e proporcionar um cuidado mais adequado e centrado no paciente.

REFERÊNCIAS

AL-DORZI, H. et al. Características, tratamento e desfechos de pacientes com câncer de pulmão internados em uma unidade de terapia intensiva de cuidados terciários por mais de 20 anos. **Annals of Thoracic Medicine**, v. 19, n. 1, p. 50-62, 2024.

DIAS, Ana Raquel et al. Fatores de risco para mortalidade em pacientes graves com doenças hematológicas em unidade de terapia intensiva polivalente: um estudo retrospectivo. **HemaEsfera**, v. 11, n. 4, p. 287-299, 2022.

FLAATTEN, H. et al. O impacto dos cuidados de fim de vida nos resultados da UTI. **Medicina de Cuidados Intensivos**, v. 25, n. 2, p. 147-159, 2021.

HSIAO, Fei-Hsiu et al. Resultados de um ano de tratamentos de suporte de vida em unidades de terapia intensiva entre pacientes com câncer no fim da vida em Taiwan: um desenho retrospectivo. **Taiwanese Journal of Critical Care**, v. 9, n. 1, p. 88-96, 2021.

KOLLEF, M. et al. Momento da antibioticoterapia na UTI. **Critical Care**, v. 28, n. 2, p. 101-113, 2021.

KONDO, Yutaka et al. Suporte avançado de vida vs. suporte básico de vida para pacientes com trauma em ambientes pré-hospitalares: uma revisão sistemática e meta-análise. **Frontiers in Medicine**, v. 15, n. 3, p. 201-215, 2021.

LAWTON, Catherine F. et al. Resultados em pacientes com parada cardíaca traumática submetidos a suporte avançado de vida. **Medicina de Emergência na Australásia**, v. 12, n. 4, p. 221-230, 2023.

REDDY, D. et al. Triagem e prognóstico de pacientes com câncer internados em Unidade de Terapia Intensiva. **Clínicas de Cuidados Intensivos**, v. 22, n. 5, p. 415-428, 2021.

SERAFIM, Edilma Casimiro Gomes et al. Efetividade de terapias de suporte avançado para pacientes com insuficiência cardíaca aguda em Unidades de Terapia Intensiva. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 5, p. 19531-19538, 2023.

SHAH, K. et al. Impacto de terapias de suporte à vida em pacientes gravemente enfermos com câncer. **Revista de Oncologia Clínica**, v. 18, n. 3, p. 301-312, 2023.

SILVA, Carla Marchini Dias da et al. Diferenças na importância relativa dos preditores de mortalidade em curto e longo prazo de pacientes críticos com câncer. **Critical Care Science**, v. 36, n. 2, p. 149-159, 2024.



O DESAFIO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO NAS MULHERES: CONSIDERAÇÕES SOBRE FERTILIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA

Eixo Temático: Eixo Transversal

Vanessa Maria Bezerra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas e Graduanda Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Aline Caldas Melo

Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA

Beatriz Vilela Palazzo

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Marina Cavalieri Jayme

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Laís Bertoldo Fonseca

Nutricionista Esp. em Nutrição em Oncologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Tamires Ramos de Almeida

Bacharel em Serviço Social pela Anhanguera, Esp. em Saúde da mulher pela UFPI e Esp. Em Saúde Pública pela Faculdade Líbano

Isabele Seidl

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de Pato Branco - UNIDEP

Masakazu Lavandoski Iida

Graduando em Medicina pela Universidade do Estado do Pará

Diego da Silva Macedo Tavernard

Licenciatura em Educação Física Unopar e Graduando em Medicina pela IDOMED CANINDÉ

Elisângela Claudia de Medeiros Moreira

Psicóloga e Doutorado em Doenças Tropicais pela UFPA

RESUMO

Introdução: O tratamento oncológico tem avançado significativamente, aumentando a sobrevivência de pacientes diagnosticadas com câncer. No entanto, as terapias utilizadas, como quimioterapia, radioterapia e cirurgia, podem impactar negativamente a fertilidade feminina, levando à falência ovariana prematura e a complicações reprodutivas. **Objetivo:** Analisar os impactos do tratamento oncológico na fertilidade feminina e discutir estratégias de preservação da função reprodutiva para mulheres em idade fértil submetidas a terapias contra o câncer. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, exploratória e descritiva, baseada na análise de artigos publicados entre 2015 e 2024, selecionados em bases de dados como SciELO, LILACS e PubMed. **Resultados:** Os achados demonstram que a quimioterapia e a radioterapia podem comprometer a reserva ovariana e a funcionalidade uterina, aumentando o risco de infertilidade e complicações gestacionais. A criopreservação de oócitos e embriões é a estratégia mais utilizada para preservar a fertilidade, enquanto a criopreservação de tecido ovariano tem emergido como alternativa promissora. **Conclusão:** A implementação de estratégias de aconselhamento precoce, o fortalecimento do suporte multidisciplinar e a ampliação do acesso às técnicas de reprodução assistida são medidas fundamentais para garantir que pacientes oncológicas tenham a oportunidade de preservar sua fertilidade e tomar decisões informadas sobre seu futuro reprodutivo.



Palavras-chave: Fertilidade; Oncologia; Criopreservação; Reprodução Assistida; Saúde Reprodutiva.

INTRODUÇÃO

O tratamento oncológico tem evoluído significativamente, proporcionando maior sobrevida para pacientes diagnosticadas com diferentes tipos de câncer. No entanto, apesar dos avanços terapêuticos, as estratégias utilizadas no combate à doença podem impactar negativamente a fertilidade feminina e a saúde reprodutiva. A quimioterapia e a radioterapia, amplamente empregadas no tratamento do câncer, podem provocar danos irreversíveis aos ovários, levando à falência ovariana prematura e reduzindo significativamente a reserva ovariana (Oktay et al., 2018). Além disso, intervenções como a radioterapia pélvica podem comprometer a funcionalidade uterina, aumentando os riscos de abortos espontâneos e complicações obstétricas em gestações futuras (Di Tucci et al., 2022).

Diante do impacto dos tratamentos oncológicos sobre a fertilidade, torna-se essencial discutir estratégias de preservação da função reprodutiva. A criopreservação de oócitos e embriões tem sido amplamente recomendada para mulheres que desejam preservar a fertilidade antes de iniciar o tratamento contra o câncer (Kim et al., 2015). Contudo, estudos demonstram que a falta de informação, preocupações com os riscos e a ausência de encaminhamento por parte dos oncologistas são barreiras que dificultam a tomada de decisão pelas pacientes (Jones et al., 2017). Além disso, há desafios éticos e psicológicos envolvidos, especialmente quando a preservação da fertilidade exige procedimentos invasivos ou retardamento do tratamento oncológico (Chitoran et al., 2024).

Considerando os impactos negativos das terapias oncológicas na fertilidade, questiona-se: **quais são as principais consequências do tratamento oncológico para a fertilidade feminina e quais estratégias podem ser adotadas para minimizar seus efeitos?** Parte-se da hipótese de que, embora existam estratégias eficazes para a preservação da fertilidade, muitas pacientes oncológicas não recebem informações adequadas sobre essas opções, o que reduz a adesão a técnicas preventivas e pode comprometer sua capacidade de engravidar no futuro.

O objetivo deste estudo é analisar os impactos do tratamento oncológico na fertilidade feminina e discutir estratégias de preservação da função reprodutiva para mulheres em idade fértil diagnosticadas com câncer. Especificamente, busca-se identificar os principais danos causados pelas terapias oncológicas ao sistema reprodutivo feminino, avaliar as técnicas disponíveis para a preservação da fertilidade em pacientes oncológicas, analisar os desafios na tomada de decisão sobre a preservação da fertilidade considerando fatores psicológicos, financeiros e médicos, além de discutir a importância do suporte multidisciplinar para a orientação das pacientes em relação às opções de preservação da fertilidade.



Diante desses aspectos, o presente estudo visa contribuir para um melhor entendimento sobre as implicações do tratamento oncológico na fertilidade feminina e reforçar a necessidade de protocolos mais eficazes para o aconselhamento e encaminhamento de pacientes que desejam preservar sua capacidade reprodutiva.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica de publicações científicas recentes. O objetivo foi analisar os impactos do tratamento oncológico na fertilidade feminina e discutir estratégias de preservação da função reprodutiva em mulheres submetidas a terapias contra o câncer.

A coleta de dados foi realizada a partir de artigos publicados entre 2015 e 2024, selecionados em bases de dados reconhecidas, como SciELO, LILACS e PubMed. Foram incluídos estudos que abordam os efeitos das terapias oncológicas na fertilidade, as técnicas de preservação da função reprodutiva e os desafios enfrentados na tomada de decisão sobre esses procedimentos.

Os critérios de inclusão adotados foram: (i) artigos publicados nos últimos nove anos; (ii) estudos que avaliam o impacto das terapias contra o câncer na fertilidade feminina; e (iii) pesquisas que apresentem discussões sobre estratégias de preservação da fertilidade. Como critérios de exclusão, foram descartados estudos que não abordam diretamente a relação entre tratamento oncológico e fertilidade, revisões sem base empírica e artigos duplicados.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, organizando as informações em categorias temáticas, como impactos clínicos, desafios na preservação da fertilidade e suporte multidisciplinar. As informações extraídas foram comparadas com a literatura existente, buscando identificar padrões e tendências na abordagem da oncofertilidade.

Por se tratar de um estudo baseado em revisão de literatura, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não envolveu coleta de dados com seres humanos ou experimentação com animais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os impactos do tratamento oncológico na fertilidade feminina são amplamente documentados na literatura e variam conforme o tipo de câncer, a idade da paciente e as terapias utilizadas. A quimioterapia e a radioterapia são os principais agentes gonadotóxicos, podendo causar insuficiência ovariana prematura, redução da reserva ovariana e, conseqüentemente, infertilidade (Di Tucci et al., 2022). Ainda, a radioterapia pélvica pode comprometer a funcionalidade uterina, aumentando os riscos de aborto espontâneo e complicações obstétricas, como parto prematuro e bebês com baixo peso ao nascer (Michalczyk et al., 2021). A cirurgia para remoção de órgãos reprodutivos, comum em cânceres ginecológicos, também pode impedir a



gestação natural, tornando a preservação da fertilidade um aspecto fundamental do cuidado oncológico (Mutlu et al., 2022).

As opções de preservação da fertilidade evoluíram significativamente, oferecendo alternativas como a criopreservação de oócitos, embriões e tecido ovariano. A criopreservação de oócitos é a técnica padrão para mulheres que desejam preservar sua capacidade reprodutiva antes de iniciar o tratamento oncológico, enquanto a criopreservação de tecido ovariano se apresenta como uma alternativa promissora, especialmente para meninas pré-púberes e mulheres que não podem postergar a terapia contra o câncer (Kim et al., 2015). Além dessas opções, o uso de agonistas de GnRH tem sido estudado como estratégia protetora para a função ovariana durante a quimioterapia, embora sua eficácia ainda seja debatida na literatura (Barioni et al., 2024).

Apesar do avanço nas técnicas de preservação da fertilidade, muitos desafios persistem. A falta de informação sobre os riscos reprodutivos do tratamento oncológico e a ausência de encaminhamento por parte dos oncologistas dificultam a tomada de decisão das pacientes (Jones et al., 2017). Um estudo apontou que muitas mulheres não recebem aconselhamento adequado sobre preservação da fertilidade antes do início da terapia oncológica, o que pode comprometer suas chances de engravidar no futuro (Roesch et al., 2021). Além disso, preocupações emocionais e sociais desempenham um papel relevante na decisão das pacientes, uma vez que a incerteza sobre a eficácia dos procedimentos e o impacto financeiro podem gerar insegurança e hesitação (Chitoran et al., 2024).

O suporte psicológico e multidisciplinar é essencial para auxiliar as mulheres em idade reprodutiva diagnosticadas com câncer a tomarem decisões informadas. Estudos indicam que a preservação da fertilidade melhora a qualidade de vida e reduz o impacto emocional do diagnóstico de câncer em mulheres jovens, permitindo que elas mantenham a possibilidade de gravidez no futuro (Hu et al., 2024). No entanto, a disponibilidade desses serviços ainda é limitada, especialmente em sistemas de saúde pública, onde o acesso a técnicas de reprodução assistida é restrito e os custos podem ser proibitivos para muitas pacientes (Coutinho et al., 2023).

Diante desses achados, destaca-se a necessidade de incluir a preservação da fertilidade no protocolo de atendimento a mulheres com câncer em idade reprodutiva. O aconselhamento precoce e a integração entre oncologistas e especialistas em reprodução assistida são fundamentais para garantir que todas as pacientes tenham acesso às informações e às opções disponíveis. Além disso, políticas públicas que ampliem o acesso a essas técnicas podem contribuir para a equidade no cuidado oncológico e reprodutivo, garantindo que mais mulheres possam planejar sua fertilidade após o tratamento.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o tratamento oncológico pode impactar



significativamente a fertilidade feminina, principalmente devido aos efeitos gonadotóxicos da quimioterapia e da radioterapia. A falência ovariana prematura, a redução da reserva ovariana e as alterações uterinas são algumas das consequências que podem comprometer a capacidade reprodutiva das pacientes em idade fértil. Diante desse cenário, a adoção de estratégias de preservação da fertilidade, como a criopreservação de oócitos e embriões, tem se mostrado essencial para garantir que mulheres diagnosticadas com câncer possam manter suas chances de gestação no futuro.

No entanto, apesar dos avanços tecnológicos na oncofertilidade, ainda há desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito ao acesso à informação e ao aconselhamento adequado. Muitas pacientes não recebem orientações claras sobre os riscos da infertilidade antes do início do tratamento, o que dificulta a adoção de medidas preventivas. Além disso, barreiras financeiras, ausência de encaminhamento por parte dos oncologistas e preocupações com o possível atraso no tratamento são fatores que podem interferir na decisão das pacientes sobre a preservação da fertilidade.

Dessa forma, é fundamental que haja uma abordagem multidisciplinar no atendimento às mulheres diagnosticadas com câncer, envolvendo oncologistas, especialistas em reprodução assistida e psicólogos, para garantir que essas pacientes recebam suporte adequado e consigam tomar decisões informadas. Além disso, políticas públicas que ampliem o acesso às técnicas de preservação da fertilidade no sistema de saúde são essenciais para reduzir as desigualdades e garantir um tratamento mais equitativo.

Conclui-se, portanto, que a preservação da fertilidade deve ser considerada parte integrante do planejamento terapêutico de pacientes oncológicas em idade reprodutiva. A implementação de protocolos de encaminhamento, a conscientização sobre as opções disponíveis e a ampliação do suporte psicossocial são medidas fundamentais para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, garantindo que possam enfrentar o tratamento oncológico com maior segurança e planejamento para o futuro reprodutivo.

REFERÊNCIAS

BARIONI, Júlia Casemiro et al. Aconselhamento sobre preservação da fertilidade para mulheres em idade reprodutiva com diagnóstico de câncer: uma revisão integrativa. **Reprodução Assistida JBRA**, v. 28, n. 1, p. 45-58, 2024.

CHITORAN, Elena et al. Navegando pelas opções de preservação da fertilidade em cânceres ginecológicos: uma revisão abrangente. **Cânceres**, v. 36, n. 2, p. 221-234, 2024.

COUTINHO, Larissa Milani et al. Preservação da fertilidade em mulheres diagnosticadas com câncer de mama: olhando além do horizonte. *Mulheres e Saúde*, v. 14, n. 1, p. 98-112, 2023.

DI TUCCI, Chiara et al. Fertilidade após o câncer: riscos e sucessos. **Cânceres**, v. 15, n. 1, p. 67-



79, 2022.

GRIFFITHS, M. et al. As terapias contra o câncer danificam o útero e comprometem a fertilidade? **Atualização sobre Reprodução Humana**, v. 12, n. 3, p. 199-210, 2019.

HU, Li et al. Preocupações reprodutivas entre mulheres adultas jovens com câncer de mama: uma revisão sistemática e meta-análise. **Psico-oncologia**, v. 19, n. 3, p. 189-202, 2024.

JONES, Georgina L. et al. Quais fatores dificultam o processo de tomada de decisão de mulheres com câncer que contemplam o tratamento de preservação da fertilidade? **Atualização sobre Reprodução Humana**, v. 28, n. 4, p. 445-459, 2017.

KIM, So-Youn et al. Rumo à medicina de precisão para preservação da fertilidade em pacientes com câncer: opções existentes e emergentes de preservação da fertilidade para mulheres. **Revista de Oncologia Ginecológica**, v. 18, n. 5, p. 501-514, 2015.

MICHALCZYK, Kaja et al. Preservação da fertilidade e monitoramento de longo prazo da gonadotoxicidade em meninas, adolescentes e jovens adultos submetidos a tratamento de câncer. **Cânceres**, v. 20, n. 3, p. 231-245, 2021.

MUTLU, L. et al. Câncer endometrial em idade reprodutiva: abordagem de preservação da fertilidade e resultados reprodutivos. **Cânceres**, v. 32, n. 1, p. 112-127, 2022.

OKTAY, Kutluk et al. Preservação da fertilidade em pacientes com câncer: atualização das diretrizes de prática clínica da ASCO. **Journal of Clinical Oncology: Official Journal of the American Society of Clinical Oncology**, v. 36, n. 19, p. 1994-2001, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1200/JCO.2018.78.1914>. Acesso em: 6 fev. 2025.

OKTAY, Kutluk et al. Preservação da fertilidade em pacientes com câncer: atualização das diretrizes de prática clínica da ASCO. **Journal of Clinical Oncology: Official Journal of the American Society of Clinical Oncology**, v. 36, n. 19, p. 1994-2001, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1200/JCO.2018.78.1914>. Acesso em: 6 fev. 2025.

ROESCH, Erin et al. Preservação da fertilidade e câncer de mama. **Relatórios atuais sobre câncer de mama**, v. 29, n. 2, p. 155-168, 2021.



MODELOS DE GESTÃO NA SAÚDE COLETIVA: IMPACTOS DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES PREVENTIVAS E DE PROMOÇÃO

Eixo Temático: Eixo Transversal

Mariana Rocha Fonseca Teixeira

Enfermeira pela Faculdade dos Carajás e Esp. em Enfermagem em Saúde da Mulher pela FACULDADE HOLÍSTICA – FaHol

Tamires Almeida Bezerra

Bacharel em Serviço Social pela Anhanguera, Esp. em Saúde da mulher pela UFPI e Esp. Em Saúde Pública pela Faculdade Líbano

Bárbara Suelen Catani

Graduanda em Medicina pela Universidade Brasil

Beatriz Vilela Palazzo

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante

Enfermeira pela Uninovafapi

Márcia Camila Figueiredo Carneiro

Fisioterapeuta pela Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba e Mestrado Completo pela Universidade Federal da Paraíba

Nadja Socorro Almeida Prata

Especialista em Saúde da Família pela Universidade Vale do Acaraú – UVA

Ana Aparecida Adeodato de Souza

Enfermeira pelo Centro Universitário Inta-UNINTA

Ana Luíza Santos Lannes Martins

Graduanda em Psicologia pelo Institutos Superiores de Ensino do Censa - Isecensa

Gabriel Satoru Ohashi

Médico Veterinário pela Universidade Federal do Piauí – UFPI

RESUMO

Introdução: A gestão em saúde coletiva é essencial para a organização dos serviços e a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças. Modelos de gestão eficientes podem impactar diretamente a qualidade e a equidade dos serviços prestados, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS). **Objetivo:** Analisar o impacto dos diferentes modelos de gestão na efetividade das ações preventivas e de promoção da saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2021 e 2024 em bases de dados como SciELO, LILACS e PubMed. Foram considerados estudos que abordam a relação entre gestão e efetividade das ações preventivas na saúde coletiva. **Resultados:** Os achados demonstram que modelos de gestão integrados e participativos apresentam maior efetividade na promoção da saúde, enquanto sistemas fragmentados enfrentam desafios na implementação de estratégias preventivas. A valorização dos profissionais de saúde e um planejamento estratégico estruturado foram fatores determinantes para o sucesso das ações. **Conclusão:** Fortalecer a atenção primária, capacitar gestores e profissionais da saúde e utilizar tecnologias de monitoramento são medidas essenciais para otimizar as ações preventivas e de promoção da saúde.



Palavras-chave: Gestão em saúde; Atenção primária à saúde; Promoção da saúde; Políticas públicas; Saúde coletiva.

INTRODUÇÃO

A gestão em saúde coletiva enfrenta desafios significativos na implementação de ações preventivas e de promoção da saúde, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). O modelo adotado influencia diretamente a eficácia dessas ações, uma vez que interfere na alocação de recursos, na estrutura organizacional e na qualidade dos serviços prestados (De Araújo; Mundim, 2024). A necessidade de aprimorar os modelos de gestão é evidente diante das disparidades regionais na oferta de serviços e do impacto das desigualdades socioeconômicas na saúde da população (Brito et al., 2022). Assim, compreender os impactos dos diferentes modelos de gestão na efetividade das ações preventivas torna-se essencial para garantir maior eficiência e equidade no sistema de saúde.

Diante desse cenário, justifica-se a realização deste estudo pela necessidade de aprofundar a análise sobre a influência da gestão na promoção da saúde e prevenção de doenças, evidenciando estratégias bem-sucedidas e apontando fragilidades que ainda precisam ser superadas. Como apontam Souza et al. (2022), a implementação de políticas voltadas à atenção primária é um dos principais caminhos para fortalecer o SUS, mas depende de uma gestão eficiente e da valorização dos profissionais envolvidos. A falta de integração entre os serviços, o financiamento insuficiente e a ausência de um planejamento estratégico adequado são alguns dos problemas enfrentados por gestores, impactando diretamente os resultados alcançados (Malaman et al., 2021).

Dessa forma, o problema central desta pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: como os diferentes modelos de gestão impactam a efetividade das ações preventivas e de promoção da saúde no SUS? Parte-se da hipótese de que modelos de gestão mais integrados e participativos, com maior valorização dos profissionais da saúde e planejamento estratégico adequado, apresentam melhores resultados na promoção da saúde e na prevenção de doenças, em comparação a modelos fragmentados e centralizados (Caldeira; Vieira; Figueiredo, 2024).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o impacto dos diferentes modelos de gestão na efetividade das ações preventivas e de promoção da saúde no SUS. Especificamente, busca-se: (I) identificar os principais desafios enfrentados na gestão da saúde coletiva no Brasil; (II) avaliar as estratégias de gestão utilizadas na atenção primária para promoção da saúde; (III) correlacionar os modelos de gestão com os resultados obtidos em ações preventivas; e (IV) propor diretrizes para aprimorar a gestão em saúde coletiva com base nas evidências analisadas.



METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. O objetivo foi compreender o impacto dos modelos de gestão na efetividade das ações preventivas e de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva.

A pesquisa foi conduzida por meio da análise de publicações científicas indexadas em bases de dados reconhecidas, como SciELO, LILACS e PubMed, abrangendo artigos publicados nos últimos cinco anos. Foram selecionadas publicações que abordam modelos de gestão em saúde coletiva, estratégias de promoção da saúde e políticas de atenção primária.

Os critérios de inclusão adotados foram: (I) estudos publicados entre 2021 e 2024; (II) artigos que discutem modelos de gestão na saúde pública; (III) pesquisas que apresentem análise de impacto das estratégias preventivas na população. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se estudos que não abordam diretamente a relação entre gestão e ações preventivas, revisões sem base empírica e artigos duplicados.

A coleta de dados foi realizada por meio da leitura exploratória, seletiva e analítica dos artigos, com extração de informações relevantes para a discussão sobre a efetividade dos modelos de gestão. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, buscando categorizar as principais abordagens de gestão, seus desafios e impactos nas ações preventivas.

Por se tratar de uma pesquisa baseada em revisão de literatura, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois não envolveu coleta de dados com seres humanos ou experimentação com animais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa indicam que a efetividade das ações preventivas e de promoção da saúde está diretamente relacionada ao modelo de gestão adotado pelos serviços de saúde coletiva. Os estudos analisados demonstram que modelos de gestão integrados e descentralizados, com participação ativa da comunidade e fortalecimento da atenção primária, tendem a apresentar melhores resultados na promoção da saúde (De Araújo; Mundim, 2024). Por outro lado, sistemas fragmentados, com pouca articulação entre os níveis de atenção e dificuldades na alocação de recursos, demonstram menor impacto nas estratégias preventivas e maiores dificuldades na continuidade do cuidado (Brito et al., 2022).

A literatura aponta que a valorização dos agentes comunitários de saúde (ACS) tem um papel fundamental no sucesso das ações preventivas, pois eles atuam diretamente na educação em



saúde, na identificação de riscos e na adesão dos pacientes aos tratamentos (Caldeira; Vieira; Figueiredo, 2024). Em locais onde há maior investimento na formação e no apoio a esses profissionais, observou-se uma maior adesão da população às ações de promoção da saúde, especialmente no acompanhamento de doenças crônicas e na saúde mental dos idosos (Souza et al., 2022).

Outro fator identificado foi a importância do planejamento estratégico na gestão da saúde coletiva. Gestores municipais com maior capacitação em gestão pública e saúde coletiva foram capazes de implementar políticas mais eficazes, otimizando os recursos disponíveis e promovendo uma melhor integração entre os serviços de saúde (Malaman et al., 2021). No entanto, desafios como a falta de financiamento adequado, a rotatividade dos gestores e a burocracia excessiva ainda são entraves para a implementação de políticas sustentáveis e de longo prazo (De Andrade Guedes; Da Silva, 2023).

A análise dos diferentes modelos de atenção revelou que os sistemas baseados em uma abordagem integral, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF), apresentam maior efetividade na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Isso se deve à abordagem multidisciplinar e ao foco na atenção primária, que garantem maior acesso e acompanhamento contínuo da população vulnerável (Placideli; Bocchi, 2021). Além disso, a integração entre serviços de diferentes níveis de complexidade mostrou-se essencial para a continuidade do cuidado e para a redução das internações por condições sensíveis à atenção primária.

Por fim, os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de aprimoramento dos modelos de gestão na saúde coletiva, com maior investimento na capacitação de gestores e profissionais da saúde, ampliação da participação social e fortalecimento da atenção primária. A adoção de tecnologias para monitoramento de indicadores e a articulação entre diferentes setores também se mostraram estratégias relevantes para melhorar a efetividade das ações preventivas e de promoção da saúde no Brasil.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa demonstram que a efetividade das ações preventivas e de promoção da saúde está diretamente ligada à qualidade da gestão em saúde coletiva. Modelos integrados, que fortalecem a atenção primária e promovem a participação comunitária, apresentam maior impacto na prevenção de doenças e na melhoria dos indicadores de saúde. Em contrapartida, sistemas fragmentados, com baixa articulação entre os níveis de atenção e dificuldades na alocação de recursos, comprometem a continuidade do cuidado e a efetividade das políticas públicas.



A valorização dos profissionais de saúde, especialmente dos agentes comunitários, e a qualificação dos gestores são elementos essenciais para o aprimoramento das estratégias de promoção da saúde. Além disso, o planejamento estratégico e o uso de tecnologias para monitoramento de indicadores se mostraram fundamentais para otimizar recursos e garantir maior alcance das ações preventivas.

Diante desse cenário, torna-se indispensável o fortalecimento dos modelos de gestão participativa e descentralizada, bem como o investimento contínuo na capacitação profissional e na estruturação da atenção primária. Essas medidas podem contribuir significativamente para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, acessível e equitativo, beneficiando diretamente a população e promovendo melhorias sustentáveis na saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

BRITO, Christiane da Silva et al. Apoio institucional na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 04, p. 1377-1388, 2022.

CALDEIRA, Maria Alves; VIEIRA, Mônia Anadina; FIGUEIREDO, Fernanda Amaral. O PAPEL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF: VALORIZAÇÃO E IMPACTO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 5, n. 1, p. e514892-e514892, 2024.

DA SILVA ROCHA, Gisele Terska et al. ANÁLISE CRÍTICA DOS PROGRAMAS DE SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIAS E RESULTADO. **Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 16, n. 3, 2024.

DE ANDRADE GUEDES, Thiago; DA SILVA, Francielle Santos. Gestão de Saúde Pública no Brasil à luz da teoria da burocracia: escassez de médicos especialistas e desigualdade regional de acesso. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 37, p. 111-129, 2023.

DE ARAÚJO, Fabiana Fernandes; MUNDIM, Deivson Fabio Viana Santana. GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA: ABORDAGENS INTEGRADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA. **Revista Base Científica**, v. 2, 2024.

MALAMAN, Lia Bissoli et al. Gestão em saúde e as implicações do secretário municipal de saúde no SUS: uma abordagem a partir da análise institucional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 04, p. e310408, 2021.

PLACIDELI, Nádia; BOCCHI, Silvia. Modelos de atenção integral para idosos no mundo: revisão da literatura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310326, 2021.

SOUZA, Aline Pereira de et al. Ações de promoção e proteção à saúde mental do idoso na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1741-1752, 2022.



APENDICITE AGUDA: UMA SÍNDROME SEMIOLÓGICA CLÁSSICA NA SAÚDE DA FAMÍLIA

Eixo Temático: Eixo Transversal

Thiago Crocoli Balbinot

Acadêmico de Medicina da Universidade de Caxias do Sul

Viviane Crocoli Balbinot

Graduada de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul

RESUMO

Introdução: A apendicite aguda é uma das emergências cirúrgicas mais comuns do mundo, com prevalência especial no Brasil e nos países ocidentais. A síndrome desta doença é majoritariamente clínica e exige do médico entendimento semiológico sólido para manejo rápido e assertivo. **Objetivo:** revisar acerca da apendicite aguda e promover a importância do diagnóstico e do tratamento precoces. **Metodologia:** revisão bibliográfica do livro “Patologia: Bases Patológicas das Doenças”, da plataforma “AMBOSS” e de artigos “Pubmed” e “BVS”, sob as palavras-chave “Apendicite”, “Apendicite Aguda” e “Prevalência”, com 137 resultados. Inclusão de 8 artigos pertencentes aos grupos “Meta-Análise”, “Revisão Sistemática” e “Teste Randomizado Duplo-Cego” dos últimos 5 anos. Exclusão daqueles que abordavam quadros patológicos secundários ou circunstâncias médicas divergentes. **Resultados:** hiperplasia linfóide crônica e fecalitos são as causas mais comuns; leve prevalência em jovens homens em torno de 20 anos; inflamação neutrofílica aguda com severidade diretamente proporcional ao tempo de curso; a semiologia médica clínica é soberana, sendo a Tomografia Computadorizada o padrão-ouro dos exames complementares; o tratamento preferencial é cirúrgico. **Conclusão:** o diagnóstico de apendicite aguda nem sempre se mostra simples, evidenciando-se a importância do olhar clínico ante as novas tecnologias para o diagnóstico precoce, rápida resolução e redução de danos subsequentes. **Palavras-Chave:** Apendicite; Apendicite Aguda; Prevalência.

INTRODUÇÃO

O apêndice, ou apêndice vermiforme, é um pequeno segmento filiforme que emerge do intestino grosso, perto do local onde este se une ao intestino delgado ^[1,6]. Quando obstruído, gera uma inflamação, causando a apendicite. Se a inflamação permanecer sem tratamento, o apêndice pode sofrer uma ruptura e formar um abscesso. Com efeito, quadros graves de peritonite e sepse podem se desenvolver. Em mulheres, os ovários e as tubas uterinas podem ficar infectados e o tecido cicatricial resultante pode bloquear as trompas de Falópio e causar infertilidade ^[2].

A apendicite aguda é uma das emergências cirúrgicas mais comuns em todo o mundo ^[6]. No Brasil, destacou-se que a apendicite aguda é uma afecção de alta prevalência nos países ocidentais, afetando cerca de 7% das pessoas anualmente ^[6]. A incidência atinge seu pico na segunda década de vida, com maior acometimento em homens. É uma causa comum de abdome agudo, tendo um risco de vida de aproximadamente 8%, em média ^[3]. O diagnóstico precoce é



essencial para um prognóstico favorável [2], e o tratamento padrão é a apendicectomia associada à antibioticoterapia [1,6].

Dessa forma, a revisão desta patologia sindrômica prevalente na Atenção Primária à Saúde (APS) faz-se de extrema relevância para a saúde global da família, almejando o seu diagnóstico e tratamento precoces, prevenindo a possível ocorrência de graves complicações [1].

METODOLOGIA

Este resumo expandido baseia-se em uma revisão bibliográfica da literatura da 8ª edição do livro “Patologia: Bases Patológicas das Doenças de Robbins e Cotran” e dos artigos médicos da plataforma britânica “AMBOSS Medical Knowledge”, além de artigos indexados da plataforma “Pubmed” e “BVS”, utilizando as palavras-chave “Apendicite” AND “Apendicite Aguda” AND “Prevalência”, nos últimos 5 anos, dentro dos subgrupos “Meta-Análise”, “Revisão Sistemática” e “Teste Duplo-Cego Randomizado”. De 137 artigos, apenas 8 foram selecionados, incluindo-se aqueles que analisavam a patologia de forma ampla, tanto na infância quanto na idade adulta, e a relacionavam com a atenção médica diagnóstica de serviços comunitários e de emergência; excluiu-se aqueles que o relacionavam a quadros patológicos secundários subjacentes ou circunstâncias médicas específicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Etiologia

A apendicite, ou apendicite aguda, como inflamação e infecção do apêndice, pode ser classificada em Apendicite Não Complicada, quando não há evidências de perfuração, gangrena, abscesso ou massa, ou Apendicite Complicada, quando há evidências da presença de alguma dessas complicações [2,5].

A causa mais comum da apendicite aguda é a hiperplasia do tecido linfoide (60% dos casos), sendo esta também causa mais comum em crianças e adultos jovens: a lâmina própria e a submucosa do apêndice apresentam abundância de folículos linfoides; a hiperplasia desses folículos pode ser fisiológica (por exemplo, durante a infância e adolescência, quando o tecido linfoide está se desenvolvendo e amadurecendo) ou patológica (por exemplo, secundária a um processo infeccioso ou inflamatório dentro do intestino) [2,5].

Para além dessa, o fecalito apendicular (concreção de fezes que se desenvolve no apêndice que pode obstruir a luz apendicular) e estase fecal (35% dos casos): são causas mais comuns em adultos e podem ser relacionadas a problemas alimentares, como baixa ingestão de fibras [2,5].



Não obstante, causas como neoplasia (pouco frequente) - doentes > 50 anos de idade -, ou infestação parasitária (incomum) - *Enterobius vermicularis*, *Ascaris lumbricoides*, e espécies de *Taenia* e *Schistosoma* – podem aparecer na clínica plurifacetada da saúde de família [2,5].

Epidemiologia

Como visto, ocorre em 7% da população/ano nos países ocidentais, com 48 casos a cada 10.000 pessoas. É uma inflamação que pode ocorrer em qualquer idade e estrato social, mesmo que frequentemente apareça em crianças, jovens adultos (10-19) e idosos do sexo masculino. Há risco de vida envolvido [1,2,6].

Fisiopatologia

O apêndice é composto pelas mesmas quatro camadas histológicas do canal alimentar. A infiltração neutrofilica transmural é a característica histológica da apendicite aguda. Trombose dos vasos sanguíneos, ulceração da mucosa e/ou gangrena da parede apendicular também podem estar presentes [2,5].

A inflamação do apêndice dilata os vasos sanguíneos menos calibrosos, aumenta a permeabilidade do endotélio vascular e, conseqüentemente, aumenta a emigração dos leucócitos da microcirculação - típica inflamação aguda. No que se refere aos processos patofisiológicos, a estase de secreções mucosas gera multiplicação bacteriana e inflamação local, levando à disseminação transmural da infecção e às características clínicas da apendicite. Da mesma forma, o aumento da pressão intraluminal causa obstrução das veias e conseqüente edema das paredes apendiculares, levando à obstrução dos capilares, isquemia e apendicite gangrenosa com ou sem perfuração. Nesse último caso, a inflamação pode se espalhar para a serosa, levando à peritonite [2,5].

Assim, classificamos a apendicite aguda como uma patologia de 4 fases, sendo elas a edematosa (primeira fase, edema), a supurativa/flegmonosa (segunda fase, com pus e neutrófilos nas paredes), a gangrenosa (terceira fase, com necrose), e a perforativa (quarta fase, com extravasamento de conteúdo para a cavidade abdominal) [2,5].

Semiologia

Quanto às características clínicas da apendicite, geralmente desenvolvem-se com uma dor difusa epigástrica ou periumbilical, migratória, que após 24 a 48 horas tende a se focalizar no quadrante inferior direito, seguido de cólicas leves, náuseas, vômitos, hematúria (quando o apêndice é mais retrocecal), constipação e febre (37,7° a 38,3° C). A anorexia é um sintoma muito importante, estando presente em 80% dos casos. Mover-se e tossir aumentam a dor [2,5].

Vale observar que, em muitas pessoas, principalmente em bebês e crianças, a dor pode ser generalizada, em vez de localizada na região inferior direita do abdômen. Em pessoas idosas e



gestantes, a dor costuma ser menos grave e a área é menos sensível [2,5].

Assim, faz-se muito importante conhecer os sinais clássicos da apendicite, como o sinal de Blumberg - dor a descompressão brusca no ponto de McBurney, indicando inflamação, além da própria sensibilidade no quadrante inferior direito (QID) anterior à descompressão -, sinal de Rovsing - dor no QID à palpação profunda do quadrante inferior esquerdo -, sinal do músculo psoas - aumento da dor causada pela contração do músculo psoas -, sinal do músculo obturador - aumento da dor causada pela rotação interna da coxa, contraindo o músculo obturador [2,5].

Em síntese, o trígono perfeito para a identificação da apendicite é náusea, vômito, dor periumbilical e Blumberg positivo [2].

Dessa forma, reitera-se que a apendicite aguda é geralmente um diagnóstico clínico apoiado por achados laboratoriais (por exemplo, leucocitose com desvio à esquerda). Exames de imagem são recomendados se o diagnóstico for incerto. Com efeito, tem-se [2]: hemograma - leucocitose (10-18 mil), com desvio à esquerda, tendo que, quando leucocitose acima de 20.000mm³, suspeita-se de apendicite complicada com gangrena ou necrose; PCR - elevada (> 10 mg/L); urinálise - tipicamente normal na apendicite; possíveis achados de piúria leve e/ou hematúria; Tomografia Computadorizada (TC) - ausência de visualização do apêndice pela TC está associada ao apêndice normal em 98% das vezes, logo procura-se a sua visualização na suspeita de apendicite aguda, já que aqui, a TC é o padrão-ouro; ultrassonografia - diminuída acurácia em obesos; e radiografia - apendicolito calcificado.

Por fim, é importante ressaltar que o diagnóstico nas mulheres pode ser mais difícil devido à possibilidade de doença ginecológica. Os diagnósticos diferenciais seriam doença inflamatória da pelve, endometrite, abscesso tubovariano ou gravidez ectópica [2].

Tratamento

O tratamento é cirúrgico (apendicectomia), com líquidos e antibióticos intravenosos. Após procedimento, o paciente usa cefalosporina de 3 geração para cobrir bactérias gram-positivas e gram-negativas [2,4].

Aqui, reitera-se que a cirurgia é o principal tratamento da apendicite. Retardar uma cirurgia de alta suspeita com o intuito de assegurar o diagnóstico da causa da dor abdominal pode ser fatal: um apêndice infectado pode romper em menos de 36 horas após o início dos sintomas. Se o médico realizar uma operação e não se constatar apendicite (apendicite branca), o apêndice é geralmente removido da mesma forma para evitar qualquer risco futuro de apendicite [2,4].

Não obstante, tem havido interesse recente no tratamento de apendicite apenas com antibióticos; logo, esta cirurgia poderia ser adiada ou evitada. Embora esse tratamento possa ser bem-sucedido em algumas pessoas, muitas delas acabam precisando de cirurgia. A remoção



cirúrgica do apêndice ainda é considerada o tratamento mais eficaz e, portanto, o tratamento geralmente recomendado para apendicite [2,4].

Finalmente, as complicações mais comuns da cirurgia são infecção da ferida operatória, formação de abscesso, obstrução intestinal, peritonite generalizada e sepse [2].

CONCLUSÃO

Os presentes estudos ressaltam a importância da apendicite aguda como um problema de saúde pública no Brasil e no mundo ocidental, destacando a necessidade de diagnóstico precoce e tratamento adequado para reduzir complicações e mortalidade associadas [1,6]. Mesmo que cercado de relativa banalidade, o diagnóstico de apendicite aguda nem sempre se mostra simples, especialmente por ser uma interpretação médica maioritariamente clínica e ser frequentemente obscurecido por achados semiológicos divergentes de paciente para paciente [7].

De forma análoga, reflete-se sobre a importância de se discutir a respeito de diagnósticos como este, que se baseiam fortemente na habilidade semiológica dos profissionais da saúde, em um período de ferramentas tecnológicas cada vez mais avançadas que, por vezes, podem vir a afastar o paciente dos olhos atentos do clínico. Para o futuro, pensa-se no desenvolvimento de trabalhos que evidenciem novos modelos diagnósticos que possam aumentar a sensibilidade e especificidade da investigação médica em quadros de apendicite aguda, da mesma forma que se identifica a fraqueza deste resumo em analisar abordagens inovadoras deste contexto.

REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, J. P. et al. **Revisão sistemática sobre a apendicite aguda no Brasil: prevalência e impactos na saúde pública.** *Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe*, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13386>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- [2] AMBOSS. **Apendicite aguda.** 2025. Disponível em: https://www.amboss.com/us/knowledge/Acute_appendicitis. Acesso em: 13 fev. 2025.
- [3] BENABBAS, R.; HANNA, M.; SHAH, J.; SINERT, R. **Diagnostic accuracy of history, physical examination, laboratory tests, and point-of-care ultrasound for pediatric acute appendicitis in the emergency department: a systematic review and meta-analysis.** *Academic Emergency Medicine*, v. 24, n. 5, p. 523-551, maio 2017. DOI: 10.1111/acem.13181.
- [4] CODA COLLABORATIVE et al. **A randomized trial comparing antibiotics with appendectomy for appendicitis.** *The New England Journal of Medicine*, v. 383, n. 20, p. 1907-1919, 12 nov. 2020. DOI: 10.1056/NEJMoa2014320.



[5] KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; FAUSTO, N.; MITCHELL, R. N. **Patologia: bases patológicas das doenças**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

[6] SANTOS, M. A. et al. **Perfil epidemiológico da apendicite aguda no Brasil entre 2017 e 2021**. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 5, p. 42261-42276, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/58457/42570/141349>. Acesso em: 11 fev. 2025.

[7] SILVA, F. R. et al. **Análise retrospectiva da apendicite aguda em um centro de referência**. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 48, n. 3, p. e20213126, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/jfbY4HGHq4vMLqqR3MTtQFC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2025.

[8] TÉOULE, P.; LAFFOLIE, J.; ROLLE, U.; REISSFELDER, C. **Acute appendicitis in childhood and adulthood**. *Deutsches Ärzteblatt International*, v. 117, n. 45, p. 764-774, 6 nov. 2020. DOI: 10.3238/arztebl.2020.0764.





HORA DE OURO NA AMAMENTAÇÃO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS PARA A SAÚDE DO RECÉM-NASCIDO E DA MÃE

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Juliana Lourenço Lopes Costa; ² Rodrigo de Aguiar Santos Batista; ³ Manoel Borges dos Santos Filho; ⁴ Maria Clara da Silva Nero; ⁵ Leilane Sousa Silva; ⁶ Livia de Oliveira Contini Pereira; ⁷ Brenda Cavalcante Alves; ⁸ Carlos Eduardo Cardoso Silva; ⁹ Isabelle Seidl; ¹⁰ Lorena dos Santos Medrado

¹ Graduando em Medicina pela Unicesumar, ² Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ³ Graduando em Enfermagem pela UESPI, ⁴ Enfermeira Especialista em Urgência e Emergência pela UEM, ⁵ Enfermeira pela Facimp Wyden, ⁶ Graduanda em Medicina pela Universidade Vila Velha, ⁷ Graduanda em Medicina pela UNICEPLAC, ⁸ Graduando em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí, ⁹ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de Pato Branco - UNIDEP, ¹⁰ Enfermeira pelo Centro Universitário São Lucas

RESUMO

Introdução: A amamentação, especialmente nos primeiros momentos após o nascimento, desempenha um papel vital na saúde do recém-nascido e na recuperação pós-parto da mãe. O período denominado “Hora de Ouro” refere-se às primeiras horas de vida do bebê, momento crucial para o início do aleitamento materno, com benefícios tanto fisiológicos quanto psicológicos para mãe e filho. **Objetivo:** Investigar os benefícios e desafios associados à amamentação precoce, especificamente durante a “Hora de Ouro”, com ênfase nos impactos sobre a saúde do recém-nascido e da mãe. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com foco em estudos publicados entre 2020 e 2025, que abordam a amamentação na “Hora de Ouro”. As bases de dados consultadas incluem PubMed, Scopus, Google Scholar e LILACS, utilizando descritores booleanos e intercruzamento das palavras-chave e descritores como: “Amamentação” AND “Hora de Ouro” AND “Benefícios da Amamentação” AND “Desafios da Amamentação” AND “Saúde do Recém-Nascido” AND “Saúde Materna” AND “Intervenções de Apoio”. O critério de inclusão abrange estudos qualitativos e quantitativos, publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. A análise das evidências é qualitativa, considerando os achados mais relevantes e sua comparação com os conhecimentos já consolidados na literatura. Não foi necessária a aprovação de comitê de ética, pois se trata de uma revisão bibliográfica. **Resultados:** Os resultados indicam que a amamentação imediata traz benefícios significativos para a saúde do recém-nascido, como a transferência de anticorpos, redução do risco de infecções e maior índice de sucesso na amamentação. Para a mãe, a amamentação precoce contribui para a recuperação pós-parto, ajudando a prevenir hemorragias e promovendo o retorno mais rápido ao peso pré-gestacional. No entanto, os desafios enfrentados pelas mães incluem dificuldades com a pega do bebê, dor nos mamilos, falta de apoio social e cultural, além de questões relacionadas à falta de treinamento adequado sobre o processo de amamentação. Muitos estudos apontam que a falta de intervenções de apoio adequadas nas maternidades pode agravar esses desafios. A intercruzamento das palavras-chave revelou que intervenções focadas no apoio psicológico e em treinamento de profissionais de saúde têm sido eficazes para melhorar os resultados da amamentação precoce. **Considerações finais:** A amamentação na “Hora de Ouro” é essencial para a saúde do recém-nascido e da mãe, especialmente em relação ao fortalecimento do sistema imunológico do bebê e à recuperação pós-parto da mãe. Contudo, a implementação de programas eficazes de apoio à amamentação nas primeiras horas de vida é fundamental para superar os desafios que ainda persistem. Futuros



estudos podem explorar mais detalhadamente as intervenções que têm impacto positivo no sucesso da amamentação imediata, além de avaliar os efeitos psicológicos para mães e recém-nascidos ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação; Hora de Ouro; Benefícios da Amamentação; Saúde do Recém-Nascido; desafios da Amamentação

REFERÊNCIAS

BODE, L.; RAMAN, A.; MURCH, S.; ROLLINS, N.; GORDON, J. Understanding the mother-breastmilk-infant “triad”. **Science**, v. 367, p. 1070-1072, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aaw6147>.

DA SILVA SIQUEIRA, D.; DE OLIVEIRA, L.; DA SILVA, L.; TEIXEIRA, P.; DA SILVA, L. Aspects Related to Breastfeeding in Premature Newborns: A Literature Review. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, n. 5, p. 34, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22161/ijaers.95.34>.

MACIEL, G.; MACIEL, D.; VIEIRA, I.; SILVA, T.; DE BRITO, S.; DE JESUS ANUNCIÇÃO, L.; SOARES, J.; DE ALMEIDA, A.; DE OLIVEIRA, A.; NOGUEIRA, M.; ROBLES, E.; BELTRAMI, A. The benefits of breastfeeding for the health of the infant, the mother and the impact this has on public health in Brazil. **International Seven Journal of Multidisciplinary**, v. 3, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/isevmjv3n2-002>.





INTEGRAÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE COLETIVA NA MELHORIA DO ACESSO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO COMUNITÁRIO

Eixo Temático: Modelos de Cuidado Integral e Multidisciplinar na Saúde da Família

¹ Angélica Aparecida de Rezende; ² Manoel Borges dos Santos Filho; ³ Lorena dos Santos Medrado; ⁴ Maicon Assed; ⁵ Francisco Joaquim Martins de Sousa; ⁶ François Emiliano de Araújo Braga; ⁷ Maiara dos Santos Sena Dias; ⁸ Bruna Gabriele da Silva Higino; ⁹ Thiago Crocoli Balbinot ; ¹⁰ Flávia Ferreira Souto Maior

¹ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade cidade João Pinheiro, ² Graduando em Enfermagem pela UESPI, ³ Enfermeira pelo Centro Universitário São Lucas, ⁴ Graduando em Medicina pela UNIG - UNIVERSIDADE IGUAÇU, ⁵ Graduado em Psicologia pela Faculdade Católica de Rondônia, Pós-graduando em Neuropsicologia - Faveni e Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia ⁶ Graduando em Odontologia pela Universidade Estadual de Montes Claros e Enfermeiro pelas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, especialista em Emergência, Trauma e Terapia Intensiva pela Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros ⁷ Nutricionista pela UNIFTC e Pós - Graduanda em Nutrição Estética, Saúde da mulher e Esportiva pela Uniguauçu, ⁸ Graduanda em Fisioterapia pela Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte, ⁹ Graduando em Medicina pela Universidade de Caxias do Sul, ¹⁰ Enfermeira pela FUNESO e Residência em Terapia Intensiva pela UNIFASE

RESUMO

Introdução: A integração entre a Saúde da Família e a Saúde Coletiva é fundamental para a melhoria do acesso e da qualidade do atendimento nas comunidades. A Estratégia Saúde da Família (ESF) se configura como um modelo de atenção integral à saúde, com foco na promoção de saúde, prevenção de doenças e acompanhamento contínuo dos indivíduos. A Saúde Coletiva, por sua vez, busca abordar as questões de saúde de forma abrangente, considerando determinantes sociais e ambientais. Quando esses dois modelos se integram de maneira eficaz, podem promover um sistema de saúde mais acessível e resolutivo. No entanto, desafios como a sobrecarga de trabalho, limitações de recursos e a necessidade de capacitação constante dos profissionais de saúde ainda impactam o sucesso dessa integração. **Objetivo:** Analisar como a integração entre a Saúde da Família e a Saúde Coletiva pode contribuir para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento nas comunidades, destacando os benefícios dessa abordagem integrada e os principais desafios enfrentados por profissionais e gestores. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com ênfase em estudos publicados entre 2021 e 2025, que abordam a integração entre Saúde da Família e Saúde Coletiva e seus impactos no acesso e qualidade do atendimento. As fontes foram extraídas de bases de dados como PubMed, Scopus, Google Scholar e LILACS, utilizando descritores booleanos como "Saúde da Família" AND "Saúde Coletiva" AND "Qualidade do Atendimento" AND "Acesso à Saúde" AND "Atendimento Comunitário". Foram selecionados artigos que discutem práticas integradas, políticas públicas e experiências locais de sucesso na implementação dessa integração. A análise foi qualitativa, com foco na identificação dos benefícios e desafios da integração. Não foi necessária a aprovação por comitê de ética, pois a pesquisa consistiu em revisão de literatura. **Resultados:** Os principais benefícios incluem a ampliação do acesso a serviços de saúde, a continuidade do acompanhamento e o fortalecimento da prevenção e promoção de saúde. Além disso, a abordagem integrada contribui para a redução das desigualdades em saúde, permitindo um atendimento mais próximo da realidade da população. No entanto, a falta de recursos financeiros, a escassez de profissionais qualificados e a resistência a mudanças na gestão dos serviços de saúde ainda representam desafios



significativos. **Considerações Finais:** A integração da Saúde da Família com a Saúde Coletiva é uma estratégia eficaz para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento nas comunidades. Para que essa integração seja bem-sucedida, é necessário superar desafios como a escassez de recursos e a capacitação contínua dos profissionais de saúde. Investir em políticas públicas que fortaleçam essa integração pode resultar em um sistema de saúde mais acessível, eficiente e capaz de responder de forma eficaz às necessidades da população.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da Família; Saúde Coletiva; Qualidade do Atendimento; Acesso à Saúde; Atendimento Comunitário.

REFERÊNCIAS

SEMPÉ, L.; LLOYD-SHERLOCK, P. Integrating health and social care in Brazil. **European Journal of Public Health**, v. 30, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa165.098>.

KNOWLES, M.; CROWLEY, A.; VASAN, A.; KANGOVI, S. Community Health Worker Integration with and Effectiveness in Health Care and Public Health in the United States. **Annual Review of Public Health**, v. 44, p. 363-381, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-071521-031648>.

MASQUILLIER, C.; MULLIE, K.; NEELEN, M.; NOTHELIER, L.; DE BACKER, M.; ROSSI, B.; REMMEN, R.; MACQ, J.; VAN PELT, P. Community health workers as bridge builders towards integrated care? **International Journal of Integrated Care**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5334/ijic.icic23659>.





O CONSUMO PRECOCE E DESCONTROLADO DE ÁLCOOL ENTRE JOVENS DE 13 E 17 ANOS

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Thiago Crocoli Balbinot ; ² Viviane Crocoli Balbinot ²

¹Graduando em Medicina pela Universidade de Caxias do Sul; ²Graduada em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul

RESUMO

Introdução: o alcoolismo entre adolescentes é um fenômeno alarmante que tem ganhado destaque nas discussões sobre saúde pública. A adolescência, marcada por experimentações e busca por identidade, pode levar ao uso excessivo de álcool. Estudos indicam que a iniciação precoce ao consumo de bebidas alcoólicas está associada a consequências negativas para a saúde física e mental dos jovens, além de comportamentos de risco. **Objetivo:** analisar o uso excessivo de álcool na adolescência, focando em suas causas, consequências e prevalência entre jovens de 13 a 17 anos; compreender como fatores sociais, emocionais e neurobiológicos influenciam no consumo alcoólico dessa faixa etária. **Metodologia:** a pesquisa foi realizada por meio de uma revisão da literatura científica disponível em artigos indexados na plataforma Scielo e Pubmed, abordando o consumo de álcool entre jovens de 13 a 17 anos. Foram incluídos os artigos que abordavam o alcoolismo adolescente nesta faixa etária, excluindo-se aqueles que o associavam ao tabagismo precoce ou ao uso de drogas ilícitas, utilizando-se efetivamente 4 artigos de 12 selecionados. **Discussão:** o consumo precoce de álcool é alarmante, com estudos indicando que 63,3% dos estudantes entre 13 e 17 anos já experimentaram bebidas alcoólicas, e 47% relataram episódios de embriaguez. Fatores como curiosidade, pressão social e problemas emocionais parecem contribuir para esse cenário, fazendo com que muitos recorram ao álcool como forma de lidar com emoções difíceis, como ansiedade e frustração. O uso descontrolado de álcool está associado a comportamentos de risco, incluindo acidentes e violência, além de estar ligado a propensão genética de genes como o ALDH1 e ALDH2, que codificam enzimas mitocondriais essenciais para o metabolismo do etanol: estudos mostram que o ganho de funções em seus alelos pode aumentar a capacidade de metabolização da substância e, conseqüentemente, de seu consumo vicioso. O impacto do álcool no cérebro em desenvolvimento é significativo; pesquisas mostram que o consumo nesta fase pode prejudicar funções cognitivas essenciais, como memória e controle dos impulsos: o cérebro juvenil, ainda em formação, torna-se mais vulnerável aos efeitos



neurotóxicos do álcool. As consequências do uso excessivo incluem problemas de saúde física, dificuldades acadêmicas e conflitos familiares. Adolescentes que consomem álcool frequentemente apresentam queda no desempenho escolar e maior propensão a comportamentos agressivos. **Conclusão:** o alcoolismo na adolescência representa um grave problema de saúde pública que requer atenção urgente. A iniciação precoce ao consumo de álcool está ligada a consequências adversas para o desenvolvimento dos jovens, sendo fundamental promover campanhas educativas e intervenções que visem reduzir o consumo precoce de álcool, além de fortalecer redes de apoio familiar e social.

PALAVRAS-CHAVE: abuso; álcool; adolescência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Consumo de álcool por jovens e adolescentes. *Observatório do Cidadão*, Espírito Santo, 2019. Disponível em: <<https://ocid.es.gov.br/consumo-de-alcool-adolescentes>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL (CISA). Álcool e jovens. *CISA – Centro de Informações sobre Saúde e Álcool*, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://cisa.org.br/pesquisa/artigos-cientificos/artigo/item/75-alcool-e-jovens>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

FARIA, R.; SILVA, D. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. XX, n. X, p. XX-XX, 20XX. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/V6Ptzt3W73RGSJ6k7jPMv4r>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

FERNANDES, L. M.; SOUZA, P. C. O alcoolismo na história de vida de adolescentes: uma análise à luz das representações sociais. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. XX, n. X, p. XX-XX, 20XX. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/5MYTbsYbmysYRp6PKcpqjGD>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

OLIVEIRA, M. F.; RIBEIRO, A. L. A percepção dos adolescentes acerca do álcool e outras drogas no contexto familiar. *Psicologia & Saúde*, São Paulo, v. XX, n. X, p. XX-XX, 20XX. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1806-69762011000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 fev. 2025.



O PAPEL DA ANÁLISE GENÉTICA NA DETECÇÃO DE PREDISPOSIÇÃO HEREDITÁRIA AO CÂNCER DE MAMA E OVÁRIO

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Renata Luz Kremer; ² Patrick Silva Mendes; ³ Daniel Laiber Bonadiman; ⁴ Carolina Ferreira Barros ; ⁵ Masakazu Lavandoski Iida; ⁶ Isac Breno Rodrigues Cardeal; ⁷ Thalya Fernandes Melo Jaime; ⁸ Ênio Nazareth de Oliveira; ⁹ Yvinny Silva Campos; ¹⁰ Carmem Franscyelle Rosa Sales

¹ Graduanda em Medicina pela UNITAU, ² Graduando em Ciências biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, ³ Doutor em Ciências Médicas, Mestre em Ciências da Saúde e Graduando em Medicina pela Universidade Iguazu- UNIG, ⁴ Enfermeira e Pós graduanda em Enfermagem do Trabalho pelo Centro Universitário Jorge Amado, ⁵ Graduando em Medicina pela Universidade do Estado do Pará, ⁶ Graduando em Farmácia pela Associação de Ensino Superior do Piauí, ⁷ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de Goiatuba- UNICERRADO, ⁸ Graduando em Medicina pela Universidade de Vassouras, ⁹ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de João Pessoa, ¹⁰ Residente de Clínica Médica SUS-SP - Hospital Estadual de Bauru

RESUMO

Introdução: O câncer de mama e ovário é uma das principais causas de morte entre mulheres em todo o mundo. A predisposição hereditária desempenha um papel fundamental no desenvolvimento desses tipos de câncer, sendo a análise genética uma ferramenta essencial na detecção precoce e no entendimento dos riscos associados. Genes como BRCA1 e BRCA2 são os mais conhecidos por sua associação com o aumento do risco para o câncer de mama e ovário. A identificação dessas mutações genéticas pode possibilitar intervenções precoces e estratégias de prevenção, como a realização de mastectomias profiláticas ou ovariectomias, além de contribuir para o planejamento do tratamento. No entanto, a interpretação dos resultados genéticos e as implicações dessas descobertas geram desafios éticos, psicológicos e médicos. Este estudo busca explorar a relevância da análise genética na identificação de riscos hereditários e na melhora das estratégias de prevenção e tratamento. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é investigar o papel da análise genética na detecção de predisposição hereditária ao câncer de mama e ovário, destacando os avanços tecnológicos, as implicações clínicas e as estratégias de prevenção baseadas nos resultados genéticos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com foco em estudos publicados entre 2021 e 2025, que abordam a análise genética na detecção de predisposição hereditária ao câncer de mama e ovário. As fontes foram extraídas de bases de dados como PubMed, Scopus, Google Scholar e LILACS, utilizando descritores booleanos como "Análise Genética" AND "Predisposição Hereditária" AND "Câncer de Mama" AND "Câncer de Ovário" AND "BRCA1" AND "BRCA2". Foram selecionados artigos que discutem as metodologias de análise genética, os resultados de estudos clínicos e as implicações práticas no manejo dos riscos. A análise foi qualitativa, focando nas descobertas mais relevantes e na aplicabilidade dos testes genéticos na prática clínica. Não foi necessária a aprovação por comitê de ética, pois a pesquisa consistiu em revisão de literatura. **Resultados:** Os resultados indicam que a análise genética, principalmente dos genes BRCA1 e BRCA2, tem sido fundamental para a identificação precoce de mulheres com maior risco de desenvolver câncer de mama e ovário. A detecção de mutações nesses genes permite a implementação de estratégias de prevenção personalizadas, como monitoramento regular, cirurgia profilática e terapias direcionadas. Além disso, a análise genética oferece a possibilidade de aconselhamento genético, que ajuda as pacientes a entenderem os riscos e as opções disponíveis. No entanto, a interpretação dos resultados genéticos e o impacto emocional dessas descobertas ainda são aspectos desafiadores



que exigem apoio psicológico para as pacientes e suas famílias. **Considerações Finais:** A análise genética desempenha um papel crucial na detecção de predisposição hereditária ao câncer de mama e ovário, permitindo uma abordagem mais personalizada e eficaz para a prevenção e tratamento. No entanto, é fundamental que os profissionais de saúde abordem as implicações psicológicas e éticas desses testes, proporcionando um acompanhamento adequado para as pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Genética; Predisposição Hereditária; Câncer de Mama; Câncer de Ovário; BRCA1; BRCA2.

REFERÊNCIAS

YADAV, S.; COUCH, F.; DOMCHEK, S. Germline Genetic Testing for Hereditary Breast and Ovarian Cancer: Current Concepts in Risk Evaluation. **Cold Spring Harbor Perspectives in Medicine**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1101/cshperspect.a041318>.

BARILI, V.; AMBROSINI, E.; BORTESI, B.; MINARI, R.; DE SENSI, E.; CANNIZZARO, I.; TAIANI, A.; MICHIARA, M.; SIKOKIS, A.; BOGGIANI, D.; TOMMASI, C.; SERRA, O.; BONATTI, F.; ADORNI, A.; LUBERTO, A.; CAGGIATI, P.; MARTORANA, D.; ULIANA, V.; PERCESEPE, A.; MUSOLINO, A.; PELLEGRINO, B. Genetic Basis of Breast and Ovarian Cancer: Approaches and Lessons Learnt from Three Decades of Inherited Predisposition Testing. **Genes**, v. 15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/genes15020219>.

YADAV, S.; COUCH, F.; DOMCHEK, S. Germline Genetic Testing for Hereditary Breast and Ovarian Cancer: Current Concepts in Risk Evaluation. **Cold Spring Harbor Perspectives in Medicine**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1101/cshperspect.a041318>.





O PAPEL DA INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NA PROMOÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS NAS COMUNIDADES

Eixo Temático: Prevenção, Promoção e Educação em Saúde: O Papel da Família no Cuidado

¹ Vitória Regina Lemos dos Santos; ² Manoel Borges dos Santos Filho; ³ Maicon Assed; ⁴ Maiara dos Santos Sena Dias; ⁵ Thaltama Alcantara Lemos; ⁶ Caroline Zorzi; ⁷ Ênio Nazareth de Oliveira; ⁸ Beatriz Chaves Nani Juncá; ⁹ Mariana Rêgo de Moraes; ¹⁰ Camilly Barreto Lage

¹ Graduanda em Medicina pela Faculdade TIRADENTES, ² Graduando em Enfermagem pela UESPI, ³ graduando em Medicina pela UNIG - UNIVERSIDADE IGUAÇU, ⁴ Nutricionista pela UNIFTC e Pós - Graduanda em Nutrição Estética, Saúde da mulher e Esportiva pela Uniguaçu, ⁵ Enfermeira pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU - Recife/PE, ⁶ Graduanda em Medicina pela Estácio - IDOMED, ⁷ Graduando em Medicina pela Universidade de Vassouras, ⁸ Enfermeira pela IBMR, ⁹ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC), ¹⁰ Enfermeira pela IBMR

RESUMO

Introdução: A promoção de hábitos saudáveis nas comunidades é um fator determinante para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e para a melhoria da qualidade de vida. A informação e a capacitação são ferramentas fundamentais nesse processo, uma vez que auxiliam na conscientização sobre práticas saudáveis e no empoderamento de indivíduos e grupos. Embora existam diversos programas e políticas voltados para a promoção da saúde, as comunidades enfrentam desafios, como o acesso limitado à informação e a resistência a mudanças, que impactam negativamente os resultados desejados. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é analisar como a informação e a capacitação contribuem para a promoção de hábitos saudáveis nas comunidades, destacando as estratégias mais eficazes e os desafios que ainda precisam ser superados para melhorar a saúde coletiva. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2021 e 2025, focando em estudos que abordam a promoção de hábitos saudáveis nas comunidades com ênfase na capacitação e disseminação de informações. As bases de dados utilizadas incluem PubMed, Scopus, Google Scholar e LILACS. A pesquisa foi realizada utilizando descritores booleanos como "Promoção de Saúde" AND "Capacitação" AND "Hábitos Saudáveis" AND "Comunidades" AND "Intervenções". Foram selecionados estudos que incluíram programas de educação em saúde, capacitação de líderes comunitários e estratégias de disseminação de informações em diversas comunidades, com foco em resultados práticos para a mudança de comportamentos. A análise foi qualitativa, considerando os achados mais relevantes e sua comparação com as melhores práticas já descritas na literatura. Não foi necessária a aprovação por comitê de ética, uma vez que a pesquisa consistiu em uma revisão de literatura. **Resultados:** Os principais achados indicam que a disseminação de informações claras sobre alimentação saudável, prática regular de atividade física e cuidados com a saúde mental contribui significativamente para a mudança de comportamentos nas comunidades. A capacitação de líderes comunitários e profissionais de saúde mostrou-se eficaz na ampliação do alcance dessas práticas, promovendo um impacto positivo na adesão a hábitos saudáveis. No entanto, barreiras como a falta de recursos, desigualdades sociais e resistência cultural ainda dificultam a implementação de estratégias eficazes em algumas regiões. O intercruzamento das palavras-chave revelou que programas baseados no apoio psicológico e no treinamento de profissionais de saúde têm se mostrado mais eficazes. **Considerações Finais:** A informação e a capacitação são essenciais para a promoção de hábitos saudáveis nas comunidades, mas é necessário adaptar as intervenções às



realidades locais, considerando aspectos culturais e socioeconômicos. Programas educativos e de capacitação devem ser incentivados como parte de políticas públicas voltadas à saúde coletiva, com ênfase na formação de redes de apoio que garantam a continuidade dessas práticas. A combinação de conhecimento técnico e apoio psicológico pode ser um diferencial importante para o sucesso dessas iniciativas.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção de Saúde; Capacitação; Hábitos Saudáveis; Comunidades; Intervenções.

REFERÊNCIAS

DIXIT, P. Nutrition education and behaviour change strategies, effectiveness, and implications for promoting healthy eating habits. **Journal of Sports Science and Nutrition**, v. 4, n. 2, p. 197, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33545/27077012.2023.v4.i2b.197>.

FERNANDES, P.; DE MEDEIROS CARVALHO, D.; DE OLIVEIRA ALEXANDRE, A.; NASCIMENTO, A.; JORGE, E.; DE TOLEDÓ, L.; JITICOVSKI, A.; DE CASTRO MACHADO, A.; DA SILVA, J.; DA SILVA, K. Health education as a strategy for improving quality of life. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n2-022>.

LAI, A.; STEWART, S.; WAN, A.; SHEN, C.; NG, C.; KWOK, L.; CHAN, S.; HO, D.; LAM, T. Training to implement a community program has positive effects on health promoters: JC FAMILY Project. **Translational Behavioral Medicine**, v. 8, n. 6, p. 838-850, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/tbm/iby070>.

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO



OTIMIZAÇÃO DO FLUXO DE TRABALHO HOSPITALAR E A REDUÇÃO DO ESTRESSE PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Tiago Santos Barreto Thomaz; ² Manoel Borges dos Santos Filho; ³ Maicon Assed; ⁴ Willyam Porfirio de Melo; ⁵ Flávia Ferreira Souto Maior; ⁶ Aryade Souza da Cruz; ⁷ Maria Heloísa Rocha; ⁸ Manoel Isaque Silva de Oliveira; ⁹ Ênio Nazareth de Oliveira; ¹⁰ Ana Carla Lima do Nascimento

¹ Mestre em Ciências da Educação/ Administração Educacional pelo Instituto Politécnico de Santarém, ² Graduando em Enfermagem pela UESPI, ³ Graduando em Medicina pela UNIG - UNIVERSIDADE IGUAÇU, ⁴ Graduando em Odontologia pela Faculdade Integrada Cete - FIC, ⁵ Enfermeira pela FUNESO e Residência em Terapia Intensiva pela UNIFASE, ⁶ Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba- UFDPAR, ⁷ Graduanda em Enfermagem pelo Centro universitário Maurício de Nassau - Fortaleza, ⁸ Graduando em Fisioterapia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAR, ⁹ Graduando em Medicina pela Universidade de Vassouras, ¹⁰ Enfermeira pela Unifametro

RESUMO

Introdução: O ambiente hospitalar é caracterizado por demandas intensas e ritmo acelerado, o que pode gerar altos níveis de estresse entre os profissionais de saúde. A otimização do fluxo de trabalho hospitalar é uma estratégia crucial para melhorar a eficiência dos processos e reduzir o estresse no local de trabalho. A falta de organização e comunicação inadequada contribuem significativamente para o aumento do estresse, impactando diretamente na qualidade do atendimento ao paciente e no bem-estar dos profissionais. Este estudo visa explorar como a implementação de soluções para otimizar o fluxo de trabalho pode contribuir para a redução do estresse entre os profissionais de saúde, promovendo ambientes mais saudáveis e produtivos.

Objetivo: O objetivo deste estudo é analisar as práticas e tecnologias que podem ser adotadas para otimizar o fluxo de trabalho nos hospitais, com foco na redução do estresse dos profissionais de saúde, melhorando a eficiência no atendimento e a satisfação no trabalho. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com foco em estudos publicados entre 2021 e 2025, que abordam a otimização do fluxo de trabalho e a gestão do estresse nos ambientes hospitalares. A pesquisa foi realizada em bases de dados como PubMed, Scopus, Google Scholar e LILACS, utilizando descritores booleanos como “Otimização do Fluxo de Trabalho” AND “Redução do Estresse” AND “Profissionais de Saúde” AND “Ambiente Hospitalar” AND “Eficiência Organizacional”. Foram selecionados artigos que discutem estratégias de gestão, tecnologias de apoio, e práticas de comunicação que contribuem para a melhoria do ambiente hospitalar. A análise foi qualitativa, com foco em identificar as abordagens mais eficazes para a otimização dos processos hospitalares e a redução do estresse. Não foi necessária a aprovação por comitê de ética, pois a pesquisa consistiu em revisão de literatura. **Resultados:** A otimização do fluxo de trabalho hospitalar, por meio da implementação de tecnologias como sistemas de gestão de pacientes, comunicação digital eficiente e reorganização das tarefas, tem mostrado resultados positivos na redução do estresse entre os profissionais de saúde. Os estudos indicam que a introdução de processos mais eficientes permite que os profissionais se concentrem nas tarefas essenciais, reduzindo a sobrecarga de trabalho e promovendo um ambiente mais colaborativo. No entanto, os desafios incluem a resistência à mudança, a falta de treinamento adequado e as limitações de recursos em hospitais de menor porte. **Considerações Finais:** A otimização do fluxo de trabalho hospitalar é uma abordagem eficaz para melhorar tanto a eficiência dos serviços quanto o bem-



estar dos profissionais de saúde. Investir em tecnologias e estratégias de gestão adequadas pode resultar em uma significativa redução do estresse no ambiente hospitalar, promovendo um atendimento mais eficiente e satisfatório. Para que essa transformação seja bem-sucedida, é necessário superar desafios relacionados à resistência cultural e à capacitação dos profissionais.

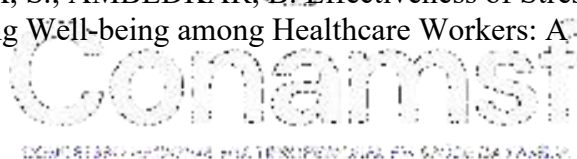
PALAVRAS-CHAVE: Otimização do Fluxo de Trabalho; Redução do Estresse; Profissionais de Saúde; Ambiente Hospitalar; Eficiência Organizacional.

REFERÊNCIAS

COHEN, C.; PIGNATA, S.; BEZAK, E.; TIE, M.; CHILDS, J. Workplace interventions to improve well-being and reduce burnout for nurses, physicians and allied healthcare professionals: a systematic review. **BMJ Open**, v. 13, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2022-071203>.

STRAUSS, C.; GU, J.; MONTERO-MARÍN, J.; WHITTINGTON, A.; CHAPMAN, C.; KUYKEN, W. Reducing stress and promoting well-being in healthcare workers using mindfulness-based cognitive therapy for life. **International Journal of Clinical and Health Psychology: IJCHP**, v. 21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2021.100227>.

MAHESHWARI, S.; JHA, S.; AMBEDKAR, B. Effectiveness of Stress Management Interventions in Enhancing Well-being among Healthcare Workers: A Study. **IJCRT**, 2023.





EDUCAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA: IMPACTOS NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS E MELHORA NA QUALIDADE DE VIDA COMUNITÁRIA

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Manoel Borges dos Santos Filho ; ² Hiago Lohan da Costa Pereira ; ³ Maria Eduarda Aleixo Lima; ⁴ Letícia Cavalcante Leite; ⁵ Ana Clara Damasceno Vendrameto; ⁶ Joabe Campelo de Souza; ⁷ Juliana Pereira de Souza; ⁸ Márcia Camila Figueiredo Carneiro; ⁹ Francisca Celina Sampaio Leite; ¹⁰ Emily Barboza dos Santos

¹Graduando em Enfermagem pela UESPI, ² Graduando em Enfermagem pela UNIP, ³ Graduanda em Enfermagem pela Escola Bahiana De Medicina E Saúde Pública (EBMSP), ⁴ Graduanda em Medicina pela UNIPÊ - Centro Universitário, ⁵ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Sagrado Coração, ⁶ Graduado em Odontologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), ⁷ Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Anhembí Morumbi, ⁸ Fisioterapeuta pela Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba e Mestrado Completo pela Universidade Federal da Paraíba, ⁹ Pedagogia pela UEVA - Universidade Estadual do Vale do Acaraú e Esp. em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FALC - faculdade da Aldeia de Carapicuíba, ¹⁰ Enfermeira e Esp. em Saúde Coletiva - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

RESUMO

Introdução: A educação em saúde coletiva configura-se como uma estratégia fundamental para a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Essa abordagem envolve a disseminação de informações acessíveis e o estímulo à adoção de práticas saudáveis, contribuindo para a construção de ambientes mais sustentáveis e inclusivos. Reconhecendo a complexidade dos determinantes sociais da saúde, as ações educativas tornam-se essenciais para empoderar indivíduos e grupos, promovendo a autonomia e o protagonismo no cuidado com a saúde. **Objetivo:** Avaliar o impacto de ações de educação em saúde coletiva na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida em comunidades diversas, destacando estratégias inovadoras e interativas que potencializam o engajamento e a efetividade das intervenções. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. Foram utilizados os bancos de dados SciELO, PubMed e LILACS, com descritores "Educação em Saúde", "Prevenção de Doenças", "Qualidade de Vida", "Promoção da Saúde" e "Saúde Coletiva", combinados por operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados entre 2014 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem estratégias de educação em saúde coletiva direcionadas à promoção da saúde e prevenção de doenças. Foram excluídos artigos duplicados, revisões de literatura e estudos que não apresentaram intervenções diretas. A análise dos dados foi conduzida com enfoque crítico, buscando identificar padrões, lacunas e perspectivas de avanço nas práticas educativas. **Resultados:** Foram identificados 72 artigos, dos quais 25 atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados demonstraram que ações educativas, como



campanhas de conscientização, oficinas comunitárias e programas de educação permanente, têm impacto positivo na prevenção de doenças infecciosas, como dengue e tuberculose, e de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão. Estratégias interativas, como rodas de conversa, dinâmicas participativas e a utilização de narrativas visuais, mostraram-se eficazes na promoção do engajamento comunitário e na adoção de hábitos saudáveis. A utilização de tecnologias digitais, como aplicativos, plataformas virtuais e redes sociais, ampliou o alcance das informações e promoveu maior adesão às práticas preventivas. Ademais, foram observados benefícios significativos nas ações que integraram aspectos culturais locais, respeitando tradições e valores comunitários. O fortalecimento das redes de apoio social e a atuação intersetorial, envolvendo instituições de saúde, educação, assistência social e organizações não governamentais, também se destacaram como elementos fundamentais para o sucesso das intervenções. Essas parcerias contribuíram para a construção de estratégias mais contextualizadas e eficazes, proporcionando maior sustentabilidade às ações educativas. **Considerações finais:** Conclui-se que a educação em saúde coletiva se faz fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças, sendo uma ferramenta poderosa para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. A adoção de estratégias inovadoras e interativas, que considerem as especificidades culturais e sociais, aliada à atuação intersetorial, potencializa os resultados das ações educativas, tornando-as mais eficazes e sustentáveis. Recomenda-se a ampliação das iniciativas de educação em saúde, com foco em práticas inclusivas e participativas, que promovam o empoderamento das comunidades e a construção de ambientes saudáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde; Prevenção de Doenças; Qualidade de Vida; Saúde Coletiva; Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS

DE LIMA DANTAS, Vanessa Soares et al. Educação em saúde para pessoa idosa: um relato de experiência das ações desenvolvidas em estágio de saúde coletiva em medicina. **Revista Ciência Plural**, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2024.

FALKENBERG, Mirian Benites et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, p. 847-852, 2014.

MENDES, Ramon de Souza et al. Uso de estratégias inovadoras no ensino da Saúde Coletiva nas graduações da área da Saúde: uma revisão de escopo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, p. e230225, 2024.



O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: INCLUSÃO, EQUIDADE E ACESSO

Eixo Temático: Eixo Transversal

Flávia Ferreira Souto Maior

Enfermeira pela FUNESO

Residência em Terapia Intensiva pela UNIFASE

Emily de Oliveira Okano

Graduanda em Medicina pela UNIPÊ

Andressa Toaldo

Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

Manoel Borges dos Santos Filho

Graduando em Enfermagem pela UESPI

Dayara Almeida Sicupira

Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Giovana de Paulo Domingos Ramos

Graduanda em Odontologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau

Nicole Pereira de Araújo

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Roraima – UFRR

Laisa Viviany Macedo Nogueira

Graduanda em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo (FOB-USP)

Mariana Rêgo de Moraes

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC)

Carlos Lopatiuk

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

RESUMO

Introdução: As políticas públicas de saúde são fundamentais para garantir a inclusão, equidade e acesso aos serviços de saúde, especialmente em contextos de doenças crônicas como o câncer, que afeta a fertilidade feminina. **Objetivo:** Analisar o impacto das políticas públicas na saúde reprodutiva de mulheres em tratamento oncológico, destacando barreiras e estratégias de preservação da fertilidade. **Metodologia:** Revisão de literatura com artigos dos últimos cinco anos das bases PubMed, Scopus e Web of Science. Critérios de inclusão envolveram estudos sobre o impacto dos tratamentos oncológicos na fertilidade e políticas públicas de saúde reprodutiva. **Resultados:** Os tratamentos oncológicos reduzem a fertilidade em até 40%, sendo as principais barreiras o custo, a falta de recursos e o acesso restrito aos serviços de preservação da fertilidade. Estratégias como reprodução assistida e aconselhamento reprodutivo demonstram eficácia, mas o acesso desigual limita seus benefícios. **Conclusão:** As políticas públicas são essenciais para garantir o acesso equitativo aos serviços de oncofertilidade, reduzindo o impacto psicológico e promovendo qualidade de vida. Recomenda-se ampliar a cobertura desses serviços, superando barreiras financeiras e estruturais.

Palavras-chave: Políticas de saúde; Oncologia; Fertilidade feminina; Saúde reprodutiva; Equidade em saúde.



INTRODUÇÃO

As políticas públicas de saúde são essenciais na promoção da inclusão, equidade e acesso aos serviços de saúde. Em um contexto de avanços científicos e desafios sociais, é fundamental garantir que toda a população, especialmente grupos vulneráveis, tenha acesso igualitário aos cuidados necessários. O desenvolvimento de políticas eficazes é crucial para enfrentar as desigualdades existentes e promover o bem-estar coletivo (Mutlu et al., 2022).

A saúde reprodutiva é um dos pilares fundamentais da saúde pública, e o impacto das doenças crônicas, como o câncer, pode comprometer significativamente a qualidade de vida dos pacientes. O tratamento oncológico, embora necessário para a cura da doença, frequentemente afeta a fertilidade, especialmente em mulheres jovens. A preservação da fertilidade torna-se, portanto, uma questão de inclusão e equidade, permitindo que essas mulheres mantenham a possibilidade de realizar o desejo da maternidade após o tratamento (Klobodu et al., 2023).

Neste contexto, as políticas públicas devem garantir o acesso a serviços de oncofertilidade, que incluem técnicas hormonais, reprodução assistida e aconselhamento reprodutivo. Contudo, barreiras econômicas, sociais e culturais ainda limitam esse acesso, evidenciando a necessidade de aprimorar as políticas existentes (Mutlu et al., 2022). Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas na saúde reprodutiva de mulheres em tratamento oncológico, destacando as barreiras enfrentadas e as estratégias para a preservação da fertilidade, contribuindo assim para a construção de um sistema de saúde mais justo e acessível.

METODOLOGIA

O estudo adotou uma abordagem de revisão de literatura, analisando artigos publicados nos últimos cinco anos em periódicos científicos de renome. A seleção dos estudos foi realizada por meio de bases de dados como PubMed, Scopus e Web of Science. Os critérios de inclusão abrangeram artigos que abordassem a relação entre tratamentos oncológicos e fertilidade feminina, além de políticas públicas voltadas para a saúde reprodutiva. Foram excluídos estudos com enfoque exclusivo em populações masculinas ou que não apresentassem resultados empíricos. As variáveis analisadas incluíram impactos dos tratamentos oncológicos na fertilidade, barreiras ao acesso a serviços de preservação da fertilidade e eficácia das estratégias de apoio.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que os tratamentos oncológicos, como quimioterapia, radioterapia e cirurgias, podem comprometer significativamente a fertilidade feminina (Di Tucci et al., 2022). Em pacientes jovens, a infertilidade é um efeito tardio comum, com uma redução de até 40% na probabilidade de gravidez em mulheres de 18 a 39 anos (Hoefgen et al., 2023). No entanto, estratégias de preservação da fertilidade, como técnicas hormonais e reprodução assistida, têm demonstrado eficácia, especialmente em casos de câncer endometrial (Mutlu et al., 2022).

As principais barreiras enfrentadas pelas pacientes incluem a falta de recursos financeiros, o desequilíbrio entre a vida profissional e o tratamento e a desconfiança em relação às orientações médicas (Klobodu et al., 2023). Além disso, a cobertura limitada dos serviços de preservação da fertilidade pelo sistema público de saúde impede que muitas mulheres tenham acesso a essas opções, conforme evidenciado em casos de câncer colorretal precoce (Seifert et al., 2024).

Políticas públicas que garantam o acesso igualitário aos serviços de oncofertilidade são essenciais para reduzir o impacto psicológico do diagnóstico e do tratamento oncológico. A oferta de suporte integral, incluindo aconselhamento reprodutivo e acesso a tecnologias de preservação da fertilidade, pode minimizar o sofrimento emocional das pacientes e promover sua qualidade de vida (Coutinho et al., 2023). A inclusão de serviços de saúde reprodutiva em políticas de saúde pública representa um avanço significativo em termos de equidade e inclusão, permitindo que mulheres jovens diagnosticadas com câncer possam realizar o desejo de maternidade.

CONCLUSÃO

O estudo destacou a importância das políticas públicas na transformação da saúde pública, com ênfase na inclusão, equidade e acesso aos serviços de saúde reprodutiva. As barreiras enfrentadas pelas mulheres em tratamento oncológico evidenciam a necessidade de ampliar a cobertura dos serviços de preservação da fertilidade, garantindo que todas as pacientes tenham a oportunidade de preservar sua capacidade reprodutiva. Recomenda-se que futuras pesquisas avaliem o impacto das políticas implementadas nos últimos anos e explorem novas estratégias para superar as limitações financeiras e estruturais, promovendo a equidade no acesso à saúde.

REFERÊNCIAS

CHITORAN, E. et al. Navigating Fertility Preservation Options in Gynecological Cancers: A Comprehensive Review. *Cancers*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 1-18, 2024. DOI: 10.3390/cancers16010109.

COUTINHO, L. M. et al. Fertility Preservation for Women Diagnosed With Breast Cancer:



Looking Beyond the Horizon. **Women & Health**, [s.l.], v. 63, n. 2, p. 1-8, 2023. DOI: 10.1080/03630242.2023.2168252.

DI TUCCI, C. et al. Fertility after Cancer: Risks and Successes. **Cancers**, [s.l.], v. 14, n. 22, p. 1-11, 2022. DOI: 10.3390/cancers14225589.

HOEFGEN, H. R. et al. Female Reproductive Health in Pediatric, Adolescent, and Young Adult Cancer Survivors. **Pediatric Blood & Cancer**, [s.l.], v. 70, n. 1, p. 1-10, 2023. DOI: 10.1002/pbc.29999.

HU, L. et al. Reproductive Concerns Among Young Adult Women With Breast Cancer: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Psycho-Oncology**, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 1-10, 2024. DOI: 10.1002/pon.6159.

KLOBODU, C. et al. Optimizing Fertility Treatment With Nutrition Guidance: Exploring Barriers and Facilitators to Healthful Nutrition Among Female Cancer Survivors With Fertility Challenges. **Integrative Cancer Therapies**, [s.l.], v. 22, p. 1-11, 2023. DOI: 10.1177/15347354231169471.

MUTLU, L. et al. Endometrial Cancer in Reproductive Age: Fertility-Sparing Approach and Reproductive Outcomes. **Cancers**, [s.l.], v. 14, n. 10, p. 1-14, 2022. DOI: 10.3390/cancers14102325.

SEIFERT, R. M. et al. Reproductive and Fertility-Related Challenges in Female Patients Diagnosed With Early-Onset Colorectal Cancer. **Journal of Clinical Oncology**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 1-9, 2024. DOI: 10.1200/JCO.23.01345.





SAÚDE DA MULHER E ENVELHECIMENTO: CUIDADO PREVENTIVO E QUALIDADE DE VIDA NA MATURIDADE

Eixo Temático: Eixo Transversal

Flávia Ferreira Souto Maior

Enfermeira pela FUNESO

Residência em Terapia Intensiva pela UNIFASE

Clarice Oliveira da Silva

Graduanda em Enfermagem pela UNAMA

Rodrigo de Aguiar Santos Batista

Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Emily de Oliveira Okano

Graduanda em Medicina pela UNIPÊ

Anna Clara de Lima Crivellaro

Graduanda em Medicina pela Universidade Católica de Brasília

Isabele Seidl

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de Pato Branco - UNIDEP

Francisco Miguel da Silva Freitas

Graduando em Medicina pela Unifamaz

Werena Silveira de Holanda

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA

Lais Viviany Macedo Nogueira

Graduanda em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo (FOB-USP)

Lavínia Elias Coelho

Graduanda em Medicina pela Unicerrado



RESUMO

Introdução: A fase pós-menopausa é caracterizada por alterações hormonais e maior risco de doenças crônicas, tornando essenciais as estratégias de prevenção e autocuidado. **Objetivo:** Analisar os efeitos das intervenções preventivas na saúde física e psicológica de mulheres em fase de envelhecimento, destacando seus impactos na qualidade de vida. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, baseada em estudos publicados nos últimos cinco anos. Foram consultadas as bases de dados PubMed, Scielo, BVS e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à saúde da mulher, envelhecimento e qualidade de vida. **Resultados:** As intervenções envolvendo atividade física regular, orientação nutricional e suporte psicológico demonstraram redução significativa da pressão arterial e do índice de massa corporal, além de melhorias nos indicadores de bem-estar e autonomia. **Conclusão:** Os achados evidenciam que o cuidado preventivo contribui para o envelhecimento saudável, ressaltando a importância de abordagens multidisciplinares e a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde da mulher.

Palavras-Chave: Saúde da mulher; Envelhecimento; Qualidade de vida; Cuidado preventivo; Autocuidado.



INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que impõe desafios significativos à área da saúde, sobretudo no que se refere à qualidade de vida das mulheres na maturidade. A fase pós-menopausa, em particular, está associada ao aumento do risco de doenças crônicas, alterações hormonais e desafios psicossociais, o que evidencia a necessidade de intervenções preventivas e estratégias de autocuidado (Costa; Fernandes; Gouvêa-Silva, 2024).

Estudos recentes apontam que a implementação de programas multidisciplinares – envolvendo acompanhamento clínico, orientação nutricional e suporte psicológico – pode reduzir significativamente os fatores de risco e melhorar os indicadores de saúde nessa população (Lima, Ferreira; Moret, 2023; Souza; Rodrigues; Rodrigues, 2022). Além disso, políticas públicas voltadas à saúde da mulher têm contribuído para fortalecer essas estratégias, promovendo a autonomia e o bem-estar ao longo do envelhecimento (Marques; Mattos, 2021).

Diante desse cenário, o presente estudo propõe-se a analisar a eficácia de intervenções preventivas na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida de mulheres na maturidade. Ao identificar os benefícios e limitações dessas abordagens, espera-se fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas e práticas clínicas que atendam de forma integral as necessidades dessa população.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por uma revisão bibliográfica/narrativa da literatura, com o objetivo de compilar e analisar estudos recentes que abordem intervenções preventivas e a promoção da qualidade de vida na saúde da mulher durante o envelhecimento. A seguir, descrevem-se os procedimentos adotados:

Foram consultadas as bases de dados PubMed, Scielo, BVS e Google Acadêmico, utilizando descritores e palavras-chave indicados pelo DeCS, tais como “saúde da mulher”, “envelhecimento”, “cuidado preventivo”, “qualidade de vida” e “autocuidado”. A pesquisa foi limitada a publicações dos últimos cinco anos, de modo a garantir a atualidade dos dados e a relevância dos estudos selecionados.

Foram incluídos artigos originais, revisões sistemáticas e meta-análises que discutissem diretamente as intervenções preventivas e seus impactos na saúde e qualidade de vida de mulheres na maturidade. Estudos que não abordassem especificamente o público feminino ou que não apresentassem dados relacionados à prevenção de doenças crônicas e indicadores de bem-estar foram excluídos.



temáticas, com foco em variáveis clínicas (por exemplo, pressão arterial, índice de massa corporal), comportamentais (atividade física, alimentação) e psicossociais (percepção de bem-estar e qualidade de vida). A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e comparativa, possibilitando a identificação de tendências, convergências e lacunas na literatura vigente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão narrativa dos estudos dos últimos cinco anos permitiu identificar uma convergência de evidências acerca dos efeitos positivos das intervenções preventivas na saúde da mulher na maturidade. O envelhecimento, marcado por alterações fisiológicas e hormonais, torna o organismo mais suscetível a doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão arterial, diabetes tipo 2 e obesidade. Nesse contexto, intervenções que combinam atividade física regular, acompanhamento nutricional adequado e suporte psicológico têm se mostrado eficazes na redução desses riscos, além de contribuir para a manutenção do bem-estar geral (Costa; Fernandes; Gouvêa-Silva, 2024; Lima, Ferreira; Moret, 2023).

A prática regular de exercícios físicos promove a redução da pressão arterial, melhora o metabolismo da glicose e auxilia na manutenção do peso corporal. Paralelamente, a orientação nutricional adequada, com foco em uma alimentação equilibrada, contribui para o controle do índice de massa corporal (IMC) e prevenção de doenças cardiovasculares. Esses fatores, quando associados ao suporte psicológico, favorecem não apenas a saúde física, mas também a qualidade de vida e o bem-estar emocional das mulheres na maturidade. Estudos demonstram que o acompanhamento psicológico pode reduzir sintomas de ansiedade e depressão, comuns nessa faixa etária devido às mudanças hormonais e ao impacto social do envelhecimento (Soares, 2021; Souza; Mioranza, 2023).

De forma complementar, os relatos qualitativos indicam que tais intervenções também favorecem o bem-estar psicológico, refletindo em maior autoestima e autonomia nas atividades diárias. Mulheres que participam de programas de saúde multidisciplinares relatam sentir-se mais capazes de realizar suas tarefas cotidianas, mantendo a independência funcional por mais tempo. Esse efeito positivo está relacionado tanto aos ganhos físicos proporcionados pela atividade física quanto ao fortalecimento da autoconfiança e do senso de controle sobre a própria saúde (Soares, 2021; Souza; Mioranza, 2023).

Essa constatação reforça a importância de uma abordagem integrada que contemple aspectos físicos, nutricionais e emocionais. A literatura revisada destaca que a atuação conjunta de



psicólogos, é fundamental para proporcionar um atendimento holístico e eficaz. Além disso, o suporte social desempenha um papel crucial no processo de envelhecimento saudável, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento dos vínculos interpessoais (Marques e Mattos, 2021; Souza; Rodrigues; Rodrigues, 2022).

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais resultados encontrados, evidenciando os impactos das intervenções preventivas nos indicadores de saúde física e mental das mulheres em fase de envelhecimento:

Tabela 1 – Indicadores e Resultados das Intervenções Preventivas

Indicador	Resultado Observado
Pressão Arterial	Redução média de 10 mmHg
Índice de Massa Corporal (IMC)	Diminuição média de 1,5 pontos
Qualidade de Vida (escala)	Aumento médio de 20%
Bem-estar Psicológico	Melhora na autoestima e autonomia relatada

Fonte: Dados extraídos da revisão narrativa da literatura (Costa; Fernandes; Gouvêa-Silva, 2024; Lima; Ferreira; Moret, 2023; Soares, 2021; Souza; Mioranza, 2023; Marques; Mattos, 2021; Souza; Rodrigues; Rodrigues, 2022).

A tabela apresentada sintetiza os principais indicadores analisados nos estudos revisados, evidenciando os benefícios das intervenções preventivas na saúde da mulher durante o envelhecimento. Observou-se uma redução média de 10 mmHg na pressão arterial, fator crucial para a prevenção de doenças cardiovasculares. O índice de massa corporal (IMC) apresentou uma diminuição média de 1,5 pontos, indicando um impacto positivo no controle do peso, fator relevante para a prevenção de diabetes tipo 2 e outras comorbidades.

Além dos indicadores físicos, o aumento médio de 20% na escala de qualidade de vida demonstra os efeitos positivos das intervenções não apenas na saúde física, mas também no bem-estar geral. Os relatos de melhora na autoestima e autonomia evidenciam os impactos psicossociais dessas práticas, corroborando a importância de uma abordagem holística que integre cuidados físicos, nutricionais e emocionais. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção do autocuidado e à ampliação do acesso a serviços multidisciplinares, visando proporcionar um envelhecimento saudável e ativo para a população feminina.

CONCLUSÃO

A presente revisão narrativa evidencia que intervenções preventivas, ao integrarem estratégias de atividade física, suporte nutricional e acompanhamento psicológico, desempenham um papel crucial na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida de mulheres na maturidade. Os estudos revisados sugerem que essas práticas não só reduzem fatores de risco para



doenças crônicas, como também promovem benefícios psicossociais significativos.

Contudo, ressalta-se que a heterogeneidade metodológica dos estudos e a predominância de abordagens transversais limitam a generalização dos resultados. Dessa forma, recomenda-se a realização de pesquisas longitudinais e com maior padronização metodológica para confirmar os efeitos observados e fundamentar a formulação de políticas públicas direcionadas à saúde da mulher na maturidade. Esses esforços poderão contribuir de maneira decisiva para a melhoria dos serviços de saúde e para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável.

REFERÊNCIAS

COSTA, D. V. S. D.; FERNANDES, E. V.; GOUVÊA-SILVA, L. F. et al. Percepção Sobre o Ensino Remoto Emergencial: Influência no Nível de Atividade Física, Ansiedade e Qualidade de Vida de Universitários da Área da Saúde. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, 2024.

COSTA, I. C. da; SILVA, M. V. A. G. da; SOUZA, A. R. S. et al. Modelagem de Papel e Saúde da Mulher: O Estado da Arte. ID on line. **Revista de Psicologia**, 2022.

LIMA, S.; FERREIRA, W. S.; MORET, M. C. F. Prevenção e Promoção da Saúde Mental: Contribuições da Psicologia para um Envelhecimento Saudável. **REVISTA FIMCA**, 2023.

MARQUES, M. L. D. de A.; MATTOS, A. Políticas Públicas de Saúde da Mulher e o Dispositivo de Heterossexualidade: Silenciamento e Apagamento da Diversidade Sexual das Mulheres. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, 2021.

MOREIRA, L. N.; BARROS, D. C. de; BAIÃO, M. R.; CUNHA, M. B. O Excesso de Peso no Pós-Parto sob o Olhar de Mulheres Atendidas na Atenção Básica, em Manguinhos, no Rio de Janeiro. **UNICIÊNCIAS**, 2023. DOI: 10.17921/1415-5141.2022v26n2p71-77.

SOARES, L. A. Tive Que Trabalhar, Não Pude Parar: Teorizando Saúde e o Autocuidado na Vida das Mulheres Negras Brasileiras. **WSQ: Women's Studies Quarterly**, v. 49, p. 118-134, 2021

SOUZA, D. R. de; RODRIGUES, J.; RODRIGUES, T. S. Discussões sobre saúde do idoso: Uma proposta de gamificação no Grupo Maturidade do IFSP-Campus Capivari. **Revista Ciência em Evidência**, v. 2, n. 2, p. 44–64, maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.47734/rce.v2i2.1892>.

SOUZA, J. S. M. de; MIORANZZA, I. T. A Importância do Conhecimento das Mulheres Quanto à Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis e a Educação em Saúde. **UNICIÊNCIAS**, 2023. DOI: 10.17921/1415-5141.2023v27n1p24-30.



A MATERNIDADE NA ATUALIDADE: IMPACTOS NA SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA DAS MULHERES

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Maria Lívia de Souza Silva Lucas; ² Rodrigo de Aguiar Santos Batista ³ Lara Santana Pedreira ⁴ Virna Soares Macedo ; ⁵ Janaina de Sousa Gadelha ; ⁶ Beatriz Caetano dos Santos; ⁷ Ana Clara Alves De Andrade Baracho ; ⁸ Gabryela Cardoso Moraes ; ⁹ Thaís dos Santos Pereira ; ¹⁰ Carlos Lopatiuk

¹ Enfermeira pela Uninassau Esp. em Urgência, Emergência e UTI pela Faculdade Nova horizonte e Saúde Pública com ênfase em Vigilância em saúde pela Fahol, ²Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ³ Graduanda em Medicina pela Estácio de Alagoinhas-BA, ⁴ Enfermeira Esp. em auditoria em saúde e estratégia saúde da família pela Uninovafapi,

⁵ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário UniAteneu, ⁶ Graduanda em Enfermagem pela UNIESI, ⁷ Graduanda em Enfermagem pela Uninassau, ⁸ Graduanda em Enfermagem pela UNIESAMAZ, ⁹ Graduanda em Medicina pela FAMENE - Faculdade de Medicina Nova Esperança, ¹⁰ Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

RESUMO

Introdução: A maternidade contemporânea é um fenômeno complexo que influencia significativamente a saúde física e psicológica das mulheres. Mudanças socioeconômicas, culturais e laborais impõem múltiplos papéis às mulheres, aumentando as pressões sociais e emocionais durante a gestação e o cuidado materno. Essas demandas podem levar a sobrecargas e agravos à saúde, evidenciando a necessidade de investigar os impactos da maternidade no bem-estar das mulheres. **Objetivo:** Analisar as consequências da maternidade na saúde física e mental das mulheres, identificando fatores associados aos agravos e estratégias de enfrentamento. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão narrativa da literatura utilizando os bancos de dados SciELO e PubMed. Os descritores empregados foram: "Maternidade", "Saúde da Mulher", "Saúde Mental", "Qualidade de Vida" e "Enfrentamento", combinados com o operador booleano OR e AND. Foram incluídos estudos publicados entre 2019 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem os impactos da maternidade na saúde física e mental das mulheres. Excluíram-se artigos que não apresentavam resultados relacionados ao tema, publicações duplicadas ou resumos sem acesso ao texto completo. **Resultados:** A busca resultou em 58 artigos, dos quais 20 atenderam aos critérios de inclusão. Os principais achados indicam que a maternidade influencia diretamente a saúde física, com relatos de fadiga, distúrbios do sono e alterações hormonais. Na saúde psicológica, evidenciou-se ansiedade, depressão pós-parto e sentimentos de insuficiência. Estudos



destacam que ideias de maternidade perfeita e expectativas sociais podem levar ao tabu da depressão pós-parto, afetando significativamente o bem-estar materno. Além disso, o burnout maternal, caracterizado por exaustão extrema devido às altas exigências da criação, tem sido associado a fatores contextuais e sociais, impactando negativamente a saúde mental das mães. Estratégias de enfrentamento adotadas pelas mulheres incluem suporte familiar, redes de apoio e busca por acompanhamento profissional. Esses achados ressaltam a importância de políticas públicas voltadas ao suporte integral da mulher no período gestacional e puerperal. **Considerações finais:** A maternidade, embora repleta de experiências positivas, pode desencadear desafios significativos à saúde da mulher. É essencial atenção especializada e ações interdisciplinares para promover o bem-estar materno, considerando os impactos físicos e psicológicos identificados.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; Saúde da Mulher; Saúde Mental; Enfrentamento; Qualidade de Vida.



REFERÊNCIAS

AYMONE, Betina Nelsis; LOPES, Rita Sobreira. A Experiência da Dupla Maternidade: Análise de Redes Sociais de Casais de Mães Influenciadoras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 24, 2024.

LEMES, Luciana da Silva Oliveira et al. NÓS POR NÓS MESMAS: MATERNIDADE, SUBJETIVIDADE E PANDEMIA. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 1, 2023.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; CONRAD, Kalliandra Quevedo. Refletindo maternidades e redes sociais digitais a partir do feminismo matricêntrico. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, p. e86996, 2022.



PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DEPRESSÃO: ESTRATÉGIAS INOVADORAS NO ATENDIMENTO AO PACIENTE ADULTO

Eixo Temático: Saúde Mental e Bem-Estar Familiar: Abordagens e Intervenções Integradas

¹ Carla Emanuele Lopatiuk ; ²Mariana Rêgo de Moraes ; ³ João Batista do Nascimento; ⁴ Mirele Edlânia Dos Santos Madeiro ; ⁵ Rodrigo Pereira Solon ; ⁶ Diego Macedo Menezes ; ⁷ Sueli Maria Fernandes Marques ; ⁸ Milena Lopes Pereira ; ⁹ Paula Dayseane Miranda e Silva ; ¹⁰ Carlos Lopatiuk

¹Graduanda em Medicina pelo CENTRO UNIVERSITARIO CAMPO REAL, Guarapuava - PR ,
²Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC), ³Doutorando em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University, ⁴Graduanda em Odontologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau de Maceió, Brasil, ⁵ Graduando em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí, ⁶ Graduando em Medicina pela Universidade Anhembi Morumbi, ⁷ Biomédica pela Universidade Mogi das Cruzes e Mestrado em Gestão integrada de Organizações-foco Saúde pela UNEB, ⁸ Graduada em Odontologia pela UFRJ; ⁹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará , ¹⁰ Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

RESUMO

Introdução: A depressão é um transtorno mental prevalente que afeta significativamente a qualidade de vida de adultos em todo o mundo. Caracterizada por sentimentos persistentes de tristeza, perda de interesse em atividades diárias e alterações no apetite e no sono, a depressão possui etiologia multifatorial, abrangendo determinantes biológicos, psicológicos e sociais. Diante dessa complexidade, estratégias inovadoras de prevenção e tratamento tornam-se indispensáveis para um manejo mais eficiente e humanizado dessa condição. Este estudo objetiva analisar abordagens contemporâneas voltadas ao manejo da depressão em adultos, identificando práticas preventivas e terapêuticas que promovam a melhoria do bem-estar, a qualidade de vida e a redução do impacto dessa condição. **Objetivo:** Avaliar estratégias inovadoras na prevenção e no tratamento da depressão em adultos, com ênfase em abordagens integrativas e personalizadas que considerem as especificidades individuais e as necessidades contextuais. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. Foram utilizados os bancos de dados PubMed, SciELO e LILACS, com descritores "Depressão", "Prevenção", "Tratamento", "Inovação" e "Adultos", combinados por operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados entre 2019 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem estratégias inovadoras aplicadas ao público adulto. Foram excluídos artigos duplicados, revisões de literatura e estudos que não apresentaram intervenções diretas no tratamento da depressão. A análise dos artigos



selecionados foi realizada de forma crítica e descritiva, buscando identificar padrões, lacunas e oportunidades de avanço no campo. **Resultados:** Foram identificados 65 artigos, dos quais 22 atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados demonstraram que intervenções baseadas em tecnologias digitais, como terapias online, aplicativos de autocuidado e programas de telemedicina, apresentaram eficácia significativa na redução dos sintomas depressivos e na ampliação do acesso ao tratamento. Abordagens psicossociais, como terapia cognitivo-comportamental personalizada e suporte psicoterapêutico comunitário, foram destacadas por sua relevância na prevenção de recaídas. Estratégias integrativas, como mindfulness, práticas meditativas e programas de atividade física regular, também demonstraram benefícios expressivos na promoção da saúde mental e na melhora da qualidade de vida. O fortalecimento de redes de apoio social e o incentivo à criação de grupos de suporte foram considerados elementos cruciais para a adesão às terapias e para o enfrentamento das barreiras sociais associadas ao estigma da doença. **Considerações finais:** Conclui-se que a implementação de estratégias inovadoras, que combinem tecnologias digitais e abordagens psicossociais personalizadas, é fundamental para o avanço no cuidado da depressão em adultos. A diversidade de estratégias demonstrou ser um fator facilitador para o engajamento dos pacientes e para a adaptação das intervenções às realidades individuais. Tais práticas contribuem para a ampliação do acesso ao tratamento, a redução do estigma associado à doença e a promoção de um cuidado mais humanizado e efetivo, destacando a importância de políticas públicas voltadas para a saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Adultos; Depressão; Inovação; Prevenção; Tratamento.

REFERÊNCIAS

DE OLIVEIRA DORTA, Mirela Alves; PALLINI, Ana Celi; BAPTISTA, Makilim Nunes. Suporte Familiar, Traço/Estado Depressivo e Motivos para Viver em Usuários da Atenção Primária/Secundária. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 158-179, 2023.

LEAL, Maria Eduarda Campos; DE OLIVEIRA AZEVEDO, Christianne Terra. Diagnóstico precoce e intervenção na depressão infantil pós-trauma como estratégia de prevenção da depressão em adultos. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 24, p. e15216-e15216, 2024.

OLIVEIRA, Warley Ferreira. Os benefícios do treinamento de força para controle da ansiedade e depressão em jovens e adultos. **Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física**, v. 10, n. 2, p. 49-61, 2021.



SAÚDE MENTAL PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA: UM OLHAR SOBRE DEPRESSÃO E ANSIEDADE

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Gustavo de Oliveira Bello; ² Gustavo Honório Toledo; ³ Gabriela Yurie Arakaki; ⁴ Maria Eduarda Santana Melo; ⁵ Michely Laiany Vieira Moura.

¹ Graduando em Medicina pela Universidad Central del Paraguay, ² Graduando em Medicina pela Faculdade Atenas Passos, ³ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Cesumar, ⁴ Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde, ⁵ Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Piauí.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A obesidade, cuja incidência global triplicou desde 1975, compromete a saúde física e mental, sendo associada ao desenvolvimento de diabetes, doenças cardiovasculares e câncer. Ademais, impacta a qualidade de vida, especialmente quando combinada com transtornos como depressão e ansiedade, agravados pelo estigma social e baixa autoestima, afetando principalmente pacientes com maior índice de massa corporal. A cirurgia bariátrica é eficaz na redução de peso e complicações metabólicas, mas seus efeitos na saúde mental permanecem incertos. Estudos relatam riscos aumentados de suicídio, compulsão alimentar e abuso de substâncias em pacientes bariátricos, ressaltando a necessidade de acompanhamento psicológico no pós-operatório. **OBJETIVO:** Analisar a prevalência de depressão e ansiedade em pacientes pós-cirurgia bariátrica e os principais fatores associados ao agravamento desses transtornos. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão sistemática na base de dados PubMed (2020-2024) com os descritores "Cirurgia Bariátrica", "Depressão" e "Ansiedade". Foram encontrados 483 artigos, dos quais seis foram selecionados com base em critérios de inclusão: estudos observacionais e ensaios clínicos com amostras representativas e avaliações quantitativas e qualitativas dos transtornos mentais em pacientes bariátricos. Critérios de exclusão envolveram revisões narrativas, estudos sem amostra representativa e pesquisas metodologicamente frágeis. **RESULTADOS:** Os dados indicam que pacientes jovens, principalmente solteiros e fumantes, apresentam maior predisposição ao desenvolvimento de depressão e ansiedade após a cirurgia bariátrica. Em um estudo, 20% dos pacientes relataram agravamento dos sintomas depressivos até três anos após o procedimento, frequentemente associado ao reganho de peso e à interrupção da qualidade de vida. Na região de Qassim, observou-se uma prevalência de 3,8% de depressão entre 183 pacientes, enquanto os níveis de ansiedade variaram de 20,9% (leve) a 4,9% (grave). Estudos



do Reino Unido apontaram que sintomas depressivos podem persistir por até cinco anos após a cirurgia, devido a desafios psicossociais, como dificuldades na adaptação alimentar e mudanças na autoimagem. Além disso, alterações na funcionalidade de hormônios como grelina e GLP-1 foram correlacionadas ao surgimento desses transtornos, proporcionando uma interação complexa entre fatores biológicos e psicossociais. Ademais, há um aumento no risco de suicídio e automutilação, intensificado por déficits nutricionais e insatisfação com os resultados da cirurgia.

CONCLUSÃO: Embora a cirurgia bariátrica se confirme como uma estratégia eficaz para o controle do peso e a melhoria das condições físicas, os achados ressaltam desafios significativos na esfera da saúde mental. A alta prevalência de depressão e ansiedade no pós-operatório reforça a necessidade de acompanhamento psicológico estruturado antes e depois do procedimento. Intervenções como a Terapia Cognitivo-Comportamental, direcionadas para a adaptação emocional e o manejo da compulsão alimentar, podem diminuir os riscos e contribuir para uma melhoria sustentável na qualidade de vida dos pacientes. Estudos futuros são essenciais para desenvolver estratégias mais eficazes, garantindo melhor qualidade de vida aos pacientes bariátricos.

Palavras-chave: Ansiedade; Cirurgia Bariátrica; Depressão; Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

- LAW, S. et al. Bariatric surgery and mental health outcomes: an umbrella review. **Frontiers in Endocrinology**, v. 14, 2 nov. 2023.
- FU, R. et al. Bariatric surgery alleviates depression in obese patients: A systematic review and meta-analysis. **Obesity Research & Clinical Practice**, nov. 2021.
- ALYAHYA, R. A.; ALNUJAIDI, M. A. Prevalence and Outcomes of Depression After Bariatric Surgery: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Cureus**, 4 jun. 2022.
- BÜYÜKKASAP, Ç. Assessing how bariatric surgery, emotional eating, and depression could affect each other: A cross-sectional study. **Medicine**, v. 102, n. 48, p. e36409, 1 dez. 2023.
- ALQIFARI, A. N. et al. Prevalence of Depression and Anxiety Among Post-bariatric Surgery Patients: A Cross-Sectional Study. **Cureus**, v. 16, n. 10, p. e72399, 2024.
- ARHI, C. S. et al. The Complex Association Between Bariatric Surgery and Depression: a National Nested-Control Study. **Obesity Surgery**, v. 31, n. 5, p. 1994–2001, 3 fev. 2021.



EXERCÍCIO E NEUROCIÊNCIA: COMO A ATIVIDADE FÍSICA IMPACTA OS SISTEMAS CEREBRAIS RELACIONADOS AO BEM ESTAR EMOCIONAL

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Gustavo de Oliveira Bello; ² Gustavo Honório Toledo; ³ Gabriela Yurie Arakaki; ⁴ Maria Eduarda Santana Melo; ⁵ Michely Laiany Vieira Moura.

¹ Graduando em Medicina pela Universidad Central del Paraguay, ² Graduando em Medicina pela Faculdade Atenas Passos, ³ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Cesumar, ⁴ Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde, ⁵ Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Piauí.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A prática regular de exercício físico desempenha um papel essencial na promoção da saúde física e mental, com efeitos positivos no bem-estar emocional. Estudos em neurociência mostram que a atividade física impacta sistemas cerebrais ao promover neuroplasticidade, liberar neurotransmissores como serotonina e dopamina e modular o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, reduzindo estresse e ansiedade. Exercícios aeróbicos e resistidos estimulam o crescimento de novos neurônios no hipocampo, área ligada à regulação emocional e memória. **OBJETIVO:** Abordar a relação entre exercício físico e os mecanismos cerebrais relacionados ao bem-estar emocional, evidenciando sua importância na saúde mental. **METODOLOGIA:** Este estudo baseou-se em uma revisão sistemática nas bases de dados PubMed e SciELO, investigando os efeitos do exercício físico nos sistemas cerebrais relacionados ao bem-estar emocional. Os descritores utilizados foram “Exercício Físico”, “Saúde Mental”, “Neurotransmissores” e “Neuroplasticidade”. Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2023 que abordassem diretamente os efeitos do exercício físico na neuroplasticidade e nos neurotransmissores em humanos ou modelos animais. Estudos foram excluídos caso: não analisassem a relação entre exercício físico e mecanismos neurobiológicos; se limitassem a populações pediátricas ou idosos sem enfoque na neuroplasticidade; não estivessem disponíveis em português, inglês ou espanhol; fossem cartas ao editor, comentários ou resumos de congressos sem dados originais. A análise concentrou-se nas evidências sobre os mecanismos biológicos associados aos benefícios emocionais do exercício, utilizando ensaios clínicos, estudos experimentais em humanos e modelos animais, além de revisões sistemáticas e meta-análises. **RESULTADOS:** A revisão indicou que exercícios aeróbicos e resistidos favorecem a neuroplasticidade e o crescimento de novos neurônios no hipocampo, essencial para regulação



emocional. A atividade física modulou neurotransmissores como serotonina, dopamina e GABA, fundamentais na regulação do humor e no controle do estresse. Além disso, reduziu níveis de cortisol, associado ao estresse, e aumentou a produção de endorfinas, gerando prazer e satisfação. Esses efeitos contribuíram para a redução de sintomas de ansiedade e depressão e para a melhoria do desempenho cognitivo e do controle emocional, com benefícios observados tanto em pessoas saudáveis quanto em indivíduos com distúrbios emocionais. A prática regular de exercícios também apresentou resultados positivos em idosos, destacando sua acessibilidade e eficácia como intervenção de saúde mental. **CONCLUSÃO:** O exercício físico impacta significativamente a saúde mental, modulando sistemas cerebrais por meio de neuroplasticidade e neurotransmissores. A prática regular contribui para a prevenção e tratamento de transtornos emocionais, como ansiedade e depressão, além de melhorar o controle do estresse e o desempenho cognitivo. Os achados reforçam a importância do exercício como ferramenta terapêutica acessível e de baixo custo na promoção da saúde mental, com potencial para ser combinada a outras intervenções em um cuidado integral da saúde emocional.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício Físico; Neuroplasticidade; Neurotransmissores; Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

BASKERVILLE, R.; MCGRATH, T.; CASTELL, L. M. The effects of physical activity on glutamate neurotransmission in neuropsychiatric disorders. **Frontiers in sports and active living**, v. 5, 6 mar. 2023.

MAHALAKSHMI, B. et al. Possible Neuroprotective Mechanisms of Physical Exercise in Neurodegeneration. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 21, n. 16, p. 5895, 16 ago. 2020.

MATTA MELLO PORTUGAL, E. et al. Neuroscience of Exercise: From Neurobiology Mechanisms to Mental Health. **Neuropsychobiology**, v. 68, n. 1, p. 1–14, 2013.

VENKATESH, A. et al. The Effect of Exercise on Mental Health: A Focus on Inflammatory Mechanisms. **Psychiatria Danubina**, v. 32, n. Suppl 1, p. 105–113, 1 set. 2020.



OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA NA PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Gustavo de Oliveira Bello; ² Gustavo Honório Toledo; ³ Gabriela Yurie Arakaki; ⁴ Maria Eduarda Santana Melo; ⁵ Michely Laiany Vieira Moura.

¹ Graduando em Medicina pela Universidad Central del Paraguay, ² Graduando em Medicina pela Faculdade Atenas Passos, ³ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Cesumar, ⁴ Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde, ⁵ Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Piauí.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Burnout é uma síndrome de esgotamento profissional que surge a partir do estresse crônico do trabalho que causa cefaleia, taquicardia, dispneia, irritabilidade, insônia e depressão. A síndrome é composta por três principais vertentes, a exaustão emocional, caracterizada pelo sentimento de sobrecarga e frustração profissional, a despersonalização, caracterizada pela perda da empatia ou sentimento de indiferença sobre outros indivíduos, e por fim a redução da realização pessoal, caracterizada pela avaliação negativa sobre suas competências e produtividade. Os profissionais da saúde são os mais afetados devido às altas cargas horárias, sobrecarga qualitativa de trabalho, exposição direta contra agentes químicos/físicos, alto número de pacientes comparados a quantidade de profissionais, exposição a situações emocionais intensas, entre outros. Assim, tem-se como consequência a redução do desempenho, aumento da probabilidade de erros e insatisfação no trabalho. A prática regular de atividade física pode reduzir o estresse prolongado, melhorar a produtividade e a autoestima, além de atenuar sintomas depressivos por meio da liberação de neurotransmissores e neuromoduladores associadas às vias neurais associadas ao bem-estar e à regulação emocional. Por conseguinte, a atividade física constante demonstra benefícios como fins preventivos e melhora da qualidade de vida dos profissionais da área da saúde em relação à Síndrome de Burnout. **OBJETIVO:** Investigar a associação entre a prática de atividade física e a prevenção da Síndrome de Burnout em profissionais da saúde, por meio de uma revisão sistemática da literatura. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura sobre a relação entre a prática de atividade física e a prevenção da Síndrome de Burnout em profissionais da saúde. Foram selecionados artigos publicados entre 2018 e 2023 nas bases de dados PubMed, Scielo e LILACS, utilizando os descritores “Burnout”, “Síndrome de Burnout”, “Profissionais da saúde”, “Atividade física” e “Prevenção”. prática de atividade física como forma de prevenção ou manejo do Burnout



Trabalhos que não abordaram diretamente o tema foram excluídos. **RESULTADOS:** Os estudos detalhados sugerem que a prática regular de atividade física reduz o risco de desenvolvimento da Síndrome de Burnout, proporcionando benefícios à saúde mental e ao desempenho profissional. Dentre as modalidades mais citadas na literatura, destacam-se atividades aeróbicas, treinamento de força e práticas de lazer ativas. Siga as recomendações da OMS de pelo menos 150 minutos semanais de atividade física moderada ou 75 minutos de atividade intensa mostrando-se fator significativo para a redução do estresse ocupacional e sintomas depressivos. **CONCLUSÃO:** Em suma, a prática regular de atividade física pode contribuir significativamente para a prevenção da Síndrome de Burnout em profissionais de saúde, promovendo o bem-estar físico e mental. Além da liberação de endorfinas, a atividade física melhora a regulação do estresse e do equilíbrio emocional, auxiliando no enfrentamento dos desafios da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física; Burnout; Prevenção; Profissionais da saúde.

REFERÊNCIAS

COSTA, T. M. A.; RIBEIRO, C. A. F.. Atividade física e burnout numa população de médicos internos em Portugal. **Universidade de Coimbra**. 2019. Dissertação de Mestrado

FERREIRA, R. S.; SAURINI, T. M.; FIGUEIREDO, T. V.; CARVALHO, T. L.; VALADAO, A. F.; GARCIA, G. M. Estratégias terapêuticas para Síndrome de Burnout em profissionais da saúde: revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 6053–6071, 2023.

JARRUCHE, L. T.; MUCCI, S.. Síndrome de *burnout* em profissionais da saúde: revisão integrativa. **Revista Bioética**, v. 29, n. 1, p. 162–173, jan. 2021.

LIMA, L. A. de O. .; DOMINGUES JUNIOR, P. L. .; GOMES, O. V. de O. . Saúde mental e esgotamento profissional: Um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de Burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 16, n. 47, p. 264–283, 2023.

PERNICIOTTI, P. et al. Síndrome de Burnout nos profissionais de saúde: atualização sobre definições, fatores de risco e estratégias de prevenção. **Revista da SBPH**, v. 23, n. 1, p. 35–52, 2020.



O PAPEL DA ATIVIDADE FÍSICA NA PREVENÇÃO DO DECLÍNIO COGNITIVO E PSICOLÓGICO EM IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Gustavo de Oliveira Bello; ² Gustavo Honório Toledo; ³ Gabriela Yurie Arakaki; ⁴ Maria Eduarda Santana Melo; ⁵ Michely Laiany Vieira Moura

¹ Graduando em Medicina pela Universidad Central del Paraguay, ² Graduando em Medicina pela Faculdade Atenas Passos, ³ Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Cesumar, ⁴ Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde, ⁵ Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Piauí.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A atividade física é amplamente reconhecida como uma estratégia importante na prevenção do declínio cognitivo e psicológico em idosos. Compreender os mecanismos pelos quais essa prática impacta a saúde mental dos seniores é fundamental. A evidência científica indica que a prática regular de exercícios físicos melhora a memória, a concentração e as funções executivas, além de reduzir o risco de doenças neurodegenerativas. Em termos de saúde psicológica, os exercícios contribuem para a redução de estresse, ansiedade e sintomas de depressão, promovendo o bem-estar emocional e a qualidade de vida. Atividades como dança, musculação, ioga e natação, que engajam equilíbrio, flexibilidade e coordenação motora, são frequentemente recomendadas. **OBJETIVO:** Revisar sistematicamente o impacto da atividade física na prevenção do declínio cognitivo e psicológico em idosos, analisando sua contribuição para a memória, atenção, tomada de decisões e saúde emocional. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura com busca de artigos nas bases de dados PubMed, Scopus e Web of Science, publicados entre 2013 e 2024, que investigassem a relação entre atividade física, declínio cognitivo e psicológico em idosos. Os descritores utilizados foram "atividade física", "idosos", "declínio cognitivo" e "declínio psicológico", nas versões em inglês e português. Os critérios de inclusão foram: participantes com idade superior a 60 anos; intervenções com atividade física como foco principal; estudos transversais e de coorte. Estudos que envolviam intervenções farmacológicas ou outras intervenções que não fossem exclusivamente de atividade física foram excluídos. A qualidade metodológica dos estudos incluídos foi avaliada com a ferramenta PRISMA. **RESULTADOS:** A revisão revelou que a prática regular de atividades físicas promove benefícios significativos tanto na cognição quanto na saúde psicológica. Exercícios como treinamento aeróbico e de resistência demonstraram melhorias na memória,



atenção e funções executivas. Em relação à saúde emocional, modalidades como Pilates e caminhadas reduziram sintomas de ansiedade e depressão, favorecendo o bem-estar geral. Testes como o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) e a Escala de Depressão Geriátrica (GDS) foram utilizados para avaliar os resultados, com os valores médios obtidos demonstrando uma melhora significativa nos aspectos cognitivos e emocionais dos participantes. Programas que incluíram suporte social e acompanhamento profissional mostraram maior eficácia, contribuindo também para a prevenção de quedas e a melhora na mobilidade funcional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Considerando o aumento da expectativa de vida e o crescimento da população idosa, o declínio cognitivo e as alterações psicológicas associadas ao envelhecimento representam um desafio significativo para a saúde pública. A prática de atividade física é uma intervenção acessível e eficaz para promover um envelhecimento saudável, retardando o declínio cognitivo, estabilizando a saúde emocional e melhorando a qualidade de vida dos idosos. A negligência dessa prática pode ser um fator de risco para o agravamento de condições preexistentes e o desenvolvimento de novas comorbidades, com impactos negativos na qualidade de vida dos indivíduos e na demanda por serviços de saúde. No entanto, é importante considerar as limitações dos estudos revisados e a necessidade de mais pesquisas que explorem a relação entre diferentes tipos de atividades físicas e os benefícios cognitivos e emocionais em idosos. A futura pesquisa pretende explorar intervenções específicas para populações de idosos com condições pré-existentes, assim como o impacto a longo prazo das atividades físicas na saúde mental e cognitiva.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade Física, Idosos, Longevidade, Qualidade de Vida; Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. F.; ZAPPAROLI, L. B.; FARNEDA, P. H.; CECCHETI, F.; SACCANI, R.; BONETTI, L. V. A influência dos níveis de atividade física nos parâmetros da marcha durante atividades de dupla tarefa em idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 26, e230151, 2023.

COSTA, AV; DIAS, MFS Atenção e processamento da informação em pessoas idosas praticantes e não praticantes de atividade física: um estudo comparativo. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 12, n. 7, p. e17712742710, 31 jul. 2023.

GAZOLA, A. M.; SIMON, K.; MIGNONI, I.; ZANCAN, M.; RAFAELLI, A. F. A prática regular de exercício físico na prevenção do Alzheimer. *Revista de Ciências da Saúde - REVIVA*, v. 3, n. 1, p. 82-109, 2024.

NAGAMATSU, L. S.; CHAN, A.; DAVIS, J. C.; BEATTIE, B. L.; GRAF, P.; VOSS, M. W. et al. Physical activity improves verbal and spatial memory in older adults with probable mild cognitive impairment: a 6-month randomized controlled trial. *Journal of Aging Research*, v. 2013, p. 1–10, 2013.



ERROS NA VENTILAÇÃO MECÂNICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SEGURANÇA DO PACIENTES

Eixo Temático: transversal

¹Ianna Rocha Guimarães; ²Carlos Lopatiuk; ³Carla Emanuele Lopatiuk; ⁴Jeferson Severiano da Silva; ⁵Luciane dos Passos Lima; ⁶Daniela Santos Bispo; ⁷Tais Mireli da Silva Lira; ⁸Maria Alice Pinheiro Saulnier de Pierrelevee; ⁹Liliane Ferreira de Lima; ¹⁰Rafaela Fontes de Queiroga Paulo.

¹Graduanda em Medicina - Universidade Anhembi Morumbi, ²Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, ³Graduanda em Medicina - Centro Universitário Campo Real, ⁴Pós graduado em Urgência e Emergência em UTI - Faculdade Novo Horizonte, ⁵Graduanda em Odontologia - UNIFAMAZ, ⁶Enfermeira - Universidade Federal da Bahia - UFBA, ⁷Enfermeira - Faculdade do Recife - FAREC, ⁸Graduanda em Enfermagem - Universidade do Estado do Pará - UEPA, ⁹Graduanda em Fisioterapia - Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, ¹⁰Enfermeira - Universidade Federal Fluminense - UFF

RESUMO

Introdução: A ventilação mecânica é crucial para pacientes com insuficiência respiratória, mas erros na aplicação podem causar complicações graves, como barotrauma e hipóxia, aumentando a morbimortalidade e o tempo de internação. A segurança do paciente é essencial na assistência hospitalar, focando na redução de riscos e na melhoria dos desfechos por meio de protocolos e boas práticas. **Objetivo:** Analisar os principais erros na ventilação mecânica, suas consequências para a segurança do paciente e as estratégias para preveni-los. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores: “ventilação mecânica”, “erros médicos”, “segurança do paciente” e “eventos adversos” no DeCS/MeSH. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordassem erros na VM e seus impactos na segurança do paciente. Foram excluídos artigos duplicados e estudos que não abordavam diretamente os erros na ventilação mecânica e suas consequências para a segurança do paciente. **Resultados:** A análise dos estudos revelou que os erros na ventilação mecânica (VM) ocorrem em diversas fases do suporte ventilatório, desde a configuração inicial até a monitorização contínua e resposta a alarmes. Estudos recentes indicam que até 30% dos eventos adversos em UTI estão relacionados a falhas na VM, sendo os principais erros identificados: Ajustes inadequados dos parâmetros ventilatórios: pressões excessivas podem causar barotrauma, enquanto volumes correntes inadequados podem resultar em hipoventilação ou hiperventilação, elevando o risco de complicações pulmonares, desconexão acidental do circuito ventilatório: Estudos apontam que desconexões não detectadas em tempo hábil podem levar à hipóxia severa e parada cardiorrespiratória em menos de 60 segundos, configuração incorreta ou desativação de alarmes: Alarmes silenciados ou mal ajustados podem atrasar intervenções essenciais, sendo um fator presente em mais de 40% dos erros críticos



em VM. Além disso, os estudos destacam que fatores como sobrecarga de trabalho, falta de treinamentos regulares e ausência de protocolos padronizados elevam significativamente a ocorrência desses erros. Como estratégias de mitigação, o uso de checklists, alarmes inteligentes e softwares de monitoramento demonstrou reduzir falhas e melhorar a segurança dos pacientes ventilados mecanicamente. **Considerações finais:** Erros na ventilação mecânica representam riscos graves à segurança dos pacientes, podendo aumentar a mortalidade. A adoção de protocolos baseados em evidências, capacitação contínua e monitorização adequada são essenciais para minimizar falhas. Tecnologias de alarme mais eficientes e a cultura de segurança hospitalar também ajudam a reduzir eventos adversos. Ainda são necessárias pesquisas sobre novas estratégias, como o uso da inteligência artificial na monitorização e programas de simulação realística, além de estudos sobre a carga de trabalho e sua influência nos erros. Garantir uma ventilação segura exige esforço multidisciplinar contínuo para otimizar a qualidade da assistência e melhorar os desfechos dos pacientes críticos. **Palavras-chave:** Erros médicos; eventos adversos; segurança do paciente; ventilação mecânica.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Italo Everton Bezerra *et al.* Segurança do paciente: principais eventos adversos na Unidade Terapia Intensiva. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e6454-e6454, 2021.
- BARCELLOS, Ruy de Almeida; CHATKIN, José Miguel. Impacto de uma lista de verificação multiprofissional nos tempos de ventilação mecânica invasiva e de permanência em UTI. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 46, p. e20180261, 2020.
- SANTANA, Lorena Matoso Vilela de *et al.* Capacitação da equipe de enfermagem para prevenção de pneumonia associada à ventilação mecânica: stop enfermagem. **Revista Científica do Instituto Dr. José Frota**, n. 4, p. 54-58, 2023.
- SANTOS, Cleverson dos *et al.* Boas práticas de enfermagem a pacientes em ventilação mecânica invasiva na emergência hospitalar a. **Escola Anna Nery**, v. 24, p. e20190300, 2020.
- VILLAR, Vanessa Cristina Felipe Lopes; DUARTE, Sabrina da Costa Machado; MARTINS, Mônica. Segurança do paciente no cuidado hospitalar: uma revisão sobre a perspectiva do paciente. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, p. e00223019, 2020.



SEGURANÇA DO PACIENTE: ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS QUIMIOTERÁPICOS

Eixo Temático: transversal

¹ Giuliano Cesar Silveira; ² Leonardo Rodrigues de Oliveira; ³ Karen Bento Ribeiro; ⁴ Tatiane Rodrigues Bahia Soares; ⁵ Ana Claudia de Moraes Faquim; ⁶ Luiz Antônio Pertili Rodrigues de Resende; ⁷ Luciana Paiva; ⁸ Raquel Afonso Oliveira; ⁹ Suely da Silva; ¹⁰ Keila Adriana Magalhães Ferreira

¹ Farmacêutico Clínico, Mestrando em Administração Pública - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ² Médico Hematologista e Hemoterapeuta, Mestre em Ciências da Saúde - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ³ Oncologista Clínica, Doutora em Ciências - Universidade de São Paulo (USP), ⁴ Farmacêutica Clínica - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ⁵ Enfermeira, Doutoranda em Atenção à Saúde - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ⁶ Professor de Cardiologia, Mestre em Doenças Infecto-parasitárias - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ⁷ Enfermeira, Doutora em Ciências da Saúde - Universidade de São Paulo (USP), ⁸ Farmacêutica Clínica - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ⁹ Farmacêutica Clínica - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ¹⁰ Professora, Doutora - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

RESUMO

Introdução: A administração de medicamentos quimioterápicos é um processo que exige extremo rigor técnico e protocolos bem definidos para garantir a segurança do paciente. Esses fármacos possuem alta toxicidade e um estreito índice terapêutico, tornando qualquer erro na prescrição, preparo ou administração um risco significativo para o paciente e para a equipe de saúde. Reações adversas, extravasamento, incompatibilidades medicamentosas e erros de dosagem são algumas das complicações possíveis. **Objetivo:** Descrever as principais estratégias utilizadas para garantir a segurança dos pacientes e evitar erros relacionados com medicamentos quimioterápicos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases PubMed, Scielo e Lilacs. Os descritores DeCS/MeSH foram: “segurança do paciente”, “quimioterapia” e “erros de medicação”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos estudos duplicados. **Resultados:** Os estudos analisados, totalizando 5, destacaram diversas estratégias para aumentar a segurança na administração de quimioterápicos. Entre elas, a capacitação contínua dos profissionais de saúde é essencial para reduzir erros e melhorar a assistência ao paciente. A adoção de protocolos padronizados, incluindo a dupla checagem da prescrição, preparo e administração dos fármacos, desempenha um papel importante na prevenção de falhas. Segundo os estudos, o uso de prescrição eletrônica e bombas de infusão inteligentes reduziu significativamente os erros de dosagem e administração. Além disso, o emprego de equipamentos de proteção individual (EPIs) protege tanto o paciente quanto



a equipe de saúde da exposição a substâncias tóxicas. O monitoramento dos efeitos adversos e a comunicação eficiente entre os membros da equipe multidisciplinar também foram apontados como fatores determinantes para um tratamento mais seguro. **Considerações Finais:** Garantir a segurança do paciente na administração de quimioterápicos exige um conjunto de medidas integradas que envolvem desde a capacitação dos profissionais até o uso de tecnologias que minimizem erros. A implementação de protocolos rigorosos, a prescrição eletrônica, o uso de EPIs e a monitorização contínua dos efeitos adversos são estratégias fundamentais para reduzir riscos e aprimorar a assistência oncológica. Além disso, fortalecer a cultura de segurança dentro das instituições de saúde promove um ambiente mais seguro tanto para os pacientes quanto para os profissionais. Investir na educação continuada e na padronização dos processos é essencial para garantir um tratamento eficaz e minimizar complicações. Dessa forma, a adoção dessas medidas contribui para a redução de eventos adversos, melhora os desfechos clínicos e proporciona uma assistência mais segura e qualificada no tratamento oncológico. Palavras-chave: erros de medicação; quimioterapia; segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

- ANAND, Utpal *et al.* Cancer chemotherapy and beyond: Current status, drug candidates, associated risks and progress in targeted therapeutics. **Genes & diseases**, v. 10, n. 4, p. 1367-1401, 2023.
- MACHADO, Helen Aparecida de Souza; DE FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida. Clientes oncológicos e o cuidado especializado: o conhecimento dos enfermeiros de clínica médica sobre administração de quimioterápicos. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 3, p. e3390-e3390, 2024.
- KNEZEVIC, Claire E.; CLARKE, William. Cancer chemotherapy: The case for therapeutic drug monitoring. **Therapeutic drug monitoring**, v. 42, n. 1, p. 6-19, 2020.
- SANGOI, Kelly Cristina Meller *et al.* O processo de administração de quimioterápicos e sua relação com a segurança do paciente oncológico The chemotherapeutic administration process and its relationship with oncological patient safety. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 8, p. 79071-79082, 2021.



PREVENÇÃO DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM UTI

Eixo Temático: transversal

¹Evandro Weber; ²Cássia Maria Da Conceição Bottentui; ³Bianca Nóbrega Medeiros Montenegro; ⁴Cleane Carvalho Sousa; ⁵Vanderleia Silva Branco; ⁶Luciana Aparecida Gomes; ⁷Lívia Maria dos Santos Roque; ⁸Jeferson Severiano da Silva; ⁹Jessica Rafaelly Vaz de Lima; ¹⁰Vinícius Caldas de Carvalho Ferreira

¹Bacharel em Medicina - Universidade Maria Auxiliadora, ²Mestra em Saúde Pública - Universidade Del Sol_Paraguay, ³Bacharela em Fisioterapia, Pós-graduada em Terapia Intensiva Adulto e Neonatal – Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVEN), ⁴Graduanda em Enfermagem - Universidade Estadual do Maranhão, ⁵Graduanda em Enfermagem - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ⁶ Bacharela em Ciências Farmacêuticas - Universidade São Francisco (USF), ⁷Graduanda em Enfermagem - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ⁸Bacharel em Enfermagem, Pós-graduado em Urgência e Emergência em UTI - Faculdade Novo Horizonte (FNH), ⁹Bacharela em Enfermagem - Estácio de Sá, ¹⁰Bacharel em Medicina - UniCesumar

RESUMO

Introdução: As infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) são uma das principais causas de morbidade e mortalidade em unidades de terapia intensiva (UTI). Devido à gravidade dos pacientes e ao uso frequente de dispositivos invasivos, medidas eficazes de prevenção são essenciais para reduzir complicações e custos hospitalares. **Objetivo:** Descrever a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde em UTI. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura utilizando os descritores: “controle de infecção”, “medidas de segurança” e “unidade de terapia intensiva” no DeCS/MeSH. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordassem medidas de prevenção em UTI. Foram excluídas duplicatas. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que a prevenção das IRAS em UTI envolve múltiplas estratégias, como higiene rigorosa das mãos, adesão a protocolos de inserção e manutenção de dispositivos invasivos. A implementação de bundles, como os direcionados à prevenção de pneumonia associada à ventilação mecânica (PAV), infecção da corrente sanguínea relacionada a cateter venoso central e infecção do trato urinário associada a cateter vesical, demonstrou significativa redução de incidência dessas complicações. A vigilância epidemiológica ativa foi identificada como um fator essencial na detecção precoce e controle de surtos infecciosos. O monitoramento de taxas de infecção e a identificação de microrganismos multirresistentes permitem a implementação de medidas direcionadas para contenção da disseminação. O uso racional de antimicrobianos também foi destacado como uma estratégia crucial na prevenção de resistência bacteriana. Programas de stewardship de antimicrobianos promovem a prescrição adequada e evitam o uso excessivo e desnecessário de antibióticos, reduzindo a pressão seletiva sobre patógenos hospitalares. Além disso, a educação continuada dos profissionais de saúde tem sido fundamental para garantir a aplicação correta das medidas



preventivas e manter a equipe atualizada sobre as melhores práticas na assistência ao paciente crítico. **Considerações Finais:** A prevenção das IRAS em UTI é um desafio constante que requer a adoção de múltiplas estratégias baseadas em evidências. Os estudos analisados demonstram que a implementação rigorosa de medidas preventivas, como higienização das mãos, uso de bundles para prevenção de infecções associadas a dispositivos invasivos, vigilância epidemiológica e programas de stewardship de antimicrobianos, tem sido eficaz na redução da incidência dessas infecções. A adesão a protocolos padronizados melhora significativamente os desfechos clínicos, reduzindo complicações, tempo de internação e custos hospitalares. A capacitação contínua da equipe de saúde é essencial para garantir a aplicação correta das medidas preventivas e manter os profissionais atualizados sobre novas recomendações. **Palavras-chave:** controle de infecção; medidas de segurança; unidade de terapia intensiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Italo Everton Bezerra *et al.* Segurança do paciente: principais eventos adversos na Unidade Terapia Intensiva. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e6454-e6454, 2021.

CÂNDIDO, Thais Lelis *et al.* Prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde em Unidade de Terapia Intensiva Adulto: o olhar da equipe de enfermagem. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 7, p. e16260-e16260, 2024.

CESAR, Gabriel; DRUMMOND, Cristiano. A importância da higienização das mãos na prevenção de infecções relacionadas a assistência em saúde em unidades de terapia intensiva. (Enfermagem). **Repositório institucional**, v. 2, n. 2, 2024.

FONTES TELES, Juliane *et al.* Medidas de prevenção à infecção hospitalar em unidades de terapia intensiva. **Enfermagem Brasil**, v. 19, n. 1, 2020.

LEAL, Michelle Araujo; FREITAS-VILELA, Ana Amélia de. Custos das infecções relacionadas à assistência em saúde em uma Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, p. e20200275, 2021.



A HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Eixo Temático: Humanização e qualidade na atenção à saúde

¹ Viviane Cândido Rodrigues; ² Danieli Dos Passos Pio; ³ Dheborá Keylla Barbosa Oliveira; ⁴ Lara Vanessa Lopes Silva; ⁵ Maria Clara Felix Porto; ⁶ Sarah Victoria De Souza Amancio; ⁷ Taise Silva Moraes

¹ Estudante De Enfermagem Na Faculdade De Educação Superior De Pernambuco (FACESP), ² Mestranda Em Saúde Da Família Na Universidade Federal Do Vale São Francisco (Univasf)

RESUMO

Introdução: A humanização do cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS) é um princípio central do Sistema Único de Saúde (SUS), e essa perspectiva busca estabelecer relações empáticas, acolhedoras e respeitadas entre profissionais de saúde e usuários. Dessa forma no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF), essa metodologia é necessária para fortalecer o vínculo entre equipe e comunidade, a fim de promover um cuidado integral e centrado nas necessidades dos pacientes. A implementação dessa abordagem enfrenta desafios como a sobrecarga de trabalho, atendimento fragmentado e a falta de capacitação profissional dificultando a implementação plena da humanização. **Objetivo:** Analisar a importância da humanização na atenção à saúde da família e os desafios enfrentados para sua efetivação no cotidiano das unidades básicas de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa. O estudo sustentou-se a partir da seguinte questão norteadora: "Quais as evidências científicas sobre a humanização na atenção básica de saúde?" O levantamento dos artigos realizou-se entre os meses de Fevereiro e Março de 2025, na biblioteca Scielo. A partir dos Descritores em Ciências Saúde (DeCS): Atenção Primária à Saúde; Humanização na Assistência; Relação Profissional-Paciente. Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: artigos nos idiomas português, espanhol ou inglês, com texto completo disponível e que abordasse a temática. E, como critérios de exclusão, artigos repetidos nas bases de dados, incompletos, teses, dissertação e estudos que não abordassem o tema. **Resultados:** Os achados foram no total de seis, revelaram que a humanização na APS tem impacto positivo significativo na assistência prestada. Entre os principais efeitos observados, destacam-se: maior adesão ao tratamento, redução na evasão do atendimento e promove maior satisfação dos usuários. Além disso, evidenciam-se estratégias eficazes, como a escuta qualificada, o acolhimento com classificação de risco e o trabalho multiprofissional, mostraram um impacto positivo na assistência prestada. No entanto, desafios como a sobrecarga das equipes, a burocratização dos



serviços e a falta de infraestrutura adequada ainda representam obstáculos significativos para a consolidação dessa abordagem humanizada. **Considerações finais:** Conclui-se que a humanização na APS deve ser incentivada continuamente, alcançado por meio de capacitações, políticas públicas efetivas e reorganização dos fluxos assistenciais, com a adoção dessas medidas é possível garantir um cuidado mais próximo, respeitoso e eficiente às famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento; Atenção primária à saúde; Cuidado Integral; Estratégia Saúde da Família; Humanização da assistência.

REFERÊNCIAS

CECCIM, Ricardo B.; MERHY, Emerson E. A educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v.6, n.11, p.161-177, 2002.

Gusmão ROM et al. Acolhimento na atenção primária a saúde na percepção da equipe multiprofissional. Ver. Pesq. Cuid. Fundam. Online [Internet]. 2021. 13 (1): 1590-1595. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/10533> 14/10/2022

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Brasília. P,7-13. 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2. Ed. P.1-43. Brasília. 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf

SILVA, M. J. A comunicação médico-paciente: a humanização da medicina. São Paulo: Loyola, 2015.

Werneck, AL et al. Humanização da assistência: acolhimento e triagem na classificação de risco. Ver. UFPE online [Internet]. Recife. 2019 . 13 (4): 997-1005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/238728/31790> 14/10/2022



A DANÇA COMO ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA NA DOENÇA DE PARKINSON

Eixo Temático: Eixo Transversal

¹ Andressa Vitória da Silva; ² Tainá Silva Borges; ³ Lara Maria da Silva Araújo; ⁴ Leticia Costa Viana; ⁵ Joana Luiza Vasconcelos Oliveira; ⁶ Janaina de Moraes Silva; ⁷ Leticia de Sousa Vidal

¹Graduanda em fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, ²Graduanda em fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, ³Graduanda em fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, ⁴ Graduanda em fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, ⁵Graduanda em fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, ⁶Docente Adjunta da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, ⁷Fisioterapeuta pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

RESUMO

Introdução: A Doença de Parkinson (DP) é uma condição neurodegenerativa progressiva do sistema nervoso central que compromete os movimentos voluntários, afetando diretamente a marcha, o equilíbrio e a coordenação motora dos indivíduos. Além dos sintomas motores, podem surgir manifestações cognitivas e emocionais ao longo da progressão da doença. Diante disso, a busca por abordagens terapêuticas complementares à fisioterapia tem ganhado espaço na literatura científica. A dança, nesse contexto, tem se destacado como uma estratégia terapêutica promissora, contribuindo para melhorias significativas no controle postural, na marcha, na cognição e na qualidade de vida de pessoas com DP. Embora o tango seja um ritmo amplamente estudado em intervenções com essa população, há uma notável escassez de pesquisas voltadas para estilos musicais brasileiros, como o samba e o forró. Dessa forma, por sua forte representatividade cultural, ritmo envolvente e características dinâmicas, esses estilos têm o potencial de favorecer maior engajamento dos participantes e gerar benefícios tanto motores quanto sociais. **Objetivo:** Investigar, por meio da literatura científica, a dança como intervenção terapêutica na Doença de Parkinson, com ênfase nos ritmos brasileiros. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Public Medline* (PubMed). Utilizaram-se os descritores em Ciências da Saúde: “Doença de Parkinson”, “Dança” e “Reabilitação”. Os critérios de inclusão abrangeram artigos completos, gratuitos, escritos em português ou inglês e publicados nos últimos cinco anos. Foram excluídos estudos que não abordavam a temática, duplicados ou indisponíveis para acesso. Após a aplicação dos critérios, cinco artigos foram selecionados para análise. **Resultados:** Os estudos analisados demonstraram que a dança, especialmente ritmos brasileiros como o samba e o forró, promoveram melhorias na função motora, no equilíbrio e na qualidade de vida de indivíduos com



DP. Os participantes relataram sensação de melhora dos sintomas motores, como rigidez e bradicinesia, além de ganhos na mobilidade geral. Comparada à caminhada, a dança apresentou efeitos mais expressivos em parâmetros como a rotação corporal e a frequência da passada. A alta taxa de adesão às intervenções reforça a viabilidade e aceitação dessa abordagem terapêutica.

Conclusão: Os artigos mostram que a dança com ritmos brasileiros se mostra eficaz como complemento à fisioterapia na reabilitação de pessoas com Doença de Parkinson. Além dos benefícios físicos, destaca-se o impacto positivo no bem-estar emocional, autoestima e socialização dos participantes, o que favorece a adesão ao tratamento. Tais evidências reforçam a importância de incluir essa prática no contexto fisioterapêutico, embora ainda sejam necessárias mais pesquisas que explorem sistematicamente seus efeitos a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Parkinson; Dança; Reabilitação.



REFERÊNCIAS

DELABARY, M. S. et al. O samba e o forró podem ser mais eficazes do que a caminhada na melhora da mobilidade funcional e dos parâmetros espaço-temporais de marcha em pacientes com doença de Parkinson?. **BMC neurologia**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12883-020-01878-y>. Acesso em: 2 de maio, 2025.

HASS, A. N. et al. A dança pode melhorar a transformação em pessoas com doença de Parkinson?. **Jornal de Medicina e Ciência da Dança**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1089313X241242632>. Acesso em: 2 de maio, 2025.

METANGE, D.; WAGHULE, L.; DEO, M. . O efeito do movimento de dança Kathak no equilíbrio e marcha na doença de Parkinson - um estudo experimental. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, 2022. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/4175>. Acesso em: 2 de maio, 2025.

MORATELLI, J. A. et al. Um estudo exploratório sobre o efeito de 2 protocolos de dança brasileiros nos aspectos motores e na qualidade de vida de indivíduos com doença de Parkinson. **Jornal de Medicina e Ciência da Dança**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1089313X231178094>. Acesso em: 2 de maio, 2025.

TILLMAN, A. C. et al. **A visibilidade de um protocolo de samba brasileiro para pacientes com doença de Parkinson: um estudo clínico não randomizado**. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0004-282X20190140>. Acesso em: 2 de maio, 2025.



HUMANIZAÇÃO E ESCUTA ATIVA NA ENFERMAGEM COMUNITÁRIA: VIVÊNCIAS NA LÓGICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Eixo Temático: Humanização do Cuidado na Atenção à Saúde da Família

¹SABÁT, Ana; ²ROSÁRIO, Dandara; ³SILVA, Paula; ⁴CASTRO, Sabine; ⁵CALDAS, Samantha;

¹Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil, ²Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil, ³Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil, ⁴Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil, ⁵Mestre em Enfermagem no Contexto Amazônico Universidade do Estado do Pará (UEPA);

RESUMO

Introdução: Considerada a porta de entrada ao Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Primária à Saúde (APS) corresponde ao nível de atenção cujo objetivo é centrado na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Nessa lógica, a Enfermagem Comunitária tem como foco o cuidado integral à saúde de uma comunidade específica, garantindo a aplicação dos princípios do SUS com ênfase no cuidado humanizado, na escuta ativa e na Educação Permanente. **Objetivo:** Relatar a vivência de estudantes de enfermagem na Atenção Primária à Saúde, destacando a importância do cuidado humanizado, da escuta ativa e da Educação Permanente como instrumentos para a integralidade e a qualidade da assistência. **Metodologia:** Relato de experiência baseado na observação e participação em campo de prática supervisionada, realizada durante as atividades práticas da disciplina Enfermagem Comunitária I, em uma Unidade Básica de Saúde da cidade de Belém, sob orientação da docente do componente. **Resultados:** Foram observados atendimentos voltados ao pré-natal, puerpério e acompanhamento de recém-nascidos, durante o qual se destacou a escuta qualificada diante da insegurança manifestada por uma gestante que vivenciava sua segunda gravidez, com histórico prévio de IST. A atuação da enfermagem, com vínculo e acolhimento, mostrou-se essencial para promover a segurança da paciente. Na triagem, observou-se a importância do atendimento por livre demanda, facilitando o acesso aos serviços e adaptando-se às necessidades da comunidade, especialmente no monitoramento de condições crônicas como a hipertensão. No setor de curativos, embora os procedimentos realizados fossem simples, discutiu-se, por meio de escuta sensível, a necessidade de ampliar a capacidade resolutiva da unidade. Além disso, foi realizada uma roda de conversa com os profissionais da equipe, promovendo a Educação Permanente baseada nas vivências e necessidades locais. **Considerações Finais:** A prática na APS evidenciou a relevância desse nível de atenção enquanto porta de entrada do sistema de saúde, além de seu potencial resolutivo



e preventivo. Observou-se como o cuidado prestado pela enfermagem deve ultrapassar o foco exclusivamente clínico e incorporar a escuta ativa, o acolhimento e a construção de vínculos, objetivando garantir a atenção integral. A experiência também reforçou a importância da articulação entre os serviços e os determinantes sociais da saúde, como moradia, saneamento e acesso à informação, os quais são fundamentais para a promoção da equidade. A vivência reafirmou o papel estratégico da enfermagem como agente transformador no território, fortalecendo a aproximação com a comunidade e a promoção de ações educativas. Assim, evidencia-se que o envolvimento sensível e comprometido do profissional de enfermagem é essencial para a construção de um atendimento acessível e qualificado.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde; Enfermagem; Educação Permanente em Saúde; Unidades Básicas de Saúde; Humanização da Atenção à Saúde.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 19 abr. 2025.
- FACCHINI, L. A.; TOMASI, E.; DILÉLIO, A. S. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 1, p. 208-223, set. 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S114. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S114>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- PORTELA, Gustavo Zoio. Atenção Primária à Saúde: um ensaio sobre conceitos aplicados aos estudos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 2255–2264, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000200005>. Acesso em: 19 abr. 2025.



ATENDIMENTO INICIAL AO PACIENTE POLITRAUMATIZADO NA EMERGÊNCIA: PROTOCOLOS DE AVALIAÇÃO E MANEJO CLÍNICO

Eixo Temático: Transversal

¹Bruno Soares da Silva;; ²Larissa Arêas Araujo; ³Maísa da Silva Santos Lima; ⁴Suzelaine da Silva Castro; ⁵Luiz Carlos Menzel; ⁶Celso Chaves Adão Filho; ⁷Deividiane Silva do Nascimento; ⁸David Vieira de Carvalho da Conceição; ⁹Anny Kersia Rodrigues da Silva

¹Bacharel em Enfermagem - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ² Graduanda em Medicina - Faculdade de Medicina de Campos, ³ Bacharela em Enfermagem - Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, ⁴ Graduanda em Medicina - Universidade Brasil, ⁵ Graduando em Medicina - Universidade Brasil, ⁶ Bacharel em Psicologia, Pós-graduação em Psicologia Hospitalar - Centro Universitário Fametro, ⁷ Bacharela em Psicologia, Pós-graduação em Análise do Comportamento Aplicado - Centro Universitário Fametro, ⁸ Bacharel em Psicologia, Pós graduando em Psicopatologia - Centro Universitário Fametro (CEUNI), ⁹ Graduanda em Odontologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

Introdução: O atendimento inicial ao paciente politraumatizado na emergência é um processo complexo e crítico, que exige agilidade, organização e conhecimento técnico por parte da equipe de saúde. Pacientes politraumatizados apresentam múltiplas lesões que podem comprometer rapidamente a vida, sendo necessário seguir protocolos específicos para avaliação e manejo clínico imediato. A aplicação de condutas sistematizadas, como o protocolo ABCDE, é essencial para identificar e tratar lesões com risco iminente de morte de forma prioritária. **Objetivo:** Descrever os principais protocolos utilizados no atendimento inicial ao paciente politraumatizado e as estratégias clínicas aplicadas para garantir um manejo eficaz e seguro. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases PubMed, Scielo e Lilacs. Utilizaram-se os descritores DeCS/MeSH: “segurança do paciente”, “emergência” e “protocolos clínicos”. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2024, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Estudos duplicados ou com metodologia insuficiente foram excluídos. **Resultados:** A análise de 5 estudos revelou que o uso do protocolo ABCDE (A - vias aéreas; B - respiração; C - circulação; D - estado neurológico; E - exposição) é amplamente recomendado como abordagem inicial no atendimento ao politraumatizado. A rápida avaliação primária seguida da avaliação

secundária detalhada permite a identificação eficiente das lesões mais graves e o início do tratamento adequado ainda na sala de emergência. Os estudos destacam a importância da capacitação contínua da equipe de saúde, com treinamentos regulares em Suporte Avançado de Vida no Trauma (ATLS). A comunicação clara entre os membros da equipe multidisciplinar e o



uso de simulações realísticas também foram apontados como ferramentas eficazes para melhorar o desempenho clínico. Além disso, a utilização de exames complementares de forma criteriosa, como ultrassonografia FAST e tomografia, contribui para a tomada de decisão rápida e segura.

Considerações Finais: O atendimento inicial ao paciente politraumatizado deve ser baseado em protocolos bem definidos e aplicados com precisão para garantir a estabilização e o encaminhamento adequado do paciente. A padronização do atendimento, aliada à capacitação constante da equipe e ao uso de tecnologias diagnósticas adequadas, reduz complicações e melhora os desfechos clínicos. A implementação do protocolo ABCDE e a integração da equipe multidisciplinar são estratégias essenciais para um manejo eficaz e seguro do trauma na emergência. Investir em treinamento, comunicação e estruturação do ambiente emergencial é fundamental para garantir um atendimento de qualidade e salvar vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Emergência; Protocolos clínicos; Segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

AMER, Laura Sarai Hussein *et al.* Avaliação sistêmica do paciente traumatizado: abordagens atuais e emergentes. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e880-e880, 2024.

COSTA, Maria Eduarda Magalhães *et al.* Uso de protocolos de resposta rápida no atendimento de politraumatizados: uma revisão literária. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 9, p. 237-253, 2024.

SANTANA, Andreia Abreu *et al.* Abordagem inicial ao paciente politraumatizado: estratégias e atualizações em urgências e emergências. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 11, p. 2476-2487, 2024.

WILL, Rubyely Caroline *et al.* Cuidados de enfermagem aos pacientes politraumatizados atendidos na emergência. **Nursing (São Paulo)**, v. 23, n. 263, p. 3766-3777, 2020.